

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

CELIA JAQUELINE SANZ RODRIGUEZ

***AS FORMAS DE FAZER AGRICULTURA E OS MODOS DE SER AGRICULTOR EM
MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO***

Porto Alegre

2017

CELIA JAQUELINE SANZ RODRIGUEZ

**AS FORMAS DE FAZER AGRICULTURA E OS MODOS DE SER AGRICULTOR EM
MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato

Coorientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Sanz Rodriguez, Celia Jaqueline

As formas de fazer agricultura e os modos de ser agricultor em municípios da região central do estado do Espírito Santo / Celia Jaqueline Sanz Rodriguez. -- 2017.

212 f.

Orientador: Marcelo Antônio Conterato.

Coorientador: José Carlos Gomes dos Anjos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Heterogeneidade. 2. Formas familiares de trabalho e produção. 3. Formas de fazer agricultura. 4. Modos de ser agricultor. I. Conterato, Marcelo Antônio, orient. II. Anjos, José Carlos Gomes dos, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CELIA JAQUELINE SANZ RODRIGUEZ

**AS FORMAS DE FAZER AGRICULTURA E OS MODOS DE SER AGRICULTOR EM
MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 26 de maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato (Orientador – Presidente)
Departamento de Economia e Relações Internacionais / UFRGS

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (Coorientador)
Departamento de Sociologia / UFRGS

Prof.^a Dr.^a Cíndia Brustolin
Departamento de Sociologia e Antropologia / UFMA

Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira
Departamento de Ciências Sociais / UFES

Prof. Dr. Paulo André Niederle
Departamento de Sociologia / UFRGS

Ao Astral, por me mostrar a beleza do viver e me propiciar a paz que me permitiu fazer o caminho como deveria ser feito.

À Alícia, que transformou o amor em compreensão e carinho. Minha filha amada, você é uma das razões para isso tudo.

AGRADECIMENTOS

Esta tese jamais existiria sem a participação ativa, efetiva e afetiva de uma multiplicidade de seres fantásticos que cercam minha existência. É impossível falar de cada um deles e, por isso, vou me deter a nominar apenas algumas das pessoas que estiveram mais próximas de mim nos últimos quatro anos.

Minha filha Alícia, gratidão pela compreensão, pelo companheirismo, pelo amor e por sua força que chega até mim de forma tão ingênua e verdadeira. Você sempre me motivou a continuar trabalhando e acreditando no projeto da tese, mesmo quando teus “olhinhos pretos e brilhosos” me pediam para parar e brincar contigo. Sei que não era fácil ouvir a mamãe dizer que não podia brincar ou te dar atenção, mas, mesmo assim, você entendia e me apoiava. Gratidão por sua existência, você é uma dádiva que deixa minha vida muito mais feliz!

Aos meus pais, Susana e Luís, minha gratidão pela companhia, amor e compreensão. Vocês me ajudaram a realizar um projeto pessoal e profissional. Sem vocês teria sido muito mais difícil e solitário. Gratidão por tudo!

Denys, gratidão por colorir minha estrada e alguns céus. Teu cuidado comigo, tua atenção, companheirismo, amor e muita, muita, paciência contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

Aos inúmeros amigos e colegas do Incaper, em especial os colegas dos escritórios locais dos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Teresa, gratidão pela ajuda sempre prestativa e amiga. Aparecida, Hugo e Mário, vocês foram fundamentais em inúmeros momentos da jornada. Gratidão!

Aos agricultores e agricultoras envolvidos no trabalho, minha gratidão e admiração pela forma como me atenderam e me apresentaram seus *modos de ser agricultor* e de *fazer agricultura*. Sem a atenção e a paciência de vocês, este trabalho jamais teria florescido. Estendo também meus agradecimentos a Fetaes, na pessoa de Reginaldo e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Leopoldina, nas pessoas de Nelson e Regina.

Tantos outros amigos e amigas estiveram presentes, e seria impossível nominar a todos. Mas quero registrar meu carinho e gratidão especial para com as amigas Celeste e Janete, que me acolheram e foram ombros queridos nos momentos de angústia pessoal e profissional. Também minha gratidão ao Osvaldo, pela troca de experiências e pelo compartilhamento de conhecimentos.

Aos guris e gurias que conheci durante minha passagem por Porto Alegre. Especial gratidão à Márcia Salvatori por estar sempre ao meu lado! Santi, Sofi e Naakesh, família linda,

vocês foram fundamentais para mim! Rosane e todos do Ylê, gratidão pela acolhida, ensinamentos e energias sempre positivas. Patrícia, *thanks so much* pela amizade e pelo companheirismo. Rafaela, gratidão pelas inúmeras conversas maravilhosas.

Aos professores do PGDR, em especial meus orientadores Marcelo Conterato e José Carlos dos Anjos, pela paciência e pelo acolhimento. Prof. Sérgio Schneider, gratidão especial por sua generosidade e disposição em contribuir com minha formação. Aos professores Paulo Niederle e Guilherme Radomsky, pelas contribuições.

À Fapes pelo apoio financeiro em forma de bolsa, e ao Incaper por possibilitar minha dedicação integral ao doutorado e me apoiar no processo de pesquisa de campo, sem esquecer os inúmeros colegas que não mediram esforços para me apoiar e ajudar.

RESUMO

Entendida como um processo histórico e relacional, a heterogeneidade social das formas familiares de trabalho e produção na agricultura é abordada nesta tese a partir de uma perspectiva que prima pela análise do universo significativo dos atores da pesquisa. A problematização da política de imigração europeia empreendida no Brasil no século XIX foi o ponto de partida para a definição do recorte empírico. Esta tese responde ao objetivo principal de compreender como se constitui a heterogeneidade social dos coletivos de agricultores nos municípios de Domingos Martins, Santa Teresa e Santa Leopoldina (estado do Espírito Santo) e quais os principais efeitos sociais relacionados ao processo de classificação e distinção social. Para responder a essa pergunta, foram construídos quatro objetivos específicos: o primeiro se refere à compreensão da conformação histórica da região. O segundo objetivo está particularmente relacionado às práticas de agricultura e aos significados socialmente compartilhados. Um terceiro objetivo foi compreender os esquemas nativos de classificação, hierarquização, diferenciação e distinção social. O quarto objetivo centra-se na compreensão dos impactos dos processos de diferenciação que circulam no contexto da pesquisa. A abordagem histórica e a perspectiva etnográfica orientaram as opções metodológicas e as técnicas mais utilizadas foram a pesquisa documental, a observação direta e a aplicação de entrevistas em diferentes fases da pesquisa de campo, que compreendeu períodos nos anos de 2015 e 2016. Como resultado, constatamos que, no contexto da pesquisa, há diferentes *formas de fazer agricultura* e *modos de ser agricultor* que relacionam importantes esquemas de produção e apreciação das práticas. Ao utilizar-se desses esquemas, os diferentes coletivos constroem (criam) suas práticas e estratégias num contexto no qual circulam processos de classificação social utilizados para explicar a heterogeneidade e promover distinções. Neste sentido, evidenciam-se dois planos constitutivos da heterogeneidade: um plano que explicita as práticas de agricultura e a agência dos agricultores em definir diversificadas estratégias a partir de esquemas sociais que orientam e dão sentido a suas ações, promovendo a constituição e a reprodução da heterogeneidade socialmente significativa. Num segundo plano de análise, a constituição da heterogeneidade revelou hierarquias e oportunidades desiguais entre os coletivos a partir da naturalização das diferenças dentro de princípios de divisão baseados na origem étnico-racial dos agricultores e no estabelecimento de distanciamento estrutural a partir da retórica da modernização da agricultura.

Palavras-chave: Heterogeneidade. Formas familiares de trabalho e produção. *Formas de fazer agricultura. Modos de ser agricultor.*

ABSTRACT

Understood as a historical and relational process, the social heterogeneity of family work forms and agriculture production is addressed in this thesis from a perspective that take precedence by the analysis of the significant universe of the actors involved in this research. The problematization of the European immigration policy undertaken in Brazil in the 19th century was the starting point for the definition of the empirical cut. This thesis responds to the main objective of understanding how the social heterogeneity of farmers' collectives in the municipalities of Domingos Martins, Santa Teresa and Santa Leopoldina (Espírito Santo state) is constituted and which are the main social effects related to the process of classification and social distinction. Four specific objectives were built to answer this question: the first refers to an understanding of the historical conformation of the region. The second objective is more specific to agricultural practices and to socially shared meanings. A third objective was to understand the native schemes of classification, hierarchy, differentiation and social distinction. The fourth objective focuses in understanding the impacts of differentiation processes that circulate in the research context. A historical approach and ethnographic perspective oriented the methodological options. Documentary research, direct observation and application of interviews in different phases of field research between 2015 and 2016 were the most used techniques. As a result, we found that in the context of the research there are different *forms of doing agriculture* and *ways to be a farmer* that relate important schemes of production and appreciation of practices. Using these schemes, different collectives create their practices and strategies in a context in which a process flow of social classification is used to explain heterogeneity and promote distinctions. In this sense, it is noted that two plans constitute the heterogeneity: a plan that exhibits the agricultural practices and the ability of farmers to define diversified strategies based on social schemes that guide and give meaning to their actions, promoting the constitution and reproduction of heterogeneity socially significant. On the second plane of analysis, the constitution of heterogeneity revealed unequal hierarchies and opportunities among the collectives from the naturalization of differences within the principles of di-vision based on the ethnic-racial origin of the farmers and the establishment of structural distance from the rhetoric of the agriculture modernization.

Keywords: Heterogeneity. Family work forms and agriculture production. *Forms of doing agriculture. Ways to be a farmer.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do contexto etnográfico.....	17
Figura 2 – Foto de uma propriedade pomerana.....	28
Figura 3 – Foto de uma paisagem “italiana”	28
Figura 4 – Aprendendo a colher café.....	32
Figura 5 – Conversa descontraída com agricultora	33
Figura 6 – Folder da secretaria de Turismo e Cultura de Santa Teresa.....	35
Figura 7 – Pai e filho trabalhando na colheita de urucum	36
Quadro 1 – Fases do trabalho de campo e aplicação das técnicas.....	36
Figura 8 – Casal de agricultores em momento de entrevista.....	37
Figura 9 – Quilombola refletindo sobre sua história de vida	39
Figura 10 – Grupo Focal em Santa Leopoldina.....	40
Figura 11 – Detalhe do Painel Espírito Santo antes e depois da implantação da usina Jucu ...	42
Figura 12 – Monumento em homenagem ao imigrante.....	53
Figura 13 – Mapa dos distritos visitados durante trabalho de campo	79
Figura 14 – Colheita de café conilon na peneira	86
Figura 15 – Agricultora “ruando” o terreno	87
Figura 16 – Agricultor “batendo” o café	87
Figura 17 – Agricultora “abanando” o café.....	87
Figura 18 – Cultura do gengibre e diversificação de lavouras	93
Figura 19 – Lavadores de gengibre e inhame.....	94
Figura 20 – Colheita de milho: a lavoura tem destino comercial e também familiar.....	97
Figura 21 – Quilombola colhendo abóbora	97
Figura 22 – Horta destinada à feira	99
Figura 23 – Produtos derivados da diversificação.....	100
Figura 24 – Quilombola na colheita de café conilon.....	108
Figura 25 – Colheita do café conilon em turma	119
Figura 26 – Jovem agricultor parceiro numa lavoura de mexerica	124
Figura 27 – Jovem que gerencia pousada rural	125
Figura 28 – Monumento em homenagem ao imigrante.....	132
Figura 29 – Placa de identificação da comunidade quilombola de Retiro	133
Figura 30 – Residência de agricultor do Assentamento Tomazini.....	134

Figura 31 – Representações gráficas dos resultados de Grupos Focais de Santa Teresa e Santa	138
Figura 32 – Família quilombola no preparo da farinha de mandioca.....	148
Figura 33 – Propriedade com diversas lavouras orgânicas.....	154
Figura 34 – Propriedade com predomínio da cafeicultura	154
Figura 35 – Lavoura de pimenta no assentamento Tomazini.....	156
Figura 36 – Quilombola exhibe placa do projeto PAIS.....	176

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAPES	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
FFTP	Formas Familiares de Trabalho e Produção
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJSN	Instituto Jones Santos Neves
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POA	Perspectiva Orientada aos Atores
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAG	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	DIALOGANDO COM OS FATOS ETNOGRÁFICOS: CULTIVOS ÉTNICO-RACIALIZADOS E O TENSIONAMENTO DE CATEGORIAS.....	26
2	PERCURSOS E RECURSOS METODOLÓGICOS.....	32
2.1	PESQUISA DOCUMENTAL	34
2.2	OBSERVAÇÃO DIRETA.....	35
2.3	ENTREVISTAS ABERTAS	36
2.4	HISTÓRIA DE VIDA	38
2.5	GRUPOS FOCAIS	39
3	SOBRE MITOS, DISCURSOS E LUTAS: UMA LEITURA DE CONFORMAÇÃO REGIONAL.....	42
3.1	A IMIGRAÇÃO EUROPEIA E A CULTURA DO CAFÉ	44
3.1.1	Os processos de diferenciação e distinção entre os coletivos de agricultores	48
3.2	A CRISE DO CAFÉ E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	64
3.2.1	A modernização da agricultura capixaba.....	66
3.2.2	A matriz colonial na interpretação da agricultura	73
4	AS PRÁTICAS DE AGRICULTURA E AS ESTRATÉGIAS DE DIFERENCIAÇÃO	79
4.1	OS SIGNIFICADOS E AS ESTRATÉGIAS NAS DIFERENTES FORMAS DE FAZER AGRICULTURA	83
4.1.1	“Porque o café é moeda”: estratégias de lutas e reafirmação de posições sociais
	83
4.1.2	Gengibre e tomate: o risco e a incerteza do sucesso	90
4.1.3	Olerícolas, culturas alimentares e diversificação: garantias de sustento e comercialização	95
5	A CONSTITUIÇÃO DAS PRÁTICAS DE TRABALHO.....	104
5.1	“TRABALHAR PARA OS OUTROS”: ENTRE ESTIGMAS E ESTRATÉGIAS. .	108

5.1.1	Diaristas	115
5.1.2	Catadores de café	117
5.1.3	Meeiros e parceiros	121
5.2	TRABALHO FAMILIAR E TROCAS DE DIAS: TRABALHO PARA SI E RECIPROCIDADE	124
6	AS CLASSIFICAÇÕES LOCAIS DO <i>SER AGRICULTOR</i> E DO <i>FAZER AGRICULTURA</i>	129
6.1	O JOGO CLASSIFICATÓRIO DESDE O PONTO DE VISTA DE MEDIADORES	135
6.2	O JOGO CLASSIFICATÓRIO DESDE O PONTO DE VISTA DE AGRICULTORES	144
6.2.1	O ser agricultor e fazer agricultura num contexto étnico-racializado	145
6.2.2	O discurso da modernização como parâmetro social	159
7	AS ESTRATÉGIAS EM UM CONTEXTO DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL	164
7.1	OS EFEITOS SOCIAIS DAS NARRATIVAS MITOLÓGICAS	170
7.2	UMA SOCIOLOGIA NATIVA EM PERSPECTIVA	178
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
	REFERÊNCIAS	190
	ANEXO A – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPO DE ÁREA	205
	ANEXO B – QUADRO DE ENTREVISTAS	206
	ANEXO C – GRUPOS FOCALIS MUNICIPAIS	208
	ANEXO D – QUADRO RESUMO DA HETEROGENEIDADE REPRESENTADA PELOS GRUPOS FOCALIS	209
	ANEXO E – RENDIMENTOS MENSAIS POR COR OU RAÇA	212

1 INTRODUÇÃO

Bourdieu (1996) defende que as classificações sociais derivam de uma imposição arbitrária, de um jogo de relações de força no campo das lutas pela delimitação legítima. Para o autor, a ciência “invoca uma autoridade científica para fundar na realidade e na razão o recorte *arbitrário* que pretende impor” (BOURDIEU, 1996, p. 110, grifo do autor), constituindo di-visões de mundo nas quais as classificações acabam tendo funções práticas com efeitos sociais.

Essa mensagem de Bourdieu, reconhecida no decorrer da pesquisa, fez-me pensar sobre a forma como as pesquisas que abordam a diversidade da agricultura familiar no Brasil justificam e apreendem analiticamente o tema, definindo os parâmetros de “medida” que são utilizados para estabelecer o que é determinante no entendimento do assunto.

Sem me perder em divagações excessivas, estas reflexões são importantes numa tese que tem como tema o estudo da heterogeneidade das formas familiares de trabalho e produção (deste ponto do texto em diante designada pela sigla FFTP para facilitar a leitura) na agricultura, uma vez que pensar em abordar a diversidade é também entrar no campo das classificações com suas funções e efeitos práticos.

De uma forma geral e refletindo a partir de estudos mais recorrentes, embora o interesse pelo tema se justifique pela importância social e econômica que o segmento das formas familiares na agricultura representa no Brasil, as análises se voltam para o entendimento das particularidades da agricultura familiar no capitalismo (ABRAMOVAY, 1992).

A partir desse fio condutor, a justificativa mais usual para o entendimento da diversidade desse segmento tem se pautado em problemas de pesquisas que giram em torno das consequências dos processos de mudança social ensejados a partir do projeto de modernização da agricultura, ressaltando-se a importância do conhecimento das diferentes trajetórias e estratégias de agricultores familiares frente aos processos de mercantilização e alargamento da integração da agricultura ao capitalismo.

Se a justificativa e a construção de objetos de pesquisa se articulam com essa premissa, os parâmetros de medida e as análises acabam por privilegiar as dimensões que possam oferecer elementos compatíveis com esse ponto de partida.

Dentro desse prisma, os estudos destacam-se por análises que captam essas mudanças a partir de esquemas metodológicos que privilegiam as dimensões socioeconômicas dos estabelecimentos rurais confrontadas por meio de variáveis que mensuram os diferentes graus de integração com os mercados, bem como com as diferenciações em termos de tamanho de

produção, uso de tecnologias e relações de trabalho e uso mão de obra¹, ou seja, a marca mais usual no/do entendimento da diversidade pauta-se em estudos que focalizam as dimensões econômicas e produtivas dos estabelecimentos rurais, os objetos privilegiados nestas pesquisas.

Um dos formatos que se utiliza desse tipo de dados é o modelo da metodologia FAO/INCRA (1994), assim como o estudo mais recente apresentado por Alves e Rocha (2010)². Nas análises FAO/INCRA, os números são utilizados para medir o grau de especialização, o grau de integração aos mercados e do uso da mão de obra, numa tipologia que classifica os produtores em quatro categorias (B, C, D, E — a categoria A corresponde aos agricultores da reforma agrária), o que permite visualizar a diferenciação social e econômica entre os próprios agricultores familiares.

Uma das consequências desses estudos é o apontamento para propostas de desenvolvimento que privilegiam os aspectos produtivos do rural, em especial o desenvolvimento agrícola. Navarro (2001) analisa que neste tipo de raciocínio o aumento da produtividade é visto como uma etapa do processo “natural” do desenvolvimento que levaria ao aumento da renda e, conseqüentemente, à melhoria das condições de bem-estar da população rural.

Essas reflexões estariam baseadas em paradigmas de desenvolvimento rural que priorizavam o viés produtivista e tecnológico, temas muito comuns nas leituras entre os anos 1950 e 1970 (ELLIS; BIGGS, 2001), o que leva a conclusões e apontamento de políticas de desenvolvimento rural anacrônicas, uma vez que não captam elementos constitutivos de uma nova ruralidade, ou seja, não explicam e não compreendem a complexidade das realidades empíricas e dos arranjos sociais e produtivos construídos ao longo do tempo, tornando obscuros elementos da vida rural que explicam a própria heterogeneidade.

¹ Há uma série estudos neste sentido. Apenas para citar alguns, podemos destacar o grupo de pesquisadores do PGDR que utilizam a noção de estilos de agricultura para pensar os diferentes graus de mercantilização dos estabelecimentos agropecuários. No que diz respeito aos estudos que contemplam o tamanho da produção e o uso de tecnologias, sublinhamos os estudos dentro da metodologia FAO/INCRA e de Rocha e Alves (2010). Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013), a partir de dados do Censo 2006, elaboram uma tipologia para os estabelecimentos agropecuários para correlacionar as dimensões do uso de mão de obra, área dos estabelecimentos, valor da produção, produtividade e fontes de receita. A tese já clássica de Abramovay (1992) sobre a diferenciação dos agricultores familiares em relação aos camponeses também é um exemplo de como as formas familiares de trabalho e produção são interpeladas a partir de perguntas que têm como base a ideia de mudança social operada a partir do alargamento da integração desse segmento à econômica capitalista. Por outro lado, estudos com propostas etnográficas também justificam os processos de mudança social a que estão expostos os camponeses, citam-se os clássicos de Wolf (2003) e Cândido (2010), apenas como exemplos.

² Alves e Rocha (2010) utilizaram a variável Valor Bruto da Produção (VBP) para estratificar os estabelecimentos e chegaram à conclusão de que 73% dos estabelecimentos rurais recebem um VBP entre zero e dois salários mínimos, e que 8,19% dos estabelecimentos geram 84,89% do valor total da produção.

No entendimento da diversidade da agricultura familiar e dentro do atual paradigma do desenvolvimento rural³, os pesquisadores do PGDR⁴ têm demonstrado a diversidade da agricultura familiar como resposta dos agricultores a processos cada vez mais profundos de mercantilização⁵ da agricultura e da própria vida social e econômica. Os resultados das pesquisas apontam a importância de entender que a modernização da agricultura não significou uma homogeneização, mas, pelo contrário, criou condições para a diversidade de estilos de agricultura. Como assinala Escher (2011):

Os trabalhos de autores como Niederle (2007), Perondi (2007), Conterato (2008) foram minuciosos em mostrar como a mercantilização, instituída desde o advento da “modernização” da agricultura, ao invés de ser um processo homogeneizante, foi extremamente heterogênea e complexificada, com efeitos múltiplos e desiguais, tanto em termos de diferentes estratégias de reprodução acionadas pelos agricultores familiares, dando origem a distintas trajetórias de diversificação de seus meios de vida e a uma variedade de estilos de agricultura, como em termos de diferentes dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural, associadas diretamente a diversidade produtiva e a heterogeneidade social da agricultura familiar historicamente construída. (ESCHER, 2011, p. 175).

As conclusões destes trabalhos são significativas e aportam inúmeros aspectos da diversidade e sua relação com os processos de desenvolvimento rural e a “nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000). Elas dialogam com as correntes mais estruturalistas⁶ e respondem mostrando que o processo de modernização não levou à homogeneização, mas a uma crescente heterogeneidade constatada nas unidades familiares de produção.

Diferentemente desses estudos, a problemática desta tese partiu de outras experiências e, portanto, insere diferentes justificativas, perguntas e modelos analíticos. A primeira experiência alinha-se com a minha profissão de extensionista: durante minha atuação de cinco anos no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), percebia uma profunda heterogeneidade existente entre os agricultores que figuravam como

³ Segundo Ellis e Biggs (2001), o atual paradigma do desenvolvimento rural está muito mais atento às potencialidades e às realidades que fazem parte do rural, incluindo a diversidade dos modos de vida, as atividades rurais agrícolas e não agrícolas, bem como as políticas mais amplas de combate à pobreza, o que mostra o distanciamento em relação ao paradigma anterior que tinha como centralidade a produção e a produtividade agrícola.

⁴ Utilizei como base as dissertações e teses de Conterato (2004; 2008), Niederle (2007), Perondi (2007), Neske (2009) e Escher (2011). Na mesma direção, existem trabalhos que se utilizam da mesma noção, sobretudo os trabalhos ligados a um grupo de pesquisadores Universidade de Wageningen, Holanda.

⁵ Entendido enquanto amplo processo social (MARSDEN, 2005).

⁶ Long e Ploeg (2011) definem como modelos estruturais dominantes os estudos representados pelas vertentes da teoria da modernização e a teoria neomarxista.

familiares; contudo, a própria categoria, operacionalizada dentro de uma perspectiva normativa, deixava pouco espaço para reflexões mais profundas e substanciais⁷, sendo tanto a definição da lei quanto a própria noção categorias repletas de ambiguidades que dificultavam a reflexão sobre a heterogeneidade.

Entendida como um processo histórico e relacional, a heterogeneidade é abordada neste estudo a partir de uma perspectiva que prima pela análise do universo significativo dos atores sociais da pesquisa. Neste sentido, a percepção da heterogeneidade que interessa e que passa a ser interpretada nesta tese é aquela que parte da vivência dos atores e dos significados e usos que dela se fazem.

A dimensão histórica sempre foi central na proposta da tese, pois se conecta com uma perspectiva construtivista, uma vez que a concepção de historicidade aqui adotada sublinha os aspectos simultâneos de “objetivações” e “interiorizações” da realidade social (ALVES, 2010). Assim, por um lado, remete a mundos objetivados (condições desiguais de acesso à terra, discursos, regras, hierarquias, instituições, condições materiais) e, por outro, inscreve-se em mundos subjetivos e interiorizados (formas de sensibilidade, de percepção, de conhecimento, práticas, crenças e saberes).

Dentro dessa perspectiva, estava claro para mim que a definição do campo empírico não poderia se dar de forma fortuita. O recorte deveria estar conectado com a problemática social e com a premissa teórica da qual estava me aproximando, de maneira que o empírico deveria me fornecer elementos que permitissem confrontar a teoria a partir de uma constituição social com elementos relevantes em contextos mais amplos e não apenas circunscritos a um caso particular.

Desse ponto de vista, estabelecemos o recorte empírico a partir da problematização de uma região conformada a partir de colônias de imigração estrangeira do século XIX, pois acreditávamos que esta se apresentaria como um “laboratório” social capaz de agregar elementos significativos para o entendimento local da heterogeneidade ao mesmo tempo em que permitiria confrontar a teoria e os resultados de outras pesquisas de mesmo tema⁸.

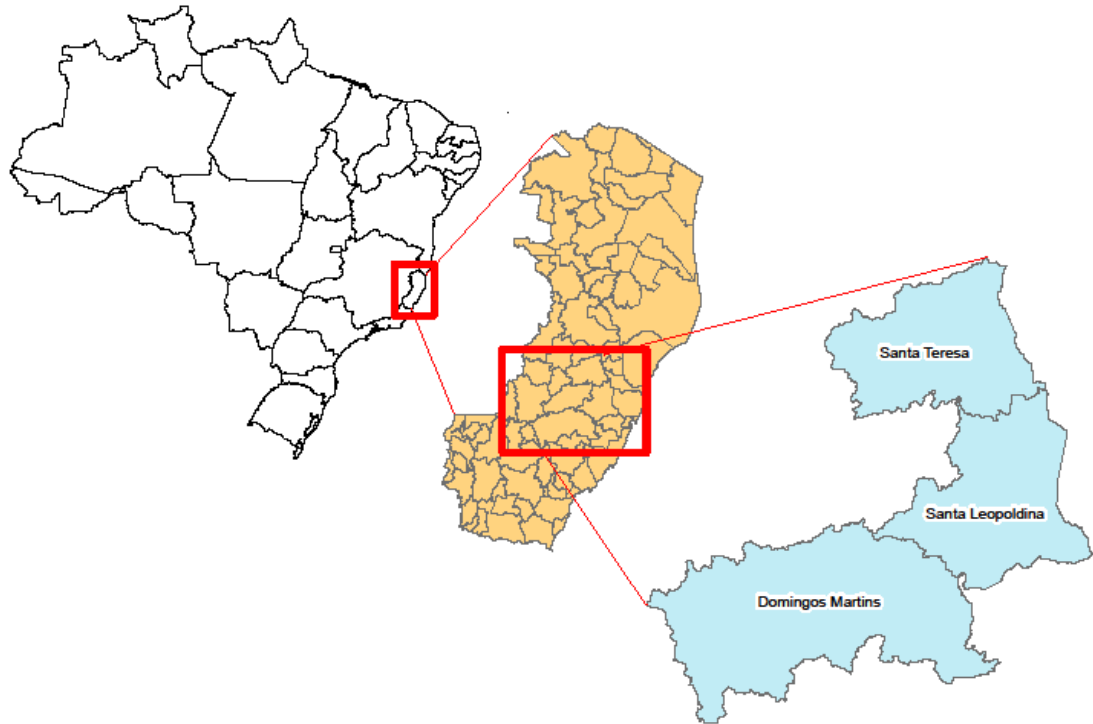
Assim, embora os três municípios selecionados na região central do estado do Espírito Santo estejam na base do recorte empírico, eles por si só não se constituem no objeto de estudo.

⁷ A categoria agricultura familiar é operacionalizada a partir da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. De acordo com essa Lei, é agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família; ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento; dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

⁸ Dialogando principalmente com a bibliografia já referida.

São, antes, uma forma de delimitar o campo, um arbitrário necessário para guiar a inserção empírica e dialogar com os pressupostos teóricos do projeto.

Figura 1 – Mapa do contexto etnográfico



Fonte: Geobases, 2017.

Os atuais municípios de Domingos Martins, Santa Teresa e Santa Leopoldina conformaram-se a partir das colônias de Santa Isabel (1847) e Santa Leopoldina (1857), respectivamente⁹, e a “ligação histórica” com a imigração passa a ser o fato mais recorrente não só nos depoimentos e nas interpretações dos sujeitos que participaram da pesquisa, mas também da historiografia de uma forma mais geral.

Atualmente, a agricultura é a principal atividade econômica nos três municípios. A partir da análise da composição dos PIBs municipais, chegamos à conclusão de que, nos municípios analisados, a agricultura ocupa o maior percentual de composição do índice, representando mais de um terço do seu total.

⁹ Não incluímos na pesquisa empírica a colônia Rio Novo (1854), pois ela começou como uma empreitada particular, só depois sendo adquirida pelo Império.

No estado do Espírito Santo como um todo, a agricultura familiar está presente em cerca de 80% dos estabelecimentos agropecuários. Nos municípios de análise, repete-se o grande percentual de estabelecimentos considerados da agricultura familiar: em Domingos Martins, 86,73% dos estabelecimentos são da agricultura familiar; em Santa Leopoldina, 82,24%; e, em Santa Teresa, 81,27% dos estabelecimentos se enquadram na categoria, segundo dados do IBGE (2006).

Se pensarmos estes estabelecimentos a partir de grupos de área¹⁰ em hectares, é possível estabelecer a ocorrência elevada de estabelecimentos com menos de 50 hectares nos três municípios. O município de Domingos Martins tem 42% de seus estabelecimentos com área menor de 10 hectares. Somados os grupos 1 (menos de 10 ha), 2 (menos de 20 ha) e 3 (menos de 50 ha), é possível perceber que mais de 90% dos estabelecimentos do município têm menos de 50 hectares. Santa Leopoldina também apresenta concentração de estabelecimentos nos três primeiros grupos, possibilitando observar que 89,5% dos estabelecimentos deste município têm menos de 50 hectares. Por último, Santa Teresa também apresenta as mesmas características, dado que mais de 85% dos estabelecimentos têm área menor de 50 hectares, contudo, o município detém o menor percentual entre os três municípios.

Em relação à matriz agrícola, nos três municípios de análise, café e banana representam os principais produtos, chegando a ocupar até 97,57% da área destinada à colheita em lavoura permanente no município de Santa Teresa. Por outro lado, esses municípios se distinguem por abastecer a região da grande Vitória, principalmente com produtos hortifrutigranjeiros, destacando-se a produção de olerícolas, ovos, tomate, gengibre, inhame, dos quais os últimos figuram como produtos de exportação¹¹.

Como a proposta desta tese é abordar a heterogeneidade a partir de representaçõesêmicas¹², esses dados representam uma breve caracterização dos municípios com o objetivo de aproximar o leitor ao campo de estudo. Eles demonstram a importância da agricultura, o grande percentual de pequenos estabelecimentos da agricultura familiar, a importância econômica do café, da função de abastecimento da grande Vitória, mas nos dizem muito pouco sobre o foco da tese.

E não foram de fato esses números ou a inspiração de estudos que os utilizam o que nos levou a recortar o empírico nestes três municípios, mas, sim, a imigração como um arbitrário,

¹⁰ A partir de dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) foram divididos sete grupos diferentes por área em hectares, cuja tabela pode ser verificada nos Anexos deste trabalho (Anexo 1).

¹¹ Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater) dos municípios de análise.

¹² Ou seja, a partir da interpretação das categorias e das representações dos sujeitos da pesquisa.

uma vez que a nossa suposição inicial era a de que a política de imigração teria dado as bases ideológicas e materiais (acesso desigual à terra, por exemplo) para a desigualdade e não somente as bases culturais e humanas para a heterogeneidade.

Supostamente lógica, essa premissa, no entanto, fez-me adentrar na problematização da imigração enquanto discurso, e, aos poucos, o que era apenas um arbitrário para definição do campo foi sendo incorporado na tese inclusive para refletir acerca da noção da agricultura familiar, dado que, como poderemos constatar, muitos estudos apontam a origem da agricultura familiar na figura do colono.

A partir da definição do campo empírico e relacionado a sua justificativa, um dos primeiros passos metodológicos foi fazer um levantamento documental e bibliográfico a respeito da imigração no Brasil e no Espírito Santo. Escassez de mão de obra e necessidade de colonização de áreas consideradas vazias eram os temas mais recorrentes nos discursos da época, fato que também adentrou nas interpretações historiográficas. No entanto, o que esses documentos revelaram foi a proliferação de discursos racistas, revestidos numa colonialidade de poder e saber (QUIJANO, 2000, 2007, 2009; MIGNOLO, 2009).

Brustolin (2009) argumenta que algumas teorias racistas desenvolvidas nos EUA e na Europa, no início do século XIX, tiveram repercussão no Brasil e foram assimiladas por intelectuais da época para justificar a inserção do imigrante branco numa tentativa de enfrentar a situação racial brasileira.

Desde este viés, “a necessidade de trazer imigrantes não correspondia apenas ao suprimento de braços às lavouras de café, tinha a finalidade explícita de permitir a emergência de uma nação racialmente homogênea” (BRUSTOLIN, 2009, p. 65), com efeitos materiais quando se definiram instrumentos como a Lei de Terra de 1850, e simbólicos quando se propaga o discurso racista da superioridade do trabalhador europeu.

Embebida nesta discussão e com maior aproximação ao assunto, análises historiográficas foram confrontadas a partir de uma perspectiva pós-colonial que deu as bases para fazer uma releitura da conformação histórica da região de estudo, objetivo do Capítulo 3. Este objetivo específico responde às perguntas: Quais as bases discursivas presentes no contexto da pesquisa? Como a historiografia oficial maneja a imigração e o processo de modernização da agricultura? Como esses discursos repercutem nos processos de distinção e diferenciação dos diferentes coletivos¹³ e como esse discurso, trabalhado desde a perspectiva

¹³ O termo *coletivos de agricultores* está sendo utilizado em alusão à discussão trazida por Latour (1994) e Castro (2002). Para Latour “a natureza e a sociedade não são dois polos distintos, mas antes uma mesma produção de sociedades-naturezas de coletivos” (LATOUR, 1994, p. 137). Esta referência permite pensar que não há como

de mito (BARTHES, 2001), pode ser considerado para pensar os efeitos sociais que se processam entre coletivos de agricultores?

Desde essas perguntas e, sobretudo, em virtude do trabalho de campo realizado com mediadores e agricultores, constatou-se que narrativas do mito da imigração continuam circulando na atualidade e são utilizadas por diferentes atores sociais para dar sentido às práticas e à heterogeneidade dos coletivos de agricultores, ao mesmo tempo em que estabelecem hierarquizações entre eles.

Mas não é só no nível do campo empírico que o mito da imigração circula. Refletindo acerca da noção de agricultura familiar e da forma como é utilizada em diferentes campos sociais, foram constatadas correspondências entre as narrativas que circulam no mito da imigração, principalmente aquela que relaciona a identidade do colono com o agricultor familiar.

Embora a categoria tenha se revestido de uma conotação conceitual que acabou figurando em diversos estudos acadêmicos¹⁴, propomo-nos a pensá-la enquanto um constructo social que acarreta diferentes efeitos sobre os diversos coletivos de agricultores, assunto que é abordado em diferentes capítulos da tese, pois sublinha a articulação de diferentes níveis e regimes de poder (CASTRO-GÓMEZ, 2007) que se processam entre os diversos coletivos de agricultores.

Esse foi, talvez, o momento mais crucial e importante (entendido enquanto um processo) de *estranhamento* (DAMATTA, 2000; ESCOBAR, 1999a) das categorias que eu operava na execução de minhas atividades enquanto extensionista e pesquisadora. Assim, o movimento de *transformar o familiar em exótico* demandava o desligamento das próprias convicções e certezas da prática profissional, compreendendo o que DaMatta chamou de “desligamento emocional”, propiciado, segundo o autor, pela mediação entre o corpo de teorias e o *estranhamento* da própria realidade *familiarizada*.

Neves (2005) sugere que o termo agricultura familiar, para classificar e designar agricultores familiares em contraposição ao termo patronal, conseguiu um rápido consenso e passou a aglutinar num mesmo sistema de comunicação temática diversos agentes sociais (agricultores, mediadores, cientistas). Na interpretação da autora, houve um esforço coletivo na

separar o agricultor (sujeito) de sua prática social (agricultura) na qual se desenvolve uma complexa produção sociedade-natureza. Para Castro (2002), por outro lado, as leituras antropológicas devem ultrapassar as dicotomias criadas pela tradição antropológica e relacionar os elementos indivíduo/sociedade; natureza/cultura.

¹⁴ Schneider (2003) salienta que a década de 1990 marcaria, no Brasil, a consolidação e a afirmação da agricultura familiar, sobretudo a partir da legitimidade tanto política quanto do uso analítico do conceito agricultura familiar.

construção de uma proposta de enquadramento dos produtores mercantis (*pequenos produtores agrícolas, sitiantes* ou, no plano mais acadêmico, camponeses) enquanto *agricultores familiares* (NEVES, 2005, p. 71).

Ao reconhecer a diversidade como resultado de diferentes graus de adesão e de integração dos “colonos” aos mercados, o que é atribuído como uma das diferenciações entre agricultores familiares e camponeses (SCHNEIDER, 2003, 2006; ABRAMOVAY, 1981, 1992), os estudos acadêmicos sublinham a origem social dos agricultores familiares na existência do colono, mostrando como o *ethos* deste se reproduz, apesar da integração aos mercados (NIEDERLE, 2007).

Além de Niederle, outros pesquisadores aderem ao termo colono para sustentar, nessa categoria, a gênese social dos agricultores familiares¹⁵. Ao fazê-lo, essas narrativas, que privilegiam o colono metamorfoseado em agricultor familiar, acabam preterindo outros processos e *ethos* que compõem a heterogeneidade das muitas formas de fazer agricultura e ser agricultor, o que sublinha, também na academia, a invisibilidade histórica e social de coletivos que acabam sendo os “demais coletivos de agricultores” que não fazem parte da “agricultura familiar propriamente dita” ou os chamados “públicos diferenciados” ou ainda “outros rurais”.

Na extensão rural, o termo também teve forte e ampla aceitação. Segundo Neves (2005), o agricultor familiar se consolida como o produtor desejado, o agricultor que representa a possibilidade de um novo desenvolvimento. Para a autora, o termo agricultura familiar também carrega um significado mais positivo, uma vez que abandona os sentidos negativos atribuídos a camponeses e pequenos agricultores, haja vista que o agricultor familiar está integrado aos mercados.

Nesse sentido, a própria autora adverte que agricultura familiar é muito mais uma categoria de ação política do que um conceito propriamente dito. Utilizada de forma a contrapor diferentes características produtivas e sociais e amplificada pela discussão do desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar também se tornou uma categoria criada em oposição a agricultura patronal, o que tem levantado calorosas discussões em torno de maniqueísmos reducionistas (SCHNEIDER, 2009) que contrapõem os dois modelos.

¹⁵ Abramovay (1981), Conterato (2004, 2008), Escher (2011), Schneider (1999, 2006) e Gazola (2004) utilizam o conceito agricultura familiar para pensar as formas familiares de trabalho e produção em regiões do Rio Grande do Sul, com forte presença de descendentes de imigrantes europeus, fato que contribuiu para essas conclusões, que foram *naturalizadas* por outros pesquisadores. No Espírito Santo, o estudo de Bergamim (2004), por exemplo, aborda a constituição da agricultura familiar no Espírito Santo a partir das imigrações europeias do século XIX, invisibilizando demais coletivos presentes historicamente no rural capixaba.

Uma pesquisa realizada em 2014¹⁶ com mediadores que estavam implementando o Programa Incluir no Campo¹⁷, apesar de não ser no contexto empírico da pesquisa, permitiu-me maior clareza nos processos de diferenciação dos agricultores. Os depoimentos dos extensionistas são claros ao afirmar uma relação direta entre a primazia de atendimentos efetuados pela extensão rural pública e a heterogeneidade social e econômica dos diferentes coletivos de agricultores, revelando além dos processos de classificações e diferenciação entre os agricultores, os efeitos sociais sobre esses coletivos.

A pesquisa foi além dessa constatação e permitiu estabelecer que a noção de agricultura familiar está mais direcionada para designar um grande grupo de diferentes agricultores que têm em comum, além das características sustentadas pela definição operacional, o fato de estarem designados como público do extensionista e estarem qualificados para os novos processos de desenvolvimento rural, como havia apontado Neves (2005) no artigo já citado.

Coelho (2015), a partir de uma etnografia que congregou diversos mediadores de diferentes esferas e níveis de atuação, mostra como a consagração da ideia de agricultura produtiva e econômica vinculada à noção de agricultura familiar foi desqualificando e invisibilizando outros agricultores que aparecem, apesar de estarem dentro do guarda-chuva da agricultura familiar, como “não adequados” e também “não qualificados” para o próprio Pronaf (COELHO, 2015).

Da mesma forma, nos diálogos com diferentes mediadores, pude observar que havia uma tendência de desqualificação de determinados coletivos como possíveis representantes da diversidade da agricultura familiar do município, sobretudo os quilombolas. Em contraposição, os agricultores que se mostravam como os mais qualificados para participar da pesquisa eram os denominados agricultores familiares de sucesso, representados por descendentes de imigrantes, proprietários de terra, vinculados aos mercados e que adotavam tecnologias disponibilizadas pelo modelo vigente.

Nesse sentido, a noção está carregada de significados compartilhados que acabam repercutindo socialmente sob os diferentes coletivos. Um dos efeitos sociais é que a noção de agricultura familiar permite aos agricultores mais próximos da imagem do *colono* (identidade social criada em oposição aos “homens de cor”) terem melhores condições de influenciar nos

¹⁶ CONTERATO, M. A.; RODRIGUEZ, C. J. S. Programa Incluir no Campo: aproximações críticas sobre a implementação de um programa de desenvolvimento rural no estado do Espírito Santo/Brasil. In: CONGRESO ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL, 10., 2014, México, DF. **Anais...** México: Alasru, 2014.

¹⁷ O Programa Capixaba de Redução da Pobreza – Programa Incluir, foi oficialmente lançado em 2011, e o Programa Incluir no Campo foi lançado em 2012, seguindo as mesmas diretrizes e orientações do Programa que o procedeu e no qual está inserido, mas agora direcionado para o público rural.

próprios padrões de acesso às instituições do Estado, dotando-os de melhores recursos e capacidades para *fazer coisas*, conforme salienta Bebbington (1999) a partir da análise da importância do capital social, tema tratado no Capítulo 7.

A categoria, portanto, como salienta Neves (2005), está de certa forma sedimentada nos discursos e comporta uma série de significados carregados no/pelo termo, o que revela a correspondência dos processos de diferenciação e distinção que acometem os diferentes coletivos de agricultores¹⁸ familiares.

Vemos, na mediação rural e em outros campos, a utilização de uma noção que representa um grande guarda-chuva que, num primeiro momento, congrega os mais diversos coletivos de agricultores num processo que permitiu visibilidade desde uma perspectiva orgânica e harmônica.

Contudo, praticado o *estranhamento* como ponto de partida para a problematização da noção, eclode um processo de acirramento de distinções e hierarquias em que se reafirma um padrão de saber-poder no qual se pratica o “encobrimento do outro” (DUSSEL, 1993) a partir do jogo que poderia ser metaforicamente denominado de invisibilidade-visibilidade, uma vez que a invisibilidade de determinados coletivos se faz a partir da supervalorização daqueles que aparecem¹⁹ enquanto representantes *natos* da agricultura familiar.

Embora a noção tenha possibilitado a emergência e a consolidação de agricultores alijados dos processos de desenvolvimento, seu uso tem acarretado invisibilidades de coletivos que perpetuam formas de resistência aos processos de mercantilização e modernização da agricultura, criando mecanismos que procuram impor *agriculturas* a partir de um ideário que coloniza a realidade.

Para lidar com essas incongruências e evitar cair em possíveis armadilhas que acirrem as invisibilidades sociais, penso que a categoria FFTP tem a vantagem de não estar carregada semanticamente de processos ideologizados e políticos. Permite, também, a contraposição a

¹⁸ Segundo Schmitz (2008, p. 5), “Na América Latina, o Brasil e o Paraguai são os únicos países, nos quais os trabalhadores da agricultura e os agricultores estão organizados conjuntamente para efeito de representação política. O nome ‘sindicato dos trabalhadores rurais’ não explicita a diversidade real das categorias sociais que o mesmo comporta como membros associados. Em muitas regiões brasileiras, os agricultores familiares constituem a maior parte dos sócios. Os que trabalham exclusivamente como assalariados na agricultura (por exemplo, diaristas, empreiteiros, boias-frias, assalariados permanentes) são contratados, tanto pela agricultura empresarial, quanto pela agricultura familiar. Os conflitos sociais entre estas diferentes categorias são escamoteados pelo fato de todas elas serem representadas por um sindicato comum.”

¹⁹ Esse assunto será retomado nos próximos capítulos, mas, *a priori*, é preciso dizer que Oliveira (2005) mostra como a invisibilidade dos quilombolas de Retiro está relacionada com a supervalorização dos agricultores imigrantes. “Em Santa Leopoldina, a construção da invisibilidade do negro por parte de instituições do poder público passa pela construção da visibilidade dos agrupamentos de imigrantes europeus.” (OLIVEIRA, 2005, p. 60).

uma série de interpretações e representações, inclusive na academia, já cristalizadas por uma colonialidade do saber e do fazer, principalmente a partir da identidade social do *colono*.

O entendimento adotado nesta tese é o de que as FFTP congregam agricultores que praticam suas atividades rurais (agrícolas e/ou não agrícolas) a partir de uma representação social em que terra, trabalho e família funcionam como categorias nucleantes e relacionais (WOORTMANN, 1990).

Essas atividades são entendidas como práticas sociais que comportam diferentes repertórios culturais, hierarquias e relações de poder, assim como diferentes sentidos são atribuídos a cada um dos elementos nucleantes da constituição das FFTP. É o rebatimento destes níveis relacionais e organizacionais que repercutem nas diferentes estratégias dos agricultores, o que colabora para a constituição e a perpetuação da heterogeneidade.

Nestes termos, cada vez mais o caminho percorrido na pesquisa se distanciava das abordagens de viés mais econômico e se incorporava dentro de uma perspectiva etnográfica a partir da análise dos significados nativos sobre a heterogeneidade. Dessa perspectiva, foi surgindo a convicção de que, no contexto da pesquisa, há um empreendimento social de constituição de diferentes *formas de fazer agricultura e modos de ser agricultor* que relaciona importantes esquemas de produção e apreciação das práticas socialmente utilizadas para distinguir e hierarquizar coletivos.

Este breve relato da perspectiva teórico-metodológica que fundamenta a tese, bem como a justificativa para a delimitação do campo, permite-me explicitar a segunda experiência fundamental para os resultados deste trabalho: a constatação de um sistema de classificação utilizado para explicar a heterogeneidade das agriculturas e marcar as diferenças nas *formas de fazer agricultura e ser agricultor*.

Assim, embora concorde com as teses que apontam a importância de compreender o crescente processo de mercantilização da agricultura e suas consequências, a problemática deste trabalho foi construída a partir de uma perspectiva que sublinha a importância dos processos históricos de classificação social dos coletivos de agricultores e de suas práticas sociais, situando a **justificativa** do tema em decorrência das determinações sociais que se processam entre eles em virtude de suas posições sociais²⁰ historicamente definidas e não arbitrariamente identificadas a partir da modernização.

Se a justificativa é referente aos efeitos sociais relacionados aos processos de classificação, diferenciação e distinção social, as formas de apreender a heterogeneidade e os

²⁰ Esta justificativa também se relaciona com a exiguidade de estudos referentes às formas familiares de trabalho e produção no estado do Espírito Santo, sobretudo dentro da proposta aqui apresentada.

parâmetros de “medida” requereram uma “porta de entrada” (VANCLAY; MESTI; HOWDEN, 1998) diferente daquela proposta pelos estudos apontados anteriormente. A reflexão que emerge desta consideração sublinha a necessidade focalizar na pesquisa os elementos sociais presentes na forma como a constituição da heterogeneidade das FFTP é localmente apreendida.

E aqui me aproximo da afirmação de Escobar (1999a) de que o discurso e a linguagem não se consideram como reflexo da realidade social, senão como constituintes dela mesma. Essa afirmativa me fez transitar metodologicamente entre as práticas sociais e os discursos, entendidos como aspectos indissolúveis e indivisíveis da vida social.

Nestes termos, os discursos que circulam no contexto da pesquisa — sejam estes as metalinguagens identificadas a partir da perspectiva de mito proposto por Barthes (2001), sejam as representações nativas que justificam as diferenças naturalizando os modos de *ser agricultor* e *fazer agricultura*, sejam os cultivos que são utilizados como linguagens sociais para marcar posições sociais ou como estratégias repletas de significados sociais — não estão dissociados das práticas sociais dos agricultores, uma vez que estas são compreendidas como construções sociais que emergem das condições reais dos próprios agricultores *vis-à-vis* as dinâmicas e os processos sociais que vivenciam.

Diante de tais premissas, o **objeto** da tese se constituiu em torno das práticas de agricultura e da produção discursiva com o intuito de entender a heterogeneidade para além dos critérios socioeconômicos já consagrados em diversos estudos.

Os capítulos, apesar de seus objetivos específicos, reconstroem o encadeamento social das práticas e dos discursos que vinculam uma complexidade de elementos relacionais que revelam como a heterogeneidade das *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor* é localmente designada e compreendida por meio de atributos utilizados para fazer circular os processos e os efeitos de diferenciação e distinção social. Portanto, com seus objetivos específicos, procuram responder à **pergunta** de como se constitui a heterogeneidade e quais os principais efeitos sociais relacionados aos processos de classificação, diferenciação e distinção social.

Procura-se mostrar como, no contexto social em que se desenvolveu a pesquisa, o que pesa sobre os diferentes coletivos é a forma como os discursos e as representações são utilizados para legitimar e/ou desqualificar determinadas práticas de agricultura ao mesmo tempo em que estas são utilizadas para, nas palavras de Bourdieu (1996), agir sobre o mundo social, revelando que a forma de constituir a heterogeneidade a partir dos *modos de ser agricultor* e as formas de *fazer agricultura* se aproximam de esquemas de produção de práticas, ao mesmo tempo em que são esquemas de apropriação e apreciação destas (BOURDIEU, 2004).

Do resultado dos pressupostos teóricos em correspondência com o campo empírico, a premissa desta tese é de que a heterogeneidade das FFTP observada nos municípios de Domingos Martins, Santa Teresa e Santa Leopoldina deriva de uma construção histórica e relacional que envolve duas grades discursivas que abrangem os diferentes coletivos de agricultores.

A primeira diz respeito a um complexo sistema de classificação social que utiliza atributos que *naturalizam* as diferenças. A segunda distingue os coletivos em termos de aproximação/distanciamento a partir de pressupostos da modernização da agricultura.

Estes sistemas de classificação distinguem e hierarquizam os agricultores e suas agriculturas, atribuindo diferenças que justificam as próprias práticas na agricultura e a repercussão em diversificadas trajetórias e estratégias.

Refletindo sobre o contexto empírico, hoje percebo como esse processo foi fundamental para energizar os pressupostos que levei ao campo, e o que tinha partido de uma necessidade de construir uma arbitrariedade para desenhar um recorte de pesquisa revelou processos sociais que emergiram como “fatos etnográficos”²¹ (EVANS-PRITCHARD, 1985) que colocaram não só nova luz ao problema, como me obrigaram a transitar por algumas tensões interpretativas.

Pela importância central que o trabalho de campo assumiu no desenrolar da tese, peço a atenção do leitor no sentido de acompanhar a explanação dos principais assuntos que rondam as reflexões aqui contidas e como o campo e os momentos de estranhamento das chaves de leitura utilizadas para compreender a configuração da agricultura familiar no Espírito Santo foram decisivos na construção da problemática.

1.1 DIALOGANDO COM OS FATOS ETNOGRÁFICOS: CULTIVOS ÉTNICO-RACIALIZADOS E O TENSIONAMENTO DE CATEGORIAS

Entrei na estrada que me levaria para a localidade de Caramuru, município de Santa Leopoldina, acompanhada por dois mediadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). No caminho, observava atentamente os inúmeros plantios de hortaliças, tubérculos e culturas alimentares que juntos confirmavam relatos de que naquele território eu poderia observar várias pequenas propriedades com plantios diversificados, segundo eles, características de agricultores pomeranos.

²¹ O antropólogo sustenta que a descoberta antropológica se dá a partir de “fatos etnográficos”, ou seja, são os acontecimentos e descobertas no campo que, em última instância, possibilitam a elaboração das perguntas para o pesquisador.

No município de Santa Teresa, visitei uma família de agricultores produtores de café conilon. No percorrer do caminho, consegui avistar outras tantas propriedades que se dedicavam ao mesmo plantio, deixando a paisagem característica daquilo que me havia sido relatado como uma região de italianos.

Acompanhada de uma quilombola, fui fazer minha observação direta numa fazenda vizinha à comunidade de Retiro, município de Santa Leopoldina. Ao chegar à lavoura, fui recebida pelos trabalhadores quilombolas que me explicavam que “trabalhar para os outros” era já uma coisa dos antigos.

Retumbavam sobre essas práticas e paisagens os primeiros depoimentos que coletei na fase inicial da pesquisa de campo, que de imediato transcrevo a seguir.

Em termos de trabalho, o alemão é mais para a parte da verdura e o italiano para a parte do café. [...] Sempre foi assim. [...]. Porque a parte de hortigranjeiro é dinheiro todo dia, e o café é uma vez por ano. [...] O italiano gosta de ver aquele monte de dinheiro ... o italiano gosta de ver aquele monte, está entendendo agora? O alemão, você pode reparar, ele tem o seu carrinho, tem a sua areazinha, ele quer aproveitar mais a área, e o italiano quer ter quantidade. O italiano gosta mais de quantidade. Vai lá e compra mais terra, ou compra casa, o alemão guarda. [...] O italiano pega o dinheiro e gasta, o alemão guarda. [...] você pode ver, o italiano quer mais boi, mais tudo, ele tem área grande e quer criar boi. (EA1)²².

O segundo depoimento é de um agricultor do município de Santa Leopoldina.

[...] Eles [quilombolas] não têm iniciativa para aumentar, para plantar, para dizer que vai fazer um plantio de gengibre para ganhar dinheiro, eles não têm essa iniciativa. Eu vou fazer um cafezal, eles não têm essa iniciativa. Isso é com os europeus, pomeranos, alemães. [...] essa ambição de querer ganhar dinheiro é com os europeus. (EA2).

As Figuras 2 e 3 são exemplares de como a heterogeneidade é visualmente estabelecida pelos atores. A Figura 2 é uma foto que foi feita a partir de uma situação na qual um mediador parou o carro para me mostrar uma propriedade considerada por ele como sendo “genuinamente pomerana”, sublinhando que ali havia muita diversificação e produção de olerícolas, fato contraposto às práticas visualizadas na Figura 3, uma foto de paisagem numa localidade “tipicamente italiana”, mostrando os estabelecimentos nos quais a característica mais importante é o cultivo do café e a pouca diversificação de cultivos.

²² Relato de um agricultor que se auto identifica como italiano por descendência.

Figura 2 – Foto de uma propriedade pomerana



Fonte: Propriedade rural na comunidade Alto Caldeirão. Santa Teresa, 2015.
Elaboração da autora, 2015.

Figura 3 – Foto de uma paisagem “italiana”



Fonte: Proximidade da comunidade de Tabocas. Santa Teresa. Elaboração da autora, 2015.

Dos trechos selecionados, é possível reter dois pontos fundamentais de análise. O primeiro diz respeito a que os agricultores e suas agriculturas estão sendo categorizados por esquemas de percepção e apreciação de práticas nos quais fica clara a vinculação de diferentes *formas de fazer agricultura* a específicos *modos de ser agricultor*: italiano com especialização no café, voltado para a comercialização de grande vulto e com tendência a aumentar o tamanho das terras; pomerano com diversificação de cultivos e pequenas vendas cotidianas; quilombolas com a prática de venda da sua força de trabalho e sendo qualificados pelo atributo de ausência de valores referenciados a partir do europeu.

Mas também se apresentava, diante de meus olhos e ouvidos (OLIVEIRA, 2000), um segundo ponto: os esquemas em questão têm como base o funcionamento de um pensamento racial²³ (variante de acordo com os contextos sociais) que orienta a divisão dos agricultores em tipos *naturalizados*, ou seja, categoriza as pessoas em termos de diferenças assumidas tendo como ponto de referência a origem e a descendência étnico-racial (italianos e alemães, na primeira passagem; quilombolas e europeus, na segunda).

Desta constatação, a dinâmica da racialização entre os coletivos se mostrava muito presente e também uma potente chave de interpretação da realidade. Mas como interpretá-la?

Guimarães (2003) enfatiza a necessidade de distinguir a categoria raça em termos de conceito analítico (aquele que se processa dentro de um corpo teórico) do conceito nativo (categoria com sentido prático). Analiticamente, as raças são uma construção social que relaciona discursos sobre origem que essencializam traços fisionômicos e qualidades morais e intelectuais (*Ibid.*, p. 96), contudo, para entendê-las, é preciso compreender o que significam e sobre quais esquemas se fundamentam.

No contexto da pesquisa, os discursos de origem naturalizam a heterogeneidade a partir da essencialização de traços comportamentais (práticas de agricultura) e morais em que se vê a circulação de narrativas presentes no mito da imigração. Ou seja, do ponto de vista nativo, a raça (que em algumas situações é uma atribuição de cor, em outras uma atribuição étnica) naturaliza os diferentes *modos de ser agricultor* e de *fazer agricultura*, constituindo não só um esquema de interpretação da heterogeneidade, mas um forte componente de produção e percepção de práticas e um atributo de distinção que hierarquiza coletivos e define “oportunidades desiguais” (HALL, 2014).

Nessa mesma linha de raciocínio, temos a argumentação de Wade (2011) para quem, dada a intrínseca relação da raça com os processos de colonialismo e imperialismo, torna-se relevante a análise das relações sociais que estão submetidas a esse tipo de classificação. Como defende o autor, “las ‘razas’ son construcciones sociales, pero se reconoce que eso no evita que la raza sea una noción muy importante y a menudo profundamente arraigada que afecta en formas sustanciales el comportamiento de la gente y sus oportunidades.” (WADE, 2011, p. 211).

²³ O pensamento racial é elaborado a partir de uma classificação na qual os humanos se “dividem em tipos naturales, cada uno con sus características naturales, es lo que Hirschfeld llama el concepto de raza. Este supuesto cognitivo básico se manifiesta en formas específicas y muy variables, que Hirschfeld llama modos de pensamiento racial” (WADE, 2011, p. 218). Assim, o pensamento racial parte da categorização de pessoas a partir de diferenças naturais assumidas como constituintes desta ou daquela raça.

Os autores sugerem, portanto, que raça enquanto categoria analítica deve ser entendida como uma construção social que naturaliza práticas e qualidades morais que precisam ser compreendidas a partir dos sentidos nativos, e Wade (2011) sublinha a importância de compreender também os efeitos sociais desse processo de racialização, surgindo o questionamento sobre os efeitos sociais dos esquemas de racialização presentes no contexto da pesquisa.

A colaboração desses autores foi fundamental para entender a dinâmica da heterogeneidade no contexto analisado. Localmente não se desvinculam as *formas de fazer agricultura* — o que abrange as técnicas, as práticas, os saberes, a organização do estabelecimento, as relações com diferentes atores e organizações (mercados, esferas do governo e suas agências, etc.) — dos *modos de ser agricultor*, sendo a naturalização e a racialização das diferenças fortes componentes (não os únicos) de diferenciação, de distinção e de hierarquização entre os coletivos de agricultores.

Com essas bases, pude me aproximar das sugestões de Neves (1995, p. 31-34) para quem as determinações sociais, as tendências e o jogo de forças dos contextos se tornam elementos importantes na compreensão das trajetórias que resultam de um campo de possibilidades delimitadas pelo próprio contexto social, o que permite caracterizar as especificidades e, no caso desta tese, compreender a heterogeneidade das formas de *fazer agricultura* e de *ser agricultor* como expressões das posições ocupadas pelos agricultores e suas agriculturas.

Analiticamente, as *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor* constituem esquemas de produção e percepção das práticas de agricultura. Ambas noções estão revestidas de processos de socialização que garantem aos atores sociais um esquema de percepção do mundo, permitindo a organização da prática agrícola que inclui não só saberes, como também valores sociais e poderes.

Nesse sentido, essas noções referem-se também às condições objetivas inscritas nos diferentes coletivos, contudo, identificadas e interpretadas a partir de concepções nativas que relacionam as práticas mais usuais a cada um dos coletivos, promovendo diferentes efeitos de diferenciação e distinção, o que repercute nas diferentes oportunidades e possibilidades de/para *fazer coisas*.

Ao tratar a heterogeneidade nestes termos, emergem a articulação e a imbricação de um sistema de classificação social que diferencia e distingue espacial e racialmente os coletivos de agricultores, de onde vem à tona a pergunta: de que forma o sistema de classificação repercute

nas chances e oportunidades de vida dos diferentes coletivos a partir da articulação de práticas e estratégias sociais? Este assunto é tratado no último capítulo da tese.

A condução dos capítulos procura justamente desenhar o caminho percorrido na pesquisa. Além da introdução, esta tese está organizada em mais seis capítulos e as considerações finais.

O capítulo que se segue é um compêndio do percurso metodológico, com demonstração geral das principais técnicas e ferramentas de pesquisa. O terceiro capítulo é a reconstituição da conformação histórica e social da região de estudo, explicitando as dinâmicas de racialização e *colonialidade* empreendidas no mito da imigração e no discurso salvacionista do desenvolvimento e da modernização da agricultura.

O quarto capítulo responde ao objetivo específico de reconhecer e analisar as principais práticas de agricultura a partir da análise dos significados sociais atribuídos às atividades desenvolvidas no contexto da pesquisa. O quinto capítulo também analisa as práticas, porém desde o viés das relações de trabalho que são relacionadas aos significados, estratégias e condições sociais dos diferentes coletivos. Os dois capítulos têm cunho mais etnográfico e demonstram que tanto os cultivos quanto as relações de trabalho estabelecidas entre os diferentes coletivos estão articulados a processos que vinculam *modos de ser agricultor e formas de fazer agricultura*.

O sexto capítulo responde ao objetivo de compreender os esquemas nativos de classificação, hierarquização, diferenciação e distinção dos diferentes coletivos de agricultores, mantendo a articulação com os processos de racialização que circulam nos mitos da imigração e do desenvolvimento.

O último capítulo compreende uma análise que apresenta as diferentes estratégias desenvolvidas pelos agricultores questionando-se sobre os efeitos das narrativas que circulam no contexto social analisado. Por último, as considerações finais revelam a resposta defendida nesta tese.

2 PERCURSOS E RECURSOS METODOLÓGICOS

A la tentación que siempre surge de transformar los preceptos del método en recetas de cocina científica o en objetos de laboratorio, sólo puede oponérsele un ejercicio constante de la vigilancia epistemológica que, subordinando el uso de técnicas y conceptos a un examen sobre las condiciones y los límites de su validez, proscriba la comodidad de una aplicación automática de procedimientos probadas y señale que toda operación, no importa cuán rutinaria y repetida sea, debe repensarse a sí misma y en función del caso particular. (BOURDIEU, 2002, p. 16).

A tese desenvolveu-se dentro de uma matriz qualitativa, com emprego da perspectiva etnográfica como modelo de orientação teórico-metodológica que serviu como guia das posturas de coleta de dados, assim como na posterior interpretação que se somou no intuito de compreender os mundos e as vidas de sujeitos situados em seus universos sociais (MARCUS, 2001; GEERTZ, 1989).

Desta forma, a perspectiva etnográfica, associada a técnicas e ferramentas diversas, permitiu, a partir das “sugestões” do campo, interpretar as práticas, relações sociais, os discursos e as estratégias, ou seja, as *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor*, para recompor as conexões e as associações utilizadas na construção da heterogeneidade dos coletivos.

O empreendimento da perspectiva etnográfica, enquanto uma abordagem de orientação do processo de *estar no campo*, estabeleceu uma situação de diálogo entre mim e os demais atores da pesquisa a partir da confrontação de diferentes mundos semânticos que me permitiu *ouvir* os interlocutores *falando* sobre o que criam e compartilham (OLIVEIRA, 1998).

Selecionei duas imagens que representam um pouco desse processo que Oliveira (1998) chamou de encontro etnográfico. Na primeira imagem (Figura 4), está o investimento de uma quilombola me ensinando a colher café. A segunda imagem (Figura 5) já reflete a descontração de uma conversa informal.

Figura 4 – Aprendendo a colher café



Fonte: Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

Figura 5 – Conversa descontraída com agricultora



Fonte: Domingos Martins. Elaboração da autora, 2016.

Ao encarar o *estar no campo* como um processo de ensinamento-aprendizagem, coloquei-me, em alguns momentos, como uma “criança no mundo” que espera respostas ao questionar o que se lhe apresenta (SEEGER, 1980). Muitas vezes, como acontece com as crianças, minhas perguntas pareciam ingênuas e desconexas de sentido, contudo, a paciência dos sujeitos a me responder sobre seus universos significativos permitiram uma maior aproximação e entendimento das relações sociais. Por outro lado, a perspectiva etnográfica enquanto método permitiu a aproximação pessoal que despertou angústias, confrontou realidades e permitiu o compartilhamento de aflições e esperanças.

Submetido à abordagem relacional e situacional, o foco etnográfico esteve centrado na percepção das relações sociais situacionalmente informadas. Isso quer dizer que as posições sociais dos diferentes atores foram tomadas como fato importante no entendimento das próprias considerações sobre a heterogeneidade.

Van Velsen (1987) afirma que a análise situacional se difere dos objetivos do estruturalismo por considerar justamente a forma como normas e regras são traduzidas em práticas e manipuladas por indivíduos em situações reais para atenderem fins específicos. Assim, a abordagem situacional permite a revelação dos princípios estruturais, ao mesmo tempo em que é uma análise diacrônica da operação daqueles princípios em situações específicas.

Desta forma, do ponto de vista do método, a abordagem situacional sublinha a importância de referenciar as ações, as atitudes e as interpretações dos próprios atores quanto a seu cotidiano e a suas relações, a fim de facilitar a descrição dos processos sociais, de modo a

compreender como as atitudes e interpretações locais estabelecem correlações entre a estrutura e o ator¹.

Nesses termos, metodologicamente, os diálogos e as observações diretas foram vistas dentro de um prisma relacional e situacional. Percebi que as categorias utilizadas pelos diferentes atores para interpretar a heterogeneidade eram arbitrariedades condicionadas pelos seus lugares na própria estrutura social. Assim, metodologicamente, foi preciso situar *quem fala* para compreender os processos de escolhas sobre *quem se fala* (o que também leva em consideração sobre quem não se fala) e sobre o que se *fala*².

No percurso metodológico, os objetivos específicos foram reconstruídos por meio de seis técnicas: observação direta, entrevistas abertas, diálogos informais, histórias de vida, pesquisa documental e grupos focais. Os principais interlocutores foram agricultores e mediadores de diversas organizações³ que atuam nos municípios de análise e também alguns aposentados.

2.1 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental foi realizada no arquivo público estadual. Analisei, principalmente, a dinâmica discursiva de alguns relatórios de presidentes da província do Espírito Santo. Embora seja considerada parte da pesquisa bibliográfica, alguns trabalhos sobre a historiografia capixaba foram analisados sob o viés documental e o foco também foi a compreensão da dinâmica discursiva⁴.

Nos municípios, foram coletados diferentes fôlderes e informações sobre cada local, com o mesmo objetivo de compreender as mensagens relacionadas à constituição dos diferentes agricultores e como a dinâmica discursiva vinculada à imigração é utilizada.

A Figura 6 retrata um fôlder informativo da Secretaria de Turismo e Cultura do Município de Santa Teresa. Um dos subtítulos do fôlder chama a atenção para o fato de Santa Teresa ser a primeira cidade de colonização italiana do Brasil.

¹ Van Velsen, *op. cit.*, p. 362-367.

² Nestes termos, as próprias lavouras falam, pois são linguagens sociais que comunicam sobre o coletivo de agricultores.

³ Principalmente mediadores que atuam no Incaper, sindicatos dos trabalhadores rurais, secretarias municipais de agricultura e pastores luteranos.

⁴ Dos livros que fazem parte da Coleção Canaã, do arquivo público estadual, enquanto nove publicações são sobre os imigrantes, apenas uma obra tem como temática central os negros no Espírito Santo (lançado em 2015) e outra única referente aos índios botocudos (lançada em 2014).

Figura 6 – Folder da secretaria de Turismo e Cultura de Santa Teresa



Fonte: Elaboração da autora, 2016.

2.2 OBSERVAÇÃO DIRETA

A observação direta refere-se a uma técnica que permite observar e interagir diretamente com os interlocutores da pesquisa (GIL, 1999). Esta técnica foi utilizada durante a permanência e o contato em diferentes localidades, na conversa com os interlocutores (agricultores e mediadores) e no pedido de explicação/explicitação de acontecimentos e fatos ocorridos durante o trabalho de campo.

Apesar de não ter realizado a observação participante⁵ nos termos clássicos consagrados pela antropologia, não descartei a possibilidade de ter empreendido o recurso da perspectiva etnográfica. A observação direta, desde que baseada na perspectiva dialógica subjacente à perspectiva etnográfica, permite compreender e apreender as relações sociais, as práticas, os discursos, as interações e as interpretações locais sobre a heterogeneidade.

A Figura 7 retrata um dia de trabalho de pai e filho na colheita de urucum. A observação direta e a participação em algumas práticas cotidianas permitiram maior aproximação com os agricultores, com seu cotidiano e atividades.

⁵ Não considero que minha pesquisa propicie a observação participante, uma vez que não proponho participação direta e constante durante um longo período de tempo nas localidades da pesquisa.

Figura 7 – Pai e filho trabalhando na colheita de urucum



Fonte: Domingos Martins. Elaboração da autora, 2016.

Do ponto de vista cronológico, a observação direta se deu com mais intensidade na terceira fase do trabalho de campo, entre os meses de janeiro a agosto de 2016. As visitas foram realizadas nos estabelecimentos dos próprios agricultores. Neste domínio, pude observar a disposição das lavouras e as práticas sociais de manejo e cuidado com as plantações, e pude participar de conversas informais e práticas cotidianas. Importante relatar que visitei mais de uma vez algumas propriedades, o que permitiu maior entrosamento e conhecimento entre algumas famílias.

Quadro 1 – Fases do trabalho de campo e aplicação das técnicas

Fase	Técnicas	Atores-chave
1º Fase Janeiro a fevereiro de 2015	Entrevistas Conversas informais Observação Pesquisa documental	Mediadores Agricultores Arquivo público estadual
2º fase Setembro 2015	Grupos focais Conversas informais	Mediadores
3º fase Janeiro a agosto de 2016	Entrevistas Conversas informais Observação	Mediadores Agricultores

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

2.3 ENTREVISTAS ABERTAS

As entrevistas não seguiram um modelo rígido de roteiro, mas tiveram um direcionamento para o assunto em questão e dentro de uma perspectiva dialógica. Desse modo, a perspectiva que se adotou não foi a de “pergunta e resposta”, mas a do estabelecimento de um

diálogo do qual participaram todos os envolvidos na conversa. Assim, apesar de ser uma técnica mais formal que a observação e os diálogos informais, a forma como a entrevista foi processada possibilitou diminuir as assimetrias presentes na própria técnica (GIL, 1999).

Acredito que adotei uma postura pouco convencional, porém muito positiva de não realizar as entrevistas com a participação de uma única pessoa, mas com o envolvimento de outros membros da família que quisessem participar da conversa. A “troca de ideias” entre os interlocutores propiciava diferentes aportes e contribuições, fazendo com que a entrevista se tornasse ela mesma uma oportunidade de troca e de apropriação da história entre eles, sobretudo quando os mais jovens ouviam os pais relatando fatos que não conheciam. Assim, o que começava como um diálogo pouco convencional, haja vista a utilização do gravador e do meu caderno de anotações, aos poucos ia se transformando numa conversa que muitas vezes começava dentro de casa e terminava no meio das lavouras.

A Figura 8 é muito característica da forma como as entrevistas aconteciam. Neste caso, o casal me recebeu durante suas atividades, e, a partir das minhas interrogações, eles interagiam entre si possibilitando a “troca de ideias” entre eles e comigo, o que enriqueceu o meu aprendizado.

Figura 8 – Casal de agricultores em momento de entrevista



Fonte: Elaboração da autora, 2016.

As entrevistas foram utilizadas de forma a conhecer as trajetórias de vida, as relações com os vizinhos e a forma como o(a) entrevistado(a) compreendia a heterogeneidade das *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor*.

Os mediadores também foram entrevistados. Com eles, o foco foi compreender como caracterizam a heterogeneidade das FFTP e como eles vinculam os diferentes coletivos.

As entrevistas serão identificadas pela referência EA (agricultor) e EM (mediador), ambas seguidas de um número, buscando manter o sigilo do entrevistado. No caso dos

mediadores, também será mantido sigilo quanto ao seu município de atuação. Destaca-se que, na transcrição das entrevistas, as intervenções da autora foram registradas em negrito. Pode-se consultar o Anexo 2 para verificar a quantidade de entrevistas realizadas, sua data e seu local de realização.

2.4 HISTÓRIA DE VIDA

A motivação em aplicar a técnica de história estava na capacidade processual e interpessoal que me propiciava. Para Becker (1997), a história de vida representa um mosaico científico, uma vez que a forma como os diferentes atores contam sua história é projetada para um quadro maior, onde as outras histórias também fazem parte. Neste sentido, a história de vida é uma forma de captar como os indivíduos fazem a história e são ao mesmo tempo influenciados pela sociedade (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, sua relação uns com os outros. (BECKER, 1997, p. 104).

A técnica, aplicada em conjunto com as entrevistas, tornou-se uma peça-chave na compreensão da historicidade da região e da forma como a pessoa interpreta sua história e seu lugar no tempo-espaço, permitindo captar a dimensão relacional e situacional, bem como a circulação das linguagens que são utilizadas para afirmar as distinções e as diferenciações entre os coletivos de agricultores, pois, como propôs Minayo (1994, p. 59), a história de vida projeta o pesquisador para dentro da dimensão coletiva a partir da visão individual, revelando, inclusive, os diferentes níveis de poder que se articulam.

A Figura 9 retrata um senhor quilombola que estava trabalhando com a família na preparação da farinha de mandioca num quitungo localizado na comunidade. Em conjunto com sua família, o senhor falava sobre os tipos de mandiocas, as mudanças na comunidade e, enquanto refletia sobre sua vida, revelava a dimensão relacional das trajetórias.

Figura 9 – Quilombola refletindo sobre sua história de vida



Fonte: Comunidade Quilombola de Retiro, Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

2.5 GRUPOS FOCAIS

Segundo Barbour (2009), os grupos focais são técnicas de pesquisa qualitativa nas quais a abordagem sociológica construtivista tem grande contribuição, uma vez que os grupos focais são importantes ferramentas para investigar o que pensam e por que os participantes pensam como pensam, servindo para interrogar, nas acepções de Berger e Luckmann (1976), os processos de objetivação e subjetivação na construção do mundo social.

A decisão de recorrer aos mediadores a partir desta técnica tem justificativa em Vanclay *et al.* (2006)⁶. Os autores argumentam sobre a importância de compreender as interpretações que os mediadores fazem dos estilos de agricultura existentes, pois, segundo defendem, os agricultores são marcados socialmente, e as características na forma de fazer agricultura tornam-se a descrição de um estilo de agricultura, invocando um juízo de valor sobre as diferentes formas de praticá-la.

Num primeiro momento, essa técnica tinha como objetivo um levantamento geral dos diferentes coletivos de agricultores existentes para, a partir dessa primeira explanação, realizar um levantamento mais profundo com os próprios agricultores⁷. Contudo, essa técnica se mostrou reveladora dos jogos classificatórios existentes no contexto da pesquisa.

⁶ Além das entrevistas e dos grupos focais, também foram realizadas conversas informais e acompanhamento na realização das atividades de Ater, o que propiciou um conhecimento mais profundo acerca do trabalho dos extensionistas e, ao mesmo tempo, melhor convivência com os agricultores.

⁷ As primeiras visitas aos agricultores, na fase 1 do trabalho de campo, foram direcionadas pelos mediadores que escolheram os agricultores que podiam contribuir melhor com o meu trabalho. Essa escolha (termo dos mediadores) estava baseada na representatividade que esses agricultores tinham no conjunto da diversidade dos municípios. Nesse sentido, metodologicamente, essa “escolha” é ela mesma um dado sobre a forma como a heterogeneidade é localmente designada.

As interpretações, as argumentações, as representações, os elogios, as acusações, as críticas, enfim, a fala dos participantes e a forma como designavam os diferentes coletivos e também como não falavam de outros revelaram uma série de elementos constitutivos da própria heterogeneidade e da forma nativa de classificação, mostrando a constituição da própria estrutura social do mundo ao qual nomeiam (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Os grupos focais foram realizados em setembro de 2015, nos três municípios, conforme o Anexo 3. Em cada uma das localidades, participaram mediadores representantes do Incaper, das prefeituras, dos sindicatos (patronal e dos trabalhadores) e das cooperativas que foram interpelados a falar sobre a diversidade das FFTP. Cada oficina durou, em média, três horas. Com uma proposta baseada em técnicas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), os atores tiveram liberdade de construir a representação gráfica que mais lhes parecesse condizente com o que queriam mostrar, utilizando ferramentas de visualização e apresentação oral dos resultados do grupo⁸.

A Figura 10 ilustra uma dessas oficinas realizadas pelos grupos focais nos três municípios. Na imagem, os participantes do Grupo Focal de Santa Leopoldina discutem sobre os diferentes agricultores existentes no município. Após conversarem um pouco, eles decidem representar a diversidade num mapa do município.

Figura 10 – Grupo Focal em Santa Leopoldina



Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Explicitados os processos metodológicos, podemos passar para os capítulos que demonstram os resultados da aplicação destas diferentes técnicas.

⁸ Os Anexos 3 e 4 apresentam informações gerais sobre a realização das reuniões, os participantes e os principais resultados em termos de grupos identificados (Anexo 4).

A escrita da tese está desenvolvida na primeira pessoa, haja vista o empreendimento metodológico e a premissa de que o autor faz interpretações a partir das escolhas teórico-metodológicas e dos fatos etnográficos observados. Outra característica que será observada é o uso, em alguns casos, de trechos de diálogos como recurso para que o próprio leitor tenha um maior acesso ao universo da pesquisa.

3 SOBRE MITOS, DISCURSOS E LUTAS: UMA LEITURA DE CONFORMAÇÃO REGIONAL

Creo en lo que creo y lo defiendo y entiendo que frente a mí hay otra posición equivalente de alguien que defiende sus creencias pero sabe que la suya no es “la única manera de leer la realidad.” (MIGNOLO, 2009, p. 264)

Figura 11 – Detalhe do Painel Espírito Santo antes e depois da implantação da usina Jucu



Fonte: Vitória. Elaboração da autora, 2016.

Desde o primeiro esboço do projeto de tese, compreender a conformação histórica da heterogeneidade da agricultura se apresenta como um dos objetivos específicos da pesquisa. Orientada por estudos desenvolvidos no próprio PGDR, sobretudo a tese de Conterato (2008) e outros trabalhos vinculados ao GEPAD¹, partia da premissa de que havia uma associação entre os processos de conformação regional, a diversidade da agricultura familiar e as trajetórias de desenvolvimento rural.

Trilhando nesta direção, concentrei-me em organizar informações (dados históricos, material historiográfico, histórias de vida, documentos oficiais) a respeito da historiografia do estado do Espírito Santo. As primeiras leituras possibilitaram visualizar que são marcados dois grandes momentos de rupturas para a agricultura: um relacionado à imigração europeia, que teve seu auge em meados do século XIX, e outro pertinente ao evento da crise do café na década de 1960.

¹ Ver como exemplo os trabalhos de Conterato (2004; 2008), Nierdele (2007), Escher (2011).

Documentos oficiais sobre a política de imigração, historiografias produzidas sobre o Espírito Santo e as populações de imigrantes, de trabalhadores negros em situação de escravidão e de indígenas, informações agropecuárias (censos, relatórios), entre tantos outros documentos historiográficos e histórias de vida foram analisados para montar um quadro que fornecesse uma perspectiva de análise que subsidiasse as interpretações sobre a região e a heterogeneidade das FFTP.

Minhas idas ao arquivo público estadual se tornaram frequentes nos verões de 2015 e 2016. Foi numa dessas incursões que o painel de Jair Mendes (Figura 11)² me chamou a atenção para a necessidade de confrontar documentos e narrativas que congregam uma representação particular de saberes constituidores de práticas discursivas que se institucionalizam.

O instrumental teórico-metodológico para a interpretação desses dados e a construção deste capítulo basearam-se em fundamentos basilares do pós-colonialismo, o que acabou me distanciando, nestes termos, dos estudos que haviam subsidiado o pré-projeto apresentado ao PGDR. Desta forma, o objetivo de compreender a conformação histórica da região se centrou na identificação e na interpretação das condicionantes históricas de distinção e diferenciação entre os coletivos identificados no contexto empírico.

Os estudos pós-coloniais, de um modo geral, privilegiam a análise dos discursos e os efeitos destes na realidade, partindo da premissa de que “o mundo que conhecemos é aquele da fala e do discurso, mas é [também] o resultado de articulações entre regimes de verdade e de poder” (RADOWSKY, 2014, p. 171), ou seja, não caem no discurso/prática.

Um dos desafios particulares na construção deste capítulo foi o de reconstruir o processo de conformação histórica sem cair nas chaves de leitura da historiografia comprometida com certas colonialidades. O segundo desafio foi o de manter a lógica deste capítulo com o objetivo geral da tese. Espero que a condução e as conclusões do capítulo possam testemunhar a favor da minha argumentação de que, para compreender a heterogeneidade das FFTP, é preciso empreender um esforço na reconstituição do campo de batalha no qual atualmente circulam humanos e não humanos³.

² O painel está no prédio do Palácio da Fonte Grande, em Vitória. Esse prédio é uma das sedes oficiais do Governo do Estado do Espírito Santo. Jair Mendes é um artista plástico de origem do estado do Amazonas (Parintins). A sua obra foi contratada pela Escelsa na década de 1990, tendo como tema a “evolução do Espírito Santo antes e depois da implantação da usina Jucu” (SECRETARIA do Estado da Cultura. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/patrimonios/imoveis/page:3>>. Acesso em: 05/08/2016.).

³ Agricultores, mediadores, organizações, saberes, poderes, práticas, ideias, produtos agrícolas, formas de fazer agricultura e modos de ser agricultor, etc.

Para empreender esse esforço, o capítulo está dividido em duas partes: a primeira demonstra a ideia de que a conformação da região está atravessada por um emaranhado de práticas discursivas que se projetaram a partir de um regime de verdade mantido por dispositivos étnico-raciais que vinham sendo utilizados para sustentar uma classificação social baseada na superioridade dos trabalhadores europeus em detrimento de outros coletivos que atuavam como trabalhadores, sobretudo, negros e indígenas.

Nesse sentido, o primeiro item versa sobre a reconstituição das ideias presentes na política de imigração e a construção de mitos que permeiam saberes em torno da constituição da região de estudo. A pergunta que se formulou diz respeito aos elementos discursivos presentes nessa política e como eles influenciaram na construção de uma representação sobre o lugar e sobre as pessoas. Ou seja, responde à indagação sobre como a ideia da imigração ganhou legitimidade e naturalizou a racialização de identidades sociais construídas.

A segunda parte do capítulo discorre sobre o discurso do desenvolvimento e da modernização da agricultura a partir da ideia de crise da cafeicultura. A erradicação dos cafezais ou a *chegada do IBC* é tida entre os agricultores como um momento de ruptura entre a época que “não se usava tecnologia, que tirava o café do mato, para uma época em que se começou a plantar na tecnologia”⁴. Na historiografia e nos relatórios do governo, o evento da erradicação dos cafezais e a modernização da agricultura capixaba são analisados sob o prisma da crise, da mudança e do desenvolvimento.

3.1 A IMIGRAÇÃO EUROPEIA E A CULTURA DO CAFÉ

Que leituras poderiam ser feitas a partir do painel destacado na Figura 11? Sob quais aspectos poderia ser analisado?

Sem entrar nas discussões estéticas e históricas da obra, aos olhos de um cientista social, o painel poderia suscitar interpretações semióticas, como observar a posição central e preponderante que ocupa o colonizador europeu, supostamente a imagem de Vasco Fernandes Coutinho, donatário que desembarcou no território em maio de 1535. Também da figura do colonizador vemos a importância do documento presente na sua mão direita, legitimidade do seu poder e autoridade sobre o território e tudo que nele habita.

⁴ De um modo geral, os agricultores entrevistados salientaram a diferença entre os processos tecnológicos que foram implementados com a modernização da agricultura fazendo referências ao IBC e ao modo de plantio do café.

Ainda poderiam ser observados os elementos que se seguem: a natureza, as agriculturas, o trabalho de negros e indígenas, em posição subalterna, já que estão representados em posições menores e inferiores ao colonizador. E tantas outras observações que não são possíveis dentro dos limites da proposta da tese.

Mas, para além de tantas outras interpretações, o painel provoca a pensar sobre a constituição e a operacionalidade das ideias que giram em torno da constituição do estado do Espírito Santo: retrata a colonialidade de um padrão de poder que naturaliza a divisão racial do trabalho e as relações de dominação e exploração, tema demonstrado já nos trabalhos seminais de Aníbal Quijano⁵.

A teoria histórica da classificação social, termo do próprio Quijano, é uma proposta que tem por horizonte compreender as disputas e os padrões de distribuição do poder centrada nas relações de exploração, dominação e conflito. Nesse sentido, a perspectiva dos estudos da *colonialidad* requer que se indague a respeito das condicionantes históricas da distribuição de poder numa sociedade específica, pois é justamente essa distribuição de poder o que estabelece a classificação das pessoas, as relações e as diferenças sociais.

O ponto central do autor (e do grupo de estudiosos designados pelo termo “*grupo modernidad/colonialidad*”) é que as estruturas de dominação fundadas nos processos de modernidade/colonialidade gestadas desde o século XVI com a colonização da América estão constituídas por uma classificação e hierarquia racial da população⁶ que naturaliza e legitima as estruturas de poder e dominação.

Na atualidade, essas estruturas continuariam a operar por meio de hierarquias epistêmicas, espirituais, raciais/étnicas e de gênero/sexualidade (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007), contudo, estariam sendo constantemente ressignificadas e atualizadas nas disputas pelo controle dos âmbitos da existência social.

Nesse sentido, não obstante a descolonização político-administrativa do sul, não houve uma *decolonialidad* do poder, o que se pode perceber não só nas relações econômicas, como nas colonialidades do ser e do saber, para citar como exemplo o próprio painel apresentado.

⁵ Para uma descrição da trajetória sobre os interesses teórico-práticos dos autores, bem como os principais conceitos e debates teóricos vinculados ao grupo denominado *proyecto latino/latinoamericano modernidad/colonialidad*, ver Castro-Gómez; Grosfoguel (2007) e Neske (2014).

⁶ Operando em termos do eurocentrismo, o projeto da modernidade criou um novo universo de relações intersubjetivas de dominação que atua a partir da configuração de identidades e geografias de colonialidade, ao fazê-lo, e relacionado ao modo de produzir conhecimento também engendrado com a modernidade, as identidades e as histórias da colonialidade e do padrão mundial de dominação foram naturalizadas e reproduzidas socialmente. Temos, portanto, um padrão mundial de poder que opera nos planos materiais e subjetivos a partir de uma concepção naturalizada que classifica a população mundial em termos de superiores/inferiores, racionais/irracionais, civilizados/primitivos, modernos/tradicionais (QUIJANO, 2007, p. 285-288).

Apesar de ser uma figura que retrata os primórdios da colonização do estado, a imagem do painel leva a pensar, nesse sentido, nas falas, nos relatos e na bibliografia que fazem parte da pesquisa. Por este olhar, o painel parece um compêndio do que havia ouvido, lido e questionado sobre o próprio campo de estudo, principalmente sobre a constituição do objeto e as primeiras considerações a respeito da heterogeneidade das FFTP, pois, como argumenta Quijano

Acerca da classificação social ou dos processos de subjetivação social frente à exploração/dominação, a questão central é a determinação das condicionantes históricas específicas a respeito das quais é possível perceber os modos, os níveis e os limites da associação das pessoas implicadas nas três instâncias (trabalho, gênero e raça), em um período e em um contexto específicos. (QUIJANO, 2007, p. 316, tradução nossa.)

Ao retratar a *evolução* do Espírito Santo, a figura do europeu aparece inaugurando a história, destacando-se um dos mitos que possibilita a naturalização das relações de dominação e exploração implicadas na colonialidade, seja na esfera do controle da economia, já que a instituição da sesmaria (representada no documento) estabelece e legitima a apropriação e posse do território, dos recursos naturais e do trabalho (dos não europeus), seja na esfera do controle da autoridade (a figura do donatário representa a autoridade da Coroa) ou no controle do conhecimento e da subjetividade (opera nos saberes instituídos, nas práticas e na corporalidade, principalmente ao destacar diferentes cores aos corpos dos atores envolvidos no cenário⁷).

Conforme salienta Mignolo (2009, p. 254), a matriz colonial do poder (padrão colonial) faz do controle do conhecimento o instrumento fundamental de domínio e manejo das outras esferas. Desse modo, a história dos vencedores/dominadores cria mitos, e estes passam a ser alguns dos meios específicos para colonizar o saber, naturalizando não só as relações de dominação e exploração, mas, sobretudo, a classificação e a hierarquização racial vinculadas a tais relações.

Assim, muitas narrativas produzidas em torno da historiografia de determinados lugares ou temas podem ser analisadas como mitos pela capacidade de inflexão e despolitização das relações sociais e dos efeitos que atingem os diferentes coletivos. Um dos resultados é a própria colonialidade do saber, o encobrimento de outras histórias, de outros processos, de outros tempos e de outros sujeitos, criando um regime de verdade no qual as relações de dominação e as hierarquias estabelecidas entre os coletivos se justificam por si só.

⁷ “A cor é, literalmente, uma invenção eurocêntrica.” (QUIJANO, 2007, p. 324). Essa invenção naturaliza as relações de dominação e exploração ao estabelecer diferenças e classificações baseadas na cor de pele e outros traços fenotípicos (QUIJANO, 2000).

Barthes (2001) pode ser interpelado para dialogar com esta linha de pensamento. Para o autor, o mito se define pelo sentido da mensagem e pelo excesso de justificação discursiva. Neste sentido, as palavras do autor resumem o sentido do mito:

O mito não nega as coisas, a sua função é falar delas; simplesmente purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação [...] Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradição [...] cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias. (BARTHES, 2001, p. 163-164).

Com essa capacidade de inflexão, o mito despolitiza a história, naturalizando a própria comunicação, por isso, a possibilidade de uma história que marca “inícios”, atribui identidades, cria espaços e territórios (vazios de pessoas e ocupados de medos, por exemplo), marca a inexistência de rupturas e mostra evoluções lineares, destacando a ausência de conflitos e a supressão de lutas.

Nesses termos, o mito da imigração transforma a história em natureza, forja identidades sociais (criadas nos processos de colonialidade do poder-saber) para reafirmar estereótipos e estigmas que consagram moralidades a coletivos que passam a *encarnar* práticas e conceitos (significados dentro do próprio mito) que são naturalizados como elementos a-históricos e despolitizados.

A partir das contribuições de Mignolo e Barthes, reconhece-se uma relação intrínseca entre uma narrativa que purifica, despolitiza e naturaliza as contradições inerentes ao processo da modernidade/colonialidade ao mesmo tempo em que reproduz um saber que legitima as relações de poder, dominação e exploração. A naturalização das instituições e categorias que ordenam as relações de poder na matriz da colonialidade, as identidades racializadas e as relações de trabalho que se entrecruzam, por exemplo, por estarem purificadas e despolitizadas, tornam-se dispositivos poderosos para as relações de dominação e exploração e para o estabelecimento de hierarquias, distinções e diferenciações entre os coletivos.

É essa despolitização, ou essa legitimação *naturalizada* das relações de dominação, que parece permear grande parte da historiografia sobre o Espírito Santo. A historiografia relativa aos meados do século XIX e início do século XX, marco historiográfico para a criação das colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina é povoada por mitos que criam espaços, sujeitos e eventos que colaboram para uma naturalização e despolitização dos dispositivos de acesso à terra, das relações de trabalho e das identidades etnoracializadas.

3.1.1 Os processos de diferenciação e distinção entre os coletivos de agricultores

Lentz – Mas o que se tem feito é quase nada, e ainda assim é o esforço do europeu. O homem brasileiro não é um fator do progresso: é um híbrido. E a civilização não se fará jamais nas raças inferiores. [...]. (ARANHA, 2002, p. 58)

Milkau – O tempo da África chegará. As raças civilizam-se pela fusão; é no encontro das raças adiantadas com as raças virgens, selvagens, que está o repouso conservador, o milagre do rejuvenescimento da civilização. O papel dos povos superiores é o instintivo impulso do desdobramento da cultura, transfundindo de corpo a corpo o produto dessa fusão que, passada a treva da gestação, lava mais longe o capital acumulado nas infinitas gerações. [...] (ARANHA, 2002, p. 59)

Lentz – Não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapazes resulte uma raça sobre que se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos... O problema social para o progresso de uma região como o Brasil está na substituição de uma raça híbrida, como a dos mulatos, por europeus. A imigração não é simplesmente para o futuro da região do País um caso simples de estética, é antes de tudo uma questão complexa, que interessa o futuro humano. (ARANHA, 2002, p. 59)

Milkau – E no Brasil, fique certo, a cultura se fará regularmente sobre esse mesmo fundo de população mestiça, porque já houve o toque divino da fusão criadora. Nada mais pode ameaçar o seu voo, nem a cor da pele, nem a aspereza dos cabelos, e no futuro remoto, a época dos mulatos passará, para voltar a idade dos novos brancos, vindos da recente invasão, aceitando com reconhecimento o patrimônio de seus predecessores mestiços, que terão edificado alguma coisa, porque nada passa inutilmente na terra... (ARANHA, 2002, p. 263)⁸

Ao analisar a formação econômica do Brasil, Furtado (2005) situa o café como a solução encontrada por estudiosos e políticos do século XIX para os problemas advindos com a crise do açúcar. Sua interpretação considera a cafeicultura responsável por importantes mudanças sociais e econômicas do país, entre elas salienta que foi erigida uma nova classe dominante e reorganizada uma nova geopolítica ao mesmo tempo em que se apresenta o problema da mão de obra e da ocupação de novas áreas.

Em relação à mão de obra, para Furtado, o *caboclo*, que vivia da subsistência, havia contribuído para formar a opinião de que a mão de obra livre do país não servia para a grande lavoura, uma vez que não tinha a disciplina necessária para as suas exigências (FURTADO, 2005). Diante dessa constatação, a historiografia sublinha a ideia de que a imigração estrangeira se tornou a única saída para o Brasil, constituiu-se, assim, um saber-poder no qual os imigrantes europeus adquirem, a partir do próprio discurso, a legitimidade de serem os únicos trabalhadores livres que poderiam cumprir o papel de colonização e mão de obra requerida pelas necessidades do país.

⁸ Estes diálogos referem-se aos dois principais personagens do livro *Canãa*, de Graça Aranha, título publicado pela primeira vez em 1902. A história contada por Aranha se desenrola na região que hoje compreende grande parte do contexto empírico desta pesquisa.

Para Seyferth (2002), os primórdios da colonização europeia no Brasil datam de 1818, ano do tratado que cria a Colônia de Nova Friburgo (RJ). Em 1830, houve uma diminuição na criação das colônias, que foi retomada a partir de 1845. Em termos gerais, existiam basicamente dois tipos de imigração, e cada uma estava relacionada a objetivos diferentes. Uma era a criação de núcleos autônomos através da concessão ou venda de lotes, denominados colônias. Os núcleos coloniais atendiam basicamente ao objetivo de colonização e dinamização de regiões, sustentadas em novas formas de propriedade e relações de produção. Outra forma de recrutamento era feita diretamente pelos grandes fazendeiros ou mesmo empresas particulares de colonização que visavam diretamente à substituição da mão de obra negra escravizada que atuava principalmente nas fazendas de café.

Gilda Rocha (1984) sugere uma periodização de três fases para o processo de criação e falência do serviço de imigração no estado do Espírito Santo. Segundo a autora, a primeira fase compreende o período de 1847 a 1881, período no qual são criadas as primeiras colônias imperiais no Espírito Santo, sendo o foco, sobretudo, a colonização do território. Nesta fase, foi criada a colônia de Santa Isabel em 1847, de imigrantes alemães, e a colônia de Santa Leopoldina em 1857, de imigrantes italianos e de várias nacionalidades da Europa. A segunda fase (1882-1887) volta-se para apoiar os fazendeiros do Sul, com forte indicação de substituição do trabalhador negro escravizado. A terceira e última fase (1888-1896) é marcada pelo grande fluxo de entrada de imigrantes e pelo beneficiamento da grande lavoura de café, haja vista que a imigração se volta para suprir as demandas das grandes fazendas. Em 1896, estancou-se definitivamente a imigração em massa, com a falência do serviço de imigração.

Embora a justificativa para a imigração fosse a necessidade de “braços” e de ocupação do território nacional, o que se observa nos discursos é uma defesa pelo componente branco europeu que seria capaz de civilizar o Brasil num contínuo de progresso e evolução social⁹, o que, em outras palavras, sintetiza a necessidade de *fazer viver* uma “população melhor adaptada ao perfil de produção demandado pelo Estado capitalista, e ‘deixa morrer’ [a população] que

⁹ Podemos dizer que o evolucionismo é uma síntese de um discurso que possibilitou que argumentos técnico-científicos formulassem padrões evolucionários que permitiram à cultura “moderna” “o direito ‘natural’ de dominar os ‘inferiores’ de acordo com a lógica evolucionista na qual apenas os ‘organismos’ bem adaptados, abastados e tecnologicamente avançados sobreviveriam” (MALETTE, 2011, p. 15). Neste pensamento sistematizado, pôde-se analisar e comparar sociedades numa escalada evolutiva a partir de características produtivas, sociais, tecnológicas, morais, entre outras, que permitiu um arcabouço sistemático ao biopoder, deixando que populações inteiras “morressem” por estarem inabilitados a seguirem uma normalização de evolução da humanidade. Muitos estudos científicos apontavam essas qualidades presentes nos *povos selvagens*, mostrando a necessidade de conduzi-los ao progresso e à modernidade, via políticas de colonização e, pós-Segunda Guerra, via desenvolvimento.

não serve para fomentar o trabalho produtivo, o desenvolvimento econômico e a modernização.” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 3).

O discurso da superioridade física, étnica e moral da raça branca foi assimilado pelas práticas discursivas da política de imigração e transformou-se num mecanismo biopolítico do Estado brasileiro capaz de conferir dispositivos legítimos para que o processo civilizatório do ideal do branqueamento e do progresso pudesse se concretizar, para tanto, “fez viver” e multiplicou uma população branca, instituindo um racismo de Estado que incumbiu um “corte entre o que deve viver e o que deve morrer¹⁰” (FOUCAULT, 2000, p. 304).

A política de imigração, por meio de inúmeros dispositivos, legitimou e autorizou o governo imperial a *fazer viver* uma população branca que deveria atender uma demanda específica de trabalho dentro da lógica capitalista na qual se inseria a produção de produtos agrícolas¹¹ (no caso do Espírito Santo, o café e culturas alimentares) e a abertura de novas áreas (consideradas vazias), ao mesmo tempo em que *deixa morrer* outras populações, seja pela precarização de acesso aos meios de produção ou pela legitimidade do uso da força contra indígenas e quilombolas.

As lógicas racistas que fundamentaram a política de imigração foram naturalizadas nos discursos acadêmicos que focalizam o tema¹². Sem considerar a perspectiva analítica que estou referenciando, o próprio Furtado havia percebido essa lógica em *Formação Econômica do Brasil*, quando afirma que

As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja “raça” era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país. (FURTADO, 2005, p. 99).

Essa constatação de Furtado parece não ter ecoado nas análises sobre a imigração estrangeira. Nesse sentido, a política de imigração está naturalizada nos discursos, tanto da época quanto da atualidade, reafirmando as bases da colonialidade do poder. A forma como a questão é colocada mostra uma sequência de fatos e episódios que fazem do café, da mão de obra estrangeira e da necessidade do desenvolvimento econômico e do progresso marcos de mudanças nos rumos econômicos e sociais do Brasil.

¹⁰ A referência do deixar morrer, como sugere o próprio Foucault, não é o tirar a vida em si, “não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2000, p. 306). Neste sentido, a invisibilidade é uma forma de deixar morrer.

¹¹ Aos imigrantes se conferia a capacidade de povoar, ocupar, proteger e produzir produtos agrícolas para abastecer as vilas e o mercado externo.

¹² Esta afirmativa está baseada em interpretações de estudos que focam a imigração no estado do Espírito Santo.

São esses elementos que estão presentes na interpretação de Grosselli quando destaca que “[...] a falta de mão de obra significava, para o Brasil do século XIX, de um lado a necessidade de povoamento de suas terras virgens, de outro, a necessidade de substituir os escravos nas fazendas.” (GROSSELLI, 2008, p. 142), mas, mais do que isso, a partir da conclusão de que “a imigração não tratava apenas de introduzir empregados, mas habitantes produtivos, mesmo que trabalhassem por conta própria”. (SALETO, 1996, p. 89).

Analisando documentos da época e a bibliografia selecionada, percebe-se que o discurso da imigração tem a força de revigorar as bases da colonialidade do poder, ao mesmo tempo em que cria novas identidades sociais que aparecem como a promessa para o progresso do país. Como um mito que se atualiza nos ritos, a narrativa em torno da saga da imigração reafirma as classificações étnico-raciais e consagra a superioridade do elemento branco na construção de uma nova nação.

[...] de qualquer forma, o camponês europeu trouxe para o Brasil um novo modo de ser. Um dos eixos principais de sua cultura era a ética do trabalho, compreendida não apenas como necessidade, mas como método de auto-realização, como um valor em si que se coligaria à sua fome atávica de terra e ao seu medo da fome e das dificuldades. (GROSSELLI, 2008, p. 361).

De um modo geral, as narrativas encerram uma despolitização das disputas ideológicas, bem como dos discursos que justificavam a falta de mão de obra, a necessidade de ocupação de vastas áreas desocupadas e do inevitável processo civilizatório e de progresso que viria com a imigração.

Nesse caminho, naturalizaram-se os desdobramentos sociais e históricos como episódios da natureza dos fatos. Criaram-se espaços vazios, e coletivos tornaram-se invisíveis: os trabalhadores negros por séculos escravizados são excluídos enquanto trabalhadores, a existência de diferentes povos indígenas é negada a partir da criação dos espaços vazios e, quando aparece, é tida como *o problema indígena*, empecilho ao progresso¹³.

Concomitante a essa reafirmação das identidades já colonizadas pelo processo da modernidade/colonialidade, ao imigrante foi se associando uma nova identidade social criada a

¹³ A passagem extraída do livro *Os capixabas holandeses. Uma história holandesa no Brasil* mostra a forma como os discursos são naturalizados na exposição das motivações para a imigração. “O Espírito Santo conta então com 24.000 habitantes, dos quais 12.100 são escravos da África. Metade da população é negra. A outra metade é formada de índios ‘civilizados’, mestiços e portugueses. Por isso, o governador Rubim acha necessário ‘branquear’ a população. ‘Nós temos que aumentar o número de brancos na população desse país’, diz o governador. Isto é possível permitindo a entrada de brancos europeus não-portugueses, mesmo que muitos não sejam católicos, mas protestantes. Depois da independência no dia 7 de setembro de 1822, começa uma onda de milhares de emigrações para o Brasil e o ‘branqueamento’ da população tem início.” (ROOS; ESHUIS, 2008, p. 111).

partir dos discursos que colocam o trabalhar europeu branco¹⁴ em relação de superioridade ao trabalhador brasileiro “de cor”. A identidade que se criou do imigrante é a de um colono¹⁵, agricultor eficiente e resignado¹⁶ que vem à procura de um lugar (pequena propriedade familiar)¹⁷ para trabalhar com a família; neste sentido, terra, trabalho e família articulam-se como categorias definidoras e constituintes dessa identidade. Não obstante, são justamente essas mesmas categorias que são utilizadas para constituir o inverso nos costumes e na índole de povos indígenas e negros.

Ao trabalho e à família, soma-se, portanto, a pequena propriedade familiar destinada à produção de gêneros alimentícios e produtos com valor mercantil. Assim, terra, trabalho e família tornam-se conceitos que passam a ser prestigiados dentro de um sistema de valores sociais. Temos, na constituição da imigração enquanto um mito, conceitos importantes que se confundem com a própria identidade do imigrante, que se constitui como o próprio signo do mito, associando-se a ele e a sua prática laboral (trabalho árduo com a família em terra própria) a constituição de uma promessa para o progresso do país.

Na constituição destes conceitos, a categoria trabalho, vinculada pela ideologia da mobilidade social (MARTINS, 2010), passa a constituir a identidade do colono sendo valorizada como uma atividade social que deve gerar riquezas, autonomia e prestígio. A identidade social do colono constituiu-se em oposição à dos “homens de cor”, atribuindo-se ao colono a condição já naturalizada de serem trabalhadores familiares.

Os monumentos observados em vários municípios de “imigrantes” resgatam justamente a imagem e os discursos vinculados ao colono: família e trabalho na terra, interpretada como a própria significação da imigração e da identidade do imigrante. Na figura a seguir, aparece a concepção de família (mulher grávida) e de trabalho (homem com uma enxada) vinculado à terra. Essa imagem pode ser lida em conjunto com a Figura 28, onde se percebem os mesmos elementos identitários e valorativos.

¹⁴ Giralda Seyferth (2002) analisa que havia, entre os imigrantes, preferências por nacionalidade, contudo, o elemento *europeu branco* estava numa superioridade hierárquica em relação aos demais trabalhadores brasileiros *não brancos*.

¹⁵ Etimologicamente a palavra colono deriva do latim *colo, colore*, cultivar, habitar. (DECHILE. Etimología de colono. Disponível em: <<http://etimologias.dechile.net/?colono>>. Acesso em: 09 ago. 2016).

¹⁶ Sobre demais atributos, ver Seyferth, 2002.

¹⁷ Embora alguns agricultores imigrantes tenham se destinado ao trabalho como colonos em grandes fazendas, a ideia mais geral era de que eles utilizariam o trabalho como o fim para a aquisição da propriedade familiar. Nessa discussão, Martins (2010) esclarece como foi criada a ideologia do trabalho enquanto fator de mobilidade social. A pequena propriedade torna-se ela mesma uma instituição social que coopera para a ruptura com o passado que supostamente impede o progresso do país.

Figura 12 – Monumento em homenagem ao imigrante



Fonte: Santa Teresa. Elaboração da autora, 2016.

A imagem retida nesses monumentos provoca a própria naturalização da identidade social vinculada ao colono em que se configura a indivisibilidade dos conceitos terra, trabalho e família, que são naturalizados novamente num duplo processo de racialização. Nesta fala mitológica, as identidades sociais *negro* e *indígena* são novamente reforçadas negativamente, suas qualidades tornam-se exemplos de impedimento ao processo civilizatório e as categorias raça e trabalho se interconectam para reforçar segmentações entre aptos e não aptos, produtivos e não produtivos, civilizados e primitivos, desenvolvidos e não desenvolvidos.

Temos o estabelecimento de uma colonialidade que, ao gerar dispositivos taxonômicos raciais, cria identidades opostas (CASTRO-GÓMEZ, 2000) a partir da afirmação de elogios e acusações (BOURDIEU, 1983) em torno de uma promessa de progresso contida na política de imigração que se apresenta como uma ação justa para civilizar o Brasil e constituir a agricultura sob outras bases materiais e simbólicas que se constituem nos valores de terra enquanto pequena propriedade familiar, e trabalho familiar enquanto gerador de riquezas e mobilidade social.

Encerra-se assim uma historiografia na qual a colonialidade do poder opera na/pela criação dos mitos e na sustentação das relações de dominação e poder, criando e reforçando identidades baseadas em atributos raciais e de origem social. Na sequência, esse saber caracteriza, desqualifica e hierarquiza racialmente identidades, práticas e saberes que passam a desaparecer das narrativas, sendo ofuscadas pela saga e epopeia da imigração que instaura

definitivamente a civilização num país até então dominado pela natureza, por costumes bárbaros, por instituições arcaicas e por raças inferiores.

No Espírito Santo, a política de imigração e a economia cafeeira são elementos indissociáveis em leituras sobre a constituição social e econômica do estado. Ambos fazem parte de uma narrativa mitológica que informa, até hoje, a história da sociedade capixaba.

Aqui [nas colônias da região central] os desbravadores não foram ricos donos de escravos, mas modestos imigrantes, que se instalaram em plena mata, com recursos mínimos, e criaram, com intenso e árduo trabalho, comunidades relativamente prósperas, cuja vida girava em torno do café. (SALETTTO, 1996, p. 33).

Na historiografia, a imagem do Espírito Santo é a de uma província que perdurou durante três séculos¹⁸ num quase total isolamento geográfico e econômico, vagamente habitada, com extensas áreas de terras férteis, repleta de densa floresta quase impenetrável, reduto de doenças e selvagens índios que *aterrorizavam a população*. Essa imagem, no entanto, é confrontada com a ideia de desenvolvimento após a chegada de um *povo* que traz consigo os valores relacionados ao trabalho, ao vínculo com a terra e à família, tendo no plantio do café a dinâmica econômica que tiraria o Espírito Santo do isolamento¹⁹.

Os discursos da época, atrelados à tese da existência de terras *desocupadas* e *desabitadas*²⁰ que precisavam ser conquistadas e desbravadas colonizou também os saberes acadêmicos, fazendo com que os próprios estudiosos usassem esses discursos e documentos da época para justificar a política. Celin (1984), por exemplo, afirma que a chegada dos europeus, sobretudo na região serrana, tornou-se “certamente o fato mais relevante ocorrido em sua história” (CELIN, 1984, p. 70), tanto do ponto de vista demográfico quanto do ponto de vista moral e produtivo.

Foram selecionados três trechos do trabalho de Almada sobre a economia cafeeira na região do Itapemirim para mostrar como a tese de terras desocupadas sustenta contradições nas próprias análises. No trecho 1, a autora afirma que havia índios na região por volta do século XVIII; no trecho 2, há uma sustentação contrária; e, no 3, percebe-se outra contradição.

Trecho 1: “[...] no interior, uma iniciativa de colonização, no século XVIII, em torno das minas do Castelo (afluente do Itapemirim) fracassara devido à pobreza das jazidas e aos

¹⁸ É conveniente salientar que três séculos de história se refere a uma visão colonial, contada a partir de 1500, marco para o *início* da historiografia do Brasil.

¹⁹ Almada (1984), Celin (1984), Saletto (1996), Bergamim (2004), Grosselli (2008), Neto (2012).

²⁰ Almada, por exemplo, conclui que, em 1888, apesar do avanço do café e da ocupação do território, ainda restavam “[...] 84,6% de território, 42.408 km² que continuavam como imensos sertões a serem conquistados” (ALMADA, 1984, p. 84). Vemos implícita a ideia da marcha da civilização.

ataques dos puris e botocudos. Só na década de 1840 os brancos conseguiram **vencer sua resistência** [...]”²¹.

Trecho 2: “[...] era, porém, favorável ao cultivo desse produto [café], suas **terras eram virgens e desocupadas**, e localizava-se na vizinhança das regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e Minas Gerais [...]”²².

Trecho 3: “[...] Esses dados [sobre o tamanho das fazendas na região do Itapemirim] refletem as condições de povoamento da região, ainda coberta de florestas e **dominada** por índios, em meados do século XIX”²³.

A intenção aqui não é refutar a validade destes estudos dentro dos seus objetivos, mas demonstrar como determinados discursos tornam-se leituras dominantes que passam a constituir a própria verdade sobre os fatos, instalando-se como regimes de verdade que colonizam saberes e atuam no cotidiano.

A ideia da existência dos *espaços vazios*, presente nos discursos oficiais dos apoiadores da política de imigração, nas historiografias e nos relatos, é efetiva em negar a existência social dos coletivos, a conflitividade e a própria humanidade de outras pessoas que se enfrentaram na conformação da região que é analisada nesta tese. Neste sentido, os *espaços vazios* configuram-se como elemento *sine qua non* nos mitos que remontam a constituição da região e são também utilizados para argumentar pela originalidade de uma agricultura colonial²⁴.

Um dos efeitos primários dessa ideia foi a própria criação das colônias imperiais com objetivo de colonização. Num segundo momento, esse ideário colonizou a produção dos saberes acadêmicos, conferindo a invisibilidade de outros coletivos. Na cotidianidade, as relações entre esses coletivos e a implementação de políticas públicas, por exemplo, confirmam o confinamento social e político e a invisibilidade de coletivos historicamente marginalizados²⁵.

Na linha de questionamento sobre os saberes constituídos, a tese desenvolvida por Nascimento (2016) mostra como a historiografia capixaba consagra ao século XIX o marco das mudanças no Espírito Santo, visto como um “novo momento em relação às expectativas do seu desenvolvimento econômico” (NASCIMENTO, 2016, p. 114), inauguram-se, junto com as colônias, os imigrantes, o café e a concomitante superação do indígena (símbolo do atraso),

²¹ ALMADA, 1984, p. 29.

²² ALMADA, *op. cit.*, p. 34.

²³ ALMADA, *op. cit.*, p. 38.

²⁴ A tese de Neske (2014) mostra discursos e efeitos similares.

²⁵ Num trabalho realizado sobre o Programa Incluir, em 2014, abordou-se como os coletivos mais empobrecidos do meio rural tornaram-se invisíveis para a extensão rural. Segundo é destacado num depoimento retirado do artigo: “o *Incluir no Campo* se torna um programa importante pois ‘atua com um público que até então nós da extensão, ninguém enxergava e ninguém, por não enxergar, ninguém executava nenhuma ação de inclusão.’” (CONTERATO; RODRIGUEZ, 2014, p. 20).

uma nova trajetória em que a dicotomia atraso/progresso passa a fazer sentido nas narrativas históricas analisadas pelo autor.

Nesse sentido, repete-se na historiografia espírito-santense a despolitização e a naturalização das relações de dominação empreendidas pela modernidade/colonialidade²⁶ e por outras estruturas sociais de poder. Constrói-se aqui uma associação entre a cultura do café e a imigração europeia como elementos indissociáveis do desenvolvimento do estado: a *terra prometida* para os imigrantes era também uma promessa de um novo rumo para o Espírito Santo²⁷.

A historiografia cria, portanto, a ideia de um “povo” performativamente anunciado que chega num espaço colonial, “*terra incognita* ou *terra nulla*, a terra vazia ou deserta cuja história tem de ser começada” (BHABHA, 1998, p. 33) e contraposta ao “povo” que aqui existia. Assim, se, por um lado, os discursos centralizam café e imigração como as explicações para o processo de desenvolvimento do Espírito Santo e mesmo uma nova história²⁸, por outro, cada vez mais a historiografia foi tornando invisíveis outras populações e outras formas de fazer agricultura.

Quando aparecem em narrativas, a existência de outras populações é resolvida a partir do seu silenciamento e sua invisibilidade. Assim, o que o trecho de Roche (1968) nos traz tem validade como uma imagem simbólica da forma como as populações desaparecem na historiografia oficial²⁹.

²⁶ Grosselli sintetiza para o Brasil e também para o Espírito Santo a ligação entre café e imigração como base para as transformações sociais e econômicas. Com relação ao café, afirma o autor: “[...] O Espírito Santo de hoje nasceu com o surgimento do café em seus campos [...]” (2008, p. 121). No que diz respeito à imigração, sustenta que o café permitiu “povoar o território com mão de obra europeia (...) e financiou em grande parte este processo de imigração que mudaria a face da sociedade brasileira.” (GROSSELLI, 2008, p. 107).

²⁷ Bergamim (2004) analisa os processos de desenvolvimento das regiões do estado do Espírito Santo a partir da constituição e consolidação de uma estrutura produtiva que começou a se materializar no século XIX. A autora defende que o processo de desenvolvimento do estado ocorreu de formas diferentes em três regiões produtivas (sul, norte e central). Para a autora, a base da diferença entre as três está na constituição histórica de formação da propriedade e nas relações de produção desenvolvidas. O que ainda fica pouco explorado na dissertação da autora é como coletivos já instalados no território capixaba foram impactados por esse processo que ela data a partir de meados do século XIX, não sem coincidência com a instalação das colônias de imigração europeia. Na sistematização proposta, a região sul do estado teria se formado basicamente pela grande propriedade, ocupada principalmente em decorrência da expansão da fronteira agrícola fluminense e mineira em busca de terras férteis para plantar café. Com a crise do sistema escravocrata, alguns grandes fazendeiros teriam vendido parte de suas terras a colonos já instalados no Espírito Santo. A região central é caracterizada pela ocupação e dinamização em decorrência da imigração europeia. Os imigrantes que vieram para esta região se inseriram nos objetivos governamentais de promover a colonização e a dinamização da região. Por último, a região norte seria a região de expansão, espaço da fronteira agrícola do estado e também de Minas Gerais e Bahia. O fluxo migratório foi composto, em sua grande maioria, por imigrantes da segunda geração, provenientes das regiões central e sul.

²⁸ Com isto, não estou desprezando o papel preponderante que teve e tem o café no desenvolvimento econômico no meio rural, contudo, estou priorizando uma análise crítica que permite compreender os aspectos sociais e políticos que esse discurso acarreta tanto na forma como a heterogeneidade é representada, quanto nas ações dos mediadores na implementação das políticas de desenvolvimento rural.

²⁹ Mas as populações resistiram da forma que lhe foi possível. Se os indígenas lutavam por seus territórios e resistiam em algumas regiões impedindo o acesso de muitos *desbravadores*, os negros ocupavam pequenos lotes em terras devolutas, passaram a ser perseguidos e combatidos sob a alegação de que as terras do Estado deveriam

A presença, geralmente hostil, dos índios, reforçava o caráter pioneiro destes estabelecimentos. O estado de alerta declinou à medida que os indígenas [...] renunciaram a disputar o terreno com os recém-chegados, internando-se na floresta. (ROCHE, 1968, p. 26).

As citações de entrevistados de Roos e Eshuis (2008) sobre a existência de indígenas e de negros nas áreas onde foram designadas as primeiras colônias na região de Holanda, município de Santa Leopoldina, reforçam sua existência enquanto coletivos, apesar da sua invisibilidade na historiografia.

Jacó Silva conta: “Os índios ainda moravam em Holanda. Mas estes logo saíram de lá assim que os primeiros imigrantes chegaram. Os últimos foram mortos a tiros a mando do governo. Eram os ‘Tapuios’, um povo bastante selvagem.” (ROOS; ESHUIS, 2008, p. 49).

Durante o corte da cana-de-açúcar e a colheita do café nasce uma certa camaradagem entre holandeses e escravos. [...] Os escravos acabam se tornando professores para os pioneiros holandeses. Eles os ensinaram tudo sobre viver na mata e plantas medicinais, mostraram a eles como se deve plantar mandioca e moê-la para ser transformada em trigo. Ensinaram como plantar as bananeiras e as mudas de café. (ROOS; ESHUIS, 2008, p. 53).

Analisando os desdobramentos da invisibilidade do negro na historiografia, Oliveira (2005) sustenta, a partir de Leite (1996), que “a invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações” (OLIVEIRA, 2005, p. 41), ou seja, tornar invisíveis as outras populações é uma forma de supervalorizar quem aparece, *deixar morrer uns e fazer viver outros*.

Quijano (2005) mostra como a colonialidade do poder implica até hoje a invisibilidade sociológica dos não europeus com relação à produção de subjetividades, memórias históricas e conhecimento. No caso da região de estudo, a invisibilidade de alguns coletivos foi reforçada com a política de imigração que tinha, além do aporte racial, a ideia da existência de espaços vazios que também serviu de reforço. Como afirma Oliveira a partir da comunidade de Retiro.

Na política do governo para atrair os imigrantes europeus para o Brasil e para o Espírito Santo, estava o início da construção da invisibilidade histórica e política da população negra. Em Santa Leopoldina a construção da invisibilidade do negro por parte de instituições do poder público passa pela construção da visibilidade dos agrupamentos de imigrantes europeus. (OLIVEIRA, 2005, p. 60).

ser vendidas ou doadas para os imigrantes europeus. Os mestiços ou caboclos resistiam abrindo novos lotes e vendo-se na necessidade de vendê-los ou sendo usurpados por não terem a titulação da terra (OLIVEIRA, 2005; NETO, 2012).

Distanciando-se das abordagens tradicionais sobre a ocupação do território a partir do processo de imigração, Neto (2012) aborda a dimensão conflitiva existente na conformação das regiões rurais. O autor focaliza a resistência dos grupos indígenas e também dos pequenos agricultores na defesa dos seus territórios, sobretudo no norte do estado. Para Neto, mesmo na composição das pequenas propriedades houve uma forte seletividade étnico-racial, o que privilegiou os imigrantes estrangeiros e seus descendentes.

Destas análises, podemos compreender que a formação da agricultura do Espírito Santo se dá em termos conflitivos e contraditórios num espaço de lutas pelo controle dos âmbitos da existência social, tendo como base a expansão do café, sobretudo a partir da abertura de novas fronteiras agrícolas, uma vez que a terra fértil era o elemento que mais interessava aos agricultores, fossem eles camponeses ou grandes fazendeiros. Como afirma Valadão (1999, p. 39), “a ocupação dos vazios demográficos no Espírito Santo foi impulsionada pela expansão da cafeicultura”.

Os coletivos que vinham sendo formados desde o século XVI foram seriamente alijados pelos processos empreendidos pelo Estado: a Lei de Terras³⁰ dificultou a posse definitiva dos agricultores nacionais, a política de colonização priorizou o agricultor estrangeiro e o discurso racista que servia de base para a política de imigração aprofundou os processos de racialização e discriminação.

Temos, assim, a constituição de efeitos negativos sobrepostos sobre os “homens de cor”: de um lado, são alijados dos meios de produção e explorados nas relações de trabalho e submetidos a estigmas e preconceitos, de outro, sofrem a invisibilidade histórica e social.

A conclusão de Saletto (1996) sobre a política de terras do governo estadual, analisada sob o prisma da racionalidade da produção, criou condições para a pequena propriedade no estado, contudo, permitiu a emergência de um discurso que separou os agricultores em aptos e não aptos.

A política de terras do Governo estadual, tanto pela ação positiva, visando estimular o povoamento e o desenvolvimento econômico, quanto pelo fracasso em impedir as invasões, facilitou o acesso à propriedade da terra a camadas relativamente amplas da população. O pequeno lavrador que conseguisse se integrar ao mercado, o que de modo geral só era possível cultivando café, podia tornar-se proprietário, a prazo mais ou menos longo, e ao preço de anos de intenso labor e estrita economia. Por outro lado, os que não conseguissem realizar mais do que culturas rudimentares de autossustentação estavam condenados à insegurança da situação de posseiros perseguidos. O governo os excluía da propriedade da terra; não conseguia, porém, impedir sua existência como posseiro. (SALETTTO, 1996, p. 124).

³⁰ Segundo Lago (2014), a Lei de Terras dificultou o acesso à propriedade por parte da população livre, ao passo que favoreceu e fortaleceu o monopólio da terra nas mãos dos grandes fazendeiros, ao mesmo tempo em que possibilitava ao Estado um certo controle sobre quem poderia deter a terra.

Mas, historicamente, os que não conseguiam “realizar mais do que culturas rudimentares” e que estavam excluídos da propriedade de terra eram justamente os muitos “caboclos” que não foram alvo de nenhuma política claramente orientada para eles. Neste sentido, Rocha (1984) destaca que a “população pobre é, além disso, varrida do mapa na medida em que se passa a proclamar com insistência a falta de braços e advogar a introdução de estrangeiros no país [...]” (ROCHA, 1984, p. 57).

A partir de Saletto (1996), visualiza-se que o mais importante fator de produção na agricultura (terra) sofreu, também, restrição ou facilidade de acesso em virtude da naturalização de elementos relacionados à *origem* dos agricultores. A própria Saletto naturaliza as relações de dominação ao afirmar que o imigrante “era mais valorizado em relação ao trabalhador nacional, tinha muito maior facilidade em obter terras, e estava disposto aos maiores sacrifícios para tornar-se proprietário.” (SALETTTO, 1996, p. 127)³¹.

Ainda destacando os efeitos na composição dos coletivos rurais, pode-se indagar a passagem de um estudioso que analisou a colonização alemã no início do século XX. A ideia compreendida na citação deixa uma ligeira impressão da forma como foi se constituindo a diferenciação e distinção no meio rural capixaba, principalmente no que diz respeito à constituição da propriedade da terra e das *formas de fazer agricultura e ser agricultor*.

A forma de aquisição da terra predominante entre os colonos naquela época era a seguinte: na frente vinha o “nativo”, geralmente negro ou mulato (“de cor”), este, para se tornar proprietário da terra, procede de modo muito simples. Escolhe um trato de terra que lhe parece melhor, finca aí algumas estacas para determinar o limite. Levanta um telheiro de palmas, onde fica morando, no começo; derruba e depois queima uma nesga de mata, onde passa a plantar tudo o que é possível: banana, café, tubérculos, feijão; cada coisa, evidentemente, na mais reduzida escala. Aos poucos constrói uma choça. [...] depois vinha o imigrante, ou seu descendente [...]; essa terra que já estava desbravada, mas ainda plenamente explorável, é para o colono alemão, um excelente ponto de partida para uma atividade agrícola mais intensa. Ao comprar a posse, compra, na realidade, o trabalho do pioneiro: o desmatamento, a preparação do terreno, a construção do rancho. O homem de cor, a seu turno, se desfará de bom grado de sua propriedade, para penetrar mais a fundo na floresta e recomeçar tudo. (WAGEMANN apud SALETTTO, 1996, p. 124, grifos nossos).

Despolitizadas e naturalizadas, as informações de Wagemann podem ser interpretadas a partir de uma base teórica que focaliza os contrastes entre a agricultura de subsistência praticada pelo “homem de cor” e o empreendedorismo e a agricultura intensiva do colono alemão, que logo se tornaria a agricultura dominante.

³¹ Como será desenvolvido no Capítulo 7, até os dias atuais os agricultores que mais se aproximam da imagem do colono têm maiores condições e possibilidades de *fazer coisas*.

Por outro tudo, é possível pensar a partir do questionamento da base discursiva que salienta as práticas dos diferentes tipos de agricultura ao estabelecer uma dicotomia entre o modo de vida do “homem de cor” e do colono alemão, naturalizando as diferenças numa perspectiva étnico-racializada que despolitiza as relações de dominação e exploração. A partir deste prisma, revela-se a conflitividade do rural, o confronto entre diferentes *formas de fazer agricultura e modos de ser agricultor*, mas, mais do que isso, revela que, na prática, os espaços vazios eram já constituídos de relações sociais, de coletivos que travavam lutas pela sobrevivência econômica e social.

Ao “homem de cor”, sem título da terra, não restava outra opção a não ser penetrar nos confins do mundo e do humano (MARTINS, 2014), desaparecendo dos relatos da história e tornando-se invisível apesar de sua existência. Pelo mito da imigração, o *outro* (“homem de cor”, descaracterizado e destituído de si) “é transformado em puro objeto, espetáculo, marionete: relegado para os confins da humanidade, não constitui doravante nenhum atentado à segurança da nossa própria casa.” (BARTHES, 2001, p. 171), ou, como sugere Dussel (1993), foi sistematicamente alvo de *encobrimento*.

Desse modo, por um lado, o mito da imigração baseado numa matriz colonial (MIGNOLO, 2009) atuou diretamente sobre os dispositivos de posse e propriedade da terra, por outro, sobre a divisão social do trabalho. Todavia, também atuou sobre a construção de subjetividades, o que afetou os âmbitos de existência social, influenciando diretamente nas estruturas de poder, nos processos de diferenciação e distinção e nas relações sociais.

Lago (2014) observou que nos lugares onde ocorreu maior imigração estrangeira, os trabalhadores negros enfrentaram a competição dos trabalhadores brancos que gozavam de melhores condições não só por terem acesso facilitado à terra, mas por serem preferidos em relação aos negros. Neste sentido, o autor conclui: “nada foi feito politicamente no sentido de facilitar uma inserção adequada dos libertos no mercado de trabalho” (LAGO, 2014, p. 94), nem tampouco em seu acesso à terra, que se tornava, a partir da Lei de Terras, oficialmente uma mercadoria do Estado, com ascendente elevação de preços, sobretudo na região cafeeira.

O discurso do Presidente da Província, Evaristo Ladislau e Silva, de 1852, é uma das passagens do livro de Almada que ilustra a imbricação entre a construção da identidade social do imigrante e o valor trabalho em oposição aos valores dos “filhos da terra”.

Considerados vagabundos, preguiçosos e pouco dotados pra o trabalho organizado, era típico da época o pensamento com que o Presidente Ladislau e Silva³², justificou a necessidade do Governo Imperial orientar para o Espírito Santo o fluxo imigratório de europeus. “A primeira e vital necessidade da província reside na falta de gente vinda de outras regiões, porque apenas assim se obterá o indispensável incentivo para despertar o país do sono que dorme. O exemplo do estrangeiro, seu trabalho, seus costumes e a concorrência ensinarão aos filhos desta terra o que não conhecem” [...]. (ALMADA, 1984, p. 184).

O discurso do Presidente Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (1848) referente aos botocudos e mais adiante em relação aos colonos mostra a construção de identidades sociais vinculadas por oposição.

Sabe-se, porém, que a raça de índios Botocudos é das mais indolentes e menos amiga do trabalho. Força é portanto que brazos estranhos se empreguem nas derrubadas e roças que se terão que fazer para abastecer as aldeas e ir aos poucos sem vexame e gradualmente acostumando-se por meio do exemplo ao trabalho. [...] Cada dia os colonos dão novas e mais positivas garantias de sua moralidade e amor ao trabalho. Vivem na melhor harmonia, tanto entre si, como com os lavradores vizinhos. (RELATÓRIO, 1848, p. 25-27).

Outra passagem agora resgatada do estudo de Grosselli sinaliza a relação do trabalhador negro com os trabalhadores italianos na região de Santa Teresa, ainda presentes na memória dos agricultores por ele entrevistados.

Em algumas comunidades, o negro tinha acesso à casa do colono [...]. Mesmo nestes casos, entretanto, sua função era a de trabalhador braçal agrícola mal remunerado. Ele próprio pedia baixos salários e na maioria das vezes trabalhava em troca de comida e alojamento para camponeses italianos que dispunham de 30 ha de terra, mas que podiam ser considerados pobres [...]. (GROSSELLI, 2008, p. 452).

As três passagens são reveladoras da forma como os “nativos” eram reconhecidos e afetados pelos discursos da época. Elas mostram os lugares ocupados por eles na divisão social do trabalho e também as condições que lhes eram possíveis. Lago (2014, p. 90) conclui que “os ex-escravos se tornaram, como indivíduos, os trabalhadores menos desejáveis após a Abolição, notadamente em São Paulo”, uma vez que se institucionalizou o sistema de parceria, que era realizado pelo colono e sua família.

Segundo dados trazidos por Lago (2014, p. 81), em seu trabalho sobre a transição da escravidão ao trabalho livre na região cafeeira (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e

³² Ofício ao Ministério do Império em 26 de novembro de 1852. Presidente da Província do Espírito Santo, Evaristo Ladislau e Silva.

Espírito Santo), em 1820, 56% do total da população escrava encontrava-se nos quatro estados dessa região.

No Espírito Santo, ainda segundo o autor, em 1872, cerca de 28% da população total era composta de escravos³³ que trabalhavam principalmente na agricultura e se concentravam na capital, na região de São Mateus e nas fazendas do sul (principalmente de café). Na região central, portanto, o trabalhador escravizado era menos usual que o trabalhador imigrante, contudo, a região de Santa Leopoldina abrigava fazendas de café que utilizavam a mão de obra escrava.

Tentado a responder sobre a possibilidade dos trabalhadores negros escravizados serem beneficiados pelos mesmos incentivos da política de imigração, Grosselli (2008) argumenta lhe faltar certeza sobre se os ex-escravos teriam condições de desenvolver a cafeicultura, haja vista que não haveria tido tempo para a requalificação de uma mão de obra que vivia principalmente no litoral ou nos centros urbanos e pouco ou nada conhecia da agricultura, e conclui que “[...] talvez breve demais também para tentar realizar, em tempo útil, um processo de mutação cultural, necessário e propedêutico à requalificação.” (GROSSELLI, 2008, p. 108).

A falta de certeza de Grosselli está muito mais amparada nos argumentos discursivos da época do que nos dados estatísticos e históricos que mostram a preeminência do trabalhador negro escravizado utilizado nas fazendas de café desde a metade do século XIX. O processo de “mutação cultural” e a “requalificação” parecem estar muito mais relacionados, portanto, a uma premissa étnico-racial do que ao saber fazer agrícola. Suas colocações da academia encerram uma óbvia colonialidade do saber que não está presente somente em seu trabalho, mas em inúmeros estudos que têm por tema a questão da conformação das regiões rurais e da agricultura familiar no Brasil.

Analisando a situação dos negros do Espírito Santo no período pós-abolição, Maciel (2016) revela que os trabalhadores negros eram preteridos em relação aos europeus nos trabalhos agrícolas. Segundo o autor, os proprietários de terra utilizavam-se de atribuições racistas para desqualificar os negros. Essas atribuições serviam para reforçar a classificação dos negros ao mesmo tempo em que se prestavam como forma de oferecer menores salários.

A sistemática descaracterização dos trabalhadores e dos trabalhos executados pelos “homens de cor” torna-se um emblemático dispositivo de poder, negando não só a existência social e histórica dessas pessoas, mas sua contribuição na formação social e econômica do Brasil. Contudo, por trás desse discurso, ainda haveria, segundo Domingues (2004), um

³³ Segundo o Censo de 1872, a população total era de 82.137; a população escrava, 22.659; e o número de estrangeiros em 1870 era de 4.789 (LAGO, 2014, p. 232).

mecanismo apropriado pela elite branca para isentá-la da responsabilidade social pelo futuro dos ex-escravos, já que os próprios estavam sendo responsabilizados pela sua incapacidade para o trabalho, deixando clara uma colonialidade do poder que naturaliza os princípios de acusação e elogio dentro de uma taxonomia racial (BOURDIEU, 1983; CASTRO-GÓMEZ, 2000).

Atualmente, essa dicotomia racista que desqualificou e descaracterizou os trabalhos e os trabalhadores “de cor”, continua servindo para classificar os coletivos, tendo como efeito mais direto relações de trabalho desiguais.

Na vida cotidiana, a colonialidade do poder codifica os corpos e, a partir daí, classifica e hierarquiza, atribuindo às pessoas lugares no campo social no qual se desenvolvem as relações, a divisão social do trabalho e as agriculturas. Localmente, os atores se apropriam desses esquemas e tomam suas posições e estratégias de lutas na reprodução de seus modos de vida.

Compreende-se, destas constatações, que a região em análise se conformou a partir de uma ideia que teve força suficiente para transformar-se num mito que despolitiza e naturaliza as relações de poder e dominação que a configuram como tal. A ideia de “região de imigração europeia” revela os mitos, os discursos e as batalhas constituídas em torno do acesso à terra, das relações de exploração e da luta pela possibilidade de reprodução de diferentes coletivos de agricultores.

Dizer isso é revelar que a heterogeneidade das formas familiares de trabalho e de produção é um processo histórico de relações desiguais na alocação dos recursos materiais e simbólicos em diferentes campos de batalha (tanto na prática da própria agricultura quanto na construção de saberes e de políticas).

Interpretações correntes sobre as mudanças no meio rural parecem desconsiderar os aspectos conflitivos e as inúmeras batalhas que se configuraram com a *marcha dos colonos*. Nestas interpretações, a diversidade das *formas de fazer agricultura* e dos *modos de ser agricultor* é referenciada a partir da ideia de assimilação do “novo modo de vida instaurado” pelo colono (ABRAMOVAY, 1981 *apud* ESCHER, 2011), evidenciando um saber acadêmico que reforça a visão dos *vazios* e a invisibilidade dos coletivos não colonos na constituição e na conformação das regiões rurais no Brasil, com a reconstituição da “passagem da economia cabocla para o sistema produtivo colonial” como o resultado da natureza dos fatos, despolitizando as relações sociais.

Nestes termos, o próprio mito da imigração se reproduz, reforçando a despolitização e a naturalização da moralidade econômica que foi criada e vinculada à identidade social do imigrante. Os conceitos-valores presentes na concepção de terra, trabalho e família impressos

na própria significação do mito penetram nos discursos acadêmicos, representado a própria normalidade do processo de desenvolvimento histórico das FFTP.

A base discursiva que legitimou as colônias de imigração esteve sempre atrelada ao pressuposto racista de superioridade do branco europeu. Os efeitos diretos desse padrão de poder estão nos processos de diferenciação e distinção que são desencadeados entre os diferentes coletivos presentes nos territórios e nos mais diversos campos políticos e sociais de produção de conhecimento. A colonialidade do poder opera, assim, por diversos e diferentes sistemas de poder como uma série de dispositivos heterônomos que colaboram para a empresa da colonialidade (CASTRO-GÓMEZ, 2007).

Uma vez que a região de estudo sintetiza o ideário da imigração europeia, o que significa na prática uma classificação e uma hierarquização dos coletivos a partir das *memórias do tempo dos antigos* étnico-racializados em termos de origem geográfica e social, torna-se claro que é preciso levar a sério a forma como os processos históricos e os *mitos* são utilizados pelos atores para legitimar as diferenças e os lugares que passaram a ser ocupados por si e por suas agriculturas no cotidiano.

Mas, além das classificações étnico-racializadas, o campo revelou que a modernização da agricultura é também um marcador histórico e social para a classificação dos agricultores. Na região de estudo, a modernização está intimamente relacionada com a *chegada do IBC* e o *plantio na técnica*. É sobre esse processo que trata a segunda seção do capítulo.

3.2 A CRISE DO CAFÉ E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Lo que proponía el informe era nada menos que la reestructuración total de las sociedades “subdesarrolladas”. [...] Demostraba la voluntad creciente de transformar de manera drástica dos terceras partes del mundo en pos de los objetivos de prosperidad material y progreso económico. A comienzos de la década del cincuenta, esta voluntad era ya hegemónica en los círculos de poder. Pero en vez del reino de abundancia prometido por teóricos y políticos de los años cincuenta, el discurso y la estrategia del desarrollo produjeron lo contrario: miseria y subdesarrollo masivos, explotación y opresión sin nombre (Escobar, 1998a). La crisis de la deuda, la hambruna (saheliana), la creciente pobreza, desnutrición y violencia son apenas los síntomas más patéticos del fracaso de cincuenta años de desarrollo. (ESCOBAR, 1999b, p. 35).

O objetivo desta seção é recompor os principais elementos discursivos concernentes ao período da crise do café e da modernização da agricultura capixaba. Concomitantes e justapostos, estes dois eventos apareceram em larga medida na historiografia capixaba e também nos diálogos dos agricultores. No primeiro caso, como um saber institucionalizado que se converteu numa prática discursiva utilizada nos mais diversos setores; no segundo, como um

saber-poder localmente utilizado para classificar diferentes formas de praticar a agricultura e também como marcador temporal de importantes transformações.

Não se trata, portanto, de uma seção para avaliar os efeitos da modernização da agricultura a partir dos impactos da mercantilização ou dos índices de tecnificação, mas uma análise que permita visualizar os desdobramentos dos discursos criados a partir dos documentos e estudos que tornaram o Espírito Santo e sua agricultura, a partir dos anos 1960, objetos de programas e planos de governos que implementaram uma série de mudanças com vistas à modernização e ao desenvolvimento como solução única e inevitável.

A partir de uma crítica pós-desenvolvimento, Arturo Escobar argumenta a necessidade de se interpretar o desenvolvimento como um discurso, entendendo-o a partir da análise de “como ha sido entendido a lo largo de la historia, desde qué perspectivas, con que principios de autoridad y con qué consecuencias para qué grupos de población en particular” (ESCOBAR, 1999a, p. 10).

A relação entre o desenvolvimento e os temas caros às Ciências Sociais, sobretudo à Antropologia, fez Escobar (1999a) provocar os profissionais que tratam do tema a refletir acerca da possibilidade de se criticar o desenvolvimento desde suas bases mais profundas (inclusive a crença ontológica de que seja algo necessário) ao mesmo tempo em que se considera a inevitabilidade de se pensar em uma política de afirmação cultural em meio à tendência globalizante de homogeneização.

A principal crítica de Escobar aos antropólogos para o desenvolvimento é o fato de eles, em sua visão, não o questionarem, reificando-o como algo que existe de modo sólido e material. Para o autor, essa atitude acrítica possibilita que se veja o desenvolvimento (que vai ganhando adjetivos de acordo com as críticas circunstanciais) como algo que precisa ser feito para se sair de uma situação X para uma nova situação Y, agora mais *evoluída/sustentável/local/territorial*, de acordo com o adjetivo que foi posto ao desenvolvimento.

Como forma de contraposição a essa abordagem, Escobar (1999a) sugere que se aplique ao desenvolvimento o fundamento do “desfamiliarizar o familiar”, desestabilizando as bases do discurso, transformando o óbvio em algo problemático. A partir desta premissa, Escobar (1999a) afirma poder questionar (como fizeram Said e Mudimbe ao pensar o ocidentalismo) o desenvolvimento e perceber o que ele criou (o subdesenvolvimento), bem como suas práticas (agendas de desenvolvimento incorporadas de saberes e técnicas) e consequências.

Metodologicamente, o desenvolvimento se transforma e é apreendido como uma prática discursiva³⁴ profundamente enraizada na modernidade ocidental e decorrente de processos históricos que instauram regimes de verdade, criando relações de poder e dominação a partir da “invenção” de desenvolvidos e subdesenvolvidos. Por outro lado, o próprio discurso é apropriado e ressignificado pelos atores sociais que utilizam suas bases como dispositivos de poder.

As diferentes *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor* são utilizados pelos atores para (re)localizar os discursos do desenvolvimento. Mas para (re)localizar o desenvolvimento, os agricultores lançam mão dos discursos já existentes localmente³⁵, portanto, ao mesmo tempo em que viabilizam a existência da alteridade (produzindo e percebendo que existem formas diferentes de produzir), reafirmam os processos de distinção e diferenciação e as hierarquias localmente situadas (SAHLINS, 1990)³⁶.

O que se segue na próxima seção é a análise da narrativa em torno da modernização da agricultura capixaba.

3.2.1 A modernização da agricultura capixaba

A década de 1960 na historiografia sobre o Espírito Santo é marcada como o período de mudanças estruturais e sociais. Associada, de uma forma geral, à crise cafeeira, as últimas quatro décadas do século XX imprimiram uma imagem de rupturas e mudanças no cenário capixaba: de um estado primário-exportador, rural, dependente do café, para um estado com economia diversificada, industrializado, urbano e desenvolvido.

De acordo com Panagides (1969), na década de 1960 o mundo atravessava a crise do café devido à superprodução, fato que, desde meados dos anos 1950, reduzia o valor do produto. Na intenção de gerenciar o problema, os países produtores firmaram acordos internacionais no sentido de diminuir a oferta, uma vez que entre 1965/66 a produção de café representava uma vez e meia o consumo mundial.

³⁴ Alguns atores já elaboraram a necessidade de se considerar o desenvolvimento como um discurso, a exemplo, temos Long (2007), que sublinha a necessidade de problematizar os processos de interface nas agendas de desenvolvimento. Contudo, o ponto fundamental em relação a Escobar é sua orientação epistemológica, que, alinhada com o pós-estruturalismo, com o pós-colonialismo e com um engajamento político a favor de alternativas à modernidade, formula muito claramente um projeto de uma epistemologia política (ANJOS, 2014).

³⁵ Embora se fale em discursos locais, não estamos falando que existam discursos genuinamente locais, sem nenhuma forma de articulação ou relação com outros discursos.

³⁶ Como exemplo do uso político dos discursos do desenvolvimento e da superação do atraso por representantes de governos capixabas, ver Nascimento (2016).

Naquela época, o estado do Espírito Santo figurava entre os quatro maiores produtores de café do país, os quais contribuíram no período de 1961 a 1964, em média, com mais de 50% da produção agrícola brasileira, e 95% do café produzido provinha dessa região³⁷ (PANAGIDES, 1969; ROCHA; MORANDI, 1991).

No estado, ao final da década de 1950, o café representava 60% da produção agrícola do Espírito Santo. Em 1960, 41,8% do PIB estadual era gerado pela agropecuária e pesca. Além disso, 55% da população economicamente ativa estava empregada na cafeicultura, e 22% da renda estadual estava atrelada à produção do café (ROCHA; MORANDI, 1991).

Com a justificativa de conter e gerenciar a crise no país, foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (Gerca), em 1961, órgão vinculado ao Instituto Brasileiro do Café (IBC). O plano empreendido pelo Gerca tinha três diretrizes: 1) promover a erradicação dos cafezais antieconômicos; 2) diversificar as áreas erradicadas; e, 3) renovar parcelas de cafezais.

De acordo com a análise de Panagides (1969), o Gerca atingiu os objetivos do ponto de vista do quantitativo de cafezais erradicados: a estimativa é que mais de 1,73 bilhões de pés de café tenham sido erradicados³⁸, contudo, o objetivo da diversificação agrícola não teria sido atingido uma vez que não existia produto que gerasse as mesmas taxas de lucro que o café. Em resumo, os cafés foram erradicados, mas não houve diversificação agrícola.

Nesse sentido, a grande crítica de Panagides (1969), contemporâneo do processo de erradicação, é que a política não teria sido funcional nem do ponto de vista do equilíbrio viável entre oferta e demanda, nem do ponto de vista da diversificação produtiva. No primeiro caso, muitas terras liberadas foram novamente plantadas com café, o que não significou nem a diminuição, nem a diversificação da produção.

No que se refere ao Espírito Santo, a erradicação dos cafezais não se justificaria também pela sua relação com a produção nacional. Segundo observa Daré (2010, p. 54), a participação do café espírito-santense no total brasileiro era muito pequena, uma vez que o estado era responsável por apenas 6,2% do total produzido no país.

Do ponto de vista da relação com os preços praticados, os agricultores não teriam sido atingidos diretamente, pois estes desenvolviam uma agricultura diversificada³⁹ e com maior

³⁷ São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

³⁸ Segundo Valadão (1999), o estado do Espírito Santo superou em duas vezes a cota estabelecida para ele, outorgando-lhe a situação de maior erradicador do país, em termos relativos. O êxito da política de erradicação no estado está atribuído ao fato de que o valor das indenizações era superior ao valor do rendimento da produção do café.

³⁹ Segundo estudos da ASPLAN, nas décadas de 1950 e 1960 os principais produtos eram: café, banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho e arroz (ESPÍRITO SANTO, 1968, p. 101).

grau de autonomia em relação ao mercado, portanto, a crise da década de 1960, conclui a autora, seria uma “‘crise’ de preços, ou melhor, uma ‘crise’ de extração da mais valia, uma vez que o núcleo central da acumulação capitalista nesse período era o comércio.” (DARÉ, 2010, p. 196).

A partir dessas argumentações, as justificativas econômicas de ajustes de oferta e demanda, centrais na política de erradicação dos cafezais, mostram-se de fácil refutação para o caso do Espírito Santo. Por outro lado, Frederico (2013) parece tocar o ponto nevrálgico do programa ao salientar que, dentro do projeto de modernização da agricultura, o café tinha destaque, uma vez que era o principal produto brasileiro de exportação.

Dessa forma, apesar dos baixos preços internacionais praticados na época, o Estado tinha interesse em patrocinar uma política de modernização, nos moldes da revolução verde. Destarte, apesar de a propaganda do programa ser em torno da necessidade de diminuir a produção, o autor observa que o objetivo era a modernização da cafeicultura, uma vez que promovia, num primeiro momento, a erradicação dos cafezais improdutivos e, em seguida, o plano de revigoramento e renovação dos cafezais.

Estas políticas promoveram a erradicação de quase metade da população cafeeira brasileira, sobretudo, das lavouras pouco produtivas ou localizadas em regiões consideradas inadequadas, e difundiram a produção de variedades mais produtivas e sensíveis ao uso dos insumos químicos e mecânicos (FREDERICO, 2013, p. 4).

No caso capixaba, as principais análises sobre o período da erradicação demonstram os impactos do programa. Segundo Rocha e Morandi (2012), foram erradicados 53,8% dos cafezais e liberados 71% da área plantada (grande parte transformada em pastagem), 60 mil pessoas perderam seus empregos e 240 mil capixabas tiveram suas condições de vida precarizadas (aproximadamente 25% da população rural de 1960) (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 29-30)⁴⁰.

Diante de tal cenário, apresentado nos documentos contemporâneos à crise e atualmente nos estudos sobre o período, a imagem de *encruzilhada*, apresentada no livro *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)*, leva à inevitável percepção da crise e da necessidade de sua superação.

A crise da época foi confrontada a partir do pensamento desenvolvimentista que, entre suas principais matrizes, concentra a ideia de que a mudança social pode e deve ser conduzida por *experts*, visando ao desenvolvimento das sociedades a partir de intervenções pontuais que

⁴⁰ Em termos proporcionais, segundo Rocha e Morandi (1991), o campo perdeu um quarto de sua população. Segundo os autores, em 1960, os trabalhadores do setor agrícola representavam 68,1% da população economicamente ativa e, desse percentual, 80% ainda encontravam-se empregados na cafeicultura.

a conduzam aos mesmos padrões das *sociedades mais avançadas*⁴¹. O desenvolvimento nesse sentido torna-se a rota de saída da *encruzilhada* e passa a colonizar a realidade, transformando radicalmente a imagem do Espírito Santo entre o *antes* e o *depois*.

Nesse sentido, o trabalho de Rocha e Morandi (2012) é um caso exemplar de como a narrativa em torno do advento do desenvolvimento no Espírito Santo se transforma num poderoso mecanismo de saber-poder que opera na colonialidade da realidade. Assim, as tecnologias do desenvolvimento passam a criar representações do que precisava ser subjogado em detrimento da promessa contida em seu ideário.

Não por acaso, o livro em questão apresenta como grande medida de ação os diagnósticos que possibilitaram um conhecimento preciso (porque de *experts*) sobre a realidade capixaba, apresentando os problemas que precisavam ser superados.

Assim foi que, o Governo do Estado, a Federação das Indústrias e a Federação do Comércio, somaram esforços, numa ação conjunta, para a elaboração de diagnósticos precisos da situação econômica e social e, ao mesmo tempo, para a reformulação de novas estratégias de desenvolvimento. Conclui-se, acompanhando a grande tendência da economia brasileira, pela priorização do desenvolvimento da atividade industrial no Espírito Santo. Mas havia obstáculos a serem inicialmente superados. (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 31).

O documento a que se referem os autores foi produzido em 1962 pelo Serviço Social Rural. O diagnóstico situa a dependência gerada em torno do café como um dos grandes problemas a serem enfrentados para que o estado saísse da sua condição periférica. Mas, para além da dependência, a própria agricultura passou a ser considerada como um entrave para o desenvolvimento, uma vez que sua base agrária seria formada por pequenas unidades, uma das dificuldades para que o café capixaba pudesse atingir os níveis de qualidade e produtividade de outras áreas cafeeicultoras.

O café por sua vez, se de um lado representa o esteio da economia estadual, de outro, é um dos principais fatores limitativos ao desenvolvimento em ritmo mais acelerado. Restringida em termo de escassas áreas ecologicamente satisfatórias, a expansão cafeeira está à mercê mais da melhoria da cultura existente do que propriamente do aumento de área cultivável. A melhoria de qualidade, no entanto, a exemplo de outras áreas de cafeeicultura mais rendosas que a capixaba, não é tarefa fácil, mormente no Espírito Santo, onde a propriedade agrária se concentra em pequenas unidades (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 118).

⁴¹ Os padrões a serem seguidos estavam marcados a partir de níveis de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, crescimento populacional, crescimento econômico (PIB), crescimento da produção (produtividade), aumento dos níveis de vida, etc. (ESCOBAR, 1999a, p. 20).

Assim, o diagnóstico criou a ideia de que o Espírito Santo estava na situação de periferia e crise em relação aos outros estados pela sua trajetória e base agrícola. Nesse sentido, o problema foi identificado, e as estratégias de superação via um planejamento racionalizado com vistas ao desenvolvimento foram anunciadas de forma *natural* a partir de uma proposta de diversificação da economia, com a intensificação da indústria e programas de modernização agrícola que superassem as “técnicas atrasadas” adotadas pelos agricultores.

Voltado especificamente para a realidade rural, em 1968 foi elaborado o *Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola do Estado do Espírito Santo (Volume 1 e 2)*. Esse documento analisa as consequências da erradicação dos cafezais e apresenta um plano de diversificação para o estado a partir da caracterização das propriedades rurais⁴². Por sua importância, vale analisar alguns pontos que são pertinentes para compreender a operacionalidade deste documento e a consequente representação da agricultura capixaba como atrasada.

A primeira parte do estudo é um diagnóstico da situação produtiva, econômica e social no meio rural. Sobre a realidade agrária, os documentos concluíram que a agricultura capixaba e o próprio café se desenvolviam assentados no trabalho familiar e na pequena propriedade, o que foi interpretado como um empecilho para o desenvolvimento de relações de trabalho assalariado e da própria condição para a autossuficiência e permanência dessa forma mesmo em tempos de crise do café. Também identificou-se que a agricultura capixaba era pouco produtiva e arraigada a “práticas tradicionais”, com pouca utilização de insumos agroquímicos.

Em síntese, a agricultura era a representação do próprio *atraso*. Essas características foram consideradas com um dos “pontos de estrangulamento” do desenvolvimento do Espírito Santo. Observou-se o uso corrente de expressões, como “estabelecimentos familiares, pequena produção familiar e pequena unidade produtiva com força de trabalho familiar”, como formas de designar e classificar a agricultura capixaba e sua condição de “atraso” em relação à empresa agrícola eficiente, com altos índices de produtividade que concorreriam para o desenvolvimento de uma região.

Sobre os estabelecimentos, o documento concluiu que produziam café e lavouras brancas⁴³ destinadas ao consumo da família e dos parceiros. A maioria das propriedades, cerca de 80%, girava em torno de 50 hectares. Em geral, os estabelecimentos foram considerados como antieconômicos por estarem baseados na agricultura de subsistência e na mão de obra

⁴² Foi realizado um estudo em 327 propriedades rurais no estado como um todo.

⁴³ São designadas de lavouras brancas os cultivos de arroz, milho e feijão, desde que relacionados à subsistência.

familiar (termo já utilizado no documento), sem circulação monetária e com práticas agronômicas rudimentares.

O documento também classificou as propriedades de acordo com “os diferentes níveis de exploração econômica”, agrupando-as em dois grandes grupos: estabelecimentos de subsistência e estabelecimentos ativos (aqueles que comercializam a produção com regularidade). Aqui é possível observar uma primeira caracterização e classificação da diversidade da agricultura capixaba a partir da análise do tamanho de área e capacidade produtiva destinada para o mercado, temas recorrentes em análises que visam ao desenvolvimento como crescimento agrícola (NAVARRO, 2001; ELLIS; BIGGS, 2001).

Do ponto de vista dos objetivos, o programa visava “garantir o emprego produtivo dos contingentes populacionais liberados pela erradicação dos cafezais, na base de um esquema diversificado de lavouras [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1968, p. 370). Por outro lado, era também um dos objetivos “propiciar condições que permitam alcançar rendimentos [...]”, organizando “um sistema de orientação capaz de atender os produtores participantes do programa, fornecendo indicações sobre as condições das lavouras, a possibilidade de obtenção de crédito e das garantias oferecidas”, apontando para isso a “utilização de insumos⁴⁴, com assistência técnica, para atingir melhores níveis de produtividade” (ESPÍRITO SANTO, 1968, p. 354).

Como estratégia de atuação, estabeleceu um corte de prioridade para as propriedades com faixas de área entre 50 e 500 hectares, pois “apresentam as melhores condições para atender uma expansão de área agrícola” (ESPÍRITO SANTO, 1968, p. 136). Ao estabelecer essa prioridade, 68% dos estabelecimentos rurais da região de estudo foram omitidos na época a partir de uma noção de que as pequenas propriedades familiares estavam impossibilitadas de “qualquer ruptura da atual situação”, seja pelo tamanho médio, seja pelas práticas de agricultura de subsistência (ESPÍRITO SANTO, 1968, p. 135).

As linhas de ação foram pautadas na classificação das propriedades elaborada no próprio documento. Ao estabelecer um critério de classificação exógeno com vistas à implementação do Plano, a cisão entre propriedades aptas e não aptas ao desenvolvimento é reforçada, tendo como efeito real a hierarquização, a marginalização e a invisibilidade de um número considerável de agricultores que não tiveram condições de decidir sobre os rumos que queriam tomar. Neste sentido, a classificação empreendida no Plano parte de um procedimento de saber que operou como uma técnica de poder.

⁴⁴ A estimativa de insumos envolve sementes, corretivos, fertilizantes, defensivos, matrizes e reprodutores.

Pautado no modelo de modernização da agricultura adotado no Brasil, o Plano visava abranger as áreas de produção, comercialização e mercado a partir de pesquisa, extensão, fomento, crédito, preços mínimos e garantia de escoamento e comercialização. O crédito orientado objetivava o “aperfeiçoamento das práticas culturais e intensificação do uso de insumos”, com o objetivo de “assegurar o pleno financiamento do programa de tecnificação como meio de atingir as metas de produção induzindo um novo curso de desenvolvimento” (ESPÍRITO SANTO, 1968, p. 369) e a Ater como um serviço que deveria se concentrar nos objetivos da produção, propiciando ao “lavrador a assistência técnica necessária para o cumprimento das metas de produção, atendo-se basicamente ao ensino das práticas agrícolas fundamentais” (ESPÍRITO SANTO, 1968, p. 365).

Ao criar uma representação da realidade agrária que precisava ser superada, ao mesmo tempo em que os documentos desqualificaram práticas, saberes e sociabilidades, classificaram e direcionaram as atribuições e as trajetórias a serem seguidas pela agricultura e pelos agricultores frente ao projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo.

As considerações dos documentos apontavam que o estado de letargia da agricultura capixaba seria rompido a partir do aumento dos níveis de produtividade já *naturalizados* na própria concepção de desenvolvimento desde o discurso inaugural do subdesenvolvimento, proferido pelo presidente Truman em 1964, a partir da ideia de que a garantia da paz e da prosperidade tinham como horizonte o aumento da produção a partir da aplicação de conhecimentos técnicos e científicos (ESCOBAR, 1999a).

À agricultura moderna e produtiva caberia a produção de gêneros alimentícios capazes de abastecer os centros urbanos e o fornecimento de matéria-prima para as indústrias que se instalariam no estado. Dessa forma, há um direcionamento muito claro para o cumprimento das funções clássicas da agricultura⁴⁵, subordinando o rural ao urbano, a agricultura à indústria, por meio do estabelecimento de um corte que reafirmava o rural como um espaço de produção e não de vida.

Em síntese, os diagnósticos estabeleceram o Espírito Santo como um estado subdesenvolvido e sinalizaram os caminhos para a mudança. Situados na base dos processos de mudança social, eles permitiram e legitimaram a fundamentação do planejamento, uma vez que, por de trás do planejamento, há a crença de que “el cambio social puede ser manipulado y dirigido, producido a voluntad, [movendo-se os países pobres] más o menos fácilmente a lo largo del camino del progreso mediante la planificación.” (ESCOBAR, 1999, p. 55).

⁴⁵ Para uma discussão sobre as funções da agricultura, ver Rangel (2004).

Ao constatarem a crise, os diagnósticos criaram um dispositivo de saber-poder que identificou na trajetória histórica da agricultura capixaba, baseada na agricultura de base familiar de subsistência e nas práticas identificadas e associadas à tradição e ao arcaico, as causas para o *subdesenvolvimento* persistente do estado. A necessidade de sua superação foi produzida por *experts* comprometidos com o desenvolvimento, que reafirmaram suas bases e trajetórias, criando uma imagem de solução profética contida na superação dos problemas e na promessa abrangida pelo discurso do desenvolvimento.

Como partes integrantes do discurso do desenvolvimento, pela sua legitimidade e capacidade de se tornar verdade evidente, esses documentos converteram-se em importantes dispositivos de produção de realidades que colonizaram as representações e interpretações sobre a historiografia capixaba. Utilizados em grande medida por estudiosos do Espírito Santo, eles exercem um grande poder na reprodução de regimes de verdade que repetem de forma naturalizada a *ritualística* do desenvolvimento, corroborando as conclusões e as indicações de superação do atraso.

A formação discursiva do desenvolvimento, portanto, encontra seguidores que aperfeiçoam seus saberes e poderes. O que se promove na próxima seção é uma interpretação da forma como os saberes produzidos nestes documentos invadiram as interpretações acadêmicas e deram a tônica ao discurso salvacionista do desenvolvimento e da modernização da agricultura.

3.2.2 A matriz colonial na interpretação da agricultura

Ao interpretar as análises de conjuntura feitas sobre o período que engloba as décadas anteriores e posteriores a 1960, identifica-se que as ideias contidas nos documentos discutidos na seção anterior não tiveram suas bases discursivas tensionadas, o que tem contribuído tanto para a reprodução da imagem negativa da agricultura (identificada como tradicional e arcaica), anterior ao processo de modernização, quanto para a reprodução da retórica salvacionista do desenvolvimento.

A partir dessa base explicativa, a chamada crise do café passou a representar um divisor de águas na historiografia capixaba. Criou-se um marcador social projetado dentro do discurso do desenvolvimento que é utilizado para contar a história do estado e descrever a trajetória da agricultura entre um *antes* e um *depois* que é naturalizado e configurado como um mito que

legítima a modernização da agricultura e os personagens a ela relacionados como a “salvação” da sociedade.

Reflexões como a contida no trecho selecionado mostram a força discursiva englobada pela ideia da erradicação, naturalizando a própria história.

A erradicação da cafeicultura brasileira, de uma maneira planejada, trouxe o progresso tecnológico do nosso agricultor, com o desenvolvimento de nossa agricultura e planos de pesquisas em nossas Universidades, direcionadas para a cafeicultura e sua diversificação. Além do mais, salvou os agricultores de perder suas propriedades, pois a maioria dos cafeicultores estavam endividados e sujeitos à falência eminente. (GRIPP, 2005.⁴⁶)

A erradicação aparece como uma das partes do processo “salvacionista” contido no ideário do desenvolvimento. Apesar das denúncias dos efeitos negativos causados pela erradicação, a crise do café e a erradicação são interpretadas como consequências dos problemas contidos nas bases agrárias do estado, sendo a superação destes o curso “natural” do desenvolvimento do capitalismo.

Como solução para o campo e para o estado, haveria uma necessária renovação não só do padrão tecnológico, mas das relações sociais, dos saberes e das formas de se praticar a agricultura e se relacionar com *o mercado*. O discurso da racionalidade, como observa Daré (2010, p. 173), reforça “a inserção da ideologia desenvolvimentista no território capixaba”. A mais legítima dessas ideias foi a de que “a estrutura cafeeira do Espírito Santo estava em ‘crise’, e a ‘base agrária da pequena propriedade familiar era a causa dessa ‘crise’.” (DARÉ, 2010, p. 195).

Passado o período da crise, os problemas e obstáculos colocados ao desenvolvimento são apresentados como resolvidos e superados pela ação conjunta da elite política e empresarial que teria agido acertadamente ao implementar o “projeto de desenvolvimento formulado nos anos 1960 de diversificação/modernização econômica sob setor industrial.” (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 35).

Os autores do livro já citado como exemplo da ritualística do desenvolvimento seguem a liturgia apresentando dados positivos em termos de mudanças demográficas, infraestrutura logística, industrialização, urbanização, infraestrutura financeira, crescimento do PIB, concluindo em tom de vitória: “o Espírito Santo teve, portanto, uma forte mudança estrutural. Transitou de uma sociedade rural/agrícola para uma sociedade urbana/industrial.” (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 35).

⁴⁶ Disponível em: <<http://ruiygripp.com.br/cafe-historico-da-erradicacao>>.

No que diz respeito à agricultura, os autores reforçam a ideia da superação da forma pretérita, constando que ela “não andou para trás”, mas passou por dinâmico processo de diversificação e melhoria de produtividade, recorrendo a números que demonstram a importância e produtividades recordes do café capixaba e reforçam os procedimentos do saber-poder consagrados ao desenvolvimento. Aliás, a expressão de “não andar para trás” é uma das ideias mais comuns no discurso do desenvolvimento, uma retórica que mostra a força da colonialidade que se impõe sobre todas as formas consideradas arcaicas.

A partir da década de 1970, os planos de revigoramento da cafeicultura são reforçados, há uma ampliação da área e da importância da bovinocultura e da silvicultura. De uma forma geral, a agricultura como um todo passa por um profundo processo de transformação a partir da legitimação de novos saberes e redes sociotécnicas relacionados à chamada modernização da agricultura.

Ainda concernente à demonstração do sucesso do processo de modernização empreendido na agricultura, mostra-se a diversificação a partir números que demonstram o aumento da produtividade e a superação da crise “vigente na década de 1960 e início de 1970” (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 127), tornando-se a agricultura capixaba mais capitalizada, mais moderna e consumidora de insumos, com predomínio de relações de trabalho assalariados e contratos de parceria (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 129-131).

Outras representações estão sendo construídas ao lado destas que sustentam a realização da modernização e do desenvolvimento. Denúncias e inquietações frente aos efeitos da modernização estão surgindo nas mais diversas esferas de produção do conhecimento e da ação.

Para De Muner (2011), o desenvolvimento da cafeicultura precisa ser relativizado a partir dos efeitos negativos do pacote tecnológico dirigido para o aumento da produtividade.

El desarrollo de la cafeicultura en el Estado de Espírito Santo siguió la tendencia nacional, con el uso de “paquete tecnológico” históricamente dirigido para el aumento de la productividad y con una dependencia de agroquímicos, lo que conllevó en un primer momento un aumento de la producción, apoyado en el uso de insumos externos y principalmente de la expansión de los monocultivos, lo que ha llevado a la degradación de los recursos naturales, con un aumento de los riesgos socioambientales en los agroecosistemas. (DE MUNER, 2011, p. 33).

Valadão analisa os efeitos sociais da modernização da agricultura, indo da análise da “concentração de terras e expulsão de pequenos proprietários e grupos indígenas” (VALADÃO, 1999, p. 57), passando pelos impactos ambientais e marginalização de agricultores que não se inseriram (por resistência voluntária ou omissão dos projetos) na modernização da agricultura, até as consequências macroeconômicas de um território da federação que seguiu a tendência

nacional e estimulou os grandes complexos industriais e agroindustriais vinculados aos grandes capitais (VALADÃO, 1999)⁴⁷.

Localmente, as mudanças afetaram de modo diverso os coletivos. Diferentemente das imagens de homogeneização e do suposto desaparecimento de práticas e saberes que se sustentam em paralelo ao modelo imposto pelo pacote tecnológico da modernização, o que o campo revelou foi uma diversidade de argumentações e práticas que evidenciam a heterogeneidade, explicitando diferentes trajetórias e lutas, tanto por outras agriculturas quanto pela acessibilidade aos produtos da modernização, entre eles a própria extensão rural.

Em sua trajetória, o processo de modernização da agricultura afetou a sociabilidade, as práticas, os saberes, as subjetividades, as representações do fazer agricultura e as relações de poder e dominação⁴⁸. As histórias de vida confirmam essa argumentação revelando não só a forma como as pessoas interpretam as mudanças, mas como os efeitos da modernização da agricultura e do discurso do desenvolvimento são reelaborados localmente para designar e classificar os agricultores e as agriculturas.

Ao analisar suas trajetórias, os efeitos da modernização são interpretados pelos atores sociais (agricultores e mediadores) a partir de vivências e experiências familiares e profissionais. Os contextos de argumentação vão desde as práticas da agricultura, passando pelas dimensões econômica, social, ambiental, política e das próprias subjetividades, sobretudo as relacionadas à saúde. Não há um consenso sobre os efeitos, há, pelo contrário, diferentes adjetivações e conclusões sobre os processos desencadeados pela modernização da agricultura.

Em termos argumentativos, percebo que os agricultores, em diferentes contextos e relacionando diferentes explicações para suas práticas e trajetórias, usam e ressignificam o discurso do desenvolvimento. Assim, num duplo processo relacional e situacional, mobilizam os efeitos imediatos da modernização da agricultura sobre os modos de produzir e se relacionar com elementos humanos e não humanos, classificando e hierarquizando práticas, conhecimento e agriculturas, exercendo processos de hierarquização nas mais diversas esferas da vida social.

A trajetória discursiva do processo de desenvolvimento e modernização da agricultura no Espírito Santo pode ser entendida como uma retórica salvacionista (MIGNOLO, 2009) que é utilizada como um dispositivo de poder que mobiliza e orienta práticas e relações sociais ao

⁴⁷ As maiores indústrias existentes no Espírito Santo foram inauguradas nas décadas de 1970 e 1980. Entre elas, destacam-se a CVRD, CST (atual ArcelorMittal), Aracruz celulose (atual Fibria) e o complexo portuário de Tubarão, Porto de Aracruz, Anchieta.

⁴⁸ A dissertação de Niederle (2007) mostra essas transformações em Salvador das Missões, RS.

mesmo tempo em que encerra um discurso de poder através do qual os agricultores e as agriculturas são ordenados.

O poder-saber constituído pela/na retórica proclama a necessidade de superação daquilo que o próprio discurso cria como condenável. Essa retórica compreende, portanto, uma representação do que precisa ser constantemente superado na forma do atraso visando a uma promessa, a um ideário forte o suficiente para que seus fundamentos sejam a base de representações utilizadas nas práticas sociais.

Neste capítulo, tratei de recompor a conformação da região de estudo a partir de temas trazidos pelo próprio trabalho de campo. Foram interpretadas as condicionantes históricas que repercutem nos processos de classificação, distinção e diferenciação dos agricultores. Nestes termos, duas grades discursivas foram enfatizadas: o mito da imigração e a retórica salvacionista da modernização da agricultura.

O mito da imigração utilizou-se de diversas narrativas (espaços vazios, identidades sociais racializadas, essencialização de valores atribuídos a terra e ao trabalho) que levaram à *despolitização* e à *naturalização* da história e das relações de dominação perpassadas pela colonialidade do poder. Ao criar espaços vazios e a supremacia dos trabalhadores brancos em relação aos “homens de cor” legitimou os dispositivos biopolíticos de acesso à terra e também criou a imagem de trabalhadores aptos e não aptos. Mas, para além disso, sentenciou outros coletivos à invisibilidade, permitindo que à imigração se remetesse a ideia de povo primário e legítimo inaugurador da região.

A modernização da agricultura se deu num contexto de consagração do discurso desenvolvimentista que permitiu a legitimidade de uma ideia que revelou uma promessa salvacionista que provocou profundas transformações no campo.

Para além da invasão discursiva dos documentos de época (sejam os relatórios dos presidentes da província do século XIX e/ou os diagnósticos da década de 1960), nas interpretações académicas, perpetua-se o próprio horizonte epistemológico da modernidade a partir da dispensabilidade da vida humana e da manutenção da matriz colonial do poder mediante o controle do conhecimento.

Ao conectar dois momentos históricos na trajetória da matriz colonial do poder, Mignolo (2009) sustenta que, apesar das mudanças nas retóricas próprias da modernidade, a conexão

entre a modernidade/colonialidade se mantém nos elementos fundamentais da matriz colonial. Sobre as mudanças retóricas, sustenta

En el siglo XVI la retórica salvacionista de la modernidad enfatizaba la conversión al cristianismo. Más adelante, a partir del siglo XVIII, la salvación se plantea en términos de conversión a la civilización (secular). Después de la Segunda Guerra Mundial, la retórica salvacionista de la modernidad celebra el desarrollo como condición de la modernización. Ello continúa hasta hoy, la cuarta etapa después de la caída de la Unión Soviética, acentuando desarrollo, democracia y mercado. (MIGNOLO, 2009, p. 258).

Como sugere Mignolo, tensionar as bases e os efeitos dos discursos que conformaram a região mostra como a colonização ideológica dos saberes estabelecidos alhures servem como ferramentas de dominação com efeitos reais sobre as agriculturas e os agricultores.

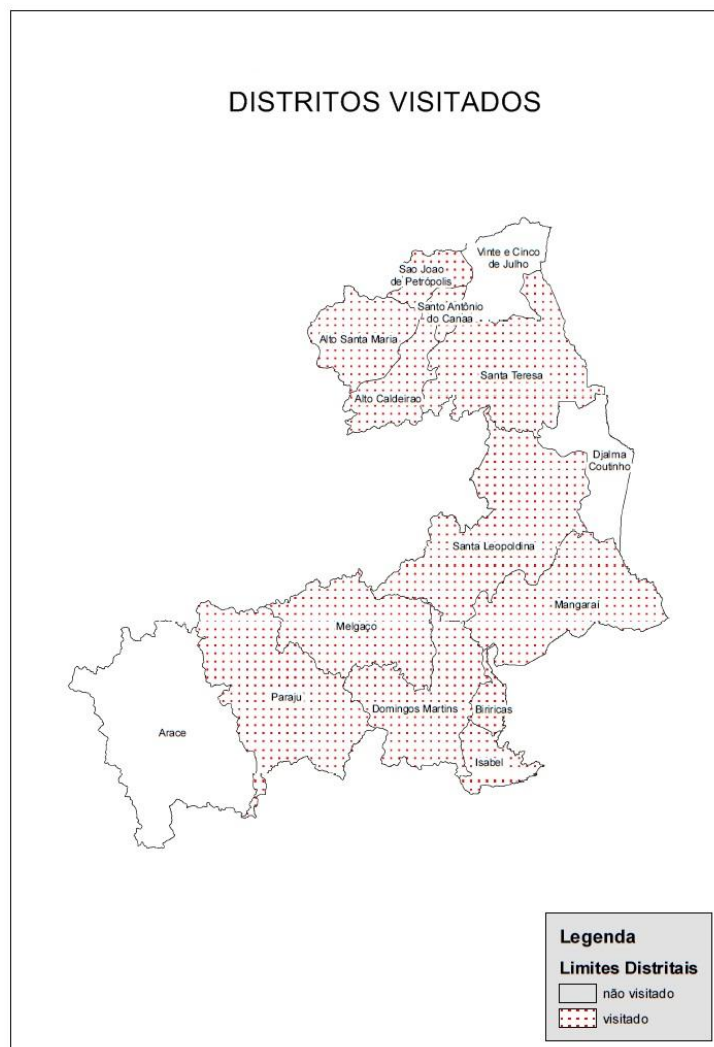
Reconectando as retóricas salvacionistas contidas nos discursos da política de imigração como uma promessa de civilização para o Brasil a partir do branqueamento e a retórica do desenvolvimento contida nos planos e programas de modernização da agricultura capixaba, pude construir uma imagem de um campo de lutas entre atores sociais que se empenham em construir suas trajetórias, seus modos de vida e suas agriculturas a partir de imposições de significações que repercutem no cotidiano de suas práticas.

O próximo capítulo é a apresentação das principais práticas de agricultura desenvolvidas na região, num esforço de interpretá-las e de mostrar sua vinculação aos *modos de ser agricultor*.

4 AS PRÁTICAS DE AGRICULTURA E AS ESTRATÉGIAS DE DIFERENCIAÇÃO

A região empírica compreendida por esta tese englobou diferentes regiões rurais de Domingos Martins, Santa Teresa e Santa Leopoldina. Conforme é possível visualizar na Figura 13, foi abrangida grande parte dos distritos desses municípios a partir de visitas a estabelecimentos rurais.

Figura 13 – Mapa dos distritos visitados durante trabalho de campo



Fonte: Geobases, 2016.

De uma forma geral, vivenciei uma multiplicidade de práticas de agricultura desenvolvidas por diferentes agricultores, e a lista de exemplos empíricos da diversidade produtiva poderia ser bem ampla.

Dentre os estudos que abordam a diversidade, as pesquisas sobre os estilos de agricultura deram importantes contribuições no sentido de mostrar que a modernização da agricultura não resultou em homogeneidade, mas em constituição de diversidades de formas sociais no meio rural. As estratégias dos agricultores constituem, nesses estudos, uma estruturação da prática agrícola desenvolvida a partir de normas, práticas e relações com os mercados.

Diferentemente das análises que centraram suas perguntas em torno da mercantilização da agricultura, o objetivo deste capítulo é reconhecer e analisar as principais práticas de agricultura (atividades rurais agrícolas e não agrícolas, bem como as relações de trabalho) desenvolvidas no contexto da pesquisa, não tanto pelo viés econômico e produtivo, mas pela análise dos significados atribuídos às próprias atividades, partindo do argumento de que as práticas dos agricultores estão socialmente estruturadas e representam diferentes posições sociais.

No entendimento da diversidade das formas familiares de agricultura, Ploeg (2008) sugere que as “expressões de campesinato delimitadas no tempo e no espaço irão representar uma especificidade: características específicas que refletem a sociedade em que estão enraizadas e a história sobre a qual foram construídas.” (PLOEG, 2008, p. 55-56).

Essa sugestão de Ploeg é reforçada pela premissa que nos faz considerar que as práticas de agricultura observadas em campo manifestam diferentes esquemas de percepção e apreciação da realidade (BOURDIEU, 1983, 2002, 2006) e que as estratégias desenhadas pelos diferentes agricultores expressam as justaposições das dinâmicas relacionais (tanto locais, quanto globais).

Esse entendimento reforça a perspectiva de agência dos agricultores desde um prisma relacional, ou seja, a modernização e as trajetórias de desenvolvimento, por exemplo, processam-se num contexto marcado por hierarquias sociais que distinguem e diferenciam os diferentes coletivos a partir de esquemas que classificam as *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor*.

Dotadas de distintos significados, as diferentes práticas de fazer agricultura, entendidas como ações ordenadas no espaço e no tempo (GIDDENS, 2003), para além da constatação empírica das peculiaridades econômicas¹ e suas relações com as trajetórias de desenvolvimento (PLOEG, 2008)², são declarações simbólicas que comunicam coisas sobre os indivíduos

¹ Exemplo são as variáveis em torno do tamanho da produção, produtividade, diferentes graus e níveis de tecnificação, mercantilização, externalização e custos de produção, etc.

² Ploeg estabelece que a agricultura mundial caracteriza-se por três trajetórias interligadas e simultâneas de desenvolvimento: a primeira é a forte tendência à industrialização caracterizada tipologicamente na agricultura capitalista, que representa a desconexão entre produção e consumo de alimentos e as particularidades do tempo

envolvidos na ação (LEACH, 1996), ou seja, uma linguagem social que estabelece o significado da heterogeneidade que é ele mesmo perpassado e relacionado às relações sociais.

Entender seus significados, portanto, é mais do que vasculhar esquemas simbólicos, é transitar por práticas que revelam a dimensão relacional da heterogeneidade, compreendendo como diferentes coletivos se relacionam e constroem esquemas de diferenciação e distinção social.

Long e Ploeg (2011) esclarecem que a diversidade da/na agricultura decorre de repertórios culturais compostos de uma variedade de respostas potenciais a tendências de mudança. As estratégias dos agricultores, enquanto respostas a essas tendências, são articuladas pelos coletivos a partir de diferentes critérios, interesses, perspectivas e experiências.

Embora Long e Ploeg (2011) abandonem a análise da diversidade da agricultura a partir das lutas classificatórias, os autores apontaram a importância dos repertórios culturais dos agricultores na construção das diferentes estratégias, deixando margem para se interrogar sobre a importância dos esquemas de apreciação e percepção da realidade na constituição da heterogeneidade.

A obra de Bourdieu, tomada em seu conjunto, é um esforço para compreender a mediação entre o agente social e a sociedade (ORTIZ, 1983), e seus fundamentos sinalizam para uma fecunda análise da heterogeneidade visualizada no contexto da pesquisa, uma vez que, como sinalizado na introdução deste trabalho, existe localmente uma forma de classificar a heterogeneidade das FFTP a partir de diferentes práticas que constituem as *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor*.

O ponto de partida é que, a partir desses esquemas, os agricultores, como será possível demonstrar a partir das principais práticas sociais, constroem estratégias que compreendem tanto a interiorização da exterioridade quanto a exteriorização da interioridade, ou seja, as práticas e as estratégias dos agricultores compreendem uma dialética (BOURDIEU, 1983) na qual se estabelece a interiorização de um *modo de ser agricultor*, expressa numa *forma de fazer agricultura*, bem como as posições que estes coletivos (agricultores e agriculturas) ocupam na estrutura social prática (LEACH, 1996).

Essa dialética é o que permite compreender a forma como os coletivos organizam suas lógicas, uma vez que pressupõe que os indivíduos não obedecem cegamente às regras e às

e espaço. A segunda trajetória é definida pelo autor como o processo de recampesinização que marca a luta por autonomia e sobrevivência de agricultores que procuram espaços de manobra frente ao *squeeze* da agricultura. E a terceira trajetória é identificada como um processo de desativação que implica na contenção e mesmo na redução dos níveis de produção agrícola (PLOEG, 2008, p. 17-26).

normas sociais, mas que são atores sociais que constroem estratégias orientadas por um núcleo de significação de mundo, que está articulado, também, a um sistema de classificação social.

A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*. (BOURDIEU, 1983, p. 65).

É esse pressuposto de dialética, salientado por Bourdieu no conjunto da sua obra, que permite compreender como determinadas práticas são associadas a determinados coletivos, fazendo com que aos *italianos* se associe a cafeicultura e aos *alemães* e *pomeranos* o gosto pela olericultura, ao passo que às estratégias dos quilombolas, sobretudo as formas de trabalho, são atribuídos estigmas.

Deste entendimento, a hipótese é que existem *formas de fazer agricultura* que são associadas indissolúvelmente a determinados *modos de ser agricultor*, o que demonstra a constituição local de esquemas de produção e apreciação de práticas que orientam a constituição de diferentes estratégias a partir de um núcleo de significação.

Como sugerem Long e Ploeg (2011):

A explicação para as práticas sociais e estilos de agricultura específicos recai inevitavelmente sobre a análise dessas próprias práticas. A prática social não tem um *explanandum* claramente distinto, nem constitui em si mesma uma simples *explanans*. Na agricultura, os dois se fundem: um estilo de agricultura é, no fim, seu próprio *explanans*. É um *modus operandi* socialmente construído e, simultaneamente, o *opus operatum*. (LONG; PLOEG, 2011, p. 37).

Além dos diferentes cultivos, foi observada a constituição de diferentes formas e relações de trabalho (fato discutido no Capítulo 5) que se processam entre os agricultores, e a compreensão da dimensão social destas relações propiciou um melhor entendimento da constituição da heterogeneidade local.

De um modo geral, posso dizer que algumas perguntas permearam as análises presentes neste capítulo e no próximo. Uma delas concerne à compreensão dos significados das diferentes atividades rurais e a em que medida estes significados e as próprias práticas se articulam com os esquemas de diferenciação e distinção social dos agricultores. Como esses significados e esquemas são utilizados pelos diferentes coletivos para articular estratégias em diferentes situações? Por que determinados cultivos permanecem centrais para alguns agricultores?

4.1 OS SIGNIFICADOS E AS ESTRATÉGIAS NAS DIFERENTES FORMAS DE FAZER AGRICULTURA

Nesta seção, serão reconstruídas algumas das principais práticas de fazer agricultura observadas no contexto da pesquisa. Optamos por apresentar as principais atividades rurais desenvolvidas nos estabelecimentos visitados durante o trabalho de campo, mostrando algumas especificidades produtivas salientadas pelos próprios interlocutores.

No decorrer desta seção, serão analisados as práticas e os significados em torno dos cultivos de café, gengibre, tomate, olerícolas, oferecendo algumas pistas sobre a relação destas práticas com o sistema de classificações e seus efeitos, temas de capítulos subsequentes.

4.1.1 “Porque o café é moeda”: estratégias de lutas e reafirmação de posições sociais

A história do café no Espírito Santo remete a meados do século XIX. Seu desenvolvimento inicial ocorreu por meio da ocupação de áreas na região sul do estado, com predominância da monocultura e do regime escravocrata. Na região central, o desenvolvimento assentou-se, principalmente, em pequenas propriedades familiares, estabelecidas nos marcos da política de imigração. Os historiadores, de uma forma geral, relacionam tanto a ocupação territorial quanto a evolução demográfica ao crescimento e à importância da cafeicultura no estado, representada como a atividade mercantil de maior importância (ALMADA, 1984; SALETTO, 1996; BERGAMIM, 2004).

Nos períodos de menor rentabilidade do café, relacionados às crises nos preços internacionais (principalmente nos anos de 1930 e 1960), os agricultores, sobretudo os que praticavam a atividade em pequenas propriedades com mão de obra familiar, enfrentavam as oscilações dos preços reduzindo retornos financeiros, ao mesmo tempo em que aumentavam a produção de alimentos para uso familiar e diminuía o consumo de outros produtos que provinham de fora da propriedade (BUFFON, 1992).

A crise dos anos de 1960, como já discutido no Capítulo 3, foi a que ocasionou a maior reestruturação na cafeicultura capixaba, e na erradicação dos cafezais se operou toda uma política de desenvolvimento da cafeicultura assentada nos marcos da modernização (também conhecida como revolução verde). Apesar dessas reestruturações, o café continuou sendo, para

grande parte dos agricultores familiares do Espírito Santo, o produto de maior importância e significado econômico³.

A política de diversificação empreendida pelo IBC na década de 1960 introduziu o café conilon (*Coffea canephora*) em áreas liberadas e com altitude abaixo de 450 metros. Atualmente, encontram-se lavouras do arábica e do conilon nos três municípios de análise, e a expansão do conilon, de acordo com os agricultores entrevistados, deve-se a sua rentabilidade e menor demanda de mão de obra.

Durante o trabalho de campo, o cultivo do café apareceu como uma das atividades mais desenvolvidas em todos os municípios. Os agricultores desenvolvem diferentes e diversas práticas para sustentar a cafeicultura como a atividade econômica com maior representação mercantil. Não há como estabelecer uma homogeneidade relacionada à atividade, mas uma miríade de situações e práticas sociais: única e quase exclusiva atividade agrícola desenvolvida no estabelecimento, até a diversificação com atividades agrícolas e não agrícolas, assalariamento, trabalho familiar, parcerias e meação.

Apesar das diferenças encontradas em termos de tamanho do estabelecimento (de 3 a 60 hectares, considerando apenas os estabelecimentos dos agricultores entrevistados), o uso de tecnologias⁴ é relativamente igual em quase todas as propriedades visitadas, mudando praticamente em função do tipo da lavoura (conilon e arábica). Esses dados revelam que, em termos de adoção de padrão tecnológico, o tamanho das propriedades não é um quesito de diferenciação, além de mostrar que há uma certa homogeneidade no que tange às técnicas agrícolas.

Relacionado a esse assunto está a queixa, quase generalizada entre os agricultores entrevistados, referente ao aumento do custo de produção e das oscilações nos preços, revelando a tendência de endurecimento do *squeeze* (PLOEG, 2008). Expressões do tipo “o café está elas por elas” (EA 36), “não sobra muito” (EA 43) e “é muita despesa e às vezes não compensa” (EA 24) são frases que revelam o achatamento do lucro da atividade em decorrência do aumento de gastos no custo da produção (adoção cada vez maior de uso de tecnologia e mão de obra).

Nas inúmeras conversas, os agricultores utilizam essa tendência como uma justificativa para a diminuição do tamanho das lavouras de café. Eles apontam que têm procurado

³ No site do Incaper (<www.incaper.es.gov.br>), é possível verificar a importância que estudos e pesquisas relacionadas ao café possuem. É a atividade de atuação do Instituto que mais tem Programas de renovação das lavouras, bem como de tecnologias disponibilizadas e recomendadas.

⁴ Estou me referindo à adoção de cultivares e variedades, técnicas de manejo, uso de defensivos agrícolas, controle de pragas e doenças, entre outras práticas agrícolas orientadas dentro da institucionalização da modernização da agricultura. É notável que alguns agricultores investem em utilizar cada vez mais tecnologias, mas de uma forma geral, mesmo os que “investem menos”, adotam tecnologias indicadas dentro do atual padrão.

diversificar suas atividades, constituindo outros cultivos ou mesmo atividades rurais não agrícolas, demonstrando que determinadas situações estruturais resultam na definição de novas práticas e estratégias para a manutenção da condição de agricultor, contudo, não abandonam totalmente a cafeicultura, pois é considerada parte constitutiva do seu *modo de ser agricultor*.

No que diz respeito ao trabalho, este é constituído de mão de obra familiar e relações de parceria e meação, contudo, há situações de *troca de dias* e pagamento por atividades específicas, principalmente nos períodos de colheita do café. A tendência mais geral é a família realizar as principais atividades de gestão e manejo cotidiano das lavouras, procurando, ocasionalmente, nos períodos de maior demanda, acionar parceiros vizinhos e/ou contratar trabalhadores nos períodos da colheita.

Em relação à mão de obra, os agricultores que contratam trabalhadores para executar pequenas tarefas e colher café se queixam da diminuição de pessoas para trabalhar e dos custos ocasionados pelo aumento nos valores da diária. Os problemas relacionados à mão de obra, aliados à demanda de cuidados nas lavouras do café arábica, são as justificativas utilizadas pelos agricultores para explicar a preferência pelo café conilon. Segundo esses agricultores, que têm número reduzido de membros familiares trabalhando na propriedade, o café conilon se torna mais vantajoso em decorrência das próprias características da planta.

Aqui começam a surgir as peculiaridades que associam as duas espécies de café a diferentes agricultores, mostrando como as *formas de fazer agricultura* são relacionadas aos *modos de ser agricultor*. Vejamos as explicações dos agricultores e o possível entendimento da questão.

O café do tipo arábica, segundo explicam os agricultores, apresenta mais de uma florada, o que leva a diferentes ciclos de maturação e vários episódios de colheita durante o ano (de maio até dezembro, segundo pude ouvir e observar durante o trabalho de campo). Além disso, as próprias características da planta, como altura, ramificações (os galhos apresentam várias ramificações) e abscisão dos frutos (os frutos do arábica amadurem e caem com grande facilidade), são levadas em consideração.

Por outro lado, o café conilon apresenta uma florada mais concentrada, o que leva a uma colheita com um pico que se estende por praticamente dois meses durante o ano (de abril a início de junho). A altura do conilon é mais controlada e os galhos são menos ramificados, além disso, a abscisão dos frutos não ocorre logo a sua maturação.

Essas características são utilizadas por diferentes agricultores muito mais para contrastar os coletivos e justificar diferentes estratégias e práticas do que para caracterizar especificamente as diferentes espécies de café. Ao café do tipo arábica está relacionada uma lógica produtiva

muito mais familiar, praticada em pequenos estabelecimentos, revelando que o arábica demanda maior dedicação e cuidado do que o conilon.

Já o café conilon está relacionado a agricultores que contratam meeiros e parceiros e também praticado em propriedades maiores (características relacionadas ao *modo de ser italiano*). Além disso, justifica-se que o conilon, por poder ser “colhido de uma vez”, dá maior possibilidade de dedicação a outras atividades.

As palavras de um jovem agricultor do município de Santa Leopoldina que passou a cultivar o conilon em conjunto com o arábica justificam as mudanças.

Era tudo arábica. Agora estou mexendo com conilon. Pra cima é arábica, mas estou substituindo. Foi ideia minha, por causa da mão de obra e conilon tem suas vantagens. É porque o café arábica dá mais mão de obra que o conilon que colhe tudo de uma vez só. E diminuiu a mão de obra, porque aqui é escasso, difícil conseguir gente. O arábica, além de não madurar tudo de uma vez só no pé, ele fica maduro e cai no chão, aí tem que passar colhendo o maduro. Já o conilon não, quando passou pegou só no pé, a maturação é uniforme. (EA 12).

As diferenças nos processos de colheita, período que demanda maior trabalho no cultivo, são as principais questões colocadas em torno das opções pelos diferentes cafés. A sequência de imagens foi colocada no texto para demonstrar essas diferenças.

No caso do conilon, os grãos de café são diretamente colhidos na árvore e acondicionados na peneira (Figura 14). Depois desse processo, os grãos são ensacados e, posteriormente, são realizadas as atividades de secagem e armazenamento e/ou beneficiamento.

Figura 14 – Colheita de café conilon na peneira



Fonte: Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

Já a colheita do arábica é dividida, praticamente, em três atividades: primeiro o “café é *ruado*” (Figura 15), nesta fase os agricultores executam o trabalho de limpar as ruas do café

para que, quando os grãos sejam retirados da árvore — “derrubado ou derrizado” (Figura 16) —, seja mais fácil realizar a atividade de “abanar” (Figura 17) — separação da terra e das folhas dos grãos. Depois desse processo, o café é lavado, secado e só depois armazenado e/ou beneficiado.

Figura 15 – Agricultora “ruando” o terreno



Fonte: Santa Teresa. Elaboração da autora, 2016.

Figura 16 – Agricultor “batendo” o café



Fonte: Domingos Martins. Elaboração da autora, 2016.

Figura 17 – Agricultora “abanando” o café



Fonte: Domingos Martins. Elaboração da autora, 2016.

As situações observadas nas colheitas mostram as diferenças em termos de intensidade de trabalho, a que os agricultores atribuem como maior cuidado. Estas sugestões fizeram-me reler as observações de Ploeg (2008), uma vez que o autor demonstra como o repertório cultural é “importante no direcionamento de como trabalhar e de como relacionar-se com o outro” (PLOEG, 2008, p. 146). A produção do café arábica, portanto, é uma prática que demanda maior intensidade de produção, fato relacionado a coletivos que se utilizam de maior quantidade de mão de obra. Por outro lado, o conilon, praticado por agricultores que já têm maior quantidade de terra (italianos), possibilita o aumento na escala.

De uma forma geral, o cultivo do café é praticado em conjunto com outras atividades comerciais e não comerciais. A maior parte dos entrevistados declarou ter, pelo menos, mais de uma atividade comercial complementar ao café, além das atividades de autossustento da família. A partir deste ponto de vista, os agricultores justificam que o café é uma atividade que permite que outras atividades sejam desenvolvidas pela família, possibilitando alternativas à especialização que a cafeicultura poderia levar.

Se, por um lado, podemos constatar que existem diversas situações relacionadas às lavouras de café, e não há como demonstrar uma única tendência produtiva, há uma característica que é atribuída ao café e utilizada como justificativa para permanência na atividade: a possibilidade de estocar o produto, ter garantia de venda e poder realizar investimentos são valores fundamentais para os produtores de café (independentemente do tamanho da lavoura).

A capacidade de monetarização do café e de estocagem são características relatadas por uma família de produtores de café conilon do município de Santa Teresa.

Porque o café é moeda. Você tem café, está com dinheiro. Nossa confiança é no café. Eu tenho café, vou na rua e estou com dinheiro. O comprador paga na hora. [...] E se você não está confiando no governo, então vou deixar café no paiol. Café conilon pode deixar três, quatro anos que não broca. Então acho que pro produtor é uma segurança. (EA 29).

Ao comparar café e frutas, um agricultor meeiro no município de Santa Teresa enfatiza a possibilidade de estocagem do produto, vantagem não proporcionada pela banana, uva e olerícolas que, por suas características de rápida maturação, têm seus preços, segundo o agricultor, condicionados pelos comerciantes.

Também tem a vantagem que, se não precisar vender, pode guardar. Se mexer com banana, amadureceu, tem que vender ou perde tudo. Tem que ter os caras certos. Verdura também. Uva também. O que ofertar tem que pegar, para não perder tudo. Café não, se tem recurso, não vende barato, coloca no paiol. (EA 43).

Ao café também é atribuída a possibilidade de este se transformar em um investimento e até na manutenção da família e uma reserva para eventuais imprevistos ou um capital para iniciar outra atividade agrícola. Como sugere a agricultora de Domingos Martins, produtora de café e eucalipto.

O melhor que vende é o café. Cuida daquilo porque sabe que vendendo aquilo vai ajudar se precisar de um tratamento médico, se precisar de roupa, comida, um carrinho velho. Tem que ter o café para comprar. Não vai vender um pedaço de terra para comprar. Tem que ter outro dinheirinho. (EA 7).

O café, portanto, é a atividade que permite ao agricultor a condição de maior autonomia⁵ e liberdade de barganha, ao mesmo tempo em que o vincula a grandes cadeias agroalimentares e instituições reprodutoras do modelo de modernização da agricultura (ou aos impérios, conforme PLOEG, 2008) e o condiciona aos seus imperativos, revelando uma intrínseca contradição entre autonomia e dependência.

Similar análise foi feita por Conterato (2008), ao discutir como os agricultores produtores de *commodity* são induzidos a buscar nos mercados a quase totalidade dos insumos utilizados para produzir, e conclui que o agricultor “se vê submetido às regras dos mercados na hora de comercialização, já que não possui qualquer gerência sobre o preço final do produto.” (CONTERATO, 2008, p. 254).

Dessa maneira, temos que o café é uma atividade que permite aos agricultores maior mobilidade frente aos imperativos do mercado pelo fato de poderem estocar o produto até que tenham a condição de obterem um preço melhor, ao mesmo tempo em que percebem a perda de controle sobre os custos de produção, principalmente nos aspectos relacionados ao uso de tecnologias. A reprodução da cafeicultura se dá, portanto, numa relação contraditória entre condição de maior espaço de manobra frente às condicionantes dos mercados da *commodity* e os imperativos impostos pelo modelo de externalização e de dependência com o atual modelo dominante.

Mas, além da capacidade da garantia de venda e da condição de negociar com o mercado, mostrando uma racionalidade econômica e de conhecimento do ambiente externo, a

⁵ A noção de autonomia está emprestada de Ploeg. Para o autor, autonomia está relacionada a uma constelação de ações dos agricultores por busca de espaços de manobra (PLOEG, 2008).

cafeicultura (enquanto *forma de fazer agricultura* e *modo de ser agricultor*) é o cultivo que tem o maior prestígio dentro da região estudada. Segundo muitos relatos, a justificativa para o café já se constituiu como uma prática social institucionalizada, pois “tem que ter um pouco de café, pelo menos para falar eu tenho” (EA 4).

Desta forma, vincula-se ao café tanto a história da ocupação da região quanto os elementos da própria legitimidade da posse do estabelecimento e do trabalho familiar, relacionando-se uma série de elementos simbólicos e identitários vinculados tanto aos imigrantes quanto ao processo de “constituição” da própria região, tornando-se, segundo depoimento de uma agricultora que não considera se desfazer da lavoura de café, parte do costume dos agricultores: “Café, hoje em dia, sai e vende. Mas eu acho que é costume também. É costume dele plantar café, vai plantar café.” (EA 8).

Por sua referência histórica e simbólica, os produtores de café se associam e são associados à plantação de forma a criar vínculos identitários que permitem que os agricultores utilizem discursos performativos em frases como “nós nascemos dentro do café, nós fomos criados dentro do café” (EA 4) ou “o café está no sangue” (EA 29) para projetar uma *forma de fazer agricultura* e um *modo de ser agricultor* que é utilizado para justificar as práticas e os lugares que ocupam no contexto social, relacionando humanos e não humanos na constituição de uma forma de fazer agricultura que demarca hierarquias entre os coletivos.

Apesar das justificativas de diminuição da rentabilidade do café, os agricultores constroem estratégias para continuar sendo identificados como cafeicultores (modo de ser agricultor), a partir não só da prática da cafeicultura, mas dos valores a ela associados. Desta forma, a cafeicultura se reproduz como atividade econômica, mas também como prática social que associa esquemas de produção e apreciação de práticas que são utilizadas nos processos de diferenciação e hierarquização dos *modos de ser agricultor* e das *formas de fazer agricultura*.

4.1.2 Gengibre e tomate: o risco e a incerteza do sucesso

Duas práticas aparecem como atividades relativamente novas na região. Uma delas se refere ao gengibre, e a outra ao tomate. A essas duas lavouras, como ainda será mais bem trabalhado no próximo capítulo, estão associadas diferentes *formas de fazer agricultura* e *modos de ser agricultor*, servindo para classificar as pessoas e suas agriculturas: ao tomate está

associado um agricultor “nômade”⁶, de origem italiana, que tem por objetivo aumentar seus lucros. Já ao gengibre está associado o pomerano, trabalhador que, com a família, executa as atividades exigidas pela lavoura.

No Espírito Santo, o cultivo comercial do gengibre iniciou-se na década de 1980, sobretudo no município de Santa Leopoldina. Segundo Carmo e Balbino (2015), o Espírito Santo, em 2015, era responsável por 60% da produção brasileira de gengibre, da qual 80% destinava-se à exportação. O tomate, segundo o Incaper (2010), é a hortaliça de maior expressão social e econômica do estado, tendo a maior concentração produtiva na região central.

Se ao gengibre e ao tomate são associados diferentes *formas de fazer agricultura e modos de ser agricultor*, constituindo um mediador social tal qual outras lavouras, os agricultores que produzem essas culturas ressaltam a alta imprevisibilidade do mercado e dos perigos naturais associados aos cultivos, contudo, sublinham a possibilidade de, em curto espaço de tempo, angariar altos rendimentos com uma boa safra e um preço elevado.

De uma forma geral, a produção do tomate é capitaneada por um agricultor que vincula a si diversos parceiros. Durante o trabalho de campo, dialoguei durante algumas horas com um desses agricultores, autoidentificado como “agricultor familiar de origem italiana”. Merecem especial atenção as relações sociais e de trabalho que são desempenhadas e o modo como as FFTP se organizam dentro dessa prática a partir de sua lógica de incertezas e riscos⁷.

O ciclo do tomate, entre preparo da terra, plantio, desenvolvimento, colheita e entrega da terra “limpa”, dura, em média, de seis a oito meses. A produção, no caso do entrevistado, é destinada a mercados localizados fora do Espírito Santo. Segundo relatou, a produção para a Ceasa e feiras fica a cargo de pequenos agricultores independentes.

No sistema de parceria do tomate, o parceiro outorgante disponibiliza a terra arrendada (geralmente fazendas de gado com pastagens degradadas) em outros municípios e seu preparo inicial. A partir de então, o parceiro outorgado (como foi indicado pelo entrevistado, grande parte são filhos de meeiros de café, em alguns casos, meeiros do parceiro outorgante) fornece mão de obra e parceria nos custos de produção. Em média, é possível produzir oito mil plantas de tomate/hectare e cada agricultor consegue manejar, aproximadamente, cinco mil plantas.

⁶ O termo nômade foi utilizado por participantes de um grupo focal e refere-se ao fato de os produtores de tomate migrarem em função das condições climáticas e disponibilidade de terras para serem arrendadas.

⁷ Os termos risco e incerteza são utilizados na administração financeira tendo como objetivo prever situações desfavoráveis de investimento. O termo risco está relacionado com a possibilidade de prejuízos financeiros, já o termo incerteza está mais associado com a noção de ausência de conhecimento ou informação sobre acontecimentos futuros. Neste sentido, os dois termos podem ser utilizados para pensar as atividades do gengibre e do tomate. Os riscos relacionados ao mercado se referem à própria flutuação dos preços, já as incertezas também associam eventos climáticos e de pragas e doenças (PEREIRA, 2014; GITMAM, 2010).

As lavouras de tomate requerem alto investimento nos custos de produção, e a incerteza do sucesso é alta, pois os preços são voláteis, algumas lavouras podem ser dizimadas por pragas e doenças, e a produção requer quantias consideráveis de adubação e manejo com agroquímicos. Assim, torna-se uma cultura pouco rentável para exploração em pequenas áreas e para agricultores pouco capitalizados.

À incerteza, no entanto, estão associados o próprio trabalho e seus significados, que o vinculam à capacidade de mobilidade social, uma vez que os casos de sucesso de agricultores que “deram certo” se explicam pela dedicação, pelo trabalho árduo e pelo investimento das suas atividades em recursos materiais. “O tomate tem muito disso: o cara trabalha, trabalha, até adquirir uma situação financeira melhor, muitas vezes, ele adquiriu e pensa: ‘agora posso caminhar sozinho com minhas próprias pernas’ e aí, às vezes, o cara sai.” (EA 3).

Mas a incerteza e a incapacidade do parceiro em assumir e sustentar os riscos, apesar de seu esforço e trabalho, faz com que a parceria perdue a partir de novos arranjos, uma vez que os parceiros passam, eles mesmos, a terceirizar a mão de obra, contratando outras pessoas.

Eu tenho um parceiro na Serra que ele vai plantar em torno de quarenta mil pés. Aí ele contrata uma mão de obra para ajudar a fazer isso. Aí meu acerto é só com ele. Tem uns que preferem fazer isso do que sair por conta própria, porque tem os riscos do mercado. Ele, às vezes, tem o medo de correr os riscos. Às vezes tem reserva para cobrir o salário desse pessoal, se não tiver, a gente ajuda ele. Empréstia o dinheiro e vai pagando depois. Geralmente a gente não tem esse negócio de ficar cobrando juros, porque são pessoas que trabalham com a gente há muitos anos, tem funcionário que tem dez, quinze anos. Então essas pessoas que são fiéis, a gente trabalha de uma forma bem tranquila. (EA 3).

O Incaper (2010) conclui a seção sobre as características gerais do tomate afirmando que, às incertezas climáticas e aos problemas ocasionados por pragas e doenças, características da atividade agrícola, soma-se a incerteza “com relação à comercialização dos produtos, uma vez que apresentam vida pós-colheita muito curta, e o tempo para realizar as transações contribui para o oportunismo dos agentes envolvidos” (INCAPER, 2010, p. 83), fato relacionado a “agricultores italianos que sabem esperar a hora certa para investir”⁸.

Envolvida pela mesma noção de incerteza, as lavouras de gengibre, no entanto, estão associadas aos pomeranos e são desenvolvidas numa região mais específica: a região mais alta do município de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá⁹, geralmente com outras lavouras

⁸ Conversa informal com agricultor produtor de gengibre que se autodefine como pomerano.

⁹ Não só entre os agricultores e mediadores que fizeram parte da pesquisa há essa vinculação, mas na própria bibliografia sobre o gengibre há essa referência.

que servem de suporte na diversificação, na rotação de culturas, no preparo da terra, no melhor uso da mão de obra, no espaço disponível e na garantia de renda em todos os meses do ano.

As maiores queixas em relação ao gengibre se referem às oscilações dos preços e às incertezas de venda. É o que sugere a família de agricultores de Santa Leopoldina, autoidentificada como pomerana.

Eu cheguei a plantar gengibre. Quatro, cinco anos, mas nunca deu. Não tinha preço, jogava no mato. Consegui vender mais barato. Em 2007, a caixa era R\$ 4,00, e ninguém conseguia vender. Aí plantei em 2008, mas deu podre. Aí desisti e plantei café. Na época, a caixa estava R\$ 12,00, R\$ 20,00 no máximo. Aí em 2014 foi a R\$ 200,00 a caixa. Aí ficamos doido, quase o preço de uma saca de café. Em 2014, o café estava R\$ 290,00 pilado. (EA 18).

Nesse sentido, as incertezas e os riscos estão relacionados tanto ao tomate quanto ao gengibre, e, deste modo, não haveria diferença entre os agricultores que escolhem um ou outro cultivo. No entanto, o que é utilizado para contrastar as duas *formas de fazer de agricultura* se refere aos *modos de ser agricultor* que se empenham nos diferentes cultivos.

Ao agricultor pomerano é associado um modo específico de relação com a terra a partir de uma concepção de trabalho que leva à diversificação de cultivos em pequenos lotes.

A Figura 18 ilustra a diversificação de culturas e o cultivo do gengibre (cultivo mais à esquerda da foto), representando a diversificação em um terreno que apresenta lotes em pousio, terrenos preparados para plantio e diferentes cultivos, mostrando como a rotação de culturas atende a um cuidadoso calendário produtivo das lavouras.

Figura 18 – Cultura do gengibre e diversificação de lavouras



Fonte: Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

A partir de uma explanação das práticas de uma família produtora de gengibre, é possível perceber como a diversificação das lavouras compreende lógicas familiares em que se valoriza a diversificação como uma forma de garantir maior autonomia.

Gengibre colhe em maio a setembro. O cará vem um pouquinho antes, mas costuma vir junto. De setembro a outubro é hora de preparar a terra para plantar o gengibre e as coisas. Em dezembro, no final, janeiro, colhe batata e inhame, porque o janeiro é um mês ruim de dinheiro. O que folga um pouco é abril, depois é um pique só. Abril já acabou o gengibre, inhame está acabando. Mas não estamos parados, a gente planta o milho para não ficar parado. Batata-doce vai vir para setembro e outubro, aí limpa a terra, aí planta milho para limpar a terra por causa de doença. Aí o milho colhe em 4 meses. Aí tirou o milho e planta cará. Aí colhe o cará em abril e maio. Aí tirou o cará e vamos tentar plantar inhame para fazer rotação de culturas. Nós só plantamos o milho se não for a safra para plantar a batata, o inhame ou o cará. O milho é para descansar a terra e para não tratar no mato, aí a terra fica limpinha. E o gengibre tira tudo, e lá vai fazer uma roça de inhame. Por isso não dá folga, de jeito nenhum. (EA 17).

As atividades em torno dessas lavouras fazem com que os agricultores desenvolvam um cuidadoso calendário produtivo (na citação anterior, é possível perceber um calendário regido pelas práticas), criem diferentes relações de trabalho e parceria e desenvolvam invenções que permitam maior eficiência do trabalho de cada um dos membros familiares¹⁰. A Figura 19 mostra lavadores de inhame e gengibre desenvolvidos pela família para tornar as atividades mais eficientes, aumentando a capacidade de trabalho dos membros.

Figura 19 – Lavadores de gengibre e inhame



Fonte: Agricultores demonstram as tecnologias desenvolvidas por seu filho. Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

O pomerano identifica-se com o gengibre a partir da categoria trabalho, um elemento idiossincrático usado para marcar as diferenças entre os coletivos. Como explica um agricultor produtor de gengibre.

¹⁰ Marques (2009) defende que a dependência de fatores limitantes impulsiona os agricultores a desenvolver novidades que resultam de “ciclos de observação, interpretação, reorganização e avaliação” (MARQUES, 2009, p. 67).

Não vê italiano no gengibre. Eles levaram [empresa que iniciou os trabalhos com o gengibre] para Venda Nova onde tem italiano, mas italiano não plantou porque não concordou com esse negócio, porque tinha que fazer amontoa. [...] Porque italiano acha que é muita mão de obra. Muita mão de obra, demais, gasta muito. [...] Aí [pomerano] encarou, ele encara por causa que viu, gostou e plantou e virou tradição dos pomeranos da região. (EA 17).

Novamente podemos utilizar as contribuições de Ploeg (2008) sobre o cuidado para compreender como diferentes esquemas sociais são percebidos pelos atores. A produção do tomate, vinculada ao italiano, assenta-se na lógica da escala, sem a mediação do cuidado. Já a produção do gengibre, que demanda a amontoa, fato relacionado pelo agricultor entrevistado como uma prática que não seria realizada pelo italiano, pois “o italiano é o rei do tomate, o italiano planta muito”, e, quanto ao trabalho, “os italianos lá, eles não produzem, produzem pouco, eles não trabalham muito.” (EA 17).

Dessa forma, vê-se como os esquemas de produção e apreciação das práticas são utilizados pelos agricultores para explicar a heterogeneidade: o pomerano vê no gengibre uma estratégia de produção e a fundamenta dentro de princípios sociais em que o *modo de ser agricultor* repercute na *forma de fazer agricultura*, ou seja, numa lógica que garante a produção em termos de intensidade de trabalho. Já o tomate assenta-se na lógica do italiano, que aumenta suas terras (mesmo que por meio do arrendamento) e investe na escala de produção.

Ambas as lavouras vinculam valores e práticas sociais localmente significativas (discurso da origem étnica que vincula diferentes sentidos a *modos de ser agricultor* e *formas de fazer agricultura* a partir de valores relacionados à categoria trabalho e aos seus resultados) e as trajetórias mais gerais de desenvolvimento em curso. As argumentações em torno destas lavouras servem como mediador social na luta classificatória entre os agricultores e suas agriculturas, pois a ela são associados diferentes tipos de agricultores.

Como práticas sociais desempenhadas num contexto de incertezas e riscos, as estratégias que os agricultores assumem em cada uma delas, no entanto, mostram uma clara correspondência entre os processos de socialização em que estão inseridos os diferentes coletivos.

4.1.3 Olerícolas, culturas alimentares e diversificação: garantias de sustento e comercialização

A diversificação das lavouras a partir de culturas alimentares e produção de olerícolas, segundo os atores que fizeram parte da pesquisa, é uma prática histórica na região. Segundo

ênfatizam nas histórias de vida, os “antigos” sempre produziram para sustento da família e tinham, na farinha de mandioca e no café, os principais produtos para comercialização.

Do “tempo dos antigos” ao presente, as histórias de vida revelaram mudanças sociais significativas: desde a ruptura causada pelos processos de crescente mercantilização dos agricultores, passando pela variável demográfica (diminuição do número de filhos por família, aumento do nível de escolaridade e a crescente importância das aposentadorias), até a inserção de novas lavouras e oportunidades em novas atividades (crescimento de atividades rurais não agrícolas, emprego em indústrias e no comércio dos centros urbanos dos municípios). Assim, o tempo dos antigos é referenciado como um período em que a família era maior (eram mais filhos), havia mais trabalho na roça (todos ajudavam na lavoura desde cedo), tanto do ponto de vista de maior diversificação (mais lavouras para tocar) quanto de maior volume (lavouras maiores) e menor uso de tecnologia (não se plantava na técnica).

Quando questionados sobre os motivos de diminuição de algumas lavouras (principalmente as alimentares) e da praticamente extinta atividade de produção de farinha de mandioca para fins comerciais, os agricultores sugerem novamente os processos de ruptura, sustentando a diminuição dos ganhos financeiros com a farinha de mandioca, que “não tem mais venda, não tinha mais valor” (EA 15), a diminuição do número de membros familiares, que “deixaram a roça para trabalhar fora” (EA 13), o que dificulta o trabalho e a não necessidade de manter lavouras para sustento da família porque a “família e a demanda vão diminuindo” (EA 37), e alguns produtos (como o feijão) tornam-se mais caros se produzidos do que se comprados no supermercado.

Apesar dessas argumentações, a observação direta permitiu constatar que a quase totalidade de agricultores visitados tem algum tipo de atividade agrícola destinada ao autoconsumo: as principais lavouras observadas foram as de feijão, milho, aipim, algumas verduras e olerícolas, frutas e as criações de porcos e galinha.

Os agricultores mais especializados, sobretudo os produtores de café, revelaram uma tendência maior a ter menor quantidade de lavouras alimentares (tamanho, número e importância) apenas destinadas ao autossustento e troca com vizinhos. Os agricultores que se relacionam com feiras, Ceasa e outros mercados institucionais (PAA e PNAE) já informaram que, além do sustento, as lavouras alimentares também se destinam ao mercado, sendo seu principal objetivo, inclusive. Um terceiro grupo, com pouco acesso aos mercados, enfatiza que a diversificação de culturas alimentares é importante para o sustento das famílias, contribuindo para a segurança alimentar.

Abaixo, inseri duas fotos para retratar diferentes situações de cultivos alimentares. A Figura 20 retrata o cultivo de milho com fins comerciais e também de consumo familiar numa propriedade de Santa Teresa. Já a Figura 21 retrata uma quilombola que mostra as abóboras plantadas no meio da lavoura de café do patrão, cujo destino é o consumo familiar na comunidade de Retiro.

Figura 20 – Colheita de milho: a lavoura tem destino comercial e também familiar



Fonte: Santa Teresa. Elaboração da autora, 2016.

Figura 21 – Quilombola colhendo abóbora



Fonte: Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

Da produção de culturas alimentares para autossustento familiar e/ou comercial, dependendo principalmente dos vínculos com os diferentes mercados, há a diversificação de lavouras comerciais como uma prática que tem significados e justificativas diferenciadas de acordo com os agricultores.

A produção comercial de olerícolas e verduras na região se desenvolveu mais veementemente a partir da década de 1960/70, quando os produtos passam a ser comercializados em diferentes locais da grande Vitória: na Vila Rubim e, posteriormente, na

Ceasa¹¹ e nas feiras. Paralelamente à diversificação das práticas agrícolas, percebe-se uma tendência ao desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas, principalmente o agroturismo e a agroindústria.

Se ao café está associado o significado de relativo espaço de manobra frente aos mercados pela capacidade de estocagem, como é reforçado pelos cafeicultores, os agricultores feirantes, que produzem uma variedade de lavouras, argumentam, em contraposição, que a diversificação é também uma forma de enfrentamento ao pouco controle que eles têm sobre os preços. Dessa forma, revelam que tanto a diversificação quanto a cafeicultura seriam formas de contrabalancear o campo de força dos impérios¹², sublinhando a constante busca por autonomia (PLOEG, 2008).

Feira dá dinheiro todo sábado, café só uma vez por ano. Mas também tem sua vantagem: se não tiver preço, estoca e vende quando o preço estiver bom. **Tem algum produto como o café?** Aqui no terreno não. **E vocês não ficam com medo?** Nada! Quando a batata está baixa, outra coisa tá melhor de preço. Faz rodízio muito grande. Está muito diversificado. Tem batata, aipim, cará, verduras, frutas. Então uma coisa compensa a outra no decorrer das vendas. De repente hoje a batata está barata, mas o aipim está com preço elevado. (EA 14).

A Figura 22 mostra uma horta destinada às feiras livres no município de Vitória. Além da olericultura, o agricultor e sua família produzem, em 18,5 hectares, banana, palmito, café, aipim, milho, feijão, inhame e criações, cultivos que servem também para autossustento familiar.

¹¹ A Vila Rubim funcionou como local de comércio de vários produtos agrícolas dos anos 1940 até os anos 1970. A Ceasa foi inaugurada em 1977.

¹² Ploeg (2008) trabalha a noção de império para qualificar as grandes cadeias agroalimentares e instituições reprodutoras do modelo de modernização da agricultura. “O império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. [...] uma gramática ou um conjunto de regras compreendidas no complexo coerente de conhecimento científico, práticas de engenharia, tecnologias do processo produtivo.” (PLOEG, 2008, p. 20).

Figura 22 – Horta destinada à feira



Fonte: Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

Para outros agricultores não feirantes, mas que produzem uma variedade maior de culturas, a justificativa está baseada numa perspectiva de poder aumentar o volume de produtos comercializados, utilizar de forma mais eficiente a mão de obra e o terreno disponível, garantir a circulação de rendas diversificadas durante o ano e, mesmo quando se produz café, é uma forma de garantia frente aos imprevistos da agricultura.

Um agricultor produtor de café, banana, mexerica, laranja e urucum, que trabalha com seu filho numa propriedade de 25 hectares no município de Domingos Martins e vende grande parte dos seus produtos na Ceasa, é alusivo da interpretação favorável à diversificação em contraposição aos produtores que se destacam em apenas um produto. Quando indagado sobre a questão da especialização e da diversificação, o agricultor é enfático.

Eu acho que quando a gente vai para a Ceasa e tem mais variedade, tem tipos diferentes. [...] É bem melhor do que levar só mexerica ou só laranja. Aí o cara compra as variedades que a gente leva. É melhor do que hoje em dia ter só uma coisa. Igual urucum, quando acabar ali, aí já não tem outra coisa para colher. Aí quando tem outras variedades, igual tem banana, quando chega a época do urucum, sempre tem aquele troco para se manter. (EA 24).

O agricultor do assentamento Tomazini, que também investe na diversificação das lavouras e agrega valor aos seus produtos, relaciona a diversificação como uma saída para a dependência do café. O agricultor e sua família produzem café, pimenta, banana, hortaliças, feijão, milho, criação, açafraão, urucum e melga. Os três últimos produtos são beneficiados e se transformam em temperos e vassoura. A existência de “clientes”, como define o assentado, é o que possibilita o sustento da família. Trechos de nossa conversa mostram a lógica da diversificação como uma forma de segurança familiar.

A gente faz vassoura de melga. Vende bem. Tenho um cliente bom em Nova Venécia e agora consegui outro em São Domingos e outro em Pinheiros. E agora um espaço na feira de Santa Teresa. [...] Quem faz a vassoura mesmo é minha mulher e meu filho. [...] Quem segura a onda é a vassoura, a vassoura está ajudando. [...]. Não dá para ficar só no café. Esse ano mesmo deu perda de 50%. [...] Eu levei [feira anual realizada em Vitória] um kit de temperos: colorau, pimenta e açafrão. Aí vendo por R\$ 15,00 e vende fácil. (EA 28).

A Figura 23 foi feita na área externa da casa do agricultor do assentamento Tomazini. O agricultor fez questão de me mostrar os produtos derivados da diversificação de suas lavouras: vassoura de melga, açafrão e colorau e do trabalho artesanal (em madeira) do filho.

Figura 23 – Produtos derivados da diversificação



Fonte: Santa Teresa. Elaboração da autora, 2016.

As quatro argumentações expostas mostram como a diversificação agrícola tem diferentes justificativas, mas em geral revela dois pontos: o primeiro é que os agricultores usam suas agriculturas para enfrentar situações de mercado nas quais tornam-se tomadores de preço¹³, sejam cafeicultores ou feirantes, revelando que, apesar das restrições e condicionantes dos mercados, possuem ações que transformam suas práticas em oportunidades e possibilidades de *fazer coisas*, justificando que a diversificação representa, como sugere Ploeg (2008), um importante espaço de manobra na luta dos agricultores por autonomia e liberdade.

A diversificação é, portanto, encarada pelos agricultores como uma estratégia de acesso a diferentes mercados, mas é também uma estratégia que garante condições de enfrentar

¹³ De uma forma geral, a expressão tomadores de preço se refere à pouca influência que alguns agentes têm sobre os preços de produtos, neste caso, os agricultores tornam-se tomadores de preços, uma vez que os preços são ditados pelo mercado total daquele produto (JOLLY; CLONTS, 1992).

adversidades externas (mercados que condicionam preços, condições climáticas, dificuldades financeiras), assim como uma forma de manter tradições familiares.

Na literatura sobre o tema, Schneider (2010a), a partir de diferentes contextos empíricos, sintetiza a importância da diversificação, e vemos como os argumentos do autor têm intrínseca relação com os sentidos atribuídos pelos agricultores entrevistados neste trabalho. Nas palavras de Schneider, sintetizamos os efeitos da diversificação no nível do processo de produção.

No primeiro nível, os efeitos da diversificação tendem a ser mais claramente identificados porque se manifestam como atributos que são perceptíveis no aumento do portfólio de atividades e produtos ofertados pelos agricultores, o que amplia as alternativas para sua inserção nos mercados e reduz a sazonalidade e estagnação da renda agrícola. Da mesma forma, a diversificação reduz a dependência das flutuações setoriais de preços e gera inovações e mudanças técnicas dentro da propriedade que podem ser poupadoras de recursos. Mas também implicam novas formas de manejo e uso de plantas, dos animais e do espaço, tornando as propriedades e a própria paisagem diversificada. Entre os efeitos disso, está o aumento do número de atividades realizadas e as fontes de ingresso acessadas. Mas a diversificação também possui efeitos sobre a sociabilidade, uma vez que os níveis de satisfação dos agricultores diversificados tende a ser maior porque possuem maior interação com os consumidores/clientes ou mesmo com a comunidade local. (SCHNEIDER, 2010a, p. 124).

Mas a diversificação revela localmente uma contraposição a uma forma especializada de fazer agricultura (como caso exemplar o café). Nesse sentido, e reforçando a importância das classificações sociais no contexto da heterogeneidade das agriculturas, constata-se que, embora os agricultores justifiquem a diversificação como uma estratégia de conseguir maior espaço de manobra (frente às oscilações dos preços) e segurança (climáticas, mercadológicas, ecológicas que ocasionam queda de produção de algum produto), existe uma intrínseca relação com a forma como os agricultores concebem suas lavouras e a si mesmos no contexto da classificação social.

Enquanto os produtores de café revelam a importância do volume de dinheiro em torno de uma única atividade e a capacidade desta de transformar-se em investimento, os produtores que diversificam sua produção valorizam a entrada financeira de pequenos volumes; contudo, cotidianos e diversificados, não aparecem em suas argumentações valores relacionados ao investimento, por exemplo.

Carneiro (1998) mostra como as estratégias dos agricultores do departamento de Iserre (França) estão repletas de conteúdos culturais e ideológicos, já Ploeg (2008, 2009) enfatiza na totalidade de sua obra a importância dos repertórios culturais na condução de estratégias que criam diferentes estilos de agricultura. Niederle (2015), em estudo sobre a mercantilização

numa região do sul do Brasil, também revelou a expressão da articulação de ideias e valores sobre a prática e a organização da produção no desenvolvimento das estratégias, mostrando a relação entre fatores objetivos e condições subjetivas associadas a repertórios culturais.

A argumentação aqui corrobora esses autores, enfatizando que as práticas e as justificativas utilizadas pelos agricultores que diversificam seus cultivos correspondem a uma *forma de fazer agricultura* que está localmente articulada a um *modo de ser agricultor* (alemão/pomerano), envolvendo esquemas de distinção de coletivos.

Outros cultivos também foram observados, todavia, estas três situações sinalizam não só as principais práticas de agricultura da região e as estratégias reprodutivas, como também reforçam a vinculação destas com a constituição da heterogeneidade.

Dotadas de distintos significados e marcadamente relacionais, as práticas sociais observadas em campo mostram que, para além das peculiaridades produtivas, a heterogeneidade das FFTP pode ser interpretada no contexto dos significados atribuídos e das relações estabelecidas entre os agricultores, uma vez que estão vinculadas a processos históricos e sociais que são constitutivos das diferentes *formas de fazer agricultura*.

Em comum, todas as práticas observadas demonstram como os esquemas de construção e apreciação das práticas são importantes princípios de organização das estratégias dos agricultores, o que lhes confere agência para inovar em diferentes cultivos ou arranjos, mas orientados por repertórios culturais que são constitutivos e constituintes dos *modos de ser agricultor* e dos processos de diferenciação entre os coletivos.

A prática da cafeicultura, enquanto forma de *fazer agricultura* está associada a um *modo de ser agricultor* que tem como núcleo a ideia de que o café permite maior autonomia uma vez que pode ser estocado e vendido com grande facilidade. Por outro lado, deixou claro que, enquanto dotadas de significados, as lavouras de café conferem prestígio social.

De uma forma geral, produzir tomate e gengibre são práticas incertas e arriscadas, sobretudo em decorrência da imprevisibilidade do mercado, que reflete a impossibilidade dos agricultores em definir os preços dos produtos. Mas estas lavouras vinculam valores e práticas sociais que distinguem os coletivos entre si a partir de valores relacionados às *formas de fazer agricultura* e aos *modos de ser agricultor*: o tomate está relacionado ao agricultor italiano e o gengibre ao pomerano, dados os esquemas que definem diferentes valores e práticas a cada um desses coletivos.

A produção comercial de olerícolas e a produção de culturas alimentares, por sua vez, mostraram diferentes significados para as estratégias empreendidas pelos agricultores. Por um lado, a diversificação é encarada como estratégia de acesso a diferentes mercados, construindo

espaços de manobra frente à impossibilidade de definir e interferir diretamente nos preços dos seus produtos. Por outro, ela mostrou que é uma estratégia para manter o sustento familiar em situações de dificuldade e também garantir a manutenção de tradições familiares. Mas, em todas essas concepções, está a relação intrínseca com um *modo de ser agricultor*.

A seguir serão apresentadas algumas das principais formas de trabalho observadas na região.

5 A CONSTITUÇÃO DAS PRÁTICAS DE TRABALHO

Assim como as agriculturas compreendem práticas e significados particulares que estão intrinsicamente relacionados aos processos de classificação social, às relações de trabalho também são atribuídos significados e representações específicas.

O objetivo desta seção é apresentar as principais relações de trabalho que foram identificadas durante o trabalho de campo, relacionando-as com as estratégias e as condições sociais dos diferentes agricultores. Optou-se por apresentar as relações de trabalho em seção isolada, apesar de reconhecer que elas estão intrinsicamente relacionadas aos diferentes cultivos, por perceber que elas podem se desenvolver em conjunto numa mesma atividade, dependendo da época do ano e das condições dos agricultores.

O trabalho enquanto conceito apresenta diferentes significados e ambiguidades, mas, de uma forma geral, entende-se que o trabalho é uma categoria social que compreende diferentes formas sociais de relações com a natureza no intuito de transformá-la (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

A compreensão nesta seção é limitada às formas de trabalho¹ que se processam no contexto da pesquisa e a partir da interpretação dos significados que são atribuídos localmente. Entendidas como relações que se estabelecem entre diferentes atores que ocupam distintos lugares na estrutura social, as formas de trabalho que consideramos pertinentes são as que estabelecem as modalidades de diárias, pagamento por produtividade (compreendidas aqui a partir da experiência dos catadores/apanhadores de café), meação e parceria, troca de dias e trabalho familiar.

Durante a pesquisa empírica reconheci que a categoria trabalho é amplamente utilizada para classificar os diferentes coletivos, tanto a partir da apreciação das práticas (ou seja, a forma específica de trabalhar relacionada a cada coletivo) como a partir da avaliação de determinados valores atribuídos aos coletivos de forma naturalizada (trabalhadores, preguiçosos, caprichosos, etc.).

Como constatado no discurso da política de imigração, havia uma vinculação racial relacionando os trabalhadores “de cor” como preguiçosos e os imigrantes como trabalhadores laboriosos, consagrando uma superioridade moral aos segundos. Como fica claro na argumentação apresentada em um grupo focal.

¹ Schneider (1999) separa analiticamente as formas de trabalho de formas de produção. A primeira designa as “diferentes estratégias utilizadas pelos trabalhadores para garantir sua reprodução social, já a segundo busca entender o modo pelo qual no capitalismo essas relações expressam formas de exploração do trabalho.” (SCHNEIDER, 1999, p. 120).

Santa Teresa tem a questão muito forte do colono, das famílias que vieram e ocuparam a terra. Trabalho árduo de abrir e trabalhar a agricultura. Trabalhar as colônias. (Grupo focal. Santa Teresa).

Na atualidade, observam-se considerações étnico-racializadas que reproduzem estigmas e insígnias que permitem que a categoria trabalho seja reelaborada localmente para diferenciar os coletivos. Os agricultores que têm a insígnia de serem “mais trabalhadores” adotam a narrativa que demarca suas agriculturas como aquelas que mais demandam trabalho e mão de obra, já os agricultores estigmatizados utilizam o resultado de seu trabalho como uma possibilidade de reversão dos estigmas.

Dentre os imigrantes, o pomerano é destacado por sua forma de “trabalhar arduamente”, com presença de todos os membros da família. Assim, a vinculação com a produção de olerícolas também justifica-se pela “questão cultural do pomerano”, pois este se sujeita às exigências da produção que demanda “muita mão de obra intensiva e familiar” (EM 5). Como justifica um mediador que conhece e atuou na região.

Santa Maria venceu pelo trabalho, o trabalho dos pomeranos é muito maior do que os outros da região. Se trabalha muito [em referência a outros territórios racializados], mas nem tanto. Então uma categoria importante seria o trabalho. Em Santa Teresa os italianos também trabalham muito, não é que são preguiçosos, trabalham mais que a média, mas se comparar com Santa Maria... A cultura pomerana é *sui generis*. Trabalho, individualismo, educação, tamanho da propriedade, fechados em função da perseguição. (EM 4).

As referências ao pomerano e ao alemão continuam no grupo focal de Santa Teresa.

As 4, 5 horas da manhã tem aquele monte de senhora com lencinho, acocada trabalhando naquele frio. São exemplo de trabalho. **E italiano, eu vou ver trabalhando assim?** Italiano também é muito trabalhador, mas ele gosta de trabalhar na colheita do café. Eles vêm muito na cidade. O italiano é muito trabalhador também, mas aproveita mais. Pomerano não vê diversão, só trabalho. É pomerano e o resto. Eles são diferentes de qualquer outra pessoa. Pode ser branco, índio, italiano, não se compara. (Grupo Focal. Santa Teresa).

A fala de uma agricultora considerada pomerana que reside no município de Santa Teresa é um bom exemplo.

Lá pra Santa Maria [considerada território de pomeranos] é a família inteira trabalhando. Lá é de pequeninha que vai pra roça, coloca um bonezinho na cabeça e está ajudando. Eu não tenho vergonha nem de falar, nem de ser o trabalhador. (EA 42).

Outro agricultor de Santa Teresa, de 83 anos de idade, produtor de verduras e de café, utiliza a mesma argumentação, agora com a figura da mulher.

O pobre do colono, esse povo pomerano, trabalha de manhã e de noite, eu passava na mata fria e estava escuro, e a mulher na roça, cuidando de verdura e de noite, em casa. (EA 5).

O diálogo com um agricultor produtor de tomate, identificado como italiano, é uma narrativa muito presente nas argumentações que utilizam o trabalho como categoria de diferenciação entre os agricultores. Segundo ele, os estilos de agricultura, que envolvem as formas de trabalhar, derivam fortemente de aspectos culturais relacionados à origem dos agricultores. Na primeira parte do diálogo ele distingue os italianos e os alemães.

Eles [alemães] ficam eles mesmos quase produzindo, eles não são de colocar muitas pessoas para trabalhar para eles, entendeu? É uma cultura um pouco diferente. Já o pessoal da origem mais italiana que a gente conhece na nossa região são pessoas que tentam investir mais em expandir, não trabalham só com a mão de obra familiar. Os alemães, a gente vê muito na nossa região, eles mesmo com a mão de obra familiar deles mesmo. E isso desde a época dos teus bisavós. Sim, eles fazem tudo, eles plantam, colhem e vão no Ceasa comercializar mercadoria deles. É a tradição deles essa daí. [...] E os que estão na agricultura mesmo, a maioria, a maioria da origem alemã, são pessoas que eles mesmos moram na propriedade, os filhos trabalham, vão crescendo e trabalhando ali, a mulher, todo mundo vai trabalhando e vive a família em cima daquilo ali. [...] O alemão é meio reservado, eles são mais, a cultura deles, eles são mais fechados um pouco. [...]

Tem uma característica que não falei: quando você vai no alemão vê um homem trabalhando e a mulherada toda trabalhando. A mulher na lavoura é muito grande. No italiano, a mulher participa, mas muito menos. Ela vai, mas muito menos.

O pessoal da raça mais dos alemães, eu acho que eles já vieram com aquela cultura de se dedicar a trabalhar aquele pedaço. [...] Na realidade, eu sou italiano, mas o alemão é mais trabalhador, é mais trabalhador. (EA 3).

Como constatado, a origem é fortemente utilizada para demarcar as diferenças entre os agricultores. Contudo, quando comparados com o “pessoal de fora” italianos e alemães são vinculados a uma origem (a imigração) que os diferencia, conferindo, apesar das diferenças entre eles, uma unidade de valores quando comparados a baianos, por exemplo.

Tem muito baiano aqui e é tudo preguiçoso. Mas como eles vieram? Porque lá não tem sobrevivência, aí vem para o Espírito Santo pedir emprego. Eles não ficam aqui. Eles só trabalham no café e depois vão embora. (EA 7).

Contudo, narrativas desvinculadas do mito da imigração utilizam outros elementos. Os quilombolas de Retiro, por exemplo, têm duas argumentações centrais para contrapor estigmas

e injúrias: uma que naturaliza sua força física, e outra que revela sua posição enquanto trabalhadores que exercem atividades em outras propriedades. Vejamos os diálogos a seguir.

E no trabalho tem preconceito? Hoje em dia eu acho que não, muito pouco. **Mas faz distinção?** Agora não existe mais, pelo contrário, eles chamam para trabalhar. Porque sempre, a raça negra, tem muitos que falam que dão mais com força. Eles chamam muito o pessoal daqui para trabalhar, por causa da força, eles dizem. Com certeza, quase todo mundo aqui, que trabalha mais com peso. Bater concreto, essas coisas, eles chamam a gente. Porque, apesar de eles beberem (em relação ao marido), eles aguentam. Eles são fortes. E trabalham muito pegando peso. **Então o trabalho mais pesado, o pessoal prefere o trabalho do quilombola?** Mais pesado eles chamam nós. Quando tem laje pra bater, eles vem cá no Retiro chamar a gente. Diarista, eles chamam a gente. Eles sabem que pode ter o defeito deles que bebem, mas são trabalhadores. Meu marido tem o trabalho dele. (EA 9).

A segunda fala é de um jovem quilombola que trabalha há mais de 12 anos numa propriedade de café e ocupa o cargo de supervisor no período da colheita.

Tu acha que o pessoal prefere trabalhar com o pessoal do quilombo? Rapaz, o quilombo parece que tem mais força, mais fôlego, mais vontade. Eu vejo isso. O negro ele poca aí dentro. Ele é mais resistente que o branco. O branco trabalha, mas não é igual o negro, não. O negro é mais resistente. Eu acho que um pouco é, na verdade, o negro, não, tudo quanto é tipo de serviço ele topa, não é de discriminar nenhum. Tem raça branca que fica escolhendo. Não faço isso, não! Isso eu nunca fiz! Agora o negro, não, o negro poca tudo. Tem peão aí que pode mandar ele cavar que é a mesma coisa que a retroescavadeira. Agora o branco, menino branco que até faz, mas o ritmo já não é o mesmo. A diferença é essa. (EA 31).

As falas dos quilombolas correspondem a uma constatação da própria realidade vivida. A força relacionada à raça negra é uma forma de naturalizar as condições do negro que executa os trabalhos mais pesados nas propriedades vizinhas, fato corroborado na Entrevista 30. O branco pode escolher onde trabalhar e que atividades executar, já o negro, que precisa “trabalhar para os outros”, deve usar o atributo da força que o diferencia dos demais agricultores brancos. A força física, utilizada pelos quilombolas, é também uma forma de reversão dos estigmas, demonstrando uma contra-argumentação dentro do discurso que coloca os “homens de cor” como preguiçosos e indolentes.

Dessa forma, embora na construção deste texto esteja separando as narrativas das relações sociais, o que de fato ocorre é que as falas que classificam são também um espelho das relações sociais e do próprio *habitus*.

Figura 24 – Quilombola na colheita de café conilon



Fonte: Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

5.1 “TRABALHAR PARA OS OUTROS”: ENTRE ESTIGMAS E ESTRATÉGIAS.

A referência socialmente valorizada é aquela em que se vincula o trabalho enquanto prática social que se processa no interior da propriedade familiar, sendo os membros familiares os que executam as principais atividades com o fim de reprodução social e econômica, visando à mobilidade econômica e social ascendente, que significa prestígio e honra familiar.

Nesses termos, o trabalho socialmente valorizado é aquele que é executado pelo agricultor em sua propriedade familiar. Em contraposição, o trabalho realizado em estabelecimento de terceiros é considerado, de uma forma geral, como algo negativo. Vinculado e contraposto ao familiar, o “trabalhar para os outros” é frequentemente relacionado a uma atividade subalterna, sem valor social e que denota o desprestígio de quem precisa vender sua força de trabalho.

Situacionalmente utilizado, “trabalhar para os outros” revela a constituição das posições sociais dos agricultores e de suas agriculturas, ao mesmo tempo em que conforma redes sociais, uma vez que estabelece um “[...] conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (BARNES, 1987, p. 167).

Nesse sentido, o “trabalhar para os outros” caracteriza as relações contratuais de trabalho que se estabelecem entre contratantes (geralmente designados de patrões) e contratados (diaristas, meeiros, catadores de café, trabalhadores com carteira assinada, horistas, de acordo com as distintas relações) e define os lugares que os diferentes agricultores ocupam no contexto social. Dessa forma, o uso da categoria indica a estrutura social prática (LEACH, 1996), o que

permite compreender que o “trabalhar para os outros” é uma categoria nativa que, além de designar determinadas relações de trabalho, é uma constatação das condições sociais de quem trabalha e de quem contrata.

É o que pode ser interpretado a partir do relato da quilombola de Retiro que responde minha indagação sobre o fato de estar trabalhando numa fazenda vizinha. Observa-se que ela relaciona a própria condição social daquele que emprega como uma atribuição que não é constituinte dos quilombolas, ou seja, o ter que “trabalhar para os outros” é algo que se impõe como uma condição social sob aqueles que não têm a mesma possibilidade de agenciar lavouras economicamente viáveis.

É porque eles têm mais condição que nós. A gente não tem condição de botar uma lavoura pra nós, aí tem que trabalhar para os outros. [...] **E o pessoal mais antigo da comunidade também precisava trabalhar para os outros?** Sempre. Os mais antigos também, sempre precisou sair para trabalhar para os outros, porque não tem serviço lá dentro. Nós não têm ninguém lá que tem capital para botar uma coisa para trabalhar. (EA 30).

Durante o trabalho de campo, observei desde trabalhadores com carteira assinada (considerada a mais prestigiosa das condições de trabalho fora do estabelecimento familiar) até o pagamento por produtividade², passando por relações de meação³, parcerias⁴, pagamento por sacas de café e diárias (sendo esta a relação mais negativa) em diversas atividades.

Em algumas conversas, procurei indagar dos agricultores a constituição das formas de trabalho para entender o modo como eles as interpretavam e constatei que as trajetórias dos coletivos são um importante instrumento de compreensão da realidade.

Os agricultores vinculados ao discurso da imigração informam que os familiares teriam vindo para as colônias, trabalhado com a família para formar a propriedade e a agricultura que desenvolvem até hoje, alguns deles compraram mais terra e outros precisaram sair do estabelecimento, principalmente para trabalhar como meeiros, até conseguirem adquirir propriedade. Nessas narrativas, o centro da argumentação está na saga da imigração e no trabalho associado à mobilidade social e econômica por meio da aquisição da propriedade familiar.

Os quilombolas de Retiro, por outro lado, centram suas narrativas na constituição da comunidade a partir da herança dos Benvindos, dos conflitos com alguns fazendeiros, do

² Produtividade nas atividades de produção de mudas de orquídeas.

³ Meação em lavouras de café, produção de mudas de plantas frutíferas e lavouras de mexerica.

⁴ Tomate, gengibre.

processo de constituição do território quilombola e da necessidade de ter que “trabalhar para os outros” como condição histórica dos quilombolas, pois os “antigos” já faziam isso.

As narrativas dos assentados, por outro lado, sublinham as trajetórias do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), do período das ocupações, dos estigmas e dos preconceitos vinculados a uma identidade de “sem-terra”. Contudo, o que eles fazem mais questão de sublinhar são as estratégias de superação dos estigmas a partir da condução de cultivos que aparecem como produtivos e rentáveis, fato que faz o assentamento ser exemplo de bem-sucedido.

A forma como estes coletivos contam suas histórias, ou melhor, os processos que escolhem para relatar suas trajetórias, vinculava não somente memórias sociais, mas principalmente fala sobre a constituição das relações sociais a partir de vinculações em que ficam caracterizadas as condições de existência dos diferentes coletivos e suas lutas pelo controle dos âmbitos da existência social (QUIJANO, 2000).

Como ficou constatado, os sujeitos da pesquisa atribuem classificações relacionais aos diferentes coletivos a partir do manejo da categoria trabalho: ao italiano, associa-se uma *forma de fazer agricultura* e um *modo de ser agricultor* que demanda a contratação de pessoas, diferentemente do pomerano, ao qual é vinculado um *modo* mais familiar *de fazer agricultura* e *ser agricultor*. Aos agricultores quilombolas, pelo contrário, é utilizada uma série de injúrias e estigmas que os desvinculam como agricultores a partir do fato de estes “trabalharem para os outros”.

Nesses termos, as atribuições naturalizam as práticas e as relações de trabalho que se desenvolvem entre os diferentes coletivos, ao mesmo tempo em que as práticas sustentam os próprios processos classificatórios. De um modo geral, aos negros são associados os trabalhos mais pesados e as relações de trabalho menos prestigiosas, como a diária, por exemplo. A mesma noção de trabalho pesado associada aos negros é também naturalizada entre os quilombolas, que me informaram serem procurados para trabalhos mais pesados como um atributo próprio, já que são mais “fortes que os brancos”, ao mesmo tempo em que significa a situação de subalternidade daquele que precisa se submeter a todo tipo de prática⁵.

Em uma conversa informal realizada durante o trabalho de campo, um agricultor do município de Domingos Martins relatou-me que, na época dos avós, os trabalhos mais pesados eram executados pelos negros, pois os alemães achavam que os “pretos tinham que trabalhar

⁵ De uma forma geral, pude observar que os quilombolas de Retiro executam muitas atividades fora da comunidade, trabalhando como diaristas em atividades agrícolas e também em atividades não agrícolas. Essas atividades demandam uma dedicação de mais de oito horas diárias nesses serviços.

mais e pegar mais no pesado” (EA 45), uma vez que observavam que, entre os tropeiros que vinham pegar o café, eram os negros que carregavam e faziam o trabalho mais pesado para os comerciantes.

Uma família de produtores de café de Santa Teresa relembra que, no “tempo dos avós”, os negros eram pessoas que vinham de fora para trabalhar em fazendas que ofereciam alimentação, moradia e salários muitos baixos por serviços mais pesados. Em relação aos trabalhadores negros da “época dos avós”, um dos irmãos comenta:

As famílias mais fortes que tinham mais café, aí tinha um ou dois caras, na maioria das vezes eram negros. [...] Eram aqueles caras mais certos, ficavam no paiolzinho, moravam lá. [...] Se o cara trabalhasse, não tinha problema de ser preto. [...] Para fazer o trabalho mais pesado e recebia um pouco menos. [...] **E não contratava filhos de italianos para esses trabalhos mais pesados?** Um serviço mais pesado para talvez ganhar menos, aí não gostava. Às vezes, vinha um cara de fora com mais dificuldade, aí tinha alimentação, eles trabalhavam por um salário menor: comida, cigarro e pinga. (EA 29).

Ainda no contexto do diálogo, perguntei aos mesmos agricultores se eles tiveram a experiência de “trabalhar para os outros”. A resposta dos agricultores refere-se ao significado do desprestígio e da subalternidade a que estão imersos socialmente os que necessitam trabalhar fora de seu estabelecimento, e a noção de sorte é utilizada para naturalizar as desigualdades em torno da propriedade da terra.

Os pais sempre tiveram um pedacinho de terra deles. Sempre tiveram sorte por causa disso. Eu acho que meeiro é mais difícil. Com dificuldade, mas sempre tiveram a terra deles. **E vocês tiveram que trabalhar de meiros?** Também não. Sempre na terra. (EA 29).

As duas passagens mostram como as relações de trabalho estão submetidas tanto a condições materiais quanto a condições simbólicas. Os agricultores destituídos (ou com escasso) dos principais meios de produção para a atividade agrícola associam-se a outros que os detêm, constituindo diferentes estratégias, práticas e vínculos contratuais.

Historicamente destituídos dos meios de produção e classificados a partir de discursos racistas, os “trabalhadores de cor” se confrontaram com uma série de relações de exploração/dominação/conflito que naturalizam e expõem a historicidade das relações desiguais em torno do controle do trabalho e de seus produtos. Assim, sobre os negros, parece processar-se uma sobreposição de atributos negativos que os vinculam a “trabalhar para os outros” e a exercer os “trabalhos mais pesados”, reforçando os discursos de supremacia dos brancos sobre os negros.

Nesse sentido, como esclarece Quijano, as relações de trabalho são atravessadas por sentidos mais gerais que operam por mecanismos de dominação/exploração/conflito (QUIJANO, 2007). Dessa forma, as formas de trabalho vinculam relações objetivas e materiais, mas também processos de classificação e subjetivação social com seus diversos significados e efeitos sobre a vida das pessoas.

No universo da pesquisa, por exemplo, ser meeiro, embora denote desprestígio, ainda não é vinculado a uma condição racial, como é sublinhado no caso do negro que executa as atividades mais pesadas e às quais os “filhos de italianos” não se submetem.

Apesar da variabilidade das relações de trabalho que se firmam entre os coletivos, percebi a constituição de relações que são tecidas por meio de repertórios históricos e culturais que implicam, sobre os trabalhadores negros, a constituição de uma estrutura social que é constantemente reforçada, sendo as formas de trabalho uma das práticas mais significativas.

Se, por um lado, a categoria trabalho é utilizada de forma performativa para caracterizar positivamente o “povo” de imigrantes e demarcar a diferença do pomerano entre eles, ela também serve para marcar oposições a partir de injúrias. Baianos, mineiros, “pessoas de cor” e brasileiros são os grupos aos quais não são atribuídas características positivas a partir da categoria trabalho.

Os quilombolas de Retiro, no entanto, são o grupo que mais sofre estigmatização, sendo atribuídas a eles e ao território da comunidade características negativas relacionadas ao trabalho. Como definiu um mediador do sindicato ao me apresentar a região:

O próprio governo da época [em referência ao período pós-abolição] resolveu dar um terreno, uma fazenda aí no Retiro para esses africanos que hoje são os quilombolas de Santa Leopoldina e não são muito chegados ao serviço e até hoje vivem naquela comunidade deles e não produzem, trabalham tudo fora, só tem ali como dormitório. (EM 6).

A categoria trabalho, portanto, é central na di-visão racial que opera entre os coletivos, impondo sentidos e discursos presentes nas narrativas da política de imigração. Atualmente, a presença do paradoxo é latente: os negros acusados de serem preguiçosos e não laboriosos eram os inúmeros escravos que, na época da Política de Imigração, representavam a mão de obra essencial, sobretudo nas lavouras de café. Da mesma forma, os quilombolas que hoje são acusados de “não serem chegados ao serviço” foram encontrados trabalhando em turmas numa fazenda que os contrata para as diversas atividades anuais, sendo possível verificar que, na época da colheita, chegam a trabalhar mais de dez horas diárias.

Além disso e a título indiciário, o que demandaria um estudo específico, quero apenas salientar dois dados: o primeiro é que a média dos valores de diária identificada entre os quilombolas é até R\$ 30,00 menor do que as indicadas em outras regiões da pesquisa. Outra informação pertinente em relação às formas de trabalho e às condições de desigualdade entre negros e brancos é a pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) que revelou que, no primeiro trimestre de 2016, por exemplo, o rendimento dos negros foi 42% menor que o dos brancos, conforme tabela em anexo (Anexo 5).

Contudo, mais que a constatação da perpetuação das desigualdades e da imposição dos discursos racistas, há ainda na fala do mediador algo para além do estigma negativo vinculado ao “homem de cor”, algo que circula entre a ideia do “trabalhar tudo fora” e o “não produzir”.

Como observou Martins (2010), no período que marcou as imigrações, desenvolveu-se a ideologia da mobilidade social através do trabalho, a qual tinha como central a ideia de autonomia que permitiria ao colono, pelo esforço de seu trabalho e de privações, desvincular-se do patrão e adquirir seu próprio estabelecimento. Assim, o trabalho “é considerado como uma atividade que cria a riqueza própria e, ao mesmo tempo, pode liberar o trabalhador da tutela do patrão” (MARTINS, 2010, p. 203).

Atualmente, a ideologia da mobilidade social é reelaborada dentro de uma lógica do sucesso econômico, que pode ser representado por diferentes elementos (aquisição de terra, automóveis, educação dos filhos, etc.). Os atores que proferem esse discurso vinculam seu sucesso ao resultado de seu trabalho (noção atribuída de forma naturalizada aos imigrantes) e utilizam essa naturalização para empreender processos de hierarquização e diferenciação, também assumidos como natureza dos fatos. Dessa forma, há um elogio àqueles que buscam o sucesso econômico e um desprestígio daqueles que não comungam desse ideário, reafirmando, a partir da racialização, os estigmas vinculados aos “homens de cor”.

Os estigmas associados aos quilombolas partem de uma visão de mundo em que o trabalho é central não só como atividade produtiva, mas como processo identitário, um elemento diacrítico desde que vinculado à produção de riquezas, à autonomia e à mobilidade social. Desse modo, os estereótipos históricos vinculados nos discursos racistas são utilizados nas lutas sociais para o reconhecimento de um labor específico em oposição às atividades que não aparecem como trabalho.

Assim, o “trabalhar fora” torna-se uma prática social que não gera autonomia, portanto, subalterna e sem prestígio. Por outro lado, aquele que “trabalha fora” e só tem o “estabelecimento como dormitório” não deveria ter o direito de usufruir do território, emergindo aqui o demérito e o não reconhecimento da luta que os quilombolas de Retiro travam

pela titulação do território da comunidade e mesmo sua constituição enquanto coletivo que busca garantir seu direito à existência social.

Dessa forma, quando se trata especificamente de classificar os quilombolas de Retiro em relação aos demais agricultores, há o acompanhamento da desqualificação tanto das atividades dos negros como do apontamento do suposto mau uso que fazem de suas terras, uma vez que “têm as terras, mas não trabalham em cima”.

Nessa parte baixa eram os antigos, os portugueses. Depois o pessoal do café. Foram os portugueses que trouxeram os escravos. Hoje tem Retiro que é uma sobra da escravidão. Essa região do Retiro que tem as terras, que foi dado para eles, mas não trabalham em cima, é mais um dormitório. [...] A raça que não misturou é mais trabalhador. Mas tem alemão preguiçoso também. (Grupo Focal. Santa Leopoldina).

A categoria trabalho está sendo utilizada num contexto de lutas classificatórias e políticas no qual está em jogo a desqualificação da legitimidade do próprio território quilombola de Retiro. Oliveira (2005), ao analisar a comunidade de Retiro, salienta como algumas lideranças quilombolas tratam as estigmatizações e as noções preconceituosas como uma forma de justificar as investidas dos fazendeiros sobre as terras da comunidade. Como resume o autor a partir das conclusões de lideranças de Retiro:

Segundo o discurso de uma das professoras e liderança local, os *fazendeiros* têm justificado suas investidas sobre as terras do grupo, baseando-se em estigmas e em noções preconceituosas de cunho étnico e racial. Esses fazendeiros têm classificado os moradores, enquanto negros, como *preguiçosos*, *cachaceiros*, pessoas de *costumes atrasados*, considerando-os *ignorantes* e *incapazes* em relação aos seus direitos de propriedade da terra. (OLIVEIRA, 2005, p. 108, grifos do autor).

As investidas dos fazendeiros por meio de invasões e os discursos que apontam para o não reconhecimento do direito ao próprio território são práticas que perpetuam os dispositivos utilizados para *fazer morrer* a população negra que não se enquadra nos padrões da colonialidade.

Enquanto a alteridade entre os coletivos de imigrantes é construída a partir de argumentações positivas, a alteridade dos negros é construída por meio de estereótipos, estigmas, discriminação e preconceitos de cor. Assim, embora se perceba uma classificação que opera por meio da naturalização das diferenças entre todos os agricultores, sendo a origem étnica um princípio de di-visão, ao não imigrante e ao negro, mais especificamente, é facultada uma série de injúrias que discrimina e opera por meio da significação dos dispositivos presentes nas narrativas do mito da imigração.

As práticas de trabalho, portanto, representam um potente mediador social. Por um lado, a categoria é utilizada para apreciar as práticas de agricultura e vinculá-las a determinadas *formas de fazer agricultura*. Mas é também associada a valores e utilizada para elogiar determinados coletivos, depreciar os não imigrantes e desqualificar e deslegitimar a luta dos quilombolas em torno da existência social e da titulação do território de Retiro.

A categoria trabalho, contextualmente, é crucial para a naturalização das relações de exploração e dominação que circulam localmente. Ao naturalizar o trabalho associando-o ao imigrante, legitima-se a própria ordem social que qualifica o agricultor identificado como imigrante e desqualifica os demais (BOURDIEU, 2004).

É dentro dessa visão e problemática que a seguir são reconstituídas algumas práticas e relações de trabalho observadas em campo. A cada uma das práticas são vinculados significados e estratégias que os agricultores desenvolvem em relações específicas com outros agricultores, estabelecendo diferentes vínculos e redes sociais.

5.1.1 Diaristas

A prática da diária, uma atividade considerada ocasional e que não envolve vínculos empregatícios, é comum na região. Os valores variam em torno de R\$ 80,00 a R\$ 50,00, sendo que o menor valor informado ocorreu no município de Santa Leopoldina, nas proximidades da comunidade de Retiro.

De uma forma geral, os agricultores que contratam diaristas procuram agricultores já conhecidos que estão disponíveis para atividades de capina de terrenos, aplicação de defensivos agrícolas, podas e trabalho numa colheita específica (exceto a do café que é paga por produtividade — saca colhida). Também são comuns em atividades rurais não agrícolas desenvolvidas em pousadas e restaurantes rurais (nestes casos são garçons, cozinheiras e arrumadeiras que recebem um valor diferenciado, que gira em torno de R\$ 100,00).

A partir da observação direta, pude perceber que os diaristas, na maioria das vezes, são agricultores da própria região, que têm condições materiais e econômicas desfavoráveis (pouca terra, poucos produtos mercantis, baixa renda econômica), sendo a diária uma forma de garantir uma renda monetária extra para si e sua família.

Nesse sentido, embora se considere a venda da força de trabalho como uma estratégia de integração ao mercado via a diversificação das atividades, constituindo uma forma de pluriatividade presente nas FFTP (SCHNEIDER *et al.*, 2009), a diária é uma prática social que

mostra como as condições objetivas de existência (no caso das situações observadas, pouca terra, produção escassa de produtos com inserção mercantil, renda insuficiente para manutenção da família) são fatores determinantes para a definição de estratégias (BOURDIEU, 1983, 2002).

A seguir veremos três passagens. A primeira é o relato de um agricultor do município de Domingos Martins que se ressentia da falta de pessoas para serem contratadas e dos altos valores cobrados. No entanto, quando questionado se trabalharia como diarista, enfatiza que não. Segundo ele, por não valer a pena, pois o trabalho no próprio estabelecimento é mais rentável e a diária é um trabalho mais pesado.

Aqui não acha [diaristas]. A gente, hoje na roça, os meninos estudam e você pagar mão de obra não compensa. E aqui na região eles querem na faixa de R\$80,00, R\$100,00, com comida. Aí, se contar, o dia sai R\$120,00 ou mais. **Se o senhor fosse trabalhar a dia, trabalharia o dia a R\$ 80?** Não! (EA 36).

A segunda passagem é a de uma quilombola que estava trabalhando na colheita do café e explica a diferença de atividades entre a colheita e a diária. Explicitando, durante a conversa, que trabalhar como diarista se torna necessário por não ter condições de plantar nas terras da comunidade.

Na [colheita] dá para tirar um dinheiro bom. E depois eu trabalho aqui. Tem esses pés e a gente limpa tudinho [referindo-se à poda dos pés de café conilon]. Aí é a dia. O dia está R\$ 50,00. Na fazenda tem trabalho o ano todo. Depende de ele ter serviço e a gente querer vir. É sempre com ele. Tem dezoito anos que eu trabalho aqui. [...] A dia, tem sete pessoas [de Retiro] aqui com ele, direto, o ano todo. (EA 30).

O terceiro argumento é de um agricultor de Santa Teresa que, além de ser meeiro de café e ter produção de uva em seu estabelecimento, trabalha como diarista, revelando uma estratégia de aumentar a renda da família, mantendo a liberdade e autonomia.

Esse café é a meia, o restante é pasto, por dia. Mas falou que se for salário não sai isso. E eu não posso trabalhar salário para ninguém. Gosto de trabalhar solto, trabalhar do jeito que eu quero. E se eu trabalhar vinte dias com ele na roça tira bem. (EA 43).

As três passagens revelam que a diária é de fato uma estratégia para aumentar e diversificar as rendas familiares; contudo, quando analisada dentro do contexto das famílias dos agricultores, mostra-se uma estratégia relacionada às condições materiais e econômicas de quem vende a força de trabalho, já que o agricultor que compra a mão de obra não trabalharia como diarista, apesar de achar o valor alto.

No conjunto das relações e das práticas sociais, a condição de diarista é a posição considerada menos prestigiosa, além de compreender as tarefas consideradas mais pesadas e com menor prestígio social. Associada frequentemente como sinônimo de “trabalhar para os outros”, a prática da diária carrega consigo um significado negativo de desprestígio e desonra social, uma vez que está associada à destituição dos meios de produção e incapacidade social do diarista em desenvolver uma lavoura para si e sua família.

Como prática social, encadeada pelos processos e significados sociais, a própria execução da diária revela a condição do agricultor que a executa, explicitando as posições sociais e a relação entre as estratégias e as condições de existência social.

5.1.2 Catadores de café

Colher e/ou catar café são atividades que se concentram em meses específicos: de abril a junho para o café conilon e, para o arábica, com as variações que já foram mencionadas, de maio a dezembro.

Por ser uma atividade que demanda a contratação de um número significativo de pessoas, nem todos os catadores/apanhadores são da região, apesar de, na maioria das vezes, os próprios agricultores da vizinhança realizarem tanto a colheita em sua propriedade quanto na dos vizinhos.

Diferentemente da diária, a colheita do café é paga por produtividade. Em geral, é praticado um valor que não apresenta grandes variações. No ano de 2016, os preços mais comuns foram R\$ 10,00 a saca do conilon e R\$ 16,00 a saca do arábica. A variação nos preços se deve, segundo justificam os agricultores, à dificuldade de cata em cada um dos tipos de café, sendo no arábica um processo mais demorado.

Em média, é possível que uma pessoa consiga apanhar/catar doze sacas/dia no conilon e seis a oito sacas/dia no arábica. Mas esses números variam de acordo com a pessoa que está executando a atividade, com o estado da lavoura e do próprio terreno. Assim, os valores são estipulados dentro de uma lógica em que as condições das lavouras (produtividade, condição do terreno, etc.) são levadas em consideração, uma vez que estas influenciam nos resultados do trabalho. No entanto, de uma forma geral, quem estipula o valor é o contratante, que observa as condições do mercado e das lavouras vizinhas.

Uma agricultora do município de Santa Teresa revela a forma como os valores são estipulados e como tanto os catadores quanto os contratantes pressionam para garantir seus

interesses. Sua fala mostra como ela organiza seus interesses e como utiliza determinadas referências para poder estipular o valor que pretende pagar aos catadores.

Aqui, para apanhar o saco de café, dizem que está R\$ 15,00 o saco no conilon. Eles queriam baixar aqui também. Porque na fazenda lá embaixo eram os empregados que faziam o preço, mas esse ano é ele [patrão] que vai fazer o preço, porque o povo tem que trabalhar. (EA 40).

Uma família de Santa Leopoldina, produtora de café conilon, revelou não ser difícil encontrar bons catadores na região, dado que muitos agricultores e mesmo outros trabalhadores residentes no meio rural já se programam para essa atividade, inclusive tirando férias nos seus trabalhos de carteira assinada para fazer uma renda extra no período da colheita.

Apesar de ser uma atividade concentrada, que ocorre num curto período no ano, patrões e catadores estabelecem relações muitas vezes duradouras e referenciadas por valores sociais que definem o que são bons catadores e o que bons patrões. Um bom catador de café é aquele que “não arregaça muito o pé, não coloca folhas dentro do saco, não joga coisa no chão e que enche o saco” (EA 29), por outro lado, os produtores de café e as lavouras são avaliados pelos catadores que procuram pelas melhores lavouras.

O apanhador de café quer receber no final de semana. [...] Na colheita tem que ter dinheiro. Porque depois não volta mais. [...] Quando o café está bom, trabalha até no domingo. Quando o café está ruim, vão para outra. Eles conhecem todas as lavouras. Vão na melhor. Sabem tudo! Tem a fama de quem é mau pagador. A propaganda negativa passa rápido. (EA 29).

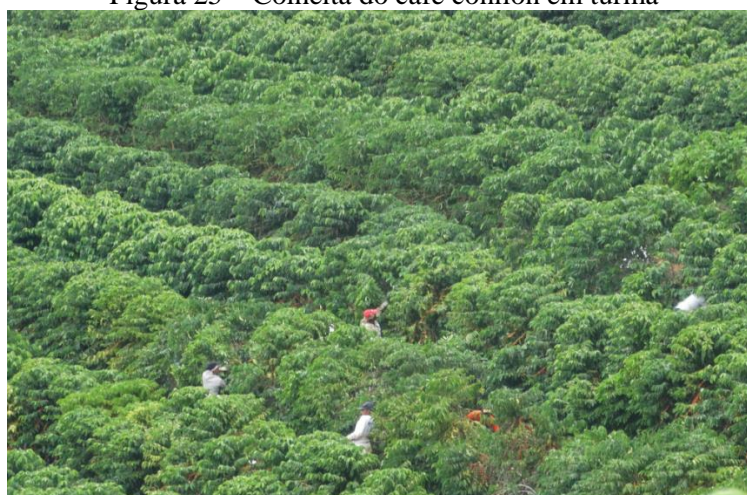
Um agricultor produtor de arábica no município de Santa Leopoldina revelou que ele e a esposa conseguem cuidar do café durante o ano, contudo, precisam contratar pessoas durante a colheita. Essas pessoas, segundo ele informa, não são vizinhos, mas pessoas do município que moram numa outra região e que os procuram para trabalhar no período da colheita, caso também revelado pelo assentado que contrata uma família de outro município para trabalhar na sua propriedade.

O café conilon permite e até exige que a colheita seja mais concentrada, fazendo com que, entre os meses de abril e junho, os agricultores — tanto quem colhe com a família quanto quem trabalha na colheita — organizem-se em torno dessa atividade que requer esforço físico e disponibilidade para colher o maior número possível de sacas.

Nas lavouras maiores, os catadores se organizam em turmas. O trabalho é organizado por ruas e quadras, dessa forma um agricultor só muda de rua quando termina a primeira. As melhores ruas para trabalhar são as “menos morradas”, ou seja, com menor declividade.

A Figura 25 mostra trabalhadores concentrados na colheita do café conilon. A quase totalidade dos trabalhadores são quilombolas de Retiro. É possível observar o trabalho em “turma” organizado em torno das filas. Cada trabalhador fica em uma fila e, algumas vezes, parentes dividem as filas para aproveitar melhor o trabalho.

Figura 25 – Colheita do café conilon em turma



Fonte: Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

Durante o trabalho de campo, pude participar da colheita de café realizada por trabalhadores de Retiro numa fazenda vizinha, o que permitiu compreender melhor as práticas e as relações entre os quilombolas e o fazendeiro que os contrata. De uma forma geral, ambos mantêm uma relação já duradoura (desde 1982), com a participação do trabalho dos quilombolas na execução de diversas atividades, tanto como trabalhadores de carteira assinada quanto como diaristas e catadores na colheita do conilon.

A confiança entre ambos é um dos pontos levantados quando se justifica a relação. Nas conversas informais, os quilombolas que trabalhavam nesta fazenda diziam preferir trabalhar lá do que no outro patrão (uma segunda fazenda produtora de café que também emprega os quilombolas de Retiro) por já estarem acostumados com o ritmo deste, e ainda sublinhavam que eram as duas opções de trabalho existentes na região.

Em relação ao quantitativo de pessoas ocupadas na fazenda, a informação que tive é que, em média, são ocupadas doze pessoas com carteira assinada, das quais cinco são de Retiro. No serviço de colheita de 2016, totalizavam mais de vinte e cinco pessoas do Quilombo.

Uma queixa muito comum entre os apanhadores refere-se aos valores praticados pelo patrão. A fala da quilombola revela que é o patrão quem estipula o valor a ser pago, sem levar em consideração o prévio acordo e as condições das lavouras, elementos considerados centrais na negociação.

A gente é obrigado a trabalhar. Só tem ele, não tem outra opção. Se ele fala que dá isso, e a gente falar que não vai aceitar, quem vai sair prejudicado? É nós mesmo. Eu acho um absurdo! Ele combinou R\$ 10,00 e agora quer pagar R\$ 9,00. Eu acho R\$ 9,00 pouco, dá tranquilo para ele pagar R\$ 10,00, ninguém está pegando muito. Ano passado eu pegava 7, 8 sacas facinho. Este ano está meio bravo e ele querendo diminuir ainda. (EA 34).

Relacionado ao universo empírico, a atividade na colheita representa uma estratégia em que a venda da mão de obra torna-se uma oportunidade de renda extra que se concentra em poucos meses e garante alguns excedentes financeiros que são investidos no sustento familiar ou na compra de alguns itens específicos⁶ e que, apesar de ser uma atividade que pode ser identificada como “trabalhar para os outros”, não está carregada dos significados mais negativos da diária.

Nesse sentido, penso que as contribuições de Ellis (2000) podem ser resgatadas para compreender como a mesma atividade, enquanto estratégia, pode ter diferentes sentidos e estar relacionada à estrutura social em que ela se efetua: para aqueles coletivos que dependem de vender sua mão de obra para garantir recursos mínimos, representa uma estratégia de reação e necessidade, mas também é uma estratégia de escolha e adaptação para aqueles agricultores que visam investir em itens individuais e não necessariamente para o sustento familiar⁷.

A diversificação dos meios de vida como um “[...] processo de construção de oportunidades pela família para sobreviver e obter melhor qualidade de vida” (PERONDI; SCHNEIDER, 2012, p. 124) precisa ser entendida justamente no contexto em que as práticas sociais se desenvolvem, ou seja, no cotidiano em que os diferentes coletivos procuram, a partir de suas condições de existência, elaborar e dar sentido a suas práticas.

Nesse sentido, a diversificação dos meios de vida, ou as estratégias construídas pelos atores, está diretamente relacionada com a heterogeneidade que se constitui localmente. Enquanto escolhas voluntárias e proativas com o fim de aumentar as fontes de renda e de acessos a outros ativos, a colheita no café abarca um contingente de agricultores que diversifica suas atividades. Por outro lado, como bem deixou claro a quilombola da entrevista (EA 34), a colheita do café, nos termos definidos pelo padrão, torna-se uma necessidade, uma prática em que se procura continuar vivendo num contexto de crise no qual as estratégias possíveis são escassas e reduzidas.

⁶ A compra de motos apareceu como um dos grandes objetivos de muitos que trabalham na colheita ocasionalmente.

⁷ Para uma discussão histórica e crítica sobre a abordagem dos *livelihoods* centrada na questão dos ativos e do acesso, recomendamos a leitura de Niederle e Grisa (2008) e Perondi e Schneider (2012).

5.1.3 Meeiros e parceiros

Meeiros e parceiros são categorias que designam relações sociais e de trabalho envolvidas por uma ampla teia de significados localmente importantes. Como o nome designa, a meação é celebrada por meio de um contrato entre o agricultor proprietário da terra e o agricultor meeiro. O contrato estipula, na maioria das vezes, que o agricultor proprietário tenha como contrapartida a terra e o meeiro a mão de obra, que ambos arquem com despesas nos custos de produção e que, ao final da colheita, a divisão dos resultados financeiros da lavoura seja feita de forma igualitária.

Como esclarece um agricultor meeiro de café do município de Santa Teresa:

Esse café é a meia. Ele coloca tudo [defensivos, adubo] a meia e paga a metade [resultados da produção]. [...] O dono não vem, é a meia. Ele entregou a meia é pra eu tocar, mas também não fala nada, o que eu fazer, está certo. (EA 43).

Nos contratos, há mais de uma possibilidade de vínculo entre os agricultores. De um modo geral, há os meeiros que residem na propriedade do patrão e há outros que possuem propriedade, mas que precisam se vincular a outros proprietários por situações diversas, na maior parte das vezes por terem pouca terra associada a excedente de mão de obra familiar.

De qualquer forma, à situação de meeiro associa-se um significado de submissão, subalternidade e perda de autonomia. Se considerarmos o depoimento da EA 43 (caso de um meeiro que possui propriedade), podemos perceber a importância que ele coloca em dizer que o patrão “não fala nada”, demonstrando que tem e valoriza a autonomia que a relação estabelecida lhe concede, fato trazido por outro agricultor de Domingos Martins que atualmente reside em sua propriedade, mas tem contrato de parceria com um vizinho.

Já fui meeiro. Já cheguei a sair daqui e morar em outro lugar e resolvi voltar. [...] É difícil. Eu entrava com a mão de obra e o patrão fazia o contrato. Não tem a mesma liberdade. É a mesma coisa que alugar uma casa para morar. Para mexer, tem que primeiro perguntar. Aí no que é seu, não. Tem a própria liberdade, faz o que quer, mexer no terreiro, ou plantar, ou fazer horta, não tem que pedir autorização. (EA 35).

Nestes casos, embora os agricultores, num primeiro momento, designem-se como meeiros, fazem questão de sublinhar que são parceiros, portanto, utilizam categorias sociais que permitam a dissociação com a situação de submissão e subalternidade associada aos meeiros, uma vez que os últimos se diferenciam, basicamente, por morarem na propriedade do patrão.

Residir na propriedade do patrão é uma situação associada à destituição de liberdade e de autonomia mais do que a não ter a propriedade dos meios de produção, pois o meeiro fica submetido às condições do patrão, que decide não só sobre o uso da terra, mas sobre a organização do tempo e do trabalho que deve ser executado pelo meeiro e sua família (WOORTMANN, 1990).

Tal situação de ausência de autonomia para organizar o ritmo do próprio trabalho é o que faculta à condição de meeiro uma referência negativa e depreciativa, sendo pior só a situação de diarista, como esclareceu o mesmo agricultor na EA 35 quando pergunto se já trabalhou a dia, e ele faz questão de sublinhar que “não, nunca precisou, só mais parceria”.

Um agricultor de Santa Leopoldina, atual proprietário de dez hectares, relatou que, além de trabalhar em sua propriedade, é parceiro de outro agricultor e que já foi meeiro anteriormente. O relato a seguir é um trecho emocionado do diálogo que tivemos na garagem de sua propriedade. Enquanto me mostrava suas ferramentas e equipamentos de produção, pergunto-lhe o que considera mais importante.

A terra, né. A terra. [...] Nossa maior alegria, minha e dela [se referindo à esposa], foi o dia que conquistamos nossa terra. [...] Você poder trabalhar na sua terra para não depender mais tanto de patrão, né. Patrão, patrão é o seguinte: você tem que agradar o patrão. Não tem jeito, se escutou “isso é um bom meeiro”, é porque ele é um cara que agrada o patrão. Se você não agrada o patrão, ele te manda embora, ele não te quer. Eu lembro do meu velho pai quando a gente trabalhava em Santa Maria, nós tinha que toda semana descarregar brita, areia, para agradar o cara. [...] Lá em cima eu tenho uma parceria, eu sou parceiro, a gente faz uma parceria, nós trabalha junto lá. Mas não precisa ficar agradando. [...] Não, isso passou, isso não existe mais. [...] Lá é assim hoje: se eu ver um negócio que eu não gostar, eu vou embora, não tem mais aquele negócio de ficar amarrado, de ter que agradar. Lá entrei só com o trabalho, ele entra com canos, bombas, adubo, esterco, mudas e terra. E a gente vai lá e trabalha. (EA 17).

O relato deixa clara a noção de submissão, subalternidade e insegurança que é vinculada ao meeiro, fato também enfatizado por Woortmann (1990), que sublinha a importância do controle do processo de trabalho entre os agricultores por ele estudados. A argumentação do agricultor em questão mostra que o ter que “agradar o patrão” executando tarefas não associadas à agricultura retrata justamente a falta de controle sobre o próprio processo de trabalho da família. Por outro lado, ao estabelecer uma comparação com sua situação atual, apesar de estar empregando sua força de trabalho na terra de outrem, não está destituído de autonomia, não precisando se sujeitar ao comando ou a vontades do patrão.

Outro vínculo entre parceiros (colocado com este termo pelos agricultores, tanto pelo patrão quanto pelo parceiro) foi constatado entre produtores de mexerica no município de Domingos Martins. Novamente, verifica-se a carência de terra e o excedente de mão de obra

como prerrogativa para a constituição deste tipo de situação. Contudo, neste caso em específico, percebe-se a impossibilidade dos parceiros em iniciar o processo de produção exigido pela lavoura.

No caso em questão, existe um arranjo entre três agricultores, todos considerados sob a designação de agricultor familiar: um que tinha terra ociosa com pasto para pequena produção de bovinocultura, um segundo agricultor com capital para investimento (produtor de mexerica que tem associados a ele mais seis parceiros) e o terceiro agricultor com pouca terra, sem capital e excedente de mão de obra.

Como relatam, em trechos colhidos do diálogo, os agricultores exemplos da situação:

Isso aqui é um arrendamento, o nosso é lá [referindo-se ao estabelecimento familiar]. Nós paga 15%. O dono do terreno tem 15%. **Mas vocês plantaram tudo?** Não, aqui é meia. A gente só entra com a mão de obra. E quem plantou entra com a despesa. [...] Nós fazemos os tratos, colhe. Aqui são onze hectares. São 5.200 pés. [...] **Vocês então tinham mão de obra?:** Não tinha terra. [...] Ele já tinha saído e pedi para ele voltar, só que tem que ter mais terra para ficar [...]. A única coisa que a gente pode perder é a mão de obra. A única coisa que nós precisamos fazer é tirar e levar no galpão dele lá. A gente não é obrigado a vender pra ele. Nós tem a liberdade de vender nossa parte para quem quiser, mas valor que ele consegue, a gente não consegue. (EA 35).

Enquanto ausência de liberdade, submissão e subalternidade são categorias centrais no entendimento da relação de meeiro, por outro lado, o trabalho executado pelos agricultores na relação de parceria aparece como uma prática social sem grande valor na relação, sendo a constituição da lavoura por meio do capital e da terra os elementos mais valorizados.

A Figura 26 retrata um jovem agricultor parceiro numa lavoura de mexerica. O trabalho em onze hectares é realizado por ele e o pai. Na conversa, ficou evidente que a parceria foi uma clara estratégia de reação ao fato de a família ter pouca terra para produzir excedentes financeiros que fossem compatíveis com as necessidades do jovem, que já havia migrado para cidade mas voltou com a oportunidade.

Figura 26 – Jovem agricultor parceiro numa lavoura de mexerica



Fonte: Domingos Martins. Elaboração da autora, 2016.

5.2 TRABALHO FAMILIAR E TROCAS DE DIAS: TRABALHO PARA SI E RECIPROCIDADE

Das famílias visitadas durante o trabalho de campo, observei que as diferentes atividades dos membros familiares são realizadas considerando as especificidades geracionais e de gênero, mas também o grau de instrução, principalmente dos filhos.

Diferentemente de todas as demais atividades consideradas na seção, ao trabalho familiar não é associado nenhum tipo de desprestígio. Pelo contrário, trabalhar na propriedade é motivo de honra e prestígio e mesmo que o agricultor mais jovem não detenha o título da terra e execute as atividades a mando do pai, este não considera seu trabalho como “trabalhar para os outros”.

Ao observar as atitudes e mesmo o conjunto dos relatos, é possível constatar que as atividades familiares, enquanto prática social, criam uma ideia de unicidade do trabalho dos membros. Assim, a noção “a gente” utilizada para falar sobre o trabalho realizado no estabelecimento remete à noção de que se trabalha para si, mostrando a indissociação de terra, trabalho e família na constituição das FFTP.

O “trabalhar pra gente”, diferentemente do “trabalhar para os outros”, é uma prática social que encerra a própria constituição do trabalho enquanto valor social que imprime no agricultor um referencial de autonomia, liberdade e possibilidade de mobilidade social, tão valorizada e prestigiada.

Conversando com um jovem agricultor que se dedica, na terra dos pais, a gerenciar uma pousada instalada na propriedade, compreendi que o resultado do trabalho de todos os membros da família constitui parte da vivência, mesmo quando se organizam atividades rurais não agrícolas que parecem estar desmembradas das atividades agrícolas. A propriedade em questão tem 47 hectares, nos quais há cultivos de café, banana, feijão milho, mexerica, uma pousada com vinte suítes e um restaurante que atende nos finais de semana.

A Figura 27 retrata este jovem. O agricultor me explica que as atividades no estabelecimento são divididas entre os filhos, que se dedicam às atividades rurais não agrícolas (ambos com curso superior), e os pais, que mantêm as lavouras que atendem à pousada e ao restaurante. Apesar de parecerem atividades individuais, o projeto é familiar e existe uma ideia central de unicidade das práticas em torno da tríade terra, trabalho e família.

Figura 27 – Jovem que gerencia pousada rural



Fonte: Domingos Martins. Elaboração da autora, 2016.

Transcrevem-se partes do diálogo com o jovem e sua mãe para reconstruir como as práticas familiares são relacionadas desde um ponto de vista coletivo. Nos trechos, é possível verificar como os projetos dos filhos e dos pais, apesar de parecerem diferentes, fazem parte de uma mesma trajetória construída pela/para a família a partir da ideia de unicidade das atividades de todos os membros na propriedade familiar.

Tem a parte da lavoura, a pousada e o restaurante. [...] Agora ele [filho] ficou com a pousada e ela [filha] com o restaurante. [...] Minha irmã estudou gastronomia e eu na área de administração. E o pai não quis largar a roça e ele mexe com roça e o pai abastece nós. [...] Nós estamos no agroturismo, e ele na roça. [...] O pai e a mãe são produtores, mas eles ficam puxando a rédea. Ficam puxando e solta. [...] Eles mantêm a roça, mas estão de olho nos filhos. (EA 22).

Ao observar as atividades desenvolvidas, bem como as interpretações dos agricultores a respeito do seu trabalho, concebe-se a existência de uma lógica coletiva na qual a organização social da tríade é fundamental, uma vez que tanto simbólica quanto objetivamente os três elementos são determinantes e determinados pelas estratégias dos atores a partir de uma lógica familiar.

Se ao trabalho familiar não está associada a noção de “trabalhar para os outros”, a prática de troca de dias também não é referida pelo termo negativo de submeter-se a outrem. A troca de dias, pelo contrário, é regida pela proximidade de pessoas, por laços de parentesco e amizade, ou seja, por uma noção de pertencimento e por redes de relações sociais entre iguais.

As trocas de dias ocorrem em eventos específicos, principalmente na época de colheitas de lavouras. Existe uma organização social subjacente a essa prática que também está implícita na unicidade do trabalho, uma vez que essa atividade relaciona os membros como parte de determinada família que se dedica a outra e não a indivíduos particulares, como fica evidente pelas noções de “a gente”, “turma” e “nós”.

Quando tem a colheita a gente chama gente, tem meu primo. Troca o dia. Quando é um pedido grande, a turma de lá vem também. Troca dia. Eles vêm ajudar a gente aqui, porque a nossa [colheita] chega um pouco antes, aí eles vêm ajudar nós e depois nós ajuda os outros. Não sai dinheiro, só na base de troca. (EA 35).

Um diálogo por entre as lavouras fez com que o agricultor de Santa Leopoldina reconstruísse essa lógica contrapondo as relações estabelecidas entre os que “ajudam” e os que trabalham por dia ou na colheita de café, revelando que as trocas ocorrem entre parentes e vizinhos próximos e que os diaristas ou os que trabalham nas colheitas são os “morenos que são de outra região”, mostrando como as redes de relações são diferentes e territorializadas, separando os *outros* do *nós*.

Não consegue mais ninguém para trabalhar. E hoje já tem gente falando em R\$ 80,00 a diária. Aí é melhor fazer o que dá para fazer. **Por dia consegue alguém daqui?** Um ou outro, mas é difícil. **E no café?** É, eles trabalham mais [refere-se ao “pessoal moreno”]. Aqui consegue alguém que ajuda de favor, por amizade, te ajuda um dia e depois ajuda ele. Aí é por amizade, vou te ajudar, mas você me ajuda ali. Igual meu cunhado, a gente ajuda ele, ele ajuda nós. Aí no café, não, porque não consegue ninguém para ajudar. Aí tem que pegar alguém de fora para ajudar. Eles [morenos]

não são ruim, mas eles são mais para colher café, eles pegam mais para colher café depois eles não saem mais ou trabalham diária lá pra região deles. (EA 18).

Segundo os agricultores, a prática da troca de dias é também uma estratégia para diminuir os custos da produção e enfrentar a realidade da diminuição do número de membros na família, não contabilizando a troca de dia como um trabalho monetário, pois é regido pela lógica da reciprocidade e não do mercado.

Eu e minha esposa [trabalham na lavoura de café], depois troca dia para abanar com meu cunhado e meu irmão. Para ruar sou eu e minha esposa para ver se não precisa colocar ninguém [pagar diária], porque senão não dá nada para mim [renda]. (EA 43).

A troca de dias representa mais do que uma atividade necessária para suprir a carência de mão de obra e diminuir os custos da produção, revela-se uma prática social permeada por redes de relações e regras de reciprocidade que reafirmam os laços entre as pessoas que dela podem participar.

A obrigatoriedade da dádiva e a noção das contraprestações não financeiras, como o agricultor faz questão de sublinhar, são o que permite que a troca de dias não subalternize os agricultores envolvidos nessa relação, pois estão dispostos e em condições de retribuir. Para participar das práticas sociais estabelecidas pela troca de dias, no entanto, é preciso fazer parte de uma rede de relações sociais que liga as pessoas entre si a partir de noções como parentes, amigos ou compadres, ou seja, tem que fazer parte do que se designa como *nós*. Aquelas pessoas não consideradas parte desse universo de relações sociais passam a fazer parte de outra rede que é regida pela lógica do pagamento, o que permite distanciamento social, marca lugares e posições do *outro*.

Fica evidente que, na troca de dias, estabelece-se não só o equivalente de homem/horas trabalhadas, mas um conjunto maior de prestações e contraprestações que só podem existir entre coletividades que têm permissão para fazer parte da rede. Neste sentido, o trabalho não é o objeto em si, mas um bem simbólico que circula com seus significados e valores associados.

Dessa forma, o trabalho para si (individual e familiar) enquanto valor associado às noções de liberdade e autonomia é preservado e só a noção de obrigatoriedade da dádiva é reforçada. E aqui o paradoxo da dádiva — trabalhado por Alain Caillé (1998, 2002) como a “obrigatoriedade livre”, em que mesmo livre (e só livre) a pessoa se vê obrigada a retribuir e participar das regras — é uma interpretação válida para pensar nos termos aqui propostos.

As relações que se constituem entre os coletivos que trocam dias conformam-se em redes sociais que combinam trabalho (coletivo) e reciprocidade a partir de noções que

distinguem os agricultores que participam desta rede mediante uma noção de pertencimento territorializado, e, em alguns casos, marcadamente racializados.

A troca de dias deixa evidente que as redes sociais existentes no contexto são demarcadas por hierarquias, mostrando que a estrutura social existente está cortada pelas práticas de trabalho que, longe de serem apenas relações econômicas, estão permeadas de sentidos e significados sociais.

Foram analisadas as principais formas de trabalho observadas em campo: diárias, pagamento por produtividade na colheita do café, meação e parceria, troca de dias e trabalho familiar.

De uma forma geral, foi demonstrado que a categoria trabalho é amplamente utilizada para classificar os diferentes coletivos. Historicamente, essa categoria foi utilizada para impor classificações a partir do uso de insígnias e injúrias que distinguiram os colonos dos “homens de cor”, num processo de colonialidade impresso até hoje no contexto da pesquisa. Atualmente, tanto as formas de trabalho quanto os valores associados aos diferentes agricultores são elementos que circulam para distingui-los e servem, inclusive, para reforçar estereótipos historicamente definidos a partir de discursos racistas.

Entre os imigrantes, as diferenças utilizadas para distinguir partem de elogios e diferenças sutis que servem para fazer circular o discurso da supremacia moral do colono. Por outro lado, no que tange aos brasileiros e principalmente aos quilombolas, são utilizados estigmas para depreciar e desqualificar os trabalhos realizados por eles e os próprios trabalhadores.

Neste contexto de pesquisa, a referência socialmente valorizada é o trabalho que gera riqueza e mobilidade social ascendente para aqueles que trabalham na propriedade familiar. Em contraposição, o termo “trabalhar para os outros” é constituído por representações negativas que são associadas a subordinação, falta de liberdade e até indolência daqueles que têm terra, mas não a utilizam.

As práticas e as formas de trabalho, com seus significados e suas representações, mostram a vinculação das relações objetivas e as estratégias dos agricultores que procuram diversificar suas rendas a partir de diferentes arranjos, mas também explicitam processos de subjetivação e classificação que atravessam os diversos coletivos.

6 AS CLASSIFICAÇÕES LOCAIS DO *SER AGRICULTOR* E DO *FAZER AGRICULTURA*

A questão de saber se uma comunidade específica é *gumlao*, *gumsa* ou *chan* não é necessariamente determinável no domínio dos fatos empíricos; é uma questão, pelo menos em parte, das atitudes e ideias de indivíduos particulares num dado tempo. (LEACH, 1996, p. 328).

A identificação e a caracterização da heterogeneidade das formas sociais passam por escolhas teórico-metodológicas. Nas Ciências Sociais, de uma forma geral, a diversidade das formas sociais, em decorrência das clivagens disciplinares e dos diferentes contextos sociais e históricos, recebe diferentes explicações e interpretações, o que repercute em escolher estratégias metodológicas capazes de captar o fenômeno.

Como já foi discutido na Introdução, no que tange ao tema da diversidade da agricultura, há inúmeros estudos que se dedicam a tipificar a diversidade rural, sobretudo dos agricultores familiares. Marcado por discussões teóricas em torno da categoria de agricultura familiar e sua articulação com o tema do desenvolvimento rural, o período do final dos anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 foi determinante para os estudos brasileiros cujo interesse gira em torno da diversidade da agricultura familiar.

Os estudos mais recentes e reconhecidos no campo acadêmico enfatizam as dimensões econômico-produtivas e socioeconômicas dos estabelecimentos agropecuários para criar tipologias de agricultores. Essas tipologias, geradas a partir de estudos com forte viés quantitativo e análises estatísticas, têm permitido mensurar a diversidade da agricultura familiar, mostrando as diferentes respostas frente aos processos de modernização e mercantilização dos quais os agricultores participam.

Diferentemente dessas propostas, a análise deste capítulo busca captar as especificidades que fazem eclodir a heterogeneidade das FFTP, a partir de classificações *nativas* que marcam atributos socialmente significativos para definir agriculturas e agricultores.

Metodologicamente, essa proposta me levou a considerar as argumentações nativas a respeito da heterogeneidade por compreender que as classificações e as representações dos atores sociais são informações repletas de significados e signos que, além de comunicar sobre as diferentes formas de *ser agricultor* e *fazer agricultura*, marcam processos de diferenciação e distinção social dos coletivos.

A premissa fundamental desta discussão consiste na arguição de que a diversidade é interpretada pelos atores a partir de dispositivos e vivências sociais que permitem que

determinados elementos constitutivos das diferenças sejam utilizados de forma performativa para classificar os agricultores e as agriculturas dentro de um esquema social permanentemente reatualizado que, no entanto, utiliza tanto os fundamentos do mito de origem da região a partir da política de imigração quanto o processo de modernização da agricultura, ambos apresentados e discutidos no Capítulo 3.

Embora didaticamente tenha que separar as classificações e as práticas em diferentes capítulos, estas precisam ser compreendidas de forma interconectada, pois são parte das relações sociais que as constituem. Deste modo, as *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor* são utilizados tanto para marcar diferenças e especificidades entre o *eu* e o *outro* como para sublinhar as relações e as posições ocupadas pelos coletivos na estrutura social.

Como poderá ser constatado a partir dos dados de campo, as principais argumentações e explicações nativas para a heterogeneidade das FFTP estão atreladas a representações locais que usam atributos que *naturalizavam* as diferenças a partir de uma vinculação de origem étnico-racial, portanto, uma racialização¹ que classifica as agriculturas e divide os agricultores em tipos naturalizados a partir de *diferenças naturais assumidas* (WADE, 2012).

A racialização das agriculturas e dos agricultores emerge como um fenômeno arraigado na conformação da região e na atualização de discursos que vinculam classificações e hierarquias entre os coletivos, e os efeitos repercutem de forma variada entre os diferentes agricultores. Desta forma, embora não se valide uma explicação determinista da raça sobre as agriculturas, os usos sociais que dela se fazem tornam-na importante para a interpretação e o entendimento do contexto da pesquisa.

Nesses termos, apesar da fluidez relacional das diferenças, apontadas em virtude de quem fala, torna-se perceptível a vinculação das classificações nativas com os processos históricos mais amplos que validaram o surgimento de certos estereótipos e classificações que demarcaram as hierarquias² entre os agricultores e as agriculturas³, o que deixou marcas na estrutura social, seja pela imposição de estereótipos vinculados a determinadas raças ou etnias, seja por moldar as relações de poder e o acesso desigual aos meios de produção

¹ Wade (2012) observa que o termo étnico muitas vezes substitui o racial, uma vez que, ao primeiro, atribui-se uma certa ideia de politicamente correto; contudo, a classificação e os termos acabam classificando as pessoas a partir de uma suposta naturalização de elementos biológicos e/ou genéticos.

² Fredrickson (2005, p. 34), argumenta que “bodes expiatórios” surgem dentro daqueles grupos que têm “estereótipos pré-existentes”, como a imagem que surgiu dos afro-americanos como escravos naturais ou o ponto de vista sobre os chineses.

³ No caso do campo de estudo, o Capítulo 3 foi enfático em mostrar a vinculação da política de imigração com os discursos racistas de superioridade do trabalhador branco europeu.

(FREDRICKSON, 2005), criando consequências socioeconômicas de “oportunidades desiguais”, como sugere Hall (2014).

Ao utilizar-se dos discursos amplamente marcados por dispositivos étnico-raciais e componentes da retórica salvacionista do desenvolvimento e da modernização da agricultura, a heterogeneidade presente na região demonstra as lutas e os efeitos classificatórios e discriminatórios nas instâncias materiais e simbólicas dos diversos e diferentes coletivos de agricultores.

Os modos de ser agricultor e as formas de fazer agricultura — o que envolve atributos materiais e simbólicos, como as relações internas e organizacionais da família, do estabelecimento rural, do trabalho, e as relações externas com os mercados, com os vizinhos, com as organizações, bem como a origem étnico-racial e os atributos relacionados a ela — são condicionados dentro de esquemas historicamente elaborados que atribuem distinções entre os agricultores.

Esses esquemas, no entanto, não são nem neutros nem imutáveis, mas fornecem relacionalmente as bases simbólicas e objetivas que explicitam e justificam a heterogeneidade das FFTP localmente significativas. Parece ser esse o sentido atribuído por Sahlins (1990, p. 189) quando salienta que a ação simbólica que comunica é um composto duplo, constituído por um passado inescapável e por um presente irreduzível, que possibilita ao presente transcender o passado e ao mesmo tempo permanecer-lhe fiel, dependendo tanto da ordem cultural quanto da situação prática.

Na região de estudo, como foi possível constatar no Capítulo 3, há uma forte vinculação com a ideia de região de imigração, e as repercussões vinculadas a uma colonialidade do poder que propiciou desiguais e diferentes oportunidades de acesso aos meios de produção e aos capitais simbólicos localmente significativos. Dessa forma, ser uma região de imigração significa um forte apego e apelo aos símbolos, aos valores e aos sentidos vinculados ao mito que circula a política de imigração e a própria identidade social de imigrante.

Neste campo social, ser designado como “alemão”, “italiano”, “pomerano” é uma insígnia que define, em certo grau, o lugar que a pessoa e sua agricultura ocupam. Assim, o ator que fala, vale-se, de certo modo, do próprio lugar que ocupa no campo social do qual fala, haja vista a importância dada à trajetória da imigração dentro da retórica da civilização e do progresso.

As Figuras 28 e a já comentada 12 demonstram os elementos que vinculam família, trabalho e terra à identidade do colono.

Figura 28 – Monumento em homenagem ao imigrante



Fonte: Domingos Martins. Elaboração da autora, 2016.

Dessa forma, essas falas estão relacionadas a um sistema discursivo que utiliza diferentes estratégias (como exemplo da Figura 28) para funcionar em nome de um “povo” que o próprio ator que fala representa e recria. Assim, a partir de uma correspondência mitológica, cria-se uma referência social que conecta todas as pessoas designadas de imigrantes como se estivessem vinculadas a um “passado comum” de imigrantes que passam a constituir um “povo” (BHABHA, 1998; HALL, 2014) que tem em vários objetos o suporte da fala mítica que impõe a significação do próprio mito⁴ (BARTHES, 2001), permitindo diferenciadas formas de dominação.

Nesse contexto, as falas performativas dos agricultores fortalecem as estratégias discursivas que funcionam em nome “do povo”, reforçando as diferenças culturais e, no caso específico do mote de nossas conversas, as diferenças entre os agricultores. A origem torna-se uma referência social que procura demonstrar e reforçar os “princípios prodigiosos, do povo como contemporaneidade.” (BHABHA, 1999, p. 207).

Por outro lado, os quilombolas de Retiro, representantes de movimentos sociais e outros agricultores não relacionados diretamente à imigração focalizam outros elementos, e seus discursos demonstram suas estratégias de luta e resistência, tanto frente à totalização e à homogeneização (BHABHA, 1998), que procuram disciplinar e colonizar suas formas de *fazer*

⁴ O exemplo do monumento aborda os três eixos da moralidade econômica criada com a identidade do colono imigrante: terra, trabalho e família estão representados na figura. Homem que olha para o futuro e torna-se a autoridade familiar no trabalho rural (utensílio vinculado a ele).

agricultura e ser agricultores (seja pelo processo étnico-racial, seja pela retórica desenvolvimentista), quanto aos discursos de injúrias, estigmatização e discriminação.

Para estes coletivos, os discursos que mais fazem sentido dizem respeito aos processos de contestação, de demonstração das diferenças e das desigualdades existentes e, ao mesmo, de afirmação de suas práticas e trajetórias. Estes agricultores interrompem o discurso da imigração e da modernização e validam diferentes histórias, sujeitos e práticas que fazem eclodir discursos de minorias que demonstram os agricultores em disputa por capitais materiais e simbólicos e por projetos de outras agriculturas.

Figura 29 – Placa de identificação da comunidade quilombola de Retiro



Fonte: Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

Nesse sentido, a sugestão de que não há um, mas diversos lugares de onde se fala e de onde, situacional e relacionalmente, o ator que fala se posiciona, leva à necessidade de considerar o ator que fala e em relação a quem ele fala. Nesse relacionar-se situacionalmente, o ator que fala utiliza de estratégias de designação e classificação dos outros e de si a partir das retóricas contidas nas próprias “comunidades imaginadas” existentes (e hierarquicamente relacionadas), escolhendo em sua fala os elementos mais significativos para se relacionar, pois, como nos adverte Bourdieu (1996), os enunciados procuram justamente agir sobre o mundo social.

Figura 30 – Residência de agricultor do Assentamento Tomazini



Fonte: Santa Teresa. Elaboração da autora, 2016.

Além dos agricultores que falam de si e dos outros, há ainda o discurso dos mediadores que participaram da pesquisa com suas argumentações e interpretações. Os discursos desses atores revelam o mesmo esquema classificatório existente na região, reafirmando o campo de luta que designa, classifica e hierarquiza as agriculturas e os agricultores, contudo, a partir de um lugar considerado neutro e objetivo, o que lhe dá uma posição diferenciada e legítima.

Dito isso, entendo que a heterogeneidade das FFTP emerge relacionada à classificação nativa que é dotada de significados, lugares e lutas sociais que designam agricultores e agriculturas. Não há aqui nenhuma intenção de reificar ou criar essencialismos de coletivos “italianos”, “quilombolas”, “pomeranos”, pelo contrário, o que me disponho a seguir é mostrar como as classificações demonstram as relações existentes no contexto da pesquisa, ao mesmo tempo em que reforçam as distinções e as diferenciações entre os diferentes coletivos de agricultores a partir da apreciação de suas práticas.

As práticas de agricultura colocadas como elementos diacríticos contribuem para reforçar as fronteiras étnicas e é mister entender as relações entre o sistema de classificação dos agricultores e a forma como operam e reforçam as diferenças a partir das próprias práticas (BARTH, 2000).

Para tanto, serão apresentadas as argumentações que permitem observar os princípios de di-visão (BOURDIEU, 1999) que circunscrevem a região. A classificação é vista como o reconhecimento social das hierarquias e está relacionada à racialização dos coletivos, base da colonialidade de poder que permite a naturalização dos processos de diferenciação e dominação (QUIJANO, 2007).

Na seção que se segue, procuro mostrar como os mediadores participam da construção da heterogeneidade e reforçam o processo de lutas classificatórias a partir de uma perspectiva

que territorializa as *formas de fazer agricultura* e os *modos ser agricultor* utilizando o discurso étnico-racializado e a retórica da modernização da agricultura. A segunda seção aborda as concepções dos próprios agricultores.

6.1 O JOGO CLASSIFICATÓRIO DESDE O PONTO DE VISTA DE MEDIADORES

De uma forma geral, os mediadores (não só extensionistas do Incaper, mas também de outros órgãos de Ater e mesmo de outras organizações como igrejas, sindicatos, secretarias municipais de agricultura) fizeram parte da pesquisa como uma escolha metodológica por compreender que estes interpretam e têm uma percepção própria da realidade da qual fazem parte, ao mesmo tempo em que essas interpretações têm consequências sobre suas práticas.

A partir dos primeiros contatos com os mediadores, foi ficando claro que a ideia de região de imigração permeava não só a representação que se fazia do território, mas a própria classificação dos coletivos. A fala de um dos mediadores entrevistados corresponde a uma ideia presente nos três municípios.

O que define o município é essa imigração, define a arquitetura, o tratamento, a condução das lavouras, a propriedade, a relação com a terra. Eu acho que é a imigração. (EM 1).

Essas ideias se repetem nas entrevistas e nas conversas informais com mediadores de outros municípios, mostrando que a imigração torna-se uma estratégia retórica de referência social que serve para designar o lugar, a história e as pessoas a partir de um passado comum que é reivindicado de forma performativa no presente. Ou seja, como nos sugere Bhabha (1998, p. 207-209, 225), temos a construção de um “povo” que se torna a referência pedagógica e performativa da região.

Essa mesma referência à imigração é utilizada para pensar a diversidade e a heterogeneidade das FFTP. De uma forma geral, apesar de haver mais de uma explicação para a diferença entre os agricultores, a imigração é um componente que está presente nas argumentações, nas interpretações e, sobretudo, nas classificações.

Assim, num primeiro plano é a imigração de um modo geral que dá especificidade à região, ou seja, o mito da imigração, por sua capacidade de inflexão, relaciona todos os imigrantes, ou melhor, os não brasileiros, aos elementos simbólicos e discursivos presentes na ideia da imigração.

Tirando os quilombolas, os outros são no mesmo regime: na mesma agricultura, produzem bem diversificado. Temos a maior produção de gengibre do país. Inham chinês também é uma grande produção. (EM 6).

Eu falo que a gente lida, já lidei com muita gente, e brasileiro sempre dá um jeitinho e tal, e eu acho que eles [imigrantes] não. Eles são muito, um dos motivos eu acho que é a força de trabalho daqui. E eles são muito unidos para fazer as coisas. Então eu acho que isso dá resultado. (EM 1).

A primeira constatação importante a fazer em termos classificatórios é que a ideia de imigração funciona, antes de tudo, como um enunciado performativo que caracteriza a região e separa os imigrantes dos brasileiros. Neste sentido, podemos pensar na contribuição de Bourdieu (1996) quando sugere que os ritos de passagem são ritos de instituição, pois, para o autor, o crucial não é o antes e o depois do rito de passagem, mas a divisão social entre os que podem participar daquele rito e os que não podem.

O principal efeito do rito é o que passa quase sempre completamente despercebido: ao tratar diferentemente os homens e as mulheres, o rito consagra a diferença, ele a institui, instituindo ao mesmo tempo o homem enquanto homem, isto é, circuncidado, e a mulher enquanto mulher, isto é, não passível desta operação ritual. (BOURDIEU, 1996, p. 98).

Consagram-se, portanto, ao tratar da imigração de forma performativa, diferenças de natureza social como se fossem naturais, sendo a referência étnico-racial o atributo com o efeito mais visível e de melhor utilização para demarcar as diferenças entre imigrantes e brasileiros. Neste sentido, remete-se à ideia de Barthes (2001) de que o mito é a própria fala com uso social.

Portanto, as narrativas em torno da imigração se constituem como um mito⁵ utilizado para marcar a especificidade da região, dos agricultores e das agriculturas. O discurso exalta a história da imigração e a presença dos imigrantes tanto ao falar de forma performativa quanto ao não falar dos outros coletivos. A partir dessa retórica, as diferenças são naturalizadas, e há uma divisão entre os próprios imigrantes que é utilizada para explicar as peculiaridades entre eles, apesar de num primeiro momento todos serem designados por imigrantes.

O trecho a seguir foi retirado de um dos grupos focais. Compreende o diálogo entre os próprios participantes (identificados com letras) que procuram entrar num consenso sobre o que explica a heterogeneidade no município. Apesar de o trecho ser longo, acredito ser útil para

⁵ Barthes considera o próprio mito como uma metalinguagem, segundo ele justifica: “no mito existem dois sistemas semiológicos, um deles deslocado em relação ao outro: um sistema linguístico, a língua (ou os modos de representação que lhe são assimilados), a que chamarei de *linguagem-objeto*, porque é a linguagem de que o mito se serve para construir seu próprio sistema; e o próprio mito, a que chamarei *metalinguagem*, porque é uma segunda língua, *na qual* se fala da primeira.” (BARTHES, 2001, p. 137).

mostrar como os elementos revelam as próprias contradições e incongruências que existem nas classificações locais.

- (A) O município aqui é muito diversificado. Os pomeranos gostam mais de gengibre, inhame, eles mexem mais com hortaliças. Os alemães, já vão para culturas perenes. Os pomeranos de perene é o café, mas a maioria concentra nas hortaliças, com um pouquinho de café.
- (B) Mas também é regional, tem a ver a com a altitude e com a cultura.
- (C) Você pode olhar o mapa de Domingos Martins, a região da sede tem muita preservação, área de mata. Se chegar para o lado de Aracê, São Paulinho, é muita lenhada. Lá é italiano, não sei se tem a ver com a cultura. Estou falando do município. Tem diferenças nas formas de conduzir dos agricultores de uma região para a outra.
- (A) Lá o maquinário entrou primeiro. Lá usa mais trator. Aqui não. Lá eles aram tudo. A topografia permite.
- (C) Você chega em Minas em região muito mais alta que aqui e está mais degradado que aqui. Eu acho que tem a ver com a cultura do povo. Se você fala com Élcio, ele vai dizer que já era do avô, porque o avô tinha consciência, que tinha que deixar aquela mata. Existe essa diferença muito grande.
- (D) Eu acho que é questão cultural. Eu vejo que os daqui de baixo, os pomeranos, são mais preservacionistas. Lá em cima em Pedra Azul, eles desmataram mesmo, pela condição topográfica, climática, de sobrevivência. Derrubam. A cultura italiana é de destruir mesmo. O italiano é desse tipo de pessoas. Foi! Entendeu?!
- (F) Ele abriu a área porque era boa para trabalhar e precisou desmatar.
- (C) O italiano é produtivista.
- (F) Por que ele abriu a área? Porque era boa para trabalhar. Agora aqui, encosta com muita declividade, ele olhava e pensava para que eu vou tirar isso aí se eu não vou conseguir trabalhar? O topográfico e a cultura se cruzam aí. (Grupo focal. Domingos Martins, 2016).

O assunto se encerra quando os próprios participantes decidem mudar de tema e passam a tratar de mão de obra, situações e outros aspectos. No entanto, depois de um tempo, agora tratando sobre o eucalipto, um dos participantes conclui:

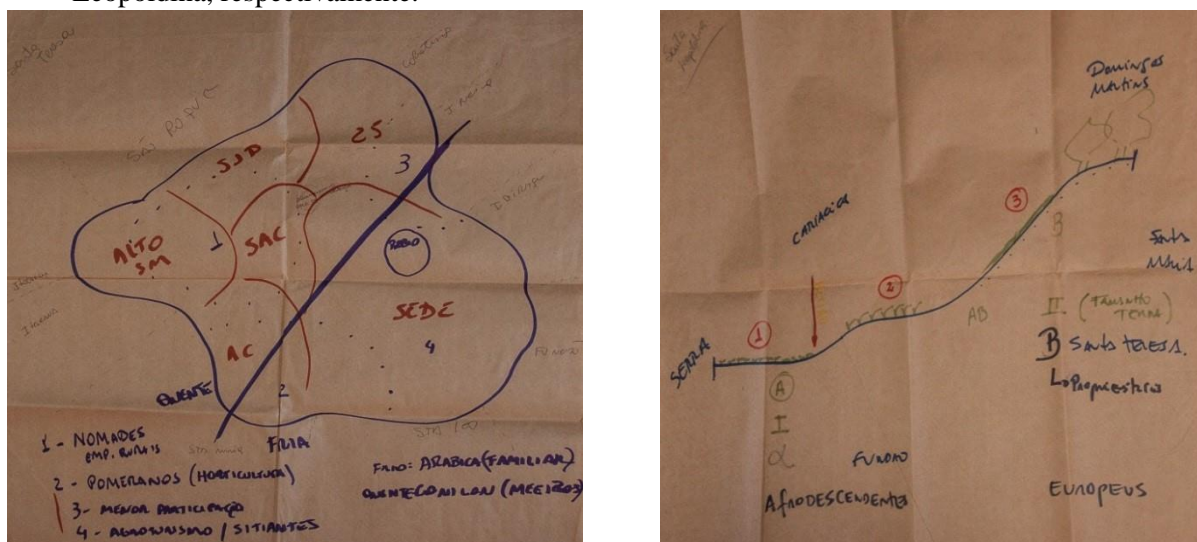
O fomento está mais ligado aos italianos. O italiano é mais empreendedor. O italiano foi um grande empreendedor aqui no estado. Um destruidor, porém, um empreendedor. O menor é o alemão que vinha mais com a ideia da preservação. Era área pequena, então ele plantava. (Grupo Focal. Domingos Martins, 2016).

Esse diálogo mostra como os “objetos do mundo social podem ser percebidos e expressos de diversas maneiras, fornecendo uma pluralidade de pontos de vista e ao mesmo tempo uma base para as lutas simbólicas” (BOURDIEU, 2004, p. 161). As argumentações giram em torno de uma luta para definir não as diferenças em si, mas as explicações para as diferenças, sendo a étnico-racialização um forte componente de di-visão do campo social.

Relacionado à naturalização das diferenças está o componente regional das formas de fazer agricultura. A Figura 31 apresenta claramente essa territorialização das agriculturas e dos coletivos dos agricultores. As terras mais altas ou terras frias estão relacionadas aos europeus, imigrantes e pomeranos; já as terras mais baixas ou terras quentes estão relacionadas a

agricultores outros: afrodescendentes, brasileiros, miscigenados, ou seja, sem uma definição direta a um “povo” que possa ter seus “princípios prodigiosos” celebrados.

Figura 31 – Representações gráficas dos resultados de Grupos Focais de Santa Teresa e Santa Leopoldina, respectivamente.



Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Dentro desse esquema, também foram inseridos os produtos mais propensos em cada um dos territórios, já relacionados aos coletivos étnico-racializados. Desta forma, as olerícolas, raízes e tubérculos (gingibre, batata doce, inhame, cará, etc.) estão inseridos na dinâmica dos pomeranos e alemães. O café arábica está relacionado ao contexto do agricultor que executa suas atividades com mão de obra familiar e em terras frias e altas, portanto, mais característico ao pomerano e alemão, embora alguns italianos também sejam identificados. Já o café conilon, a bovinocultura de leite e o tomate estão relacionados ao italiano e ao agricultor identificado como nômade ou empresário rural.

Lá eu percebo pelas vendas. Os pomeranos é mais olerícolas e café, sempre. Mas a gente não vê frutas. Hortaliças é com pomeranos. Os italianos da região mais baixa, mais quente é cafeicultura e boi e tomate. Agora banana e goiaba, mas o carro-chefe é o café e o leite. E o cacau na região de baixo. Além da questão cultural, a diversidade é em função do clima. No município, tem dois climas, tem a questão cultural muito forte e a questão do clima também. Tem dois tipos de agriculturas completamente diferentes na região alta e baixa. E uma intermediária. (Grupo Focal. Santa Teresa).

O grupo focal de Domingos Martins, embora não tenha como resultado final um mapa representativo das diferenças a partir da classificação étnico-racial dos territórios e das agriculturas praticadas, resultou num esquema da heterogeneidade por produtos econômicos de maior relevância, sublinhando os territórios com maior representatividade e os coletivos que os

praticam. Nas palavras de um dos participantes, que procurava explicar para os demais como deveria ser o trabalho:

Eu que vim de fora, mas a gente que vem de fora, a primeira coisa que falam é que os católicos foram para Santa Isabel e os luteranos pra cá [Campinho]. [...] e daquilo começou a formar as comunidades [...]. Pega o início da colonização e depois a gente começa a falar que em Melgaço tem pomerano que gosta de mexer com isso e italiano que gosta de mexer com isso. Mas o início foi isso. É mais ou menos isso. (Grupo focal. Domingos Martins).

Representativos não só das diferentes agriculturas e agricultores, esses mapas e esquemas falam em conjunto com os discursos existentes na região, revelando, assim, as relações sociais, as classificações e as hierarquias presentes. Traduzem a forma como o campo social, através dos seus discursos e elementos significativos localmente, mediatiza as condições naturais e as diferentes agriculturas desenvolvidas com mais afinco em cada região.

Dito de outra forma, embora os contrastes entre as agriculturas tenham um aspecto ecológico, marcadamente as diferenças edafoclimáticas existentes nos municípios, elas são traduzidas e condensadas a partir do viés étnico-racial, revelando os esquemas classificatórios que circulam entre as coisas e as pessoas, mostrando que esses territórios são espaços sociais mediatizados pelas relações sociais e pela colonialidade do poder.

No que tange às estratégias e às trajetórias dos coletivos, as entrevistas a seguir mostram a operação do mesmo esquema. Como me explica um dos mediadores sobre a olericultura estar relacionada aos pomeranos e alemães:

Acho que o italiano tem propriedade maior que o pomerano, então pode ter culturas que usam mais espaço para produzir. Isso é um referencial. Por que propriedade menor e propriedade maior? A minha geração da região de Santa Teresa foi embora, sou fruto do êxodo rural [...] e junto comigo foi mais gente. E os pomeranos saíram muito menos. E aí os pomeranos foram obrigados a dividir a terra que tinham. Tanto é que em Santa Maria 70, 80% da população é rural, Santa Teresa não é nem 50%. Isso em função do êxodo rural da década de 70 e 80 e o povo que permaneceu seguiu a terra do tamanho equivalente. Os pomeranos, a população permaneceu, precisou fracionar, aí já estavam com uma atividade que começava na década de 70 que era a produção de aves, aí tinha esterco, aí começou a sobrar e adubação na olericultura [...], então isso viabilizou a produção de olerícola e, na baixada, mata, e essa área de mata é nas propriedades nas área mais altas, porque a horta fica nas áreas mais baixas [...]. (EM 4).

Outro mediador, agrônomo aposentado, utilizou-se das mesmas referências para a étnico-racialização dos territórios e das trajetórias que se seguiram ao processo de erradicação dos cafezais implementado na década de 1960.

Esses [agricultores de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Teresa] foram para a olericultura, horticultura. Essa região de alemães, italianos, que são muito

arraigados, pequenas propriedades, propriedades familiares, eles quase que por conta própria, sem incentivo nenhum, entraram na horticultura. [...] A fruticultura veio depois. [...] Esse pessoal de descendência alemã, mais Santa Maria e Santa Leopoldina, foram mais para horticultura. A região de descendência italiana, Santa Teresa, Venda Nova, essa região, foram mais para o café. E o norte [do estado] foi para conilon. **Então o alemão e o pomerano foram mais para a olericultura?** Olericultura. Questão de clima e de herança cultural, com cultivo onde a mulher, todo mundo trabalha na atividade. Por ser uma atividade que demanda muita mão de obra intensiva e familiar, ela se adequou mais à formação cultural dos alemães. **E o italiano?** [...] Já foi mais para o café. Mas hoje a colônia dos descendentes de alemães que se concentravam mais em Santa Maria e Santa Leopoldina é onde mais concentra a horticultura hoje. (EM 5).

Esses argumentos, portanto, naturalizam espaços, estratégias e trajetórias, neste sentido, a classificação e a interpretação das *formas de fazer agricultura* e dos *modos de ser agricultor* correspondem a um processo de significação das diferenças a partir de bases simbólicas presentes na região. Embora tamanho de terra, localização, clima, aspectos edafoclimáticos, sistemas agrários e outros elementos sejam referenciados arbitrariamente para justificar as diferenças, é o pertencimento étnico-racial ou uma “comunidade imaginada” que explica, em última instância, as diferenças.

Nessa perspectiva, o pensamento racializado mediatiza não só as falas a respeito das agriculturas existentes, mas segrega outras agriculturas e outros agricultores. A falta de referência direta ou a negação de relacionar outros coletivos como agricultores representantes da diversidade é também uma indicação da colonialidade do poder e da imposição daqueles que estão classificando e dizendo o que é a agricultura.

Conhecedora de alguns aspectos dos municípios, ao final dos grupos focais ou mesmo durante as entrevistas, procurava, indiretamente, quando não ouvia nenhuma referência a outros agricultores e agriculturas, ouvir dos atores alguns elementos que pudessem dar pistas sobre como outros agricultores e agriculturas eram representados. Os diálogos transcritos servem para exemplificar minha posterior interpretação.

E além dos europeus, você percebe outras diferenças? Porque eu não conheço bem o município de Domingos Martins. Eu veria a parte baixa de Santa Leopoldina que é o diferencial. **Então essa zona baixa de Santa Leopoldina seria a mais diferente dos três municípios?** Eu acho que é a cultura mais diferente de todo mundo. Tem até um grupo de quilombolas, tem umas fazendas de remanescentes de portugueses. Sei lá. **E isso faz diferença?** É, ali você não vê tanta atividade. Tudo muito abandonado, pasto. Aquela própria região dos holandeses em cima, está tudo abandonado. E eu não sei por que, mas está abandonado, a região dos holandeses e toda uma vizinhança, tudo virando mato. Assustei! [...]. (EM 4).

Na finalização de um dos grupos focais, eu questiono aos participantes se haveria algum outro grupo para caracterizar.

Tem mais algum grupo? Não, o de Políticas Públicas é muito recente. **E os quilombolas? Faz grupo para eles?** Eles não são agricultores. Eles são trabalhadores que trabalham fora. Deixa eles parados, já estão parados mesmo. [Neste momento cria-se uma marca para a comunidade de Retiro no mapa]. Os quilombolas ganharam a terra e construiu família. Gasta milhões e milhões e eles não vão pra frente. Não tem nada plantado. Eles são prioritários em vários programas do governo. [...] E o estado não desiste deles. O problema é ter que ficar tutelando. [...] Aqui tem poucos moradores para muita terra. O Instituto Jones fez um estudo, enquanto a população dos outros vai aumentando, aqui está diminuindo, vai desaparecer. (Grupo Focal. Santa Leopoldina).

Em outro grupo focal fiz o mesmo tipo de questionamento.

Esqueceram de alguém? Os assentados? Eles são diferentes. A gente destacou bastante os pomeranos, italianos. Porque no assentamento vem gente de várias regiões diferentes, então a formação é diferente, às vezes até a forma de trabalhar [...]. Eles têm outra peculiaridade da relação muito próxima com o governo. Eles são organizados, é fácil de trabalhar. E tem uma certa dependência. Estão envolvidos com Incaper, secretaria, Incra, MDA, projetos atrelados a instituições públicas ou órgãos do governo. Se todas as comunidades recebessem os mesmos incentivos, teria mais coisas no município todo. [...] Eles se aproveitam dos benefícios. (Grupo Focal. Santa Teresa).

Com referência à história, questiono durante o grupo focal realizado em Domingos Martins se, anteriormente ao processo de imigração europeia, existiam outros habitantes na região.

Tem a história que aqui tinha índio. Eram os Botocudos. Aqui tinha uns índios aí. Eles foram se afastando. O pessoal comenta que era essa região, subindo aí. O clima era mais frio e os alemães eram mais acostumados. (Grupo focal. Domingos Martins).

Essa pequena fala foi a única referência histórica a outros coletivos e povos do município. A conversa sobre o assunto não durou mais de dois minutos e não interessou a todos os participantes, diferentemente do tema da imigração, que teve muito mais tempo de duração, interesse e detalhes.

De um modo geral, a falta de referência a outros agricultores e agriculturas representa a própria invisibilidade dos coletivos que não fizeram parte do processo de imigração. Os discursos que dão visibilidade histórica aos imigrantes estão representados em diversos elementos presentes nos municípios, seja nas narrativas, nos monumentos, nas festas e mesmo nos estudos acadêmicos, reforçando a invisibilidade de outros coletivos.

Os agricultores e as agriculturas não considerados representativos são os que têm as menores chances de conseguirem se exprimir, tendo em vista as condições das quais são o produto. Os pontos de vista redutores de sua existência estão relacionados a um sistema de

valores que atribui significados diferenciados em virtude de uma colonialidade do poder que, via a oficialização da política de imigração e seu discurso, nominou oficialmente a superioridade dos trabalhadores europeus (BOURDIEU, 2004).

A territorialização das agriculturas e suas trajetórias definem e impõem uma di-visão do mundo social (BOURDIEU, 1996, p. 109), impondo um saber-poder legitimado pelo uso das observações empíricas (diferenças naturais e diferentes cultivos), contudo traduzidos dentro do esquema classificatório da étnico-racialização, consagrando à região diversos territórios que são designados pelas *formas de fazer agricultura* e pelos *modos de ser agricultor*, ao passo que outros territórios e coletivos não recebem nenhuma nomeação, portanto, não são publicamente reconhecidos⁶ enquanto agricultores, consistindo numa segregação espacial e social.

Neste exercício de saber-poder, dá-se a existência não só aos territórios, mas aos coletivos e suas agriculturas; desta forma, os grupos focais e seus produtos oficializaram publicamente a existência destes, ao mesmo tempo em que tornam outros invisíveis. Os critérios objetivos (altitude, populações, cultivos, por exemplo) foram utilizados para argumentar sobre a existência da di-visão dos territórios, estabelecendo as hierarquias e as diferenciações entre os coletivos.

Assim, os territórios se tornam um lugar próprio e diferenciado marcado pelas práticas de agricultura, porém mediatizados pelas relações sociais que permitem a construção da heterogeneidade localmente significativa. Como estabelece Bourdieu (1996, p. 110, grifos do autor):

A “realidade” é social de alto a baixo, e mesmo as classificações mais “naturais” apoiam-se em traços que não têm nada de natural, sendo, em ampla medida, o produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. [...] A ciência [...] registra um estado de luta entre classificações, ou seja, um estado da relação das forças materiais ou simbólicas entre aqueles envolvidos com um ou outro modo de classificação, os quais frequentemente invocam, à maneira do que faz a ciência, a autoridade científica para fundar na realidade e na razão o recorte *arbitrário* que pretendem impor.

Além dos produtos e dos territórios, algumas práticas sociais também foram naturalizadas no esquema de racialização das diferentes FFTP. Das categorias sociais vinculadas às *formas de fazer de agricultura* e ao *modo de ser agricultor*, o trabalho foi a categoria mais amplamente utilizada pelos mediadores. Como demonstrado no Capítulo 5, essa

⁶ O município de Santa Leopoldina tem diversas localidades que receberam as denominações dos imigrantes que se instalaram a partir do século XIX, entre elas destaco: Tirol, Holanda, Suíça, Luxemburgo. Já Retiro, comunidade quilombola, teria essa nomeação relacionada à “retirada dos ex-escravizados e seus descendentes” (OLIVEIRA, 2005, p. 43), revelando o processo de invisibilidade do negro.

categoria serve para atribuir não só diferenças nas práticas de agricultura, mas, principalmente, para demarcar valores sociais relacionados aos diferentes agricultores.

Outra categoria utilizada pelos mediadores para classificar os agricultores são aquelas vinculadas à tecnologia e à própria noção de desenvolvimento. Desta forma, a retórica da modernização é utilizada para designar os agricultores a partir da relação que mantêm com os objetos da modernização. As referências da retórica permitem que alguns agricultores e agriculturas sejam nomeados como tradicionais, vinculando não só suas práticas, saberes e técnicas, mas principalmente a distância social que têm dos órgãos que representam o desenvolvimento. Como exemplifica a passagem a seguir:

Por não ter essa proximidade fica difícil, mas tem, tenho vizinhos que não dialogam com órgão, não têm acesso a informação, de ser uma coisa bem tradicional. Eles têm o ciclo, por exemplo neste feriado da Páscoa é quando corta o palmito. Aí em julho, planta milho, feijão. Aí agosto é quando roça a estrada para depois colher o café. O ano tem o ciclo fechado, tem tudo pronto, fechado. O conhecimento acumulado naquela região é muito grande, tem a lua, informação tradicional acumulada, mas devagarzinho vai chegando. Eles têm a resistência, mas é questão de tempo, mas vai chegar o momento que vai passar a acreditar mais, participar mais. Cada cantinho tem uma comunidade. Mas existem comunidades e agricultores bem distantes. (Grupo focal. Santa Teresa).

A mesma referência de distanciamento e proximidade de órgãos e ideias vinculadas à modernização da agricultura e ao desenvolvimento é o que permitiu ao pastor da Igreja Luterana que trabalha no município de Domingos Martins referenciar a diferença sutil entre os agricultores que seguem os antepassados e aqueles que estão se especializando.

Eu vejo que tem muito da cultura, o pessoal traz dos seus avós, maneira de plantar. Tem muitos que vão pela lua. Traz dos antepassados. Mas vejo que muitas pessoas estão se especializando, já não é mais aquilo de ficar naquele negócio da tradição, já está mudando, tem até apoio do município, apoio dos técnicos, gente que faz palestra. Participação muito grande. (EM 3).

A vinculação à tradição surge também reelaborada a partir do pertencimento étnico-racial, assim, os pomeranos estão relacionados aos mais tradicionais por serem mais “fechados”, “troncados”, “mais resistentes”.

Os pomeranos são mais resistentes. Para conquistar tem que fazer várias visitas. São bem fechados, mas depois são supercaprichosos, disciplinados. Muito trabalhadores. (Grupo focal. Santa Teresa).

Os pomeranos são mais arredios. Mais fechados para fazer o primeiro contato. Eles se retraem muito para viver fora da comunidade, com outros grupos. (Grupo focal. Santa Leopoldina).

Tem fatores históricos que você não pode desconsiderar, mesmo. O primeiro que é os pomeranos foram massacrados. E eles se fecharam muito mais que os italianos. Era uma característica deles. (EM 4).

O distanciamento em relação ao desenvolvimento, à modernização, e o vínculo ao “tradicional” são formas de marcar a distância estrutural (EVANS-PRITCHARD, 2002) existente entre os agricultores a partir de valores presentes na retórica da modernização. Dessa forma, as práticas e as técnicas agrícolas foram utilizadas para destacar as distintas redes sociotécnicas das quais os diferentes agricultores participam, sendo, no caso dos mediadores, um importante parâmetro de referência para classificar os agricultores e as agriculturas.

O uso da identidade étnico-racial e a vinculação à retórica da modernização oferecem um esquema social que classifica e hierarquiza territórios, *formas de fazer agricultura e modos de ser agricultor*. Neste sentido, tanto os elementos escolhidos quanto as formas de falar sobre eles servem para atribuir diferenças, realizar distinções e marcar no plano ideal os lugares na estrutura social prática⁷ (LEACH, 1996).

Os mediadores incorporam elementos de distinção de *formas de fazer agricultura e modos de ser agricultor* vinculando-os a aspectos observáveis, contudo, segundo uma apreciação que está inscrita e imprime o estado das relações de poder entre diferentes coletivos. Neste sentido, as classificações decorrentes dos mediadores “são classificações práticas com funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais” (BOURDIEU, 1996, p. 107) com o poder de fazer reconhecer uma di-visão do mundo a partir de um saber-poder manipulado pela institucionalidade das organizações que atuam no meio rural.

6.2 O JOGO CLASSIFICATÓRIO DESDE O PONTO DE VISTA DE AGRICULTORES

Os agricultores compreendem a heterogeneidade das FFTP e classificam a si e aos outros a partir de diversos pontos de vista e sentidos relacionais, estabelecendo e construindo diferenças mediante elementos significativos utilizados tanto para demarcar as especificidades quanto para marcar as posições sociais.

⁷ Segundo Leach (1996, p. 68), “a estrutura social prática consiste num conjunto de ideias sobre a distribuição do poder entre pessoas e grupos de pessoas”.

Os agricultores apelam para elementos visíveis e objetivamente identificados, assim como para argumentações a partir de suas vivências e interpretações acerca de seus lugares na estrutura social. Contudo, ambos fazem parte de dispositivos que possuem significados sociais que diferenciam as agriculturas, ao mesmo tempo em que distinguem socialmente os agricultores, demonstrando a operacionalidade das relações de poder e da distribuição desigual dos meios de produção e dos capitais simbólicos.

O sentido relacional torna-se fundamental na compreensão das classificações nativas. Em primeiro lugar, o agricultor classifica o outro a partir da agricultura que ele mesmo pratica, bem como o lugar que essa agricultura ocupa no contexto social. Em segundo lugar, as argumentações e os elementos utilizados para compreender a heterogeneidade das FFTP são repletos de significados, portanto, dizer que determinado agricultor ou agricultura é mais voltada para o “café” ou para a “olericultura”, ou que determinados agricultores “trabalham para os outros” são atribuições que demonstram suas condições sociais, os valores e as relações sociais localmente existentes.

Não há caráter estável na definição das diferenças, elas não são rígidas, são estáveis e arbitrárias, portanto, podem mudar. Contudo, existe uma vinculação étnico-racial dos agricultores e das agriculturas que leva a arguir que a construção social da diferença entre os agricultores está baseada em um princípio de di-visão que naturaliza as *formas de fazer agricultura* e os *modos ser agricultor*.

As argumentações foram separadas em dois blocos: o primeiro congrega as argumentações que têm como base um princípio de racialização a partir de argumentações que gravitam em torno de ações rituais, de práticas específicas de fazer agricultura e também a partir de atribuições em torno das relações de trabalho. O segundo bloco está voltado para as argumentações que têm como princípio a retórica da modernização e do desenvolvimento, compreendendo as argumentações que diferenciam os agricultores em relação ao uso de tecnologias e agriculturas mais especializadas.

6.2.1 O ser agricultor e fazer agricultura num contexto étnico-racializado

Nesta seção do capítulo, apresento as principais argumentações e os elementos utilizados para classificar e fazer emergir a heterogeneidade das FFTP. Embora as apresente em itens separados, por ser mais conveniente do ponto de vista didático, elas se conectam,

apesar dos diferentes elementos utilizados, a um discurso que naturaliza, por meio de um princípio de visão e divisão étnico-racial, as diferenças e as desigualdades.

6.2.1.1 As técnicas e as ações rituais como marcas distintivas

As técnicas e as ações rituais são elementos diacríticos facilmente identificados pelos atores sociais quando querem acentuar e mostrar diferenças entre os coletivos de agricultores. Os agricultores denominados de pomeranos aparecem como tendo as ações rituais mais específicas: língua, religião, costumes, benzimento de animais, saberes relacionado às fases da lua, etc.

Se, por um lado, eles são identificados pelos outros como sendo os mais fechados, de religião específica (luterana) e os mais “tradicionalistas”, os próprios agricultores que se identificam como pomeranos utilizam-se de determinados elementos para falar de si. Em uma entrevista com um agricultor que produz banana na região de Panelas (Domingos Martins), pergunto se ele percebe alguma diferença em termos de tratamentos culturais. A conversa se desenrola da seguinte forma:

Minha mãe e meu avô falam pomerano. Meu avô é pomerano. **E tem diferença no jeito de plantar?** Na condição de produção, tem gente que tem os modos de trabalhar, às vezes não gostam de revelar como cultivam, como plantam feijão. Igual nós: banana é cortar o umbigo, tudo tem lua. E ela dá resultado melhor. Para plantar tem lua. [...] Se cortar bambu na lua minguante é melhor época para o bambu não dar broca. Se cortar na lua cheia é broca pura. Isso sim, a gente, igual vovô teve muita demanda disso. Hoje ele dá instrução pra gente. [...] Ele que demanda e a gente segue de acordo como ele manda. Ele fala duas línguas. [...] Para plantar tem lua nova, dá uns pés menor e os cachos bonitos. [...] Isso é tradição que a gente tem. **E essas tradições são pomeranas?** É, porque a gente é pomerano. É igual meu avô, ele tem um boi que foi passar no arame e cortou a veia e começou a vazar sangue, espirrava o sangue. Fui lá, chamei vovô, ele veio, olhou o boi e disse vamos embora. Mas ele fez a oração dele. E estancou na hora. [...] (EA 26).

A narrativa expôs os elementos que o próprio agricultor escolheu como simbolicamente representativos, atribuindo papel relevante às ações rituais praticadas pelo avô, representante do que ele denominou de tradição pomerana.

A língua dos pomeranos é também um dos aspectos mais utilizados para marcar as diferenças. Os pomeranos são destacados por fazerem uso da língua em diferentes contextos sociais (muitas missas são realizadas em pomerano, idioma que é também utilizado nas feiras, na Ceasa e nas comunidades). Nas entrevistas, os pomeranos usam a língua para destacar as diferenças e mostrar a força de sua “tradição”, já os outros agricultores não pomeranos

referem-se ao fato de aqueles serem diferentes, inclusive com certo ressentimento. As falas a seguir demonstram as argumentações:

Agora o pomerano, já tem diferença por causa da linguagem. Na Ceasa conversam entre eles e a gente não entende. (EA 21).

A gente aprende primeiro o pomerano e depois o português. Os filhos aprenderam a falar pomerano, depois português. A neta tem um ano e meio, primeiro aprendeu o pomerano. (EA 44).

A língua está sendo utilizada como um ato ritual que revela não só o *status* pessoal (LEACH, 1996), mas marca, define e classifica o lugar dos agricultores designados como pomeranos. Ao mesmo tempo em que é um atributo que define a especificidade do grupo através daquilo que caracterizam como sendo “tradição”, relacionando também sua agricultura e seu modo de vida, serve para me informar (falar sobre) a distância estrutural de um coletivo que por vezes é designado como “arredio” e “fechado”.

Nesse sentido, os atos rituais (aqui exemplificados) têm significados práticos que demarcam *formas de fazer agricultura* (predomínio de determinadas práticas e técnicas em detrimento de outras) e *modos de ser agricultor* (“fechado”). A fala sobre a língua e a tradição torna-se uma fala performativa utilizada para anunciar as especificidades do “povo pomerano” a partir de um jogo duplo de validação das tradições, quando referenciado por um pomerano, e de validação da argumentação de que o pomerano é um “povo fechado”, quando utilizado pelos outros em relação a ele.

Outra situação de uso de técnicas e ação ritual como elementos diacríticos foi colocada por uma agricultora da comunidade de Retiro. O cultivo da mandioca e o uso do quitungo foram utilizados para demarcar diferenças raciais. As palavras da agricultora, uma senhora quilombola de aproximadamente 90 anos, exemplificam a colocação:

Nós nunca faltamos com as coisas: frutas na beira da casa, a mandioca, o quitungo. O quitungo é uma ferramenta que o lavrador tem que ter. Porque tem a mandioca lá, tem que ter, porque larga tudo e vai fazer farinha, porque dois sacos de farinhas vai na venda e traz o que quiser. A farinha vende. E tanto cuida dos animais do terreiro. É uma ferramenta que não pode tirar. **E o quitungo é uma tradição dos quilombolas?** É. O quitungo não é tradição de quilombola, é tradição de negro, entendeu agora? A tradição do negro é quitungo, porque o negro, toda vida foi, toda vida negro teve que lutar para poder viver da farinha, não é por causa de ser quilombo não, tá. A raça do negro, se o negro tivesse coisa, é pra dar valor à vida deles, porque o negro é um bicho que sabe trabalhar, tem ideia, você vê que o samba foi tirado do negro. (EA 19).

A agricultora continua a conversa sobre os italianos, identificados por ela como seus vizinhos. No tocante ao quitungo, questiono se eles também o utilizam. Sua resposta é resultado de uma observação relacional. Transcrevo parte do diálogo:

E eles [italianos] têm quitungo? Não, italiano não tem. Se tiver quitungo é tocado a água, não é igual o dos negros, porque negro não tem condições de colocar água, é no braço mesmo. Já os italianos se tiver alguma farinha, é tocado a água, a máquina. Entendeu agora? Porque tem quitungo aí pra cima, mas é tocado a água, na máquina. As máquinas que tocam. É tanto que eles botam o motor dentro do alguidar e vão rodando. É assim o quitungo deles. É ruim que é no braço e nós não temos força, então é no braço. É isso. [...] O negro não, o negro tem quitungo. [...] Eu criei meus filhos tudo assim. Fiquei criando meus filhos com tapioca, com beiju. Não dava para eles comer, não. Eu fazia 15 dúzias de beijus e meu velho levava para Cariacica. Que meu velho fazia cesto de cipó, fazia o cesto. Fazia peneira, fazia tudo. [...] E nós trabalhava assim. (EA 19).

Figura 32 – Família quilombola no preparo da farinha de mandioca



Fonte: Comunidade Quilombola de Retiro. Santa Leopoldina.
Elaboração da autora, 2016.

O depoimento da agricultora, em conjunto com o diálogo informal da família que preparava a farinha (Figura 32), tem duas dimensões de análise. A primeira se refere à dimensão da existência social levantada pela quilombola: a farinha e o quitungo (ou o plantio da mandioca e o seu beneficiamento) enquanto marcadores sociais ou elementos diacríticos de diferenças étnico-raciais. A segunda dimensão é analítica e confirma a suposição teórica de que as classificações operam a partir de elementos empíricos, mas também relacionais, que derivam da condição e das lutas sociais.

Por outro lado, a produção da farinha de mandioca, associada ao uso do quitungo, revela uma estratégia produtiva clara, na qual sobressai um projeto familiar que possibilita ingresso de renda, mantém os laços familiares e os processos de distinção.

O uso do quitungo e da língua pomerana são expressões da estrutura social existente. Os atores que falaram sobre elas expressaram não apenas os elementos diacríticos para produzir as diferenças, mas as demarcações sociais, os lugares e as condições ocupadas por eles na estrutura social, mostrando a desigualdade racial existente, no caso dos quilombolas.

Os pontos de vista levantados por eles para construir a heterogeneidade (tradição e quitungo) são decorrência de suas vivências e dos esquemas de apreciação de suas práticas que os habilitam a perceber o mundo como evidente. Desta forma, entendem a heterogeneidade a partir de um sentido (*sense of one's place*, BOURDIEU, 2002) que dá sentido tanto às práticas quanto às distinções entre os coletivos.

6.2.1.2 As práticas de *fazer agricultura* e os valores de *ser agricultor*

As práticas de fazer agricultura e os valores de ser agricultor são elementos utilizados para atribuir e classificar as diferenças, servindo para argumentar sobre a naturalização das *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor* a partir de vinculações com a origem, a descendência e a raça daqueles a quem se atribui determinadas práticas.

Nos Capítulos 4 e 5, tratei de descrever as práticas de agricultura e as formas de trabalho que mais se desenvolvem na região, mostrando como elas são apreciadas pelos diferentes atores da pesquisa. Nesta seção, o enfoque mais pontual são as falas performáticas e as interpretações que circulam no contexto da pesquisa⁸.

No contexto das falas, observam-se elogios, acusações, características que são ora utilizadas de forma velada, ora de forma aberta. A fala e o ator que fala se tornam fundamentais no contexto relacional, uma vez que a “origem” e a “raça” de quem fala é o ponto de partida para falar do outro. Assim, as narrativas só são entendidas quando relacionadas dentro da própria estrutura social que serve de base social tanto para pensar sobre as diferentes *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor* quanto para marcar as posições sociais dos coletivos.

Nesse sentido, novamente a contribuição de Bourdieu é fundamental para justificar a relação entre as *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor* e estabelecer a própria relacionalidade entre os diferentes coletivos.

⁸ Embora seja correto afirmar que não se deve separar como processos diferentes as práticas das representações, didaticamente tivemos que proceder a esse mecanismo no intuito de deixar a leitura mais fluida.

As representações dos agentes variam segundo sua posição e segundo seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social. O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em consequência, o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social. (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Os depoimentos escolhidos para este item dizem respeito a diálogos gravados em conversas que tiveram como centralidade a forma de fazer agricultura do próprio entrevistado. Os agricultores foram incentivados a falar sobre a sua história de vida, e só depois sugeria que eles me pontuassem diferenças observadas em relação aos vizinhos e a outros agricultores da sua região e/ou município.

Os trechos a seguir referem-se a depoimentos de agricultores que se autoidentificam como alemães e pomeranos em termos de origem e de práticas de agricultura.

Essa alemãozada, todo mundo mexe mais com verdura. [...] Desde sempre foi assim. Nós em casa tinha café, verdura e tinha tudo. **Então é por isso que ouvi dizer alemão e pomerano é mais para a verdura. E o italiano...** Isso mesmo! Eles [italianos] têm, a única coisa que eles fazem é um tomatal, um grande tomatal! Tomate é mais para o italiano. Mas alface! Vai procurar alface ali para baixo! Um chuchu, um troço assim não acha! Eles é mais café. Eles têm aquela dureza, aquele investimento no café, mas depois parece que tem mais descanso. [...] Eu acho que vem no sangue já. Porque a raça é diferente. Eles têm esse costume diferente. (EA 40).

A conversa com um casal de agricultores produtores de gengibre e outras verduras na região de Rio das Farinhas, no município de Santa Leopoldina, e identificados como pomeranos é reveladora também das classificações que naturalizam práticas a partir da ideia de raça e origem, contrastando, principalmente, italianos e pomeranos. O diálogo durou mais de uma hora, e a centralidade da conversa girou em torno do trabalho praticado por eles. Depois de me falarem sobre suas plantações e trajetória de vida, concluiu com uma sentença:

Então vocês nunca tiveram só uma lavoura?! Não, não. Uma segura a outra. E isso é coisa de pomerano. Se fosse outra pessoa, você não vê um cara que mexe com muito café ou que mexe com muito boi, mas nós não dá. Todo pomerano. É do pomerano ter um pouquinho de tudo, ninguém de nós, não vai poder chegar para nenhum de nós aqui e falar “esse é um grande produtor”, aqui ninguém é grande. Tem aquele que produz 100 caixas de batata e aquele que produz 300 e aquele que só produz 50 e aquele que só produz 10, mas todo mundo é igual. **E o alemão?** Mas o alemão é mais do sul. É um cara que planta uma coisa só e só planta muito, lá os alemão do Rio Grande do Sul vão para o Mato Grosso. Aqui um copia o outro. **E o italiano é como vocês?** Não, não! O italiano planta muito tomate. O italiano é o rei do tomate, o italiano planta muito. **Mas o italiano e o alemão chegaram juntos...** Sim, sim, com

pouca terra. Só que o seguinte: o italiano puxou para um lado e o alemão e o pomerano para outro. [...] outra coisa: se você for para o lado de Santa Teresa, os italianos lá, eles não produzem, produzem pouco, eles não trabalham muito. [...] Eles não produzem tanto, eles são mais aquele pessoal que fica na moita. [...] Essas lavouras que nós planta aqui, eles não plantam lá. (EA 17).

Um terceiro trecho, agora de um jovem casal de feirantes e produtores de café, banana e verduras do município de Domingos Martins, relata a trajetória de sua família a partir do contexto da “origem” e vincula a ela sua *forma de fazer agricultura*.

Nossa origem é alemão. Somos descendentes de alemão. Ao menos para nós está no sangue [ter produção de olerícolas], já tem isso de anos, né! Do avô que já vieram com essa cultura, de horta, de coisa. Meu avô vida inteira morou no Chapéu, ele já tinha horta e abastecia a cidade, ia de porta em porta e foi crescendo. Meu pai já continuou por um bom tempo e depois disso meu pai começou a fazer feira na grande Vitória. E depois nós [ele e a esposa] começamos a fazer entrega na cidade, abastecia quilãozinho, ia de um a um. (EA 38).

Por outro lado, o agricultor de 64 anos e identificado como italiano relata a diferença entre italianos e alemães, agora sob seu prisma.

O senhor percebe alguma diferença na maneira de plantar aqui na região? Em termos de trabalho, o alemão é para a parte da verdura e o italiano para a parte do café. **E sempre foi assim? Na época do avô do senhor era assim?** Sempre foi assim! Prova é Santa Maria que é só alemão, tem italiano, mas é mais alemão e lá é assim! **E por que o italiano prefere café?** Porque quando ele pega, trabalha o ano todo e quando vê o dinheiro, vê tudo num dia só. O italiano gosta de ver aquele monte de dinheiro. O italiano gosta de ver o monte. Está entendendo agora?! O alemão, você pode reparar, ele tem o seu carrinho, tem a sua arezinha, ele quer aproveitar mais a área e o italiano quer ter quantidade. O italiano gosta mais de quantidade, porque faz aquela fusão, ele vende 100, 200, 500, 1000 sacos de café e entra tudo num dia só. Aí vai lá e compra o que quiser comprar. Ou compra mais terra, ele investe tudo. O alemão guarda. (EA 1).

A fala de outro agricultor, com 62 anos de idade e identificado como exemplo de produtor italiano de café conilon no município de Santa Teresa, serve para pensar sobre o contexto relacional em que o *modo de fazer agricultura* do alemão é contraposto ao *modo de fazer agricultura* do italiano.

A conversa se desenvolve da seguinte forma:

Como são seus vizinhos? Tem um alemão. **O senhor percebe alguma diferença entre vocês?** Não, ele é um alemão que virou italiano. Ele mexia com verdura, mas foi para o café. O outro é italiano. O resto é italiano e o alemão que tinha virou italiano, estava sozinho, ficou meio sem jeito e pegou ritmo. Ele estava sozinho, teve que se adaptar. **Mas tem isso do alemão plantar diferente?** Eu acho que sim. Tem uns alemão ali pra cima que plantam diferente e são vendedor. Eles plantam e vendem. Se tiver uma dúzia de ovos, vai vender. Se produzir dez laranjas, vai vender. É aquele cara que vende tudo. O italiano, não! Ele tem chácara, chupa a laranja, dá para o

vizinho, dá para o parente. Ele não! Se produzir uma laranja, vai vender. Eles têm esse negócio de ter muita coisa: é horta, é feijão, é tudo, é cebolinha, tudo. E eles vendem tudo: se tiver um maço de cebolas, eles vendem! A gente, o italiano é assim: eu não sei vender. Se eu tenho uma abóbora eu não sei ir lá vender. Agora o alemão tem essa habilidade. Ele é mais vendedor que o italiano. Ele vai pra rua, vender uma coisa e nunca gasta todo o dinheiro do que ele vendeu. O italiano se sobrou dinheiro vai tomar cerveja, é mais gastão.

E tem diferença nas vendas?⁹ Com certeza! Você vai vender para fazer alguma coisa. Não é igual ir toda a semana para vender alguma coisa. Todo italiano é assim: ele vai vender um boi, vai vender um saco de café, um troço grande, que dá um troco, que dá dinheiro melhor. O italiano acha que R\$ 1,00 ou R\$ 2,00 não vai fazer diferença. A cultura da gente é assim: eu não vou vender uma dúzia de ovos. O que vou fazer com R\$ 2,00? Não vai dar para fazer muita coisa, então não vendo! **O senhor acha que isso influencia nas lavouras, na hora de escolher o que plantar?** Com certeza! Eu gosto do café e boi por causa disso. Você tem uma coisa e vende, e faz dinheiro! Já desenrola o negócio. (EA 29).

Apesar das peculiaridades das falas, minha proposta é analisá-las a partir das contribuições de Bourdieu (1983, 1996, 1999, 2002, 2004) no que diz respeito ao campo das classificações sociais. Em primeiro lugar, devemos aceitá-las como trocas linguísticas que atualizam as relações de força e as lutas existentes no campo social. Neste item, as lavouras concernentes a cada agricultor (italiano × pomerano-alemão e aqueles que não aparecem nas falas, ou seja, o não imigrante) têm um papel simbólico que permite classificar os agricultores e suas agriculturas a partir de uma distinção que representa as próprias hierarquias sociais existentes.

Plantar café, ter um grande tomatal e criar gado são práticas vinculadas ao *modo de fazer agricultura* do italiano e relacionadas a uma agricultura mais competitiva, que envolve grandes vendas e maior capital investido, criando um tipo de agricultor específico que é o italiano. As práticas ligam o agricultor a um modo específico de ser, uma moral que é valorada a partir de quem classifica: o italiano se classifica a si como um agricultor de maior prestígio uma vez que está envolvido com vendas maiores e em grande vulto, não se voltando para um comércio pequeno e até mesquinho (pois o alemão vende até “um maço de cebolas”).

Por outro lado, o italiano é classificado como um agricultor que trabalha pouco, tem maior descanso e fica “na moita”, sugerindo um tipo de agricultor que trata de esperar momentos oportunos que são utilizados para se manter como um agricultor com mais poder em vez de investir no próprio trabalho.

Já a olericultura, o gengibre, a diversificação de pequenas lavouras e pequenas vendas com menores quantias financeiras estão relacionados ao alemão, criando um agricultor

⁹ A citação da EA 19 mostra que quilombolas representam o italiano e o alemão como agricultores constituídos de possibilidades e oportunidades de/para *fazer coisas*, ponto diferencial em relação ao quilombola.

específico com habilidade para pequenas vendas e trabalho duro, ao mesmo tempo em que pode ser acusado de mesquinho e avarento, embora de forma velada.

Em termos classificatórios, essas falas estão relacionando às hierarquias existentes entre os coletivos a partir de uma naturalização das diferentes agriculturas dentro de um princípio de di-visão baseado na origem étnica dos agricultores. Essa naturalização oferece uma classificação social que retrata e explicita as diferenciações sociais ao mesmo tempo em que fornece um quadro dos diversos cultivos existentes na região. Assim, as lavouras servem de mediação para o próprio mundo social quando está em jogo falar das distinções sociais muito mais do que das diferentes formas de praticar as agriculturas.

Analicamente, o depoimento concernente à EA 39 (“ser um alemão e tornar-se um italiano”) revela uma dinâmica no contexto social, demonstrando que embora haja uma naturalização das diferenças nas *formas de fazer agricultura* e nos *modos de fazer agricultura*, o que os agricultores levam em consideração para diferenciá-las é a posição que determinadas lavouras e valores relacionados ao ser agricultor ocupam na classificação social. O agricultor alemão se tornou italiano a partir da capacidade de obter e acumular capital social adquirido pela aquisição de um capital simbólico (produção de café). O que poderíamos chamar de estilo de vida é o que o agricultor está traduzindo como virar um italiano, explicitando em sua fala o poder do esquema classificatório das agriculturas e dos agricultores.

Mas, além disso, mostra como as relações são fluidas, elásticas e situacionais e, embora haja uma tendência à essencialização das *formas de fazer agricultura*, existem situações em que as práticas e as trajetórias se constituem a partir de novos processos de socialização. Ainda que exista a vinculação de um *modo de fazer agricultura* a determinada origem, um alemão se torna italiano por convivência. Isso mostra que os vínculos não são estáticos, mas relacionais, e, sobretudo, as falas são performativas e relacionadas a um campo de luta social.

As operações sociais (neste caso as narrativas ou as falas) transformam as lavouras em coisas sociais que distinguem os agricultores e naturalizam as trajetórias históricas a partir da ideia do “sempre foi assim” ou “é assim desde a época dos meus avós”. As argumentações (críticas, elogios, polêmicas, acusações, fofocas, comparações) que foram utilizadas para nomear as *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor* permitem constatar a existência de distinções a partir da apreciação de práticas vinculadas a um esquema social que classifica os agricultores.

As Figuras 33 e 34 constituem um retrato das práticas, paisagens e territórios que são utilizados para diferenciar agricultores italianos e pomeranos. A Figura 33 mostra uma propriedade que serve como exemplo da agricultura praticada por pomerano: o tamanho e a

diversidade das lavouras são usados para marcar as diferenças. Já a Figura 34 é de uma propriedade localizada no município de Domingos Martins e serve para ilustrar as práticas vinculadas ao agricultor italiano: o tamanho da propriedade e a cafeicultura são usados como características empíricas.

Figura 33 – Propriedade com diversas lavouras orgânicas



Fonte: Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

Figura 34 – Propriedade com predomínio da cafeicultura



Fonte: Domingos Martins. Elaboração da autora, 2016.

6.2.1.3 As contra argumentações e o papel de superação dos estigmas

As contra argumentações são uma forma de responder às estigmatizações e às acusações às quais determinados atores sociais são expostos. Compreendem uma estratégia de luta contra a autoridade simbólica das classificações hegemônicas que imprimem uma divisão do mundo

social reconhecida e sentida por quem as sofre. Desta forma, se os insultos são performativos e se valem da legitimidade dos enunciados para agir sobre a realidade, as contra argumentações são também performativas e evidenciam as lutas sociais em torno das classificações que circulam, procurando agir sobre o mundo através das palavras e das coisas que mobilizam.

As narrativas mais significativas dentro do contexto da pesquisa e vinculadas à classificação existente são contra argumentações que têm como fio condutor o próprio trabalho, tanto como prática quanto como mediador social para a classificação dos agricultores.

A fala de um casal de agricultores do assentamento Tomazini, município de Santa Teresa, revela as lutas simbólicas e as relações sociais conflituosas existentes no contexto. A narrativa centraliza uma trajetória de superação pelo trabalho, enfatizando, contudo, os conflitos e as lutas localmente existentes.

Eu gosto de olhar a resposta que nós fizemos. A transformação. A pimenta-do-reino quem trouxe foi nós. [...] Todo mundo viu, foi o *boom* da pimenta. Todo mundo falava que assentado ganhava dinheiro. Quer dizer, não gosto de falar de coisa ruim, já passou, a realidade é outra, demos resposta com trabalho, com produção, com produtividade, e já ouvimos muita coisa, uns a gente respondia, outra deixava pra lá. Mas acho que o importante é a resposta que a gente dá: assentamento dá certo [...]. (EA 27).

Da resposta pelo trabalho, o casal revela os estigmas que circulam e os identificam.

Mas a gente fala mais que é pelo título de ser sem-terra. Eles não chamam nós de assentados, chamam nós de sem-terra, até hoje. Tem um rapaz do comércio que me chama de sem-terra, e eu respondo: sem-terra não, meu filho, tenho mais terra que vocês. Você só tem essa loja, quem é sem-terra é você. Eu falo na sacanagem, mas é isso, porque ficou um preconceito do sem-terra, não é porque não tem terra, é como se fosse um apelido, uma identidade. A gente tem uma identidade, aqui eles falam sem-terra mesmo.

Essas coisas revoltam. Você é desigual, é diferente. Quando eu cheguei aqui, que eu ia na secretaria, eles não falavam chegou a professora da escola tal, eles falavam chegou a professora lá dos sem-terra. Aí via que era, porque estudei igual os outros, eu fiz faculdade na UFES, não sou uma qualquer que estava de favor. Umás duas vezes eu aguentei, na terceira eu falei: “por favor, quando você for me anunciar você diz que a professora da escola tal está esperando para ser atendida, não me anuncia como sem-terra”. Não que eu tenha vergonha de ser sem-terra, mas porque a escola que eu trabalho tem nome e eu também tenho nome. Aí minimizou a coisa. Hoje não tem mais essa diferença. Mas é uma forma de ver que está discriminando. É uma discriminação. [...]

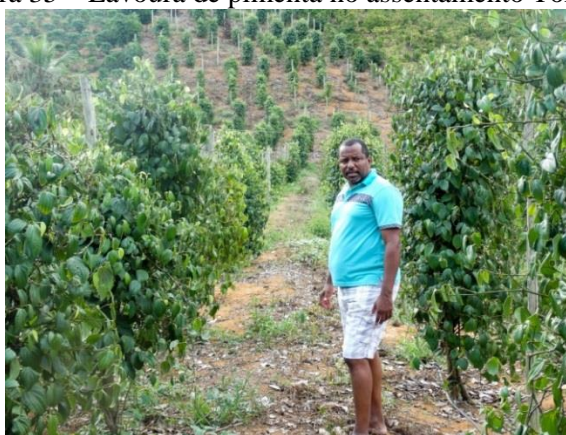
Mas tem preconceito. Assentado é chamado de coitado, passando fome, necessidade. As famílias estão bem. Fazendo casas boas. Eu acho que alguns assentamentos, a cidade tem muito preconceito. Tem assentado que tem preconceito, tem gente que tem vergonha de dizer que é assentado. Lá em casa a gente tem muita consciência. (EA 27).

A conversa com este casal resultou numa explanação discursiva do próprio campo social no qual se desenvolvem os estigmas e as injúrias. Fui convidada a percorrer algumas lavouras

que foram utilizadas para enfatizar a produtividade e os resultados de seu trabalho. Eles me mostravam, com a apresentação de suas plantações, suas trajetórias e as próprias lavouras se transformam em discursos de contra argumentação e superação dos estigmas.

A Figura 35 representa uma lavoura de pimenta-do-reino no assentamento Tomazini. Durante a caminhada pela lavoura, os agricultores enfatizaram o pioneirismo dos assentados e os bons resultados financeiros alcançados.

Figura 35 – Lavoura de pimenta no assentamento Tomazini



Fonte: Santa Teresa. Elaboração da autora, 2016.

Aparentemente, a diferenciação que se estabelece entre agricultores assentados e outros não poderia ser compreendida pela dimensão racial. E de fato os assentados com os quais dialoguei não se identificam ou são identificados a partir de atributos étnico-raciais, nem há nenhuma atribuição que naturalize o *modo de ser agricultor* e as *formas de fazer agricultura* dos assentados. Está aí justamente a resposta para a questão: não são identificados dentro desse esquema, num primeiro momento, por serem representados como “chegantes”, “gente de várias regiões diferentes, de formação diferente”¹⁰, aos quais não é permitido participar do rito de instituição.

Norbert Elias (2000) defende que as relações de poder em uma figuração estabelecidos-*outsiders* não poderiam ser compreendidas a partir de interpretações étnico-raciais, mas em decorrência do poder que o grupo estabelecido consegue impor aos *outsiders*, ou seja, os “chegantes”. Segundo a interpretação do sociólogo, os estabelecidos detêm uma coesão social capaz de impor uma imagem de superioridade e ocupar os papéis sociais mais importantes nas organizações locais, sendo a estigmatização e a exclusão as armas mais poderosas. Neste sentido, Elias sentencia que as diferenças étnico-raciais não explicam as

¹⁰ Referência de mediadores utilizada aos agricultores assentados no grupo focal realizado em Santa Teresa.

relações, mas o fato de um dos grupos ser dotado de recursos superiores de poder que se estabelecem nas configurações estabelecidos-*outsiders*.

Seguindo a proposta de Elias, a relação que se compreende entre os agricultores e os assentados seria facilmente respondida pela perspectiva da figuração estabelecidos-*outsiders*, já que o assentamento foi criado na década de 1980 quando os demais agricultores já estavam estabelecidos e entre eles se vinculava, de fato, uma coesão entre vizinhos que decorria de décadas de relacionamento. Mas em que termos se define o *status* e o prestígio dos estabelecidos no contexto desta pesquisa? Que grupo representa os agricultores estabelecidos? E aqui novamente nos deparamos com o mito da imigração que permitiu a ideia de constituição de um “povo de imigrantes” que se constitui em oposição aos brasileiros de uma forma geral.

Assim, o desapossamento ou a situação de *outsiders* dos assentados é uma relação que, em última instância, também está permeada pela distinção que se estabelece entre imigrantes e brasileiros, pelo rito de instituição que criou as diferenças. Embora não recaia diretamente sobre os assentados o estigma da cor, eles não fazem parte da consagração da “nomenclatura oficial” e do reconhecimento do “colono imigrante”, portanto não são mandatários legítimos do legado que os vincula à retórica salvacionista, não possuem, desta forma, as mesmas insígnias que conferem ao imigrante poder e prestígio.

Nesse sentido, há como que uma sobreposição de distinções sobre os assentados: a primeira é que são reconhecidos socialmente como *outsiders*, no sentido de serem “chegantes”, e suas práticas sociais confirmam a tentativa constante de suplantação dos estigmas através de trabalho produtivo que seja gerador de riquezas, para conquistar dignidade e respeito de outros agricultores. Por outro lado, a segunda hierarquia, embora não reforçada pelo estigma da cor, mas pelo próprio mito que se comunica na região, faz com que sejam simbolicamente representados “para fora” da consagração e do reconhecimento que recai sobre o colono imigrante. Nem negros, nem brancos, mas “gente de várias regiões diferentes, de formação diferente”: recai sobre os assentados o peso da colonialidade do poder, não sendo necessariamente a cor, mas a impossibilidade de participar do próprio rito de instituição o fator de hierarquização que os envolve.

O desabafo de uma agricultora pomerana do município de Santa Teresa foi usado para me falar das diferenças dos agricultores italianos e alemães. A contra-argumentação centrou sua condição de agricultora pomerana no próprio corpo, revelando um estigma social. Enquanto caminhávamos pelas diferentes lavouras, ela conduzia uma narrativa de exposição dos contra-argumentos, revelando a condição da mulher, da família e do trabalho.

Conhece Pedro? Ele veio aqui em casa e disse: “acabei de crer, italiano é bicho preguiçoso”. [Risos] Ele é italiano! Ele mesmo falando dele. Italiano é assim. Em Santa Teresa tem umas mulheres na prefeitura que falam que as mulheres de Santa Maria são mulheres fedorentas. Que horror! Aí eu falo que elas são fedorentas porque estão trabalhando para juntar dinheiro. Não é igual esse pessoal que não quer trabalhar. Vê só! Pro lado de Santa Maria vê a família inteira na roça. [...] Agora vai para o lado de Santa Teresa, para aquele interior, para ver se acha alguma mulher na roça! [...] Lá para Santa Maria é a família inteira. Igual você viu ela chupando laranja. Lá é de pequeninha que vai pra roça. [...] Fica trabalhando o dia inteiro para ver se não dá fedor! (EA 42).

As contra argumentações da agricultora revelaram o campo de lutas sociais existentes entre italianos e pomeranos, sobretudo a partir de valores simbólicos relacionados ao corpo da mulher. O suor, o “fedor dos corpos” das pomeranas se converte num outro valor quando associado ao trabalho da mulher, que se torna um estigma contra aquelas que não trabalham. Comparado ao conceito de estilo de vida sugerido por Bourdieu (1983), o atributo do fedor dos corpos das pomeranas é uma marca de distinção entre estas e as italianas, ou seja, na prática do *fazer agricultura* e no *modo de ser agricultor* o suor é uma insígnia que a pomerana tem para qualificar seu trabalho.

Um agricultor da comunidade quilombola de Retiro, com mais de 80 anos de idade, esclarece para mim os insultos e as injúrias que acometem os quilombolas, sua contra argumentação, no entanto, não procura superar os estigmas dentro do discurso de quem o profere, mas a partir dos valores associados à autonomia e à liberdade do território. Segundo ele, as injúrias revelam o interesse dos fazendeiros pelo território quilombola, mostrando como as injúrias são elas mesmas usadas num contexto de luta pela legitimidade da titulação das terras. Em relação ao fato de serem chamados de preguiçosos, ele responde:

Um pouco é olho grande também, pra ver se a gente se aborrece e vende, porque tem muito fazendeiro que cresce o olho de ver tudo bonito. Não estamos morrendo de fome, não temos necessidade. Aí eles veem essa mata toda, tudo bonito e estão tudo dizendo que nós somos preguiçosos. Uma vez respondi mal pra um cara que falou isso, eu respondi para ele: “é, nós somos preguiçosos, mas nós não trabalhamos na sua fazenda, temos nossas casas. Não é igual a sua, mas nós não vivemos morando em baixo de ponte, em casa muito ruim e não passamos fome e não precisamos ficar trabalhando, podemos ficar no que é nosso”. Ele ficou quietinho e não disse mais nada. Me aborreci, chamando a gente de preguiçoso, não me chamou a mim, mas estava ofendendo o pessoal daqui e eu me ofendi. (EA 9).

As narrativas expostas sintetizam três visões de mundo que são elementos dos jogos classificatórios e das lutas sociais no contexto da pesquisa: o trabalho e a origem étnico-racial são pontos comuns nas três contra-argumentações, o que revela e sublinha as categorias que são mobilizadas para classificar e mesmo fazer emergir a heterogeneidade das FFTP. Como coisas

que circulam no contexto social, são categorias pelas quais se vale a pena lutar, uma vez envolvem práticas e relações.

6.2.2 O discurso da modernização como parâmetro social

Além das classificações que têm como raiz a racialização, a retórica da modernização da agricultura e do desenvolvimento é um elemento que está muito presente nas interpretações sobre a heterogeneidade das FFTP. Em termos argumentativos, os atores, em diferentes contextos e relacionando diferentes explicações para suas práticas e trajetórias, usam e ressignificam as narrativas do desenvolvimento. Assim, num duplo processo relacional e situacional, mobilizam os efeitos imediatos da modernização da agricultura sobre os modos de produzir e de se relacionar com os elementos humanos e não humanos, classificando e hierarquizando práticas, conhecimentos e agriculturas.

A agricultora de Santa Teresa, com sua saúde seriamente comprometida, recorre às lembranças da sua juventude para falar sobre as mudanças que ela percebeu na agricultura nos últimos 45 a 50 anos. Produtora de olerícolas e de café, ela mostra os efeitos contraditórios do pacote tecnológico imposto pela modernização da agricultura, contrastando o aumento de produtividade com a doença generalizada nas lavouras, nos produtos agrícolas e no próprio corpo.

Mudou muito. Para melhor. De outro lado, mudou para pior. [...] O pessoal come muito, muito veneno. E para produzir tem que gastar, senão não produz. Eu já pensei tanto, porque não vem essa coisa outra vez [produção sem uso de agroquímicos] aí não tinha tanta doença. A intoxicação está tomando conta. Ficou bom, produz muito, mas de outro lado, é aquela coisa, orgânico não produz tão bem. Existe muita praga. Antes não tinha tanto. Acho que a natureza resolvia. [...] hoje tem um tipo de veneno para cada coisa. É uma mistura de tanta intoxicação nas lavouras. [...] É tanta doença, é tanta coisa. O pessoal se envenena no tomatal. [...] A gente plantava tomate e não tinha veneno. Era tão vermelho, tão doce, tão bom! [...] Nós fomos quase jogados dentro do veneno, de pequena fui crescendo com aquilo. Igual eu tive câncer de mama, eu sempre penso: será que eu trouxe isso lá de trás? Com certeza! Porque a gente trabalhava lá no meio sem proteção. Comia, tirava os tomates e comia na roça. Então imagina! (EA 40).

Por outro lado, um agricultor produtor de café de uma localidade de Santa Teresa, considerado e apresentado como um agricultor tecnificado, relaciona a modernização da agricultura a partir das mudanças tecnológicas, consideradas a partir de um prisma positivo.

Em 70, eu comecei a plantar na técnica, no tempo do IBC, meu pai não queria plantar, mas eu peguei e incentivei meu pai a plantar. Aí plantei essa lavoura em 70, a lavoura número 2 do IBC, anotava tudo, a pesquisa do IBC era aqui [...]. Nós arrancamos café

em 64 e depois em 70 comecei a plantar café. Queria acabar com o café daquele sistema, então aí começou a entrar a técnica. (EA 1).

A agricultora de 50 anos de idade, mãe de um jovem militante do MPA e residente no município de Domingos Martins, conta a trajetória da família no processo de modernização.

A família da senhora plantava café também? Sim, naquele tempo eu era solteira ainda. Café, milho, feijão, aipim. Vendia tudo, farinha, feijão, café. O café era feito, arrancado do mato mesmo. Não era café que compra. Depois meu pai deu de entrar no banco para tirar dinheiro e plantar café. Aí vovô estava vivo ainda e ficou muito bravo com isso. Ele não queria aceitar. Era a revolução verde chegando [comentário do filho]. Ele queria aquele café alto. Ia na mata e pagava a muda e plantava. Ainda fazia isso. Aí depois foi no banco e foi arrancando esses cafés. Eu tenho 50 anos, isso era quando eu tinha 8 anos, por aí. **E quem dizia para o teu pai fazer assim?** Isso eu não sei quem falou, mas tinha um comerciante que hoje é meu sogro, ele que acho que começou. Foi os Wruck que começou, mas foram muitas famílias. Ele falou para plantar de um jeito diferente. Aí meu avô falava que era para plantar de outro jeito, com espaçamento. *Roundup* ninguém sabia o que era. **A lavoura não era como é agora?** Não. Tinha carreira. Plantava no morro bonitinho, mas plantava assim, atravessado, plantava morro abaixo. Depois tinha que plantar assim. Mas tinha roça bonitinha. Aí depois começou essa coisa [...]. A primeira vez que nós plantemos, nós jogamos adubo de café no feijão, aí ficou muito alto. Não sabia que tinha adubo especial para isso. Mas o vô não gostava que fizesse isso! Ele não gostava. O pai sim. Depois no final usava. (EA 8).

Nas conversas informais, a modernização da agricultura é também utilizada como um marcador de profundas transformações. As memórias de “chuva de veneno” são contrastadas ao rendimento do trabalho, mas também a uma época que tinha “mais gente para trabalhar, para trocar dia e fazer mutirão”.

Mas, para além das memórias sociais da transformação, a retórica da modernização da agricultura é utilizada para diferenciar e classificar os agricultores. Ao comparar os vizinhos, o agricultor produtor de café e de orquídeas de Santa Teresa contrasta o que denomina tradicionais e não tradicionais.

Tinha o vizinho aqui que mexia só com tomate, depois horta, depois café, vacas, pasto, criação, mas hoje mexe com melga, para fazer vassoura e a renda dele, o café sai livre. Os outros plantam milho, café e continuam a mesma rotina. Tem uns que ainda estão plantando arroz no brejo, e acho que não é viável, mas querem continuar a tradição. **O senhor acha que estão na tradição?** É, são mais tradicionais, cultura de subsistência. Eles não fazem conta, porque se fizesse conta, somasse os dias de trabalho, se quisesse fazer umas horas de lazer, não subsiste, não tem como. Não é porque vale nada, é porque precisa muito. Aqui é muito barato. **O senhor não se consideraria tradicional?** Não, porque é aquele negócio, eles continuam com a galinha, o porco, com as criações, como vivia antigamente. É que cada um tem um dom. **Mas tem gente que vive como antigamente?** Tem sim, mudou alguma coisa, mas muito pouco. Se for analisar nossa vida de antigamente, se for contar nossa vida, ninguém acredita. Até os 16, 17 anos não comprava nada, vivia tudo do mato, da roça, não comprava nada, mas não tinha nada. Era milho, feijão, arroz. **Porque o senhor acha que continuou vivendo como antigamente?** É até difícil de saber, porque a

cabeça das pessoas, eles usam aquilo, eles acham que a tradição vale mais que a vivência. Eu quero viver na dificuldade, mas quero viver pela tradição. Eu não acho mais, talvez se meu filho não tivesse dado a ideia da gente ter mexido, estaríamos do mesmo jeito. Nunca tinha passado a mexer com orquídeas. Flor é supérfluo. Eu tinha essa ideia. Agora flor é um bom negócio. Vende muita flor. (EA 4).

É o mesmo sentido atribuído por um agricultor de Santa Leopoldina, produtor de mudas de frutíferas ao falar sobre o irmão e o trabalho da família na propriedade.

Meu irmão Luiz é um dos mais antigos, ele viu que quanto mais ele vinha aproveitando a tecnologia, ele melhorava a produção, a muda ficava mais saudável, ele foi um pioneiro, a primeira pessoa a puxar essa tecnologia. Eu conheço a tecnologia! [...] Tem muitas famílias que ainda não estão na tecnologia [...]. Na minha época tinha poucos, acho que agora diminuiu mas ainda tem. Acho que uns 10%. Alguns são por falta de orientação, não chega, porque o Incaper não dá conta. [...] Ele não consegue chegar em todos os lugares. (EA 11).

Os agricultores que se inserem nas técnicas convencionais e aceitam as orientações dos agrônomos se consideram mais *produtivos e atualizados*, o que faz com que se sintam mais integrados aos modelos tecnológicos.

Eles são diferentes, tem gente ali que parou no tempo, não sabe nem o que é um agrônomo. Eles produzem muito por conta própria, se chegar um agrônomo e falar para plantar desse jeito, ele vai dizer que faz assim desde que nasci e vai dizer que ele quer mandar no serviço dele, é mais ou menos assim. É igual meu tio ali embaixo, tinha uma laranja, aí hoje o Marcos liga para falar que vai vir fazer uma visita, vai ele e a mulher dele, amanheceu e anoiteceu capinando para deixar tudo limpo, aí no dia que chegou lá, ele falou: “o que fizeram nessa laranja?”. Tá bonito, limpinho, né. E jamais tinha que ter passado a enxada nisso, era só uma roçadeira, uma foice, depois de quase varrer, juntou os matos, para deixar tudo limpinho, no morro ainda! Se der uma chuva vai dar uma erosão, e ela achando que tinha que estar tudo limpinho para o agrônomo achar bonito. Ele achou feio! Começou tomando esporro desde a primeira vez que o Marcos foi lá. **E como poderíamos chamar essas pessoas que não vão muito pela indicação do agrônomo?** Essa pessoas são desatualizadas, primatas. São pessoas que não fazem nada, não saem. (EA 21).

As narrativas mostram que diversos e diferentes elementos presentes na retórica da modernização foram reelaborados localmente, mostrando que o apelo salvacionista contido nela representa, para os agricultores, mudanças que significaram maior rendimento financeiro e de produtividade.

Uma das consequências da modernização da agricultura seria a própria especialização dos agricultores em determinados produtos. É o que me diz o jovem agricultor militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que está inserido na prática agroecológica na propriedade dos pais, ao falar sobre o irmão considerado por ele convencional.

Então o teu irmão fez uma opção? É. É mais convencional que nós aqui em casa. Ele não está errado, é uma maneira que tem de sobreviver. É o que o governo quer. Ele olhou para esse lado. [...] é só café. Era milho e feijão. Aí não vai plantar milho porque não tem criação, as pessoas plantam para a criação. Ele compra feijão. Por ser uma coisa de camponês, a gente acha que tem que plantar o feijão para comer, mas cada um tem sua opção. Só o café que ele planta. Ele beneficia o café. (EA 8).

Os agricultores com maior inserção nas práticas agroecológicas e orgânicas são aqueles que mais se ressentem e denunciam os efeitos negativos da modernização da agricultura. Ao conversar com algumas famílias identificadas como orgânicas e/ou agroecológicas, a principal argumentação para a mudança de trajetória em termos de sistema de produção foi a questão da saúde de um dos membros da família, sendo os agroquímicos designados de venenos.

Nós começamos pelo PAES, aí começou esse trabalho com o orgânico. [...] E nós não podia mais mexer com veneno, foi um problema de saúde que não podia mais trabalhar com veneno. Então vamos partir para o orgânico e para nós foi bom. (EA 14).

Todavia, além do enfoque da saúde, há a justificativa econômica, ambiental e de opção política frente à tendência dominante da agricultura convencional. A prática agroecológica e/ou orgânica passa a ser considerada uma estratégia de produção que viabiliza a reprodução econômica e social da agricultura camponesa, considerada por aqueles que a praticam como mais sustentável e preocupada com *as pessoas* e com *o meio ambiente*.

Em síntese, a retórica da modernização e do desenvolvimento é localmente reelaborada e reinterpretada a partir dos elementos existentes e circunscritos nas relações sociais. As promessas e consequências são utilizadas para designar e classificar os agricultores, mostrando as tensões nas *formas de fazer de agricultura*. O trabalho de Stacey Pigg no Nepal, apresentado por Escobar, torna-se interessante tanto por suas perguntas quanto por suas respostas.

O que explica a persistência de diferenças culturais hoje em dia? Que conjunto de histórias e práticas explicam a (re)criação contínua das diferenças [...]? A explicação da diferença, segundo afirmou Pigg, não é simples e toma forma de relato original, no qual os processos de desenvolvimento, globalização e modernidade se encontram entrelaçados de modo muito complexo. [...] Enquanto as noções de desenvolvimento se introduzem na cultura local, Pigg nos mostra de um modo admirável como estas estão sujeitas a uma complexa “nepalização”: à medida que o desenvolvimento introduz novos signos de identidade, os habitantes das aldeias se reorientam nesta paisagem mais complexa que põe sua aldeia em relação com a nação e com o mundo, e sua etnografia mostra como as pessoas simultaneamente adotam, utilizam, modificam e questionam as linguagens do desenvolvimento e da modernidade. (ESCOBAR, 1999a, p. 20, tradução nossa).

Revelar-se e identificar-se com “estar na técnica” é uma forma de falar sobre a posição social ocupada por si dentro da retórica da modernização e só faz sentido dentro dela, de seu

processo de desenvolvimento e a partir de suas promessas. É atribuir-se uma diferenciação que marca sua posição de prestígio e destaque em relação aos demais. Dizer que os vizinhos são tradicionais e que não fazem conta é atribuir-lhes uma condenação dentro do próprio discurso do progresso prometido pela retórica do desenvolvimento.

Por outro lado, a maior aproximação/distanciamento da “tecnologia” é um recurso utilizado para designar a própria distância estrutural que determinados coletivos mantêm da própria modernização. Dizer que o “Incaper não dá conta, que não consegue chegar em todos os lugares” é uma forma de revelar a distância dos agricultores, demarcar territorialidades de coletivos que estariam subjugados ao passado, o que demonstra a forte presença do discurso do desenvolvimento.

Ao recompor as formas locais de classificação, emerge um campo social que revela os confrontos existentes nas lutas classificatórias e, ao revelá-los, manifesta os embates historicamente significativos em torno de capitais materiais e simbólicos. É uma di-visão do mundo que perpassa os diferentes coletivos dando sentido às práticas e relações sociais, ao mesmo tempo em que demarca distinções e hierarquias.

As argumentações e narrativas utilizadas amplamente neste capítulo revelam a operacionalização de categorias classificatórias que são utilizadas para dar sentido à heterogeneidade das *formas de fazer agricultura* e dos *modos de ser agricultor*, tornando explícita uma forma nativa de considerar e dispor os diferentes coletivos.

A naturalização das diferenças étnico-raciais mediatiza os cultivos e os agricultores (*formas de fazer agricultura* e *modos de ser agricultor*), dispondo os coletivos em uma estrutura social que é a explicitação das diferenças e da desigualdade nos meios de aquisição e acumulação de capitais simbólicos e materiais historicamente influenciados a partir de uma colonialidade de poder que serve de justificativa discursiva para dispor agricultores e agriculturas.

Nesses termos relacionais, mais do que a observação puramente empírica das diferenças nas lavouras (quantidade de produtividade, produtos cultivados, mercados atingidos, etc.), o que este capítulo demonstrou foi uma forma local de classificação social na qual está subjacente um padrão de poder (colonialidade do poder) que imprime distinções e hierarquias entre os coletivos.

7 AS ESTRATÉGIAS EM UM CONTEXTO DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL.

Parafraseando a Deleuze & Guattari diríamos que si la colonialidad es peligrosa, esto se debe a su potencia micropolítica y molecular, puesto que se trata de un cuerpo canceroso alojado en un pequeño agujero negro, que vale por sí mismo y se comunica con otros antes de resonar en gran agujero macropolítico y molar. [...] Debemos entender que la descolonización no depende de las revoluciones molares, sino que conlleva la afeción y la des(re)habitación, es decir, la transformación creativa de aquello que Pierre Bourdieu llamó de habitus. (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 22)

Até agora, reconstruíram-se as principais práticas de agricultura e os processos de conformação e de classificação social presentes no contexto da pesquisa. Metaforicamente, seria pensar que foram apresentados o cenário e o enredo nos quais os atores sociais se movimentam e conduzem suas vidas, a partir dos quais podemos pensar suas trajetórias e estratégias.

A proposta deste capítulo é focalizar aquilo que se poderia pensar como sendo os efeitos da base social sob a qual se desenvolvem as diferenciadas possibilidades e oportunidades dos atores de *fazer coisas*, constituindo o interesse nas práticas sociais que se processam, como já foi discutido em capítulos anteriores, numa região conformada por narrativas que são utilizadas para descrever, definir e classificar, portanto, hierarquizar agricultores e agriculturas.

Este enfoque parte da premissa de que a heterogeneidade das FFTP compreende os processos históricos e sociais que se imprimem não só nas *formas de fazer agricultura* e nos *modos de ser agricultor* (demonstrado nos capítulos anteriores) como constituem diferenciadas possibilidades e oportunidades de/para fazer coisas. Ou seja, o objetivo deste capítulo é responder a indagações do tipo: que impacto têm as narrativas sobre os diferentes coletivos? Como podemos pensar a heterogeneidade a partir de um prisma relacional em que o contexto social impõe importantes distinções e hierarquias?

No entendimento da diversidade da agricultura, pesquisas direcionadas por abordagens que consideram a capacidade de agência dos agricultores como uma atribuição individual “de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida” (LONG; PLOEG, 2011, p. 25) têm demonstrado que estes respondem diferencialmente aos processos estruturais similares, o que contribui para a construção de diferentes estilos de agricultura e trajetórias de desenvolvimento rural¹.

Nestes estudos, a noção de estratégia tem articulado os conceitos de ação e de estrutura. A ideia principal é que o agricultor torna-se um ator social com capacidade de *fazer coisas* (elaborar estratégias) frente à mercantilização da agricultura, a partir de uma visão não linear

¹ Conterato (2004; 2008), Niederle (2007), Ploeg (2009), Schneider (2009), Long e Ploeg (2011) e Escher, 2011.

que vincula tanto as condições econômicas e os repertórios culturais dos atores sociais quanto as trajetórias de desenvolvimento que se inscrevem em determinadas regiões².

Como sustentam Long e Ploeg (2011, p. 30):

Diferentes agricultores diferem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento agrícola com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas. Isto é, os agricultores desenvolvem, ao longo do tempo, projetos e práticas específicas para organização de sua atividade agrícola [...]. O resultado dessa gama de práticas reflete-se na impressionante heterogeneidade agrícola existente, que pode ser analisada em aglomerados de estilos específicos de agricultura (Hofstee, 1985; Ploeg, 1990), cada um sendo o *opus operatum* dos projetos de agricultores.

Embora os pesquisadores tenham se centrado nas diferentes respostas dos agricultores (sobretudo nas práticas) aos processos de mercantilização, os próprios formuladores da discussão defendem que os atores sociais tomam decisões baseados em “meios discursivos” (que são variáveis, envolvidos em lutas de atribuição e socialmente determinados), pois “formam uma parte do estoque diferenciado de conhecimento e de recursos à disposição dos atores de diferentes tipos” (LONG; PLOEG, 2011, p. 26). Esses estoques discursivos, portanto, tornam-se importantes elementos de análise, pois permitem perceber as diferenciadas relações de poder, bem como as estratégias que são possíveis a cada um dos atores sociais.

Abre-se, portanto, dentro da perspectiva já consagrada por essas pesquisas, a possibilidade de aprofundar as condicionantes sociais e seus impactos na vida dos agricultores, dado que, como defendem Schneider (2003) e Niederle e Grisa (2008), as estratégias representam os projetos dos agricultores e sua capacidade de *fazer coisas*, contudo, dentro de limites e condicionantes sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais.

Como foi sugerido no Capítulo 6, os atores lidam com um esquema social que fornece as bases simbólicas e objetivas que servem para classificar e também para relacionar os agricultores. Assim, as possibilidades e oportunidades (capacidade) de *fazer coisas*, embora sejam um poder que todos detêm, estão relacionadas às condições objetivas dos diferentes coletivos, uma vez que as práticas sociais que se materializam, e mesmo as que são pensadas como possíveis, estão inscritas em suas vivências (BOURDIEU, 2002).

Dessa forma, para resolver seus problemas de subsistência e organizar seus recursos (LONG; PLOEG, 2011, p. 40), os diferentes agricultores precisam lidar com limites que são próprios da sua existência social e fazem sentido dentro de suas relações sociais. A capacidade de *fazer coisas* (a agência para desenhar estratégias e projetos, contudo, analisada desde um

² A dissertação de Niederle (2007) é um exemplo dessa operacionalização.

prisma que a interpreta como possibilidade e/ou oportunidade de *fazer coisas*) é cotidianamente posta em prática nessa estrutura social que, em alguns momentos, permite maior elasticidade, mas em outros acaba restringindo-a. Assim, os limites não são apenas materiais ou de detenção de conhecimento, mas se inscrevem nas próprias relações sociais e nas lutas classificatórias que fornecem uma di-visão do mundo social que impõe hierarquias nas *formas de fazer agricultura* e nos *modos de ser agricultor*.

Esta argumentação está baseada nos resultados do próprio trabalho de campo. Os diálogos com os sujeitos da pesquisa, bem como as situações que observei, foram decisivos para perceber que determinadas relações e práticas sociais estão condicionadas e condicionam as estratégias dos diferentes agricultores. Destas situações, emergiram reflexões que se, por um lado, confirmavam a premissa analítica de que não se pode considerar separadamente terra, trabalho e família (WOORTMANN, 1990) para pensar as FFTP, por outro, tensionavam as próprias interpretações mais recorrentes.

Desde o viés que proponho na tese, as narrativas em torno do mito da imigração são centrais para entender os processos e as práticas de diferenciação entre os coletivos. Já demonstrei como a identidade do colono é reatualizada na figura do agricultor familiar que passa a congregar um ideário em que os princípios e valores sociais associados à figura do *colono* funcionam como um modelo que dificulta compreender especificidades sociais e culturais que fazem com que diferentes coletivos organizem práticas e concepções outras.

Dessa forma, a capacidade de inflexão do mito da imigração se enraíza em diferentes e diversos níveis e instâncias das práticas sociais: nas interpretações acadêmicas, nas construções de categorias com usos políticos variados e nas relações sociais entre os próprios agricultores e destes com outras instâncias e organizações, configurando uma das tendências do jogo de forças, o que afeta a construção de trajetórias e os processos de diferenciação social.

Vemos assim um contexto no qual se articulam processos mais amplos constitutivos e constituintes da região, até os processos mais subjetivos que se exprimem nos *modos de ser agricultor* e nas *formas de fazer agricultura* que são, em virtude dos processos de formação social, classificados em termos racializados.

Foi pensando nessas articulações que passei a dialogar com algumas interpretações de Bebbington. O autor empreendeu estudos na América latina e partir dessas experiências sugere que ao estudo dos *livelihoods*³ seja considerada a problemática do acesso aos diferentes tipos

³ A noção de *livelihoods* leva a pensar nos “meios de se ganhar a vida, incluindo as capacidades de subsistência, ativos tangíveis tais como estoques e recursos intangíveis tais como reivindicações e acesso.” (PEREIRA; SOUZA; SCHNEIDER, 2010, p. 212). Bebbington sugere que, embora a composição dos *livelihoods* gire

de capitais, com primazia do capital social. A premissa, segundo defende, é que diferentes livelihoods dependem em grande medida do capital social e que este ajuda a entender como os atores se envolvem com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil.

A fundamentação de Bebbington é que os capitais são recursos que tornam determinadas estratégias possíveis, assim como ativos que dão às pessoas capacidades⁴ de *fazer coisas* ao mesmo tempo em que os resultados se tornam significativos e viáveis aos próprios *livelihoods*. Ou seja, os capitais, na acepção do autor, são tanto recursos e capacidades quanto resultados, pois repercutem na implantação de novas capacidades e mesmo podem influenciar na mudança das regras que regem as formas em que os recursos são controlados, distribuídos e transformados em fluxos de renda. Como conclui o autor:

A capacidade das pessoas de ter acesso a essas esferas [mercados, Estado, sociedade civil], por sua vez, é grandemente afetada pelas capacidades que elas têm como resultado de suas dotações iniciais dos diferentes tipos de ativos de capital. Por exemplo, as pessoas com dotações significativas de terra (capital natural) ou recursos financeiros (capital produzido), ou redes sociais fortes (capital social) e títulos universitários (capital humano e capital social) são, em geral, mais capazes de ter acesso às instituições do Estado e do mercado e assim influenciam seus efeitos subsequentes sobre os padrões de acesso — em suma eles são mais poderosos⁵. (BEBBINGTON, 1999, p. 2035, tradução nossa).

Bebbington aponta, portanto, a possibilidade e mesmo a necessidade de uma nova “porta de entrada” (VANCLAY; MESTI; HOWDEN, 1998) na compreensão da diversidade das FFTP, apesar de permanecer assentado numa perspectiva que privilegia a capacidade de agência dos “agricultores pobres” em desenvolver diferentes estratégias que resultam em distintos *livelihoods*.

A proposta do autor parte do pressuposto de que esses ativos não são “apenas elementos que permitem a sobrevivência, adaptação e alívio da pobreza: são também a base de poder dos agentes para atuar e reproduzir, desafiar ou alterar as regras que regem o controle, uso e

também em torno da questão do acesso, cada *livelihood* demanda diferentes ativos, tais como: acesso a recursos (terra, crédito, mão de obra, habitação, etc.), oportunidades para transformar os recursos em fontes de melhoria de vida e meios para acessar e ampliar os recursos.

⁴ Na tese, preferimos utilizar os termos oportunidades e possibilidades à capacidade. Nossa intenção é sublinhar que não se trata de capacidade individual para elaborar determinadas estratégias, mas oportunidades e possibilidades relacionadas à própria condição dos atores e coletivos.

⁵ People’s ability to gain access to those spheres is in turn greatly affected by the capabilities they have as a result of their initial endowments of the different types of capital asset. For instance, people with significant endowments of land (natural capital) or financial resources (produced capital), or strong social networks (social capital) and university degrees (human capital and social capital) are in general better able to gain access to the institutions of the state and market and thus influence their subsequent effects on patterns of access—in short, they are more powerful.

transformação dos recursos (cf. Giddens, 1979).⁶ (BEBBINGTON, 1999, p. 2022, tradução nossa). Nesse sentido, Bebbington se distancia das abordagens que têm um viés mais econômico e sugere uma análise mais social das estratégias de construção dos *livelihoods*. Contudo, não se observa uma tendência mais relacional na proposta de Bebbington, uma vez que ele continua operando seus conceitos numa abordagem seniana e também filiada aos estudos desenvolvimento pelo grupo ligado a Frank Ellis e Chambers⁷.

Essa argumentação se aproxima da discussão trazida por Eric Wolf sobre a importância de compreender as relações sociais entre os agricultores, uma vez que estas os capacitam a manejar os recursos sociais e naturais, acumulando poder, o que, por sua vez, possibilita capacidades diferenciadas de “manobra social” (FELDMAN-BIANCO; RIBEIRO, 2003, p. 30).

“Manobras sociais”, no sentido proposto por Wolf, é uma categoria que salienta a importância do capital social (BOURDIEU, 1999) na construção das estratégias dos agricultores, mostrando a importância das práticas e das relações sociais, proposta diferente da de Ploeg (2009), na qual o autor usa a ideia de manobras sociais para pensar as estratégias dos agricultores em suas relações com os mercados.

Ainda como recurso teórico à abordagem relacional, podem-se utilizar alguns fundamentos da sociologia bourdiana. Um de seus legados foi ter mostrado como as práticas sociais se estabelecem em campos nos quais as posições são estruturadas a partir de diferentes e desiguais acessos aos capitais. Em outras palavras, as ações sociais são de fato realizadas por atores sociais que buscam melhorar suas chances de estabelecer seus objetivos, contudo, estas estão estruturadas no próprio campo social que define a distribuição de bens materiais e simbólicos.

A sua concepção de estrutura é dinâmica. É a de um conjunto de relações históricas, produto e produtora de ações, que é condicionada e é condicionante. Deriva da dupla imbricação entre as “estruturas mentais” dos agentes sociais e as estruturas objetivas (o “mundo dos objetos”) constituídas pelos mesmos agentes. As primeiras instituem o mundo inteligível, que só é inteligível porque pensado a partir das segundas. A reciprocidade da relação estabelece um movimento perpétuo, um sistema generativo autocondicionado — o *habitus* — que busca permanentemente se reequilibrar, que tende a se regenerar, a se reproduzir. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31).

⁶ The framework thus understands these assets not only as things that allow survival, adaptation and poverty alleviation: they are also the basis of agents power to act and to reproduce, challenge or change the rules that govern the control, use and transformation of resources (cf. Giddens, 1979).

⁷ A tese defendida por Perondi mostra a trajetória e a vinculação de intelectuais que trabalham e atualizam o conceito de *livelihoods*.

As trajetórias e as estratégias que os atores desenvolvem, embora estejam relacionadas à capacidade dos agentes de *fazer coisas*, dependem em grande medida da posição que os atores ocupam na estrutura social, que é, em última medida, a manifestação objetiva das relações de poder e da distribuição desigual dos capitais. Desta forma, há espaços de possibilidades que “decorre[m] das posições dos atores na estrutura social e cujas estratégias estão relacionadas, simultaneamente, aos meios disponíveis (capitais) e aos objetivos a alcançar.” (BRANDÃO, 2010, p. 231), fato que corrobora o uso dos termos possibilidade e oportunidade de *fazer coisas*.

A concepção de mudança e mesmo de agência, portanto, emerge a partir de uma noção de conflitividade entre os atores sociais que buscam alcançar objetivos que permitam adquirir, conservar e/ou acumular os capitais significativos. É nessa perspectiva que as noções de trajetórias e estratégias adquirem significado relacional, pois os atores estão em permanente ação de construção de suas práticas sociais e estratégias forjadas a partir das condições de luta (posições e volume e estrutura de capitais) que o próprio campo social proporciona.

Dentro desse campo, as lutas podem resultar em reprodução ou em mudanças sociais (tanto do campo quanto dos agentes). Dependendo dos resultados, a estrutura do campo pode ser modificada tanto por aquisição e acumulação de capitais por determinados grupos antes com pouco acesso quanto por conformidade de novos capitais que antes não asseveravam legitimidade aos seus detentores. Contudo, há que se ter em mente que, na cotidianidade, os agentes detêm e usam os capitais de forma variada de acordo com suas estratégias, interesses e articulação de sentidos, por isso a importância da análise relacional e situacional e o entendimento do homem plural⁸.

Relacionalmente, os diferentes atores sociais lançam mão daqueles capitais que mais os habilitam a exercer o poder, ou seja, a *fazer coisas*. É nessa relacionalidade, no cotidiano, no nível microfísico do poder, na di-visão do mundo, que a colonialidade (como um dos múltiplos tipos de poder) opera sob a constituição das estratégias que se configuram nas *formas de fazer agricultura* e nos *modos de ser agricultor*. E é também a configuração simbólica desses agricultores que lhes permite maior possibilidade e oportunidade (poder) de construir e expandir as relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil.

⁸ Lahire (2002) constrói sua crítica para mostrar que as trajetórias e as estratégias não podem ser entendidas de forma determinista. E, de fato, ambas estão sendo pensadas a partir de uma perspectiva relacional e situacional, uma vez que o “peso” dos capitais não é sempre o mesmo, assim como a condição de exercício de poder não é sempre a mesma para o mesmo ator, pois o *ator plural* incorpora muitos repertórios de esquemas de ação uma vez que está mergulhado numa pluralidade de mundos sociais (LAHIRE, 2002, p. 31-41). De fato, Lahire mostra como o ator social plural ao longo de sua trajetória, interioriza diversos esquemas que constituem um tipo de estoque de disposições que podem ou não ser utilizados.

Este esquema não determinista, mas que percebe as contradições e as condicionantes sociais, vincula as estratégias com as condições de poder exercidas a partir dos lugares ocupados pelos atores, derivação dos tipos e dos volumes de capital em jogo (ou seja das condições de exercício de poder) (BOURDIEU, 2004).

Deste entendimento, há uma clara desvinculação da supremacia do escopo econômico, e as estratégias dos agricultores passam a ser reconhecidas como escolhas elaboradas a partir de uma vivência social: de processos de socialização que imprimem determinadas práticas no nível mais molecular, passando por situações mais amplas que envolvem as relações sociais com outros atores e mesmo instituições de outras instâncias (mercados, Estado).

Nesse sentido, as estratégias são decisões e escolhas que justapõem saberes e poderes, vinculando capitais materiais e simbólicos na articulação de elementos endógenos (internos à constituição dos modos de fazer agricultura e ser agricultor) e exógenos (mercados, organizações, Estado, etc.).

O que se segue é uma análise na qual se procura mostrar como as estratégias dos agricultores estão amplamente relacionadas aos processos de caracterização e definição normativa do que se concebe como agricultura familiar a partir de diversas práticas de colonialidade que se materializam no cotidiano. Por outro lado, procura-se identificar, no plano das relações sociais, os efeitos da conformação da região sobre as relações e as posições ocupadas pelos agricultores.

7.1 OS EFEITOS SOCIAIS DAS NARRATIVAS MITOLÓGICAS

No artigo *Cuerpos racializados: para uma genealogia de la colonialidad del poder em Colombia* (s/d), Santiago Castro-Gómez realiza uma breve interpretação do funcionamento da colonialidade do poder a partir de um conjunto de práticas locais sustentadas pelos “*criollos*” entre os séculos XVI e XVIII. Ao analisar essas práticas, o autor demonstra como a colonialidade do poder se processa no cotidiano, deixando de ser analisada sob o viés mais usual das grandes generalizações para ser identificada nas relações moleculares, na produção de subjetividades, ou seja, opera uma análise heterárquica do poder (CASTRO-GÓMEZ, 2007).

O texto referido responde, portanto, à pergunta de como os dispositivos de poder presentes na colonialidade são agenciados pelos atores sociais nas práticas cotidianas de racialização dos corpos, o que continua sendo o *modus operandi* de um setor da elite governante da Colômbia.

Dessa argumentação sustentada por Castro-Gómez, pode-se inferir que tanto as classificações locais (como foi possível demonstrar no Capítulo 6) quanto as estratégias dos agricultores operam dentro de um contexto social no qual a distribuição das posições sociais deriva de um processo de diferenciação que tem na base a matriz colonial do poder que imprime hierarquias sustentadas em atribuições racializadas.

Como demonstrado, a compreensão dos capitais na determinação das trajetórias e das estratégias dos agentes tem um peso importante nas relações que se estabelecem entre os coletivos. Para Bourdieu, os grupos dominantes (classes ou frações) são aqueles que conseguem impor uma espécie de capital como legítima, o que os capacita a imprimir uma classificação e hierarquização das práticas sociais (gostos, inclusive, como demonstra no estudo sobre os estilos de vida) a partir de um poder simbólico que se processa em vários níveis.

A constituição dos capitais e a luta em torno deles estão relacionadas ao campo em que esses capitais operam e à forma como são utilizados pelos atores sociais. Como já foi demonstrado nos capítulos anteriores, o discurso da política de imigração, bem como os dispositivos vinculados a ela, possibilitou a conformação e a constituição de uma ideia de região de imigração que funciona como enunciado performativo que classifica os agricultores em termos de imigrantes e não imigrantes, estabelecendo um rito de instituição que consagra não só a diferença, mas principalmente a constituição de capital simbólico (poder) entre os agricultores.

Objetivamente, a política de imigração possibilitou que os imigrantes europeus tivessem acesso à aquisição de terra (e outros fatores necessários a sua fixação) por meio de contratos de compra e venda de colônias⁹. Assim, institui-se a primeira desigualdade em termos de posse de capital econômico entre imigrantes e brasileiros. Mas, para além desse capital, a política de imigração, enquanto enunciado discursivo, representa até os dias de hoje a “nominação oficial” (BOURDIEU, 2004, p. 164) do reconhecimento do “colono imigrante” (europeu branco) como mandatário legítimo de uma *forma de fazer agricultura* e um *modo de ser agricultor*, ou seja, institui um campo social em que o poder simbólico vinculado ao imigrante lhe facilita a aquisição de outros capitais.

⁹ É preciso destacar que, antes da política de imigração, os portugueses tiveram acesso legítimo à terra por meio de doações e sesmarias, consagrando a eles a mesma “nominação oficial”, em detrimento da legitimidade de posse das terras das populações indígenas, mestiças e/ou dos caboclos, bem como a possibilidade de posse aos trabalhadores escravizados após a abolição. Ou seja, em termos de posse de terra, enquanto fator de produção, capital econômico ou mesmo simbólico, os “homens de cor” foram historicamente alijados, sendo um dos efeitos da colonialidade do poder.

Nesses termos, a partir de Bebbington, pode-se arguir que aqueles agricultores mais próximos da imagem do *colono* estão em melhores condições de ter acesso às instituições do Estado e influenciar nos próprios padrões de acesso, o que os dota de melhores recursos e capacidades (possibilidades e oportunidades) para *fazer coisas*, ou seja, construir estratégias de forma mais autônoma.

No capítulo que tratou da conformação da região, foi possível reconstituir os efeitos sociais da colonialidade do poder nas relações de trabalho e na aquisição de terra, portanto, efeitos materiais nos meios de produção. Por outro lado, no capítulo anterior, foi destacado como a colonialidade do poder opera nas classificações locais, naturalizando as diferenças. Ou seja, até o momento foram reconstituídas as condicionantes históricas e sociais de distribuição de poder (capitais) que repercutem nas estratégias dos agricultores. O poder simbólico, constitutivo das di-visões de mundo, opera como um poderoso instrumento de aquisição e acumulação de capital simbólico, bem como sua utilização para deter outros.

É nas atribuições classificatórias e na acentuação das hierarquias (capital simbólico), por um lado, e nas relações materiais e de acesso a outros ativos¹⁰ importantes na condução de estratégias, por outro, que se percebe a colonialidade do poder. Dessa forma, a colonialidade se exerce tanto na naturalização das diferenças a partir da racialização quanto ao despolitizar as relações de dominação e poder, reconhecendo como desigualdade de natureza uma desigualdade impressa na conformação da região a partir dos discursos da imigração e de seus dispositivos.

O poder simbólico que se processa na colonialidade do poder assevera, pelo rito de instituição (que separa imigrantes e não imigrantes) e pelas promessas contidas na retórica da modernização, uma di-visão de mundo que opera objetivamente na constituição de diferenças e desigualdades historicamente constituídas e subjetivadas.

A ideia de região de imigração é atravessada pela *fala* do mito da imigração. É a ritualização desse mito que permite dotar a região de territórios etnoracializados nos quais se *praticam* as qualidades criadas e forjadas no processo de constituição das identidades dos

¹⁰ O conceito de capital utilizado aqui se refere à abordagem conduzida por Bourdieu; em síntese, capital é poder e estabelece as condições de luta dos atores em determinado campo social. Nesse sentido, não pode ser confundido com a noção dada nos estudos dos *livelihoods*, em que o sentido de capital está muito mais relacionado a ativos físicos e sociais que compõem um meio de vida, sobretudo relacionado aos pobres. Em resumo, acredito que a noção bourdiana de capital permite compreender a relacionalidade dos atores, de suas lutas e suas estratégias frente às condições da estrutura social, resultando numa análise que permite perceber a desigualdade entre os atores. Já a noção de capitais (*assets*) na abordagem dos *livelihoods* não permite uma abordagem relacional entre os atores, ou seja, não permite refletir acerca dos diferentes “poderes” (capacidade de *fazer coisas*) dos atores quando em relação social. Dessa maneira, é importante separar conceitualmente capital (poder) de ativo (capaz de ser transformado em recurso, mas não necessariamente poder).

colonos imigrantes e dos “homens de cor”. Como vimos, os imigrantes constituíram um “povo” dotado de virtudes que inaugura (nas terras vazias) a possibilidade salvacionista de constituição de uma nova terra — Canaã (terra prometida para os imigrantes, mas também para o Espírito Santo).

Para a realização do ideário salvacionista da imigração, como vimos, o mito consagrou e naturalizou três elementos articulados em torno de terra, trabalho e família. A articulação desses elementos transformou-se num conceito (BARTHES, 2001) que passou a constituir a própria identidade do colono imigrante, representada como a própria salvação contida na imagem do progresso branco.

Historicamente, a articulação de terra, trabalho e família, enquanto conceito mitológico, serviu para naturalizar os valores (a ideologia) vinculados à identidade social do colono imigrante, impondo um sistema no qual outros valores relacionados à terra e ao trabalho são deslegitimados e desqualificados. Pelo seu poder de inflexão, as narrativas do mito da imigração transformam os produtos da história em tipos essenciais (BARTHES, 2001, p. 174), ou seja, os valores atribuídos à terra e ao trabalho a partir da identidade do colono (forjada em oposição ao “homem de cor”) passam a valer como valores universais e a-históricos, revestem-se, portanto, de uma colonialidade de poder que orienta a ação das pessoas e dá sentido a suas práticas (produtivas e relacionais).

Nas políticas de desenvolvimento do rural, a revitalização do rito da imigração foi consagrando os coletivos sociais que mais se aproximavam dos valores atribuídos ao conceito (terra, trabalho, família), constituindo diferenciação de oportunidades no acúmulo de capitais materiais e simbólicos. Assim, podemos recorrer novamente à proposta de Bebbington e estabelecer desde este prisma a constituição das diferenciadas dotações de capital social e sua importância nas relações com o Estado e na construção de estratégias e capacidades (possibilidades e oportunidades) de *fazer coisas*.

Nos processos de modernização da agricultura empreendidos na década de 1960/70, por exemplo, reconstituem-se, sob uma nova retórica, as promessas salvacionistas que podem ser novamente alcançadas por agricultores que se submetam à disciplina do trabalho e ao uso da terra como uma *normalidade* requisitada pelo desenvolvimento do capitalismo e da qual fazem parte determinados coletivos, reforçando o regime de poder constituído na colonialidade.

Mais recentemente, assistimos ao processo de legitimação da noção de agricultura familiar a partir de uma produção de sentidos em que se realiza uma promessa de construção de um novo perfil de desenvolvimento em contraposição ao agronegócio e ao segmento “atrasado, pobre e improdutivo” (COELHO, 2015). A construção da noção, um

empreendimento político marcado pela participação de diversos atores (NEVES, 2005) num campo de lutas sociais, sinaliza para a consagração de uma noção de agricultura familiar que se mostra competente e estratégica para o desenvolvimento do meio rural e do país. Assim, num processo de construção de novas identidades, a agricultura familiar se consagra como um setor social (familiar) de importância econômica, pois está disposta a adotar tecnologias, produzir e gerar empregos e renda no campo (COELHO, 2015), o que não só revitaliza o mito da imigração, como revigora a retórica salvacionista do desenvolvimento.

No processo de conformação de sua representação, a agricultura familiar emerge como contraponto no jogo contra o agronegócio e, aos poucos, o sentido de demarcação com o setor “atrasado, pobre e improdutivo” vai se perdendo, seja pela promessa de mobilidade social contida na ideia de fortalecimento da agricultura familiar, seja pelo uso político no qual se jogar contra o agronegócio faz mais sentido, uma vez que na própria construção da noção de agricultura familiar outros coletivos deveriam estar abrangidos.

Nesses termos, o uso “didático-pedagógico”¹¹ da categoria agricultura familiar se dá num cenário no qual figuram dois grupos em luta: de um lado, o agronegócio e, de outro, a agricultura familiar. Identificada com um setor produtivo-econômico no qual a família tem grande importância e a distingue em oposição a seu rival, a agricultura familiar está cada vez mais relacionada a uma forma específica de produção, na qual terra, trabalho e família convergem como elementos que contêm a promessa de um novo modelo de desenvolvimento, no qual estabelecimentos de pequeno porte cooperam para a produção e riqueza econômica.

Coelho (2015) reconstruiu em sua tese os processos de tensionamento e embates que se configuram dentro da própria categoria agricultura familiar e mostra como a consagração da ideia de agricultura produtiva e econômica vinculada à noção de agricultura familiar foi desqualificando e invisibilizando (novamente) outros coletivos de agricultores. Assim, desqualificados, deslegitimados e identificados como “outros grupos sociais e povos” que também configuram na “agricultura familiar propriamente dita”¹², muitos coletivos estão estruturalmente distantes (EVANS-PRITCHARD, 2002) dos elementos costurados dentro da categoria agricultura familiar, aparecendo como “não adequados” (COELHO, 2015) e também não qualificados para o próprio Pronaf¹³, pois, como sustenta a autora, “no Brasil o programa

¹¹ Esse termo foi utilizado pelo Diretor do DATER/MDA num seminário em 2010 e registrado por Coelho (2015) durante seu trabalho de campo.

¹² Termos utilizados por representado do MDA e registrado por Coelho (2015) durante seu trabalho de campo.

¹³ A desqualificação para o Pronaf é sentida por quilombolas quando, por exemplo, eles têm dificuldade de acessar a DAP. Outras dificuldades também os desabilitam ao Pronaf: titulação definitiva da terra, acesso a informações, precariedade nos serviços de Ater, etc.

direcionado para o grupo do Pronaf agricultura familiar reúne, como vimos, as camadas mais capitalizadas de agricultores abrigados no MDA.” (COELHO, 2015, p. 204).

Constrói-se, nos mais diversos níveis¹⁴, uma nova roupagem para a configuração em torno dos conceitos que o mito consagrou: terra, trabalho e família produzindo excedentes que podem gerar mobilidade social e econômica dos agricultores laboriosos, modernos, em oposição aos não produtivos, ou seja, “aos outros grupos sociais”.

Na configuração das relações sociais, os diferentes agricultores procuram posicionar-se em virtude dessas categorias, e novamente podemos perceber os efeitos da colonialidade do poder se processando no cotidiano das pessoas, ressoando nas relações materiais e na própria constituição das práticas sociais, sobretudo na aquisição e na acumulação de capital social, o que Bebbington sustenta como base de poder na construção dos *livelihoods*.

Assim, os valores atribuídos em torno dos conceitos que essencializam terra e trabalho, desde o processo de constituição da identidade do colono em oposição aos “homens de cor”, permitem que os agricultores mais próximos a essa imposição estejam dotados de maior capacidade para acessar as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, bem como se relacionar de forma mais ampla com as esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil, como apontou Bebbington.

Durante um diálogo com um agricultor no município de Santa Leopoldina, com uma trajetória de meeiro e agora de posseiro em processo judicial para titulação de suas terras, pude perceber que a falta de titularidade da terra não é interpretada apenas desde um ponto de vista jurídico, mas exprime uma identidade marginal, o que permite a denúncia de sua condição e o desapossamento de capital social. Como me explica:

Eu não sei te dizer, porque aqui nunca ninguém chegou para me fazer negócio de análise de terra, nada. Nunca ninguém veio por aqui, não. Aqui não! **Porque acha que nunca veio?** Eu nem posso te dizer, acho que o pessoal, por não ter documento de terra, esse pessoal conhece a gente pouco, deve ser por isso talvez, né! Tem muita gente que tem documento de terra e vão fazer um Pronaf, coisa assim. Eu nunca fiz esse negócio, porque não tem documento. Aí fica desconhecido. Os outros são mais conhecidos. Fica só a família aqui. (EA 15).

Em outro contexto, um quilombola de Retiro me explica que trabalha como porteiro na cidade de Vitória, pois, segundo ele, a falta da titularidade das terras da comunidade dificulta-lhe ter pleno exercício das atividades de agricultor. Ele me relatou que a família foi

¹⁴ Como salientou Neves (2005), a construção da categoria agricultura familiar arregimentou uma série de atores políticos dos mais diversos segmentos: intelectuais, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, igrejas, organizações internacionais, famílias rurais, Estado, etc.

beneficiada com o Projeto PAIS — Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Figura 36), no entanto, a dificuldade em obter o bloco de notas do produtor fez com que desistisse após a primeira colheita, já que parte da produção foi perdida.

Figura 36 – Quilombola exibe placa do projeto PAIS



Fonte: Comunidade quilombola de Retiro. Santa Leopoldina. Elaboração da autora, 2016.

A propriedade da terra, nestes casos, não é só um capital material de produção, mas é também uma garantia para o acesso a determinados ativos (como por exemplo determinadas políticas e programas voltados para a agricultura familiar) e, inclusive, joga um importante papel na conformação de redes sociais, como argumentou o primeiro agricultor ao denunciar o processo de marginalização e exclusão ao qual é exposto.

Mas não é só no acesso direto às políticas públicas que se exerce a diferenciação entre os agricultores. Foi possível, no contexto da pesquisa, observar diferentes mediadores rurais utilizando-se da fala da imigração e da (re)atualização (pela noção de agricultura familiar) dos valores atribuídos de forma essencialista à terra e ao trabalho nas relações sociais e na constituição de agendas com diferentes coletivos. Basta-nos voltar ao Capítulo 6, ao item *o jogo classificatório desde o ponto de vista dos mediadores*, para perceber como o Estado e seus agentes (no caso específico, os mediadores) utilizam as grades discursivas para atribuir às agriculturas e aos agricultores características que permitem identificá-los e classificá-los, e ao fazer isso, definir relações entre eles.

A diferenciação social atribuída aos coletivos a partir da naturalização de suas *formas de fazer agricultura* e do *modo de ser agricultor* demonstra como os conceitos terra e trabalho, essencializados a partir do mito da imigração, são evocados para sublinhar as hierarquias, sendo a própria noção de agricultura familiar utilizada como dispositivo de poder para gerar e marcar as distinções. Sobreposta pela essencialização dos valores atribuídos à terra e ao trabalho e operando a partir de um pensamento racializado que define agricultores e agriculturas, a noção

de agricultura familiar permite aprofundar ainda mais as diferenciações e as hierarquias entre os diferentes coletivos.

Parece ter sido esse o resultado com que Coelho se confrontou ao observar, nos “corredores da exportação”, a similaridade entre o Brasil e o Zimbábue nos discursos que vinculam raça e trabalho na noção de agricultura familiar.

As terras zimbabuanas nos provocavam familiaridade/estranhamento. Para além da vegetação seca, dos horizontes expandidos, do solo avermelhado, que nos aproximavam da exaltada, por nossos interlocutores no Brasil e por alguns zimbabuanos, semelhança” entre o primeiro e, na generalização discursiva, os países africanos; deparava-nos com velhos conhecidos. Ali estavam concepções de produção, raça/etnia e trabalho articuladas em uma das versões que já nos era familiar: produção, o mote; um mote que gera/carrega consigo distinções raciais, étnicas. Articulando-se com a ideia de trabalho, essas distinções explicam, justificam, legitimam, autorizam: distinguem, produzem hierarquias. (COELHO, 2015, p. 96).

Isto implica que, aos coletivos de agricultores que se situam distantes socialmente dos valores associados ao imigrante e (re)atualizados na figura do agricultor familiar, como exemplo os quilombolas de Retiro, pesa o desapossamento de capitais (BOURDIEU, 1983) que repercute diretamente na capacidade (possibilidades e oportunidades) destes de *fazer coisas*, caso análogo ao apresentado por Anjos (2006) no processo de remoção de uma vila urbana no município de Porto Alegre. Nas palavras do autor, a síntese do processo de diferenciação social no qual a raça joga importante papel mesmo entre os pobres.

Esse processo de diferenciação social é indicador da forma como se objetiva a racialização das relações sociais no Brasil. Por um lado, mesmo nos estratos sociais mais empobrecidos, o capital social baseado em características étnicas funciona de modo a fazer com que as famílias brancas tendam a se inserir em redes de relações que facultam oportunidades de mobilidade ascendente. Por outro lado, o capital social negativo, na forma de tratamento degradante das autoridades (desde as policiais, as escolares passando pelas burocráticas e, sobretudo, de empresas empregadoras) tendem a neutralizar as aspirações ascendentes das famílias negras. (ANJOS, 2006, p. 116).

Nesses termos, embora exista uma diferenciação econômica e social entre os diversos agricultores e a detenção de capital social, como bem salientou Bebbington, seja uma poderosa arma na luta para mudar as regras e reverter o jogo a favor de melhores possibilidades de acessar as instituições do Estado e dos mercados, sobre os quilombolas e negros recai uma sobreposição de estigmas e preconceitos de cor. A racialização dos corpos e das agriculturas e os estigmas historicamente produzidos na conformação da região são fatores estruturais que pesam sobre as diferenciadas possibilidades e oportunidades entre e destes coletivos.

7.2 UMA SOCIOLOGIA NATIVA EM PERSPECTIVA

Nesta seção, resgato algumas passagens de diálogo para mostrar como as estratégias são entendidas localmente e como realizei a interpretação pautada nas referências teóricas defendidas até aqui.

Nas relações com outros agricultores, diversas redes são formadas na condução de diferentes estratégias e trajetórias. E, portanto, a possibilidade de empreender diferenciadas “manobras sociais” está vinculada tanto às condições materiais quanto à detenção e ao volume de capital social que eles detêm.

Nesse sentido, por exemplo, as relações de trabalho e/ou de alianças que observei em campo são mais que estratégias ou espaços de manobra de que os agricultores lançam mão frente ao processo de mercantilização, são práticas sociais que justapõem saberes e poderes que vinculam diferentes capitais na condução dos *modos de ser agricultor* e de *fazer agricultura*.

Na seção anterior, vimos como os valores terra, trabalho e família são articulados pela noção de agricultura familiar e como esta passa a servir para diferenciar agricultores, o que cria situações de distanciamento estrutural entre eles, possibilitando, aos que estão mais identificados com os valores atribuídos aos conceitos, ter maior capacidade de *fazer coisas*.

No presente trabalho, também observei os agricultores articulando suas trajetórias e estratégias, ao relatarem suas histórias de vida ou justificarem e darem sentido a suas ações, a uma compreensão particular em que terra, trabalho e família aparecem como elementos indissociáveis. Contudo, precisei prestar muita atenção à forma como essa articulação era feita, ao peso diferencial de cada um dos elementos e à maneira como os diferentes agricultores associavam cada um dos elementos a suas vivências. De certa maneira, segui as sugestões de Neves (1995) no sentido de que as unidades de produção fossem pensadas como expressões das posições ocupadas pelos agricultores, como valorização de determinadas opções e como resultado de diferentes princípios ordenadores das práticas sociais.

Na construção de suas práticas sociais, os diferentes agricultores utilizam terra, trabalho e família tanto para organizar suas atividades quanto para se relacionar com outros agricultores: diferentes valores são articulados com cada um dos elementos, e estes podem, tanto no sentido simbólico quanto do ponto de vista material, suscitar hierarquias, possibilitar diferenciadas oportunidades e contribuir na construção de diferentes práticas sociais.

A partir desse entendimento, algumas implicações emergem. A primeira é a necessidade de considerar que existem formas distintas de concepções e organização dos próprios elementos. É preciso estar metodologicamente atento aos diferentes significados e usos das

categorias terra (não só vista como propriedade particular familiar) e trabalho (nem sempre é uma atividade laboral vinculada ao sucesso econômico).

A segunda implicação é que, ao considerar a própria tríade como um fator de diferenciação entre os agricultores, emerge uma noção que leva a pensar sobre o papel que os valores vinculados ao conceito jogam nas relações e nas próprias estratégias dos agricultores. Os agricultores empenham-se não só em adquirir terra, mas em garantir um território social ou uma propriedade familiar como locus de reprodução social e econômica.

A terceira implicação é que os valores culturais e de vinculação ao ideário da mobilidade social diferem entre os grupos, portanto, as ações dos atores a partir da constituição da articulação em torno de terra, trabalho e família também diferem. As análises de um agricultor assentado e um agricultor quilombola podem ser tomadas como exemplo.

O agricultor assentado utiliza variadas formas de discursos para mostrar como terra, trabalho e família vinculam-se, em sua concepção, ao ideário do progresso e da mobilidade social quando demonstra o sucesso de suas lavouras, a ascensão social e econômica dos assentados e o legado que não teve dos pais, mas deixará para os filhos: a terra (propriedade familiar) produtiva.

O quilombola discursa desde outro ponto de vista, salientando que o território quilombola (portanto não é propriedade particular) é desejado pelos fazendeiros que “crescem o olho de ver tudo bonito, de ver a mata toda” (EA 9), mas que permanecem no território como forma de resistência e de não se submeter aos desejos dos fazendeiros de que deixem o território e/ou de trabalhar em suas fazendas. O contraste é nítido: o assentado representa a terra e a própria tríade desde o ponto de vista do ideário da mobilidade e da ascensão social, já o quilombola desde a perspectiva da resistência enquanto coletivo¹⁵.

Como já foi discutido, ser um agricultor que se localiza estruturalmente próximo dos valores atribuídos à tríade permite uma série de vantagens sociais (simbólicas e materiais) que pode facilitar o acesso a inúmeros ativos, além de garantir prestígio nas relações sociais com os vizinhos. Isso significa dizer que, para além dos fatores materiais, terra, trabalho e família estabelecem diferenciação social entre os agricultores.

Nos diálogos que travei com diferentes agricultores que me explicavam as diferenciações existentes entre eles, as inter-relações, as articulações das redes e as justaposições começaram a ficar mais claras para mim. Percebi, a partir destes diálogos, que é

¹⁵ Fato também demonstrado por Oliveira (2005), inclusive a partir de noções locais que defendem a indivisibilidade da terra como permanência de uma memória de ancestralidade.

impossível separar os valores, as classificações e as formas como os agricultores constroem suas estratégias.

Resgatei alguns desses diálogos. As falas desses agricultores comunicam principalmente sobre a distribuição desigual de poderes (capitais e capacidade de adquiri-los) e as hierarquias existentes no espaço social analisado. Os agricultores investem numa explanação que torna inteligível os efeitos dos dispositivos que são empregados para interpretar a realidade, mostrando como a colonialidade do poder se processa na cotidianidade.

Ele é raça, ele não é quilombo, não. Ele é raça de gente grande. É italiano. Parece que é raça de italiano, ele é branco e é diferente. [...] Mas a raça dele é grande. **Mas é grande de tamanho?** Não, é gente grande de sorte, entendeu agora?! **Gente grande de sorte! Então italiano é essa raça de gente grande?** É! É porque aquela raça de gente grande é o italiano, o alemão, não tem? O alemão não vai comparar com nós que é quilombo. Não comparava com gente pobre, assim, negro. Você entende? Mas como eu disse, eu não sei ler, mas eu sei tudo essas coisas. [...] Porque eu ganhei sempre com trabalho, porque não adianta ser gente grande, com sorte e não saber trabalhar, mesmo ter muito dinheiro e não saber trabalhar. [...] **E o trabalho na roça tem diferença?** Não. Só que o italiano tem mais. O italiano e o negro trabalham bem também, só que o italiano tem mais experiência em trabalho que o negro. O italiano é uma raça muito forte. **Mas ele é mais forte que a raça do negro?** Mais forte que o negro não é, não. O negro é mais forte. O negro aguenta esbarro de todo lado. Porque se está chovendo, ele está lá, né. Já tem aquela cor dele, a cor forte. Agora na sabedoria, na inteligência, a raça italiana sabe mais. Na inteligência para resolver os problemas dele. [...] Agora o italiano, a raça dele é quase igual a raça de negro. O italiano é forte, sabe trabalhar, tem inteligência, entendeu?! Porque você vê que hoje, a pessoa tem que ter inteligência para trabalhar, porque se não tiver inteligência não faz nada. [...] O italiano é mais inteligente para isso, para usar o dinheiro, saber o que vai fazer com o dinheiro. [...] **E aqui, os vizinhos de vocês?** É mais italiano. (EA 19).

A argumentação da quilombola é uma sociologia nativa das diferenças e das desigualdades sociais. Ao comparar italianos e quilombolas, ela está realizando uma análise relacional dos efeitos da racialização e do racismo. O italiano, diferente em sua cor, em sua “inteligência” e em sua “sorte”, consegue utilizar de sua condição simbólica para proveito próprio, diferentemente do quilombola, negro e pobre.

Traduzindo sua argumentação a partir do postulado dos capitais empreendido por Bourdieu (1999), o que a quilombola está nos dizendo é que o italiano, de posse e apropriação de capitais econômicos, sociais e culturais, tem maior possibilidade de *fazer coisas* por ocupar posição diferencial na estrutura social. Neste sentido, ela percebe como a raça torna-se um capital simbólico legítimo e criador de desigualdades, uma vez que diferencia os agricultores e os habilita a ter mais condições de *fazer coisas*, portanto, explicita as condicionantes sociais na determinação das estratégias possíveis na estrutura social.

Associada à raça, está a naturalização da sorte, uma categoria que demonstra como a raça joga importante papel nas redes de relações que permitem maiores possibilidades e

oportunidades para *fazer coisas*. Assim, a sorte vinculada ao italiano é a síntese da argumentação de Bourdieu de que o “o capital é o que faz dos jogos da sociedade, — ao menos do jogo econômico — algo mais que jogos de simples oportunidade, oferecendo a cada momento a possibilidade de um milagre¹⁶.” (BOURDIEU, 1999, p. 1).

Nessa discussão, “ser raça grande, de sorte” capacita o italiano a desempenhar estratégias que são empreendidas por ele na condução dos seus projetos. Assim, sorte e inteligência tornam-se oportunidades e possibilidades que os quilombolas não têm como acessar, devido a sua condição de existência. Na sua argumentação, quilombolas e italianos são iguais no saber trabalhar e mesmo na força (ou seja, teriam as mesmas condições de executar os mesmos projetos ou estratégias se não fosse a estrutura social que os condiciona), contudo, o negro não dispõe do suporte do capital possuído coletivamente pelo italiano, ou seja, não possui a credencial que intitula os italianos a todo tipo de crédito (BOURDIEU, 1999, p. 14).

Portanto, existe a denúncia do desapossamento (BOURDIEU, 1983, p. 102) concreto que se imprime sobre as trajetórias e as estratégias dos quilombolas. Ela reconhece os esquemas de ação e de poder que se perpetuam no espaço social, sendo a percepção desde sua condição racial aquela que lhe permite avaliar as condicionantes e as possibilidades de projetos para sua vida na *forma de fazer agricultura e no modo de ser agricultor*.

Se, por um lado, a agricultora argumentou sobre a “sorte e a inteligência do italiano”, que o capacita a *fazer coisas*, outro agricultor, considerado o maior produtor de cítricos da região¹⁷, utiliza também a noção de sorte para relatar sua trajetória.

O que tu acha que fez com que tu saísse à frente, qual foi a diferença? Sorte. Sorte. Um instinto. Um chute. Porque eu nunca pensei que a citricultura seria nosso forte. Eu plantei, passou um cara me oferecendo mudas. Acho que foi Deus, eu tinha uma área aberta. Falei para o Emílio: “vamos plantar?”. Plantamos e daí começou a crescer essas coisas. [...] **Mas há 28 anos tu imaginava que aquelas 200 mudas...** Não, nunca, nunca pensei. Estou falando com você, eu lá atrás não imaginava que iria ter essa dimensão. É Deus, sorte. Na época, eu comecei a plantar e meu pai disse: “meu filho, poncã se planta 10 pés para chupar”. “Não, pai, sou guloso, vou plantar 200”. E fomos aumentando os plantéis e fomos plantando, e graças a Deus! E agora vamos renovar alguns. Porque há altos e baixos, em qualquer cultura. Olha a banana da terra. Na idade que eu tenho, 43 anos de idade, se alguém algum dia me falasse lá atrás que eu ia vender uma caixa de banana a R\$ 60, eu ia falar que era loucura, mentira. (EA 39).

¹⁶ “El capital es el que hace de los juegos de la sociedad, —al menos del juego económico— algo más que juegos de simples oportunidad, ofreciendo a cada momento la posibilidad de un milagro. (BOURDIEU, 1991, p. 1)

¹⁷ Embora seja considerado o maior produtor de cítricos da região, o agricultor da EA 39 é designado de agricultor familiar e enquadrado como tal a partir da Lei 11.326.

O ponto de vista do agricultor não é antagônico em relação ao da quilombola, pelo contrário, exprime e explicita as argumentações de que existe uma estrutura social que desempenha importante papel na condução das estratégias. Embora não relate a questão racial, ele utiliza a mesma noção de sorte para falar sobre seu empreendimento, mas, por detrás da sorte, como podemos ver, existia a propriedade da terra (capital material), a oportunidade de agregar outras pessoas em seu empreendimento e alguém que acreditou em sua possibilidade de desenvolver aquele novo projeto (capital social), pois, como foi sinalizado pelo mediador, o órgão de Ater sempre esteve presente dando suporte técnico e social ao agricultor, realizando, inclusive, vários projetos e dias de campo¹⁸ em sua propriedade.

Nesse sentido, as duas narrativas estão comunicando que existe uma estrutura que desempenha papel na execução das estratégias e na forma como os valores naturalizados nos conceitos terra e trabalho conseguem funcionar na diferenciação dos agricultores e em suas oportunidades e chances de vida. Como resume Brandão (2010, p. 232):

As condições de acumulação de capital são proporcionais às oportunidades de jogo que os agentes encontram nos campos sociais. Essas oportunidades, entretanto, não parecem ser circunstanciais ou aleatórias, pois estão normalmente balizadas pelo volume e pela estrutura de capital dos agentes em relação às condições (de volume e estrutura de capitais) dos demais agentes envolvidos no jogo em um campo específico.

Como foi tratado no Capítulo 5, as relações de trabalho também estão marcadas pelos efeitos da racialização e do racismo. Como sustenta Maciel (2016), os trabalhadores negros, após a abolição e com a política de imigração, tiveram suas chances de trabalho diminuídas e a eles restaram as atividades mais penosas e com menor remuneração, fato também constatado por agricultores durante a pesquisa de campo¹⁹. Ainda, no que diz respeito à remuneração, foi possível verificar que há discrepâncias em torno do valor da diária paga aos quilombolas²⁰.

A fala de um quilombola que trabalha numa propriedade vizinha, quando questionado sobre o motivo de trabalhar para os outros, apesar de ele me falar que o quilombola é “mais forte que os brancos”, responde a partir da sua condição social.

Sei lá, fica muito com medo de pegar uma lavoura dessa daí e não conseguir montar, investir nela. E ele, não [agricultor para quem trabalha], já vem de herança e já vão tocando. Igual aqui é herança, está nos herdeiros. Aí só vai tocando. Aí o cara toca.

¹⁸ Dia de campo é um método utilizado pela extensão rural. Basicamente tem como objetivo divulgar tecnologias agropecuárias em propriedades de agricultores que possam servir de exemplo dentro de um determinado cultivo.

¹⁹ Dois agricultores de municípios diferentes fizeram comentários parecidos a respeito da remuneração e do tipo de trabalho realizado por trabalhadores rurais negros.

²⁰ O valor da diária na região, de uma forma geral, gira em torno de R\$ 70,00 a R\$ 80,00, já os quilombolas que participaram da pesquisa relataram que recebem R\$ 50,00 a diária.

Mas a gente vai começar como? Por onde nós começa, não tem de onde tirar para investir, por isso não faz. É complicado. Às vezes não vale a pena, não compensa perder tempo com pouco café. Para plantar, tem que ser de dez mil pra cima. (EA 31).

Essa estrutura social, que tem grande peso na medida em que quilombolas não detêm a titularidade da terra (o que compromete seriamente suas possibilidades de *fazer coisas*) nem as credenciais simbólicas que habilitam o *italiano* a criar mais estratégias (ou a desenvolver um portfólio mais diversificado), é o efeito mais direto e prático daquilo que Bangura e Stavenhagen (2005) definem a partir da influência do racismo nas chances de vida das pessoas negras.

O racismo existe em graus variados em todas as regiões do mundo. A escravidão, o colonialismo, o genocídio, o Holocausto e o apartheid representam a sua forma mais extrema na história mundial; mas outras formas claras e sutis de racismo persistem em países ao redor do mundo. O racismo afeta as relações sociais, influencia estruturas de oportunidades e as oportunidades da vida, e pode provocar violência e guerras. O legado do racismo institucionalizado continua a pesar sobre as perspectivas de desenvolvimento de muitos grupos e países, reduz as perspectivas de coesão social e afeta a implementação de políticas públicas de igualdade, justiça e desenvolvimento social²¹. (BANGURA; STAVENHAGEN, 2005, p. 1).

O racismo, portanto, é, ao mesmo tempo, causa e efeito da colonialidade sobre os diferentes níveis de poder. Historicamente, a colonialidade do poder atuou sobre a classificação dos agricultores, segmentando-os. Mas também permeou dispositivos como a Lei de Terras, a política de imigração e a modernização conservadora, que perpetuaram e até endureceram os efeitos materiais que vinculam a condição de posse da terra e as relações de exploração de trabalho. Sob esses aspectos, não há como relacionar todos os agricultores sob o guarda-chuva das mesmas condições precárias de acesso à terra.

O desapossamento das credenciais, a vinculação racial a estereótipos, a pouca participação em redes sociais que permitiriam acesso mais fácil e eficiente a diferentes ativos e instâncias de poder são os efeitos mais diretos do ponto de vista social das diferenciações que se processam num universo de relações e práticas sociais nos quais se imprime a heterogeneidade das FFTP.

²¹ Racism exists in varying degrees in all regions of the world. Slavery, colonialism, genocide, the Holocaust and apartheid represent its most extreme form in world history; but other overt and subtle forms of racism persist in countries around the world. Racism affects social relations, influences structures of opportunities and life-chances and may provoke violence and wars. The legacy of institutionalized racism continues to weigh heavily on the development prospects of many groups and countries, constrains prospects for social cohesion, and affects implementation of public policies for equality, justice and social development (BANGURA; STAVENHAGEN, 2005, p. 1).

Para dar conta do objetivo do capítulo, a noção de estratégia foi tecida a partir de elementos presentes na POA, porém com preponderante viés relacional, o que foi fundamental para compreender os aspectos e os efeitos sociais sobre os diferentes coletivos de agricultores.

A problemática em torno das dotações dos capitais (com especial ênfase ao capital social) e sua relação com as possibilidades e oportunidades de *fazer coisas* dos agricultores permitiu observar e analisar como a diferenciação e a distinção dos coletivos repercute não só em termos classificatórios, mas nas próprias chances de vida dos agricultores. A raça, enquanto categoria pela qual se pensa a diferença, impõe a distribuição de posições sociais, o que afeta a possibilidade e as oportunidades dos diferentes coletivos de *fazer coisas*.

As categorias colonizadas e naturalizadas em torno dos valores terra, trabalho e família tendem a produzir efeitos sociais sobre os coletivos e suas relações com instâncias mais amplas. Uma das repercussões é que os agricultores que mais se aproximam dos valores atribuídos ao conceito (terra, trabalho e família) têm mais facilidade de estabelecer redes de relações com o próprio Estado, o que aumenta suas chances na construção de estratégias e possibilidades e oportunidades de *fazer coisas*.

A articulação dos níveis de poder se processa nas próprias estratégias, como a manifestação local de incongruências relacionais entre os diferentes coletivos e suas *formas de fazer agricultura* e seus *modos de ser agricultor*, demonstrando as diferentes instâncias em que o exercício da colonialidade se processa. Alguns depoimentos revelados no decorrer do capítulo demonstram como sobre os negros pesa uma sobreposição de desapossamento de capitais, o que tem efeito direto nas relações sociais e nas estruturas de oportunidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre as FFTP não são novidade, e inúmeros pesquisadores têm se debruçado sobre o tema. Neste trabalho, escolhi dialogar com as pesquisas desenvolvidas no Brasil, mais especificamente no âmbito do PGDR, e, embora estabeleça alguns pontos de divergência com estes estudos, ao longo de minhas análises não pretendi refutar suas contribuições, mas sublinhar a necessidade de empreender nova “porta de entrada” ao tema, saindo do escopo da mercantilização e das chaves de leitura que se mostravam, no caso de minha pesquisa, reprodutoras de *colonialidades*.

Minha opção foi empreender uma análise que privilegiou o universo significativo dos sujeitos da pesquisa. A compreensão da constituição da heterogeneidade desde o “ponto de vista do nativo” permitiu (e me obrigou a) adentrar no conteúdo das práticas sociais que explicitaram, relacionalmente, processos sociais criadores e reprodutores da heterogeneidade localmente significativa.

Partindo desse entendimento, tratei de evidenciar elementos constitutivos da região de estudo, e a compreensão da conformação histórica foi estabelecida a partir da análise dos processos discursivos presentes em inúmeras narrativas que na atualidade perpassam tanto a região quanto os diferentes coletivos de agricultores.

As práticas sociais dos agricultores são interpretadas localmente a partir desses elementos narrativos, e pude demonstrar como os mitos da imigração e da modernização da agricultura circulam entre os coletivos, estabelecendo importantes processos classificatórios que constituem hierarquias sociais que, por sua vez, repercutem nas vivências dos coletivos.

A observação e a análise das práticas sociais, que priorizaram as atividades e as formas de trabalho mais comuns na região, despertaram a atenção para o fato de estas serem definidas a partir de representações que sobrepõem *formas de fazer agricultura e modos de ser agricultor* a partir de esquemas de produção e apreciação de práticas que naturalizam as diferenças entre os coletivos, sobretudo os designados como italianos, alemães e/ou pomeranos, e diferentes designações para os não imigrantes (baianos, mineiros, quilombolas).

Analiticamente, esses esquemas, que imbricam as *formas de fazer agricultura* e os *modos de ser agricultor*, correspondem a uma matriz que, longe de definir os agricultores como indivíduos autômatos, permite evidenciar suas ações, mas a partir da articulação de ideias e valores que orientam suas escolhas e estratégias. Assim, esses esquemas e significados são

utilizados pelos coletivos para estabelecer e dar sentido a suas estratégias, correspondendo, grosso modo, a uma composição articulada de diferentes *formas de fazer agricultura*.

A cafeicultura representa, assim, uma *forma de fazer agricultura* que evidencia os agricultores como produtores de *commodities* em uma intrínseca contradição entre construção de “espaços de manobra” (capacidade de estocagem do produto até surgirem melhores condições de venda) e de dependência (externalização dos processos produtivos, com custos de produção cada vez maiores).

Os cultivos de tomate e gengibre exemplificam as práticas relacionadas a riscos e incertezas. Contudo, demonstram-se como atividades rurais em que a noção de cuidado é imprescindível para estabelecer as diferentes estratégias dos agricultores. A produção do tomate assenta-se na lógica da escala, o que demanda arranjos produtivos em que o arrendamento de terra e o estabelecimento de parcerias mercadológicas são fundamentais para sua reprodução. Já o plantio do gengibre revela a demanda por intensidade de produção, o que imputa lógicas produtivas baseadas na condução de atividades cuidadosas como a “amontoa”, que demanda intensidade de mão de obra.

A diversificação tem diferentes sentidos, mas, de uma forma geral, está pautada em dois pontos-chaves: o primeiro é que a diversificação representa uma estratégia que aumenta o espaço de manobra dos agricultores, uma vez que estes têm poucas condições de interferir nos preços dos seus produtos. O segundo ponto refere-se ao fato de esta prática representar diversificados ingressos de renda, garantia de sustento familiar e de reprodução de práticas consideradas como tradicionais.

Ainda pensando sobre as práticas sociais observadas, estabeleceu-se que a categoria trabalho é central na classificação dos diferentes coletivos, tanto a partir da apreciação das práticas (trabalhar para os outros × trabalhar para si) quanto a partir da avaliação de valores atribuídos aos diferentes agricultores (preguiçosos × trabalhadores). As considerações sobre essas práticas vinculam insígnias e estigmas historicamente definidos a partir de discursos racistas: enquanto a alteridade entre os coletivos identificados como imigrantes parte de argumentações positivas, a alteridade entre os não imigrantes e principalmente entre os quilombolas é definida por meio de estereótipos, estigmas e preconceitos de cor que desqualificam e depreciam seu trabalho.

Neste contexto, a compreensão das formas de trabalho, com seus significados e suas representações, mostrou-se válida por explicitar as relações objetivas, as estratégias e os processos de subjetivação na luta pelo controle dos âmbitos da existência social (sobretudo o controle do trabalho e dos recursos de produção). Neste sentido, foram apreciadas para além do

marco econômico que sublinha que os agricultores vendem sua força de trabalho para diversificar e aumentar fontes de renda, emergindo uma interpretação que enaltece a constituição de diferentes significados e hierarquias que se encontram associados às condições de existência dos coletivos.

Embora imbricados e articulados, a análise adotada permitiu salientar dois planos constituintes da heterogeneidade: um primeiro plano no qual as diferentes atividades evidenciam a possibilidade dos agricultores em definir diversificadas estratégias a partir de esquemas sociais que orientam e dão sentido a suas práticas.

Num segundo plano de análise, a constituição da heterogeneidade revelou as distinções e as hierarquias existentes entre os coletivos a partir da naturalização das diferenças dentro de um princípio de di-visão baseado na origem étnico-racial dos agricultores e no estabelecimento de distanciamentos estruturais a partir da retórica da modernização da agricultura. A premissa fundamental é que a heterogeneidade das FFTP compreende os processos históricos e sociais que constituem também diferenciadas possibilidades e oportunidades de/para *fazer coisas*.

É possível inferir, portanto, que a base social repercute em diferenciadas possibilidades e oportunidades de *fazer coisas*? Foi a partir desse questionamento que procurei mostrar no decorrer da tese e, sobretudo, no último capítulo, que a realidade social é o resultado das articulações entre os discursos e seus efeitos sociais.

Partindo dessa premissa, a própria categoria agricultura familiar foi problematizada, e constatou-se uma contradição basilar que gera diferentes efeitos sociais sobre os coletivos que configuram como agricultores familiares: por um lado, o uso da noção em diversos campos sociais propiciou a visibilidade de um contingente importante de agricultores, repercutindo em inserção econômica e política, o que permitiu, inclusive, potencializar possibilidades e oportunidades de/para *fazer coisas*. Por outro lado, no entanto, a utilização da categoria repercutiu em acentuar invisibilidades históricas, tanto na academia quanto em instâncias de mediação rural.

Assim, a noção de agricultura familiar representa um grande guarda-chuva que possibilita a visibilidade social de determinados segmentos ao sublinhar a importância econômica e social de agricultores mercantis inseridos nos mais diversos segmentos agrícolas; contudo, praticado o *estranhamento*, a noção revela um processo de acirramento de distinções e hierarquias em que se reafirma um padrão de saber-poder no qual se pratica o “encobrimento” de coletivos que se encontram distantes do ideário construído pelo padrão que se perpetua com o próprio mito da imigração.

A partir dessa problematização, e respondendo a indagação anterior, inferiu-se que os agricultores mais próximos à identidade do *colono*, reatualizada na figura do agricultor familiar, são os que estão dotados de melhores oportunidades para agir em prol de seus objetivos. Ao circular dentro de um campo em que a naturalização das *formas de fazer agricultura* e dos *modos de ser agricultor* compreende um importante componente de classificação social, a noção de agricultura familiar, neste caso, permite essencializar e aprofundar as diferenciações e hierarquias existentes entre os diferentes coletivos.

Ou seja, a naturalização embutida nas classificações que acometem os diferentes coletivos explicita as distinções sociais e os processos de racialização que evidenciam desiguais oportunidades. Assim, as práticas de agricultura e as formas de trabalho servem de mediação para o próprio mundo social quando está em jogo falar das distinções sociais muito mais do que das diferentes formas de praticar as agriculturas.

No contexto da pesquisa, foi observado que a categoria “sorte” é utilizada para dar sentido às diferentes posições e dotações de capitais entre os coletivos. Nestes termos, os agricultores identificados como imigrantes são os que têm mais “sorte”, uma vez que estão mais bem posicionados estruturalmente e detêm as melhores condições de definir novas estratégias a partir do acesso a esferas que os habilitam a ter maior espaço de manobra.

Por outro lado, o desapossamento pesa sobre os que têm “menos sorte” para definir e executar diferentes estratégias e mesmo aumentar sua possibilidade e oportunidade de/para *fazer coisas*. O desapossamento ficou explícito entre alguns coletivos, mas sobretudo entre os quilombolas de Retiro, que demonstraram existir uma sobreposição de efeitos que diminuem suas oportunidades em virtude de estigmas e preconceitos vinculados a sua condição racial.

As respostas desta tese são parciais e delimitadas por minhas escolhas, condições e experiências vivenciadas, e sinalizam a possibilidade de se pensar, no campo do desenvolvimento rural, os processos de distinção que acometem os diferentes coletivos, mostrando que a heterogeneidade é mais do que paisagens rurais, é também o resultado de constituições históricas e sociais que relacionam os diferentes coletivos, o que nos leva para além das explicações que focalizam a modernização da agricultura como “porta de entrada”.

Foi demonstrado que os discursos que circulam no contexto da pesquisa não estão dissociados das práticas sociais dos agricultores, e ambos são usados para legitimar e/ou desqualificar determinadas práticas de agricultura ao mesmo tempo em que estas são utilizadas para marcar as distinções e hierarquias que definem “oportunidades desiguais”, mostrando que o escopo da mercantilização não poderia ser utilizado para compreender adequadamente a forma como a heterogeneidade se constitui na região.

As formas de fazer agricultura e os modos de ser agricultor, enquanto esquemas sociais, permitem a organização da prática agrícola que inclui não só saberes, como também valores sociais e poderes. Neste sentido, têm forte repercussão sobre as condições objetivas dos diferentes coletivos e promovem diferentes efeitos de diferenciação e distinção, o que repercute nas diferentes oportunidades e possibilidades de/para *fazer coisas*.

Após os resultados desta tese, considero que, no campo do desenvolvimento rural, sobretudo no Brasil, é mister cotejar os processos de conformação das regiões de forma cuidadosa desde um viés problematizador, permitindo o estranhamento de *colonialidades* que até hoje impõem o “encobrimento” de coletivos que historicamente têm permanecido invisíveis, inclusive para a academia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Transformações na Vida Camponesa**: o Sudoeste Paranaense. 1981. 298f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: UNICAMP, 1992.
- _____. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NIEMAN, G. (Org.). **Desarrollo rural**: organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: Fundación Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad, 2006. p. 51-70.
- ABRAMOVAY, R. *et. al.* **Movimientos Sociales, Gobernanza Ambiental y Desarrollo Territorial**. 2006. Apresentação de livro. Disponível em: <http://200.144.189.47/feaecon/incs/download.php?i=108&file=../media/livros/file_108.pdf>. Acesso em: dez. 2014.
- ALMADA, V. P. F. **Escravidão e transição**: o Espírito Santo (1850-1888). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- ALUCIN, S. V; ZILLI, G. G. La mirada etnográfica sobre lo político: algunas consideraciones teórico-metodológicas. **Pensar. Epistemología y Ciencias Sociales**, Rosario, n. 8, 2013. Disponível em: <<http://www.revistapensar.org/index.php/pensar/article/view/92>>. Acesso em: 13 jun. 2015.
- ALVES, P. C. A teoria sociológica contemporânea. Da superdeterminação pela teoria à historicidade. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 15-31, jan./abr. 2010.
- ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível?. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea/Mapa, 2010.
- ANJOS, J. C. G. Espaços epistêmicos das ciências sociais na contemporaneidade. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W; SCHNEIDER, S. (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: UFRGS, 2014. v. 1. p. 19-34.
- ANJOS, J. C. G. **No território da linha cruzada**: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: UFRGS/Fundação Palmares, 2006.
- ARANHA, G. **Canãa**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- ARCE, A.; LONG, N. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. In: _____ (Ed.). **Anthropology, Development and Modernities**: Exploring discourses, counter-tendencies and violence. London: Routledge, 2000. p. 1-31.
- ARCE, A; BLANCO, G.; HURTADO, M. (Ed.). **Políticas públicas como objeto social**: imaginando el bien público en el desarrollo rural latinoamericano. Guatemala: Flacso; Chile:

Universidad Austral de Chile; Holanda: Wagenigen University, 2008.

BANGURA, Y.; STAVENHAGEN, R. (Org.). **Racism and Public Policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARNES, J. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

BARTH, F. **O guru, o inciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BARTHES, R. **Mitologias**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BEBBINGTON, A. Capitals and Capabilities: A Framework for Analyzing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty. **World Development**, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, Dec. 1999.

BRANDÃO, Z. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 227-241, jan./abr. 2010.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERGAMIM, M. C. **Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. 2004. 182f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

BERGER, P; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

BITTENCOURT, G. **Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

_____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

_____. **Las formas de capital**. Lima: Editorial Piedra Azul, 1999.

_____. Clases y enclasmiento. In: _____. **La distinción: Criterio y bases sociales del gusto**. México: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara S.A, 2002a. p. 477-494.

_____. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun. 2006.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **El ofício de sociólogo**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 jul. 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/07/2016&jornal=1000&pagina=83&totalArquivos=168>>.

BRUSTOLIN, C. **Reconhecimento e desconsideração**: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita. 2009. 277f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

BUFFON, J. A. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos da agricultura familiar. 1992. 376f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma do dádiva. **RBCS**, v. 13 n. 38, São Paulo, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001>. Acesso em: jan. 2017.

_____. **Antropologia do Dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAMPOS JR., C. T. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper com a inércia. In: CONTI, I. L.; PIES, M.; CECCONELLO, R. (Org.). **Agricultura familiar**: caminhos e transições. Passo Fundo: IFIBE, 2006. p. 209-235.

CARMO, C. A. S.; BALBINO, J. M. de S. **Gengibre**. Vitória: Incaper, 2015.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. Em quê consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L. F. de C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Org.). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2008.

CASTRO, E. V. O conceito de sociedade em antropologia. In: **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 295-316.

CASTRO-GÓMEZ, S. Michel Foucault y la colonialidad del poder. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 6, p. 153-172, ene./jun. 2007.

_____. **Cuerpos racializados**: para una genealogía de la colonialidad del poder en Colombia. Pontificia Universidad Javeriana Facultad de Ciencias Sociales. s/d. Disponível em: <http://www.arquitecturadelastransferencias.net/images/filosofia/Cuerpos_racializados.pdf>. Acesso em: mai. 2016.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfuguelcastrogomez.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

CATANI, A. M. As possibilidades analíticas da noção de campo Social. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan./mar. 2011.

CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CELIN, J. L. Expansão cafeeira no Espírito Santo. **Análise econômica**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 67-75, nov. 1984.

COELHO, V. P. **Pelos corredores da exportação**: a agricultura familiar do Brasil para a África. 2015. 213f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. 209f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 290f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. Conformações regionais do desenvolvimento rural e da agricultura familiar: desigualdade e diversidade da geografia econômica no Rio Grande do Sul. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, n. 19, p. 5-48, jan./jun. 2010.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.

CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: UFRGS, 2014. v. 1.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DADALTO, M. C. O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído? **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 147-166, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/03/07.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

DAMATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DARÉ, R. A “**crise**” do café e a **ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DE MUNER, L. H. **Sostenibilidad de la caficultura arábica en el ámbito de la agricultura familiar en el estado de Espírito Santo – Brasil**. 2011. 263f. Tese (Doutorado em Recursos Naturales y Sostenibilidad) – Universidad de Córdoba, Córdoba (Espanha), 2011. Disponível em: <<http://helvia.uco.es/xmlui/bitstream/handle/10396/6327/9788469516874.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

DOMINGUES, P. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora Senac, 2004.

DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELLIS, F. Household strategies and rural diversification. **Journal of development studies**, London (UK), v. 35, n. 1, p. 1-38, Oct. 1998.

_____. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development policy review**, Oxford (UK), v. 19, n. 4, p. 437-448, Dec. 2001.

ESCHER, F. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar**: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná. 2011. 278f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Barcelona: Editorial Norma, 1996.

_____. Antropología y desarrollo. **Maguaré**, Bogotá, n. 14, p. 42-73, 1999a. Disponível em: <<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/11135/11803>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. **El final del salvaje**: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea. Santafé de Bogotá: CEREC/ICAN, 1999b.

_____. Globalización, Desarrollo y Modernidad. In: ESCOBAR, A. *et. al.* **Planeación, Participación y Desarrollo**. Medellín: Corporación Región, 2002. p. 9-32. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/escobar.htm>> Acesso em: 5 ago. 2010.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governo Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971). **Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola do Estado do Espírito Santo**: análise das consequências da erradicação do café e elaboração de programa de diversificação agrícola. Vitória: ASPLAN, 1968. v. 1 e 2.

_____. **Zonas Naturais do Espírito Santo**: uma regionalização do Estado, das microrregiões e dos municípios. Vitória: SEPLAN, 1999.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Antropologia social**. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**: do agrário ao territorial. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição?”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, jan. 2010.

FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder**: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo; Unicamp, 2003.

FEITOZA, L. R. *et. al.* **Mapa de Unidades Naturais do Estado do Espírito Santo**: Informações Básicas. Vitória: INCAPER, 2010.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREDRICKSON, G. M. The Historical Construction of Race and Citizenship in the United States. In: BANGURA, Y.; STAVENHAGEN, R. (Org.). **Racism and Public Policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 25-47.

FREDERICO, S. Cafeicultura científica globalizada e as montanhas Capixabas: a produção de café Arábica nas regiões do Caparaó e Serrana do Espírito Santo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 7-20, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/17945/pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). **Desenvolvimento Rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GARFINKEL, H. Conocimiento de sentido común de las estructuras sociales: el método documental de interpretación en la búsqueda lega y profesional de datos. In: _____. **Estudios en etnometodología**. Tradução Hugo Antonio Pérez Hernáiz. Barcelona: Rubi; Anthropos Editorial, 2006.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

GONZALEZ, F. H.; RODRIGUEZ, T. M. Genealogía de las herencias coloniales. Entrevista a Santiago Castro-Gómez. **Andamios. Revista de Investigación Social**, Ciudad de México, v. 9, n. 20, p. 187-199, sept./dic. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/628/62826835013.pdf>>. Acesso em: mar. de 2016.

GOODMAN, D.; SORJ, A.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campos Editora, 2008.

GROSSELLI, R. M. **Colônias imperiais na terra do café**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

GUANZIROLI, C.; BUAINAIN, A.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012.

GUANZIROLI, C., CARDIM, S. E. de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar**: O Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília: INCRA, 2000. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretrato1D-3iTs4E7R59.pdf>>.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**.

São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jul. 2003.

HALL, S. **A identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HOWDEN, P. *et. al.* Working with the Grain: Farming styles amongst Australian broadacre croppers. **Rural Society**, Austrália, v. 8, n. 2, p. 109-125, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: Sistema IBGE de recuperação automática. SIDRA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: jun. 2012.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. Disponível em <<http://www.ijsn.es.gov.br/>>.

INCAPER – Instituto Capixaba De Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Tomate**. Vitória: Incaper, 2010.

JOLLY, C. M.; CLONTS, H. A. Estrutura de Mercado e Teoria de Preços. In: _____. **Economics Aquaculture**. New York: Food Production Press, 1992. p. 1-12. Disponível em: <http://www.neema.ufc.br/JOLLY_CAP10_EstruturadeMercado.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, A. A., BERGAMASCO, S. M. P. P. e OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2013.

LAGO, L. A. C. **Da escravidão ao trabalho livre**: Brasil, 1500-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LAHIRE, B. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LANI, J. L. (Coord.). **Atlas do ecossistema do Espírito Santo**. Vitória: SEMA; Viçosa: UFV, 2008.

LATTUADA, M.; NOGUEIRA, M. E.; URCOLA, M. **Tres décadas de desarrollo rural en Argentina**: continuidades y rupturas de intervenciones públicas en contextos cambiantes. Buenos Aires: Editorial Teseo; Universidad Abierta Interamericana, 2015.

LATOURET, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A. **A construção do saber**: Manual de metodologia de pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEACH, E. R. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Tempo brasileiro, 1993.

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 21-48.

LOUREIRO, K. A modernização econômica do Espírito Santo e a ação dos agentes políticos locais. In: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Associação Nacional de História, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=18024>>. Acesso em: fev. 2015.

MACEDO, F.; MAGALHÃES, D. F. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção nos mercados nacional e internacionais. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 61-99, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2421/2214>>. Acesso em: jan. 2015.

MACIEL, C. **Negros no Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. Coleção Canaã.

MALETTE, S. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade. **Ecopolítica**, São Paulo, n. 1, p. 4-25, set./dez. 2011.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné e Melanésia. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCUS, G. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, Iztapalapa (México), v. 11, n. 22, p. 111-127, jul./dic. 2001.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do mundo. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MIGNOLO, W. La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción colonial). **Crítica y Emancipación**, Buenos Aires, v. 1, n. 2, p. 251-276, mayo 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/CyE/CyE2/09idea.pdf>>. Acesso em: fev. de 2016.

MIGUEL, L. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Série EAD/SEAD/UFRGS.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência**

Técnica e Extensão Rural. 2004. Orientações da Política.

MONTAGENER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

MOYO, S. The Politics of Land Distribution and Race Relations in Southern Africa. In: BANGURA, Y.; STAVENHAGEN, R. (Org.). **Racism and Public Policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 242-269.

NASCIMENTO, R. C. do. **A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo**. 2016. 290f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

NESKE, M. Z. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul**. 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. **Colonialidade e desenvolvimento: a resignificação do lugar em “zonas marginalizadas” no sul do Rio Grande do Sul**. 2014. 160f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NETO, J. B. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul**. 2012. 393f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 21-36, maio/dez. 1995.

_____. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p. 68-93, jul./dez. 2005.

NIEDERLE, P. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. 2007. 219f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NIEDERLE, P.; ESCHER, F.; CONTERATO, M. A. Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. v. 1, p. 205-225.

NIEDERLE, P.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma

abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**. Bogotá, v. 5, n. 61, p. 41-69, agosto/dic. 2008.

OLIVEIRA, O. M. **O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras**. 2005. 410f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998.

OLIVEIRA, V. L. Liberdade e Poder em Amartya Sen: uma Leitura Crítica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 5, n. 9, p. 9-31, jan./jun., 2007.

ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PANAGIDES, S. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 41-71, jan./mar. 1969.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe** (online), n. 2, 2008. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1890>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

PEREIRA, A. L. Riscos e incertezas associados aos investimentos no mercado financeiro. **Negócios em Projecção**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 98-111, 2014. Disponível em: <<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/408>>. Acesso em 23 mar. 2017.

PEREIRA, M. A.; SOUZA, M. de; SCHNEIDER, S. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 203-224, jun./jul. 2010.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 239f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117-135, 2012.

PLOEG, J. D. van der. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, v. 33, n. 2, p. 240-246, Aug. 1993.

_____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 15-56.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 246. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>>. Acesso em fev. 2016.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 285-327. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogozomez.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. **Colonialidad del Poder y Des/Colonialidad del poder**. Conferencia XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Transcrição de palestra proferida em 4 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/51.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho**: as bases histórico-sociais do desenvolvimento da serra gaúcha. 2006. 207f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

_____. Pós-desenvolvimento e estudos rurais: notas sobre o debate e agenda de pesquisa. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: UFRGS, 2014. vol. 1.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de Março de 1848. Rio de Janeiro: Typ. do Diario de N. L. Vianna, 1848. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/LUIZ%20PEDREIRA%20DO%20COUTTO%20FERRAZ%20-%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf>>.

ROCHA, G. **Imigração estrangeira no Espírito Santo**: (1847-1896). 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafecultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo 1955-1985. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em ação, 2012.

ROCHE, J. **A colonização alemã no Espírito Santo**. São Paulo: EDUSP, 1968.

RODRIGUEZ, C. J. S.; CONTERATO, M. A. Entre trajetórias e estratégias de vida: a importância do Programa Nacional de Crédito Fundiário no acesso à terra pela juventude rural no estado do Espírito Santo. **REDES**, Santa Cruz Sul, v. 21, n. 3, p. 165-182, 2016.

ROOS, T.; ESHUIS, M. **Os capixabas holandeses**: uma história holandesa no

Brasil. Tradução de Ruth Stefanie Berger. Vitória: APEES Edição comemorativa dos 150 anos da colonização holandesa; Barneveld: Editora Koninklijke BDU Uitgevers, 2008. v. 9. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Os_Capixabas_Holandeses_portugues.pdf>. Acesso em: mar. 2016

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SALDANHA, J. R. **Selvagens, barbárie e colonos: coletivos indígenas kaingang e o choque com a civilização no Sul do Brasil Meridional contemporâneo**. 2015. 517f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SALETTI, N. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: Edufes, 1996.

SCHMITZ, H. Campesinato: ensaio sobre a utilidade de um conceito na atualidade brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 2008, Caxambú. **Anais...**, Caxambú: ANPOCS, 2008.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-119, fev. 2003.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre. v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

_____. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista Ruris**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010a.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jun./set. 2010b.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; SILVA, C. C. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L.

(Ed.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 989-1014.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SCHUTZ, A. Fundamentos de una teoría de la comprensión intersubjetiva. In: _____. **La construcción significativa del mundo social**: introducción a la sociología comprensiva. Barcelona: Ediciones Paidus, 1993.

SEEGER, A. Pesquisa de campo: uma criança no mundo. In: _____. **Os índios e nós**: estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 25-40.

SETTON, M. da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, maio/ago. 2002.

SERVIÇO SOCIAL RURAL. Conselho Regional do Espírito Santo. **Desenvolvimento municipal e níveis de vida no estado do Espírito Santo**. Vitória, 1962.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/33192/35930>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

SILVA, J. F. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

_____. O Progresso Técnico na Agricultura. In: _____. **Tecnologia & Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 13-50.

SILVA, M. Z. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOUZA FILHO, H. M. de. **A modernização violenta**: principais transformações na agropecuária capixaba. 1990. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

TERESA CARLOTA MARIANA AUGUSTA, Princesa da Baviera. **Viagem pelos trópicos brasileiros**: Província do Espírito Santo. Vila Velha: Phoenix Cultura, 2014.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.

VALADÃO, V. de A. **Assentamentos e sem-terra**: a importância do papel dos mediadores. Vitória: EDUFES, 1999.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In:

FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 345-374.

VANCLAY, F. *et al.* The social and the intellectual construction. **Sociology Ruralis**, v. 46, n. 1, p. 61-82, Jan. 2006.

VANCLAY, F.; MESITI, L.; HOWDEN, P. Styles of farming and farming subcultures: Appropriate concepts for Australian rural sociology? **Rural Society**, Australia, v. 8, n. 2, p. 85-107, 1998.

WADE, P. Raza y naturaleza humana. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 14, p. 205-226, ene./jun. 2011.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (Org). **Max Weber**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. p. 79-127.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: UNB, 2009.

WOORTMANN, K. “Com Parente Não se Neguceia”: O Campesinato Como Ordem Moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 87, 1990. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Com%20parente%20n%C3%A3o%20se%20neguceia%20In%20Anu%C3%A1rio%20Antropol%C3%B3gico%20-%20WOORTMANN,%20K..pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

ANEXO A – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPO DE ÁREA.

Número de estabelecimentos agropecuários por grupo de área. Espírito Santo e municípios de análise (2006).

Grupo de área	Espírito Santo	Domingos Martins	Santa Leopoldina	Santa Teresa
Mais de 0 menos de 10 ha	40.253	1.363	502	687
De 10 a menos de 20 ha	16.544	726	332	288
De 20 a menos de 50 ha	16.638	833	386	314
De 50 a menos de 100 ha	5.872	246	107	138
De 100 a menos de 200 ha	2.521	40	25	51
De 200 a 1000 e mais	1935	12	9	16
Produtor sem área	598	22	2	7
Total	84.361	3.242	1.363	1.501

Fonte: IBGE, 2006. Elaboração própria.

ANEXO B – QUADRO DE ENTREVISTAS

Quadro de entrevistas com agricultores

Identificação da Entrevista	Data	Município	Localidade
EA 1	29/01/15	Santa Teresa	Tabocas
EA 2	30/01/15	Santa Leopoldina	Sede
EA 3	29/01/15	Santa Teresa	Caldeirão de São José
EA 4	29/01/15	Santa Teresa	Rio Perdido
EA 5	27/01/15	Santa Teresa	Alto Caldeirão
EA 6	14/01/16	Domingos Martins	Paraju
EA 7	15/01/16	Domingos Martins	Paraju
EA 8	21/02/16	Domingos Martins	Rio Ponte
EA 9	15/03/16	Santa Leopoldina	Retiro
EA 10	15/03/16	Santa Leopoldina	Retiro
EA 11	16/03/16	Santa Leopoldina	Santo Antônio
EA 12	16/03/16	Santa Leopoldina	Santo Antônio
EA 13	16/03/16	Santa Leopoldina	Rio da Prata
EA 14	17/03/16	Santa Leopoldina	Boqueirão Tomas
EA 15	17/03/16	Santa Leopoldina	Boqueirão Tomas
EA 16	16/03/16	Santa Leopoldina	Santo Antônio
EA 17	09/04/16	Santa Leopoldina	Rio das Farinhas
EA 18	09/04/16	Santa Leopoldina	Rio das Farinhas
EA 19	08/04/16	Santa Leopoldina	Retiro
EA 20	08/04/16	Santa Leopoldina	Retiro
EA 21	27/04/16	Domingos Martins	Panelas do Rio Jucu
EA 22	27/04/16	Domingos Martins	Chapéu
EA 23	27/04/16	Domingos Martins	Chapéu
EA 24	28/04/16	Domingos Martins	Panelas
EA 25	28/04/16	Domingos Martins	Chapéu
EA26	28/04/16	Domingos Martins	Panelas
EA 27	30/04/16	Santa Teresa	Assentamento Tomazini
EA 28	30/04/16	Santa Teresa	Assentamento Tomazini
EA 29	30/04/16	Santa Teresa	Santo Antônio Canaã

Identificação da Entrevista	Data	Município	Localidade
EA 30	18/05/16	Santa Leopoldina	Colheita de café
EA 31	18/05/16	Santa Leopoldina	Colheita de café
EA 32	18/05/16	Santa Leopoldina	Colheita de café
EA 33	18/05/16	Santa Leopoldina	Colheita de café
EA 34	18/05/16	Santa Leopoldina	Colheita de café
EA 35	19/05/16	Domingos Martins	Panelas
EA 36	19/05/16	Domingos Martins	Galo
EA 37	19/05/16	Domingos Martins	Biriricas
EA 38	19/05/16	Domingos Martins	Panelas
EA 39	19/05/16	Domingos Martins	Panelas
EA 40	31/05/16	Santa Teresa	Serra dos Pregos
EA 41	31/05/16	Santa Teresa	Alto Caldeirão
EA 42	31/05/16	Santa Teresa	Alto Caldeirão
EA 43	05/07/16	Santa Teresa	Alto Santo Antônio
EA 44	20/02/16	Domingos Martins	Rio Ponte
EA 45	15/01/16	Domingos Martins	Ponto Alto
EA 46	21/02/16	Domingos Martins	Ponto Alto

Quadro de entrevista com mediadores

Identificação da Entrevista	Data
EM 1	27/01/2015
EM 2	28/01/2015
EM 3	22/02/2016
EM 4	07/03/2016
EM 5	14/04/2016
EM 6	30/01/2015

ANEXO C – GRUPOS FOCAIS MUNICIPAIS

DOMINGOS MARTINS

Data de realização: 01/09/2015.

Duração: 03h10min.

Total de participantes: Sete.

Instituições representadas: Incaper, Prefeitura Municipal (Secretaria de Agricultura e Setor de Certificação).

Resultado representado: Súmula com as principais características de nove grupos identificados.

SANTA TERESA

Data de realização: 02/09/2015.

Duração: 02h56min.

Total de participantes: Seis.

Instituições representadas: Incaper, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Coopeavi, Sindicato Rural, Secretaria Municipal de Agricultura.

Resultado representado: Mapa do município com a representação da heterogeneidade e súmula com as principais características de sete grupos identificados.

SANTA LEOPOLDINA

Data de realização: 03/09/2015.

Duração: 02h22min.

Total de participantes: Oito.

Instituições representadas: Incaper, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, Federação das Associações, Prefeitura Municipal.

Resultado representado: Mapa do município com a representação da heterogeneidade e súmula com as principais características de quatro grupos identificados.

**ANEXO D – QUADRO RESUMO DA HETEROGENEIDADE REPRESENTADA
PELOS GRUPOS FOCAIS.**

Quadro resumo da heterogeneidade representada pelos grupos focais (somente são apresentados os grupos de agricultores que foram representados pelos mediadores)

Santa Leopoldina	Santa Teresa	Domingos Martins
<p>1. DESCENDENTES DE EUROPEUS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Olericultura (diversificada) • Raízes (mais ou menos 20 anos) • Trabalho com a família • Autonomia da unidade familiar • Substituição do café arábica • São proprietários • Terras pequenas (média 10 ha, com mais de uma família por propriedade) • Situação financeira mais elevada. Capitalizados • Mais fechados entre si • Luteranos • Os pomeranos mantêm a língua • Controle maior da cadeia • Mais de 70% dos estabelecimentos 	<p>1. AGRICULTORES MIGRATÓRIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nômades/empresários rurais • Sub-bacia do Santa Maria do Doce • Tomaticultores • Capitalizados • Assediados pelo mercado • Trabalham em família (gestão, administração e mercados) e como meeiros (operacionalização) • É comum meeiros virarem proprietários • Empresários rurais • Visão empresarial em destaque (venda em escala de produtos fora da propriedade) • Produtores de conilon 	<p>1. TRADICIONAIS (carro-chefe feijão, milho, aipim) – alemão e pomerano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultural/passa de geração para geração • Aracê (São Rafael, Aparecidinha, Cristo Rei) • Topografia favorece a mecanização • Mercado (Ceasa, feiras, regional, intermediários) • Medo da mudança • Renda principal • Início de diversificação (citros por incentivo da política pública)
<p>2. INTERMEDIÁRIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produtores de café, banana, aipim • Luteranos e católicos • Proprietários familiares • Comodatados e parcerias nas famílias • Maior miscigenação • Mais associativos • Liderança forte de mulheres • Menos capitalizados (em comparação ao grupo 3) • Maior figura do atravessador • Acessam PAA e PNAE (agroindústria, aipim e banana) 	<p>2. POMERANOS/ALEMÃES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em família • “Criam raiz no local” • Flores • Olerícolas • Têm maior resistência (tecnologia) • Não têm ou não contratam mão de obra • Não existe êxodo rural • Grupo unido/fechado • Feiras/mercado direto • Muita produção em pouca área • Acessam pouco crédito • Tem muito recurso (\$) 	<p>2. SILVICULTURA (EUCALIPTO) - Italiano</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Bom da boca” (têm dinheiro) • Fomento (direto da Aracruz nos anos 1990) • Políticas públicas (Incaper nos anos 2000) • Região: Parajú, Aracê, Melgaço • Alternativa econômica na época • “Poupança verde” • “Pequeno quase não pegava” • Agronegócio (área maior) • Mercado/uso (proprietário maior — celulose; proprietário menor — consumo e “fazer caixa”) • Palmácea (aumentando por incentivo de políticas públicas e privada)
<p>3. PECUÁRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Propriedades maiores • Pecuária de leite e carne • Não familiares • Não residentes • Trabalhadores assalariados • Mais capitalizados • Menor qualidade de vida dos trabalhadores rurais. 	<p>3. AGRICULTURA TRADICIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agricultura familiar • Pouco envolvimento com entidades e órgãos públicos • Pouca participação fora da comunidade • Agricultura: café, eucalipto, lavoura branca (milho, feijão) • Mercado • Segurança alimentar • Vias de acesso precárias • Áreas mais altas • Comunidade do Julião 	<p>3. OLERICULTORES (sempre teve)</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Ciclo curto”; “retorno rápido” • Pouca terra (de 2 a 5 ha) • Uso de mecanização/tecnologia/agrotóxico/irrigação • Mão de obra familiar • Uso de adubo orgânico das granjas (compram esterco) • São comerciantes (Ceasa (menor); feiras (menor); intermediários e exportação) • Tijuco, Aracê, Melgaço

		<ul style="list-style-type: none"> • Grande diversidade de culturas
<p>4. PARCEIROS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regime de parceria com o patrão (agricultor familiar e não familiar) • Parceria café conilon e inhame (outros) • Remanescentes da panha de café (mais ou menos 50 anos) • Também são pequenos proprietários • Dentre os proprietários, são os menos capitalizados 	<p>4. AGROTURISMO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contratam mão de obra (diaristas) • Preservação e valorização cultural (físico, história, família) (mais italianos) • Agroindústria • Mantêm atividades agrícolas • Investimento nas atividades (na marca, na família) • Grupo organizado, porém informal • Maior destaque nos últimos 10 anos • Pequenos produtores 	<p>4. AGROTURISMO/ AGROINDÚSTRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à cultura alemã (culinária alemã) • Inserção da mulher • Aproveitamento familiar que depois se tornou renda • Resultado do trabalho da extensão • Flores (cultivo) • Possibilidade de mostrar a tradição/cultura • Pequenos proprietários (até 10 ha) • 15/20 anos • Hospedagem/restaurante • Propriedades que produzem atividades agrícolas
	<p>5. SITIANTES</p> <ul style="list-style-type: none"> • São de fora • Compram pedaços de terra (menos que 3 ha) • Mercado imobiliário em Santa Teresa (loteamento, investimento de pessoas de fora) • Terra improdutiva • Maior força nos anos 2010 (mais ou menos 10 anos) • Agricultura que vendeu suas terras em vários lotes (vende para uma pessoa que faz vários lotes) • Ideal de vida de pessoas de fora • Contrata mão de obra local (salário para caseiros) 	<p>5. FRUTICULTORES (todo o município)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alternativa de renda (citros) • Banana como tradição • Citros (mais ou menos 15 anos com incentivo) • Mercado consumidor para citros • Mercado (Ceasa, feiras, intermediários, Pnae/Paa) • Propriedades maiores (de 10 a 20 ha) • Uso de tecnologia (citros mais) • Morango e frutas vermelhas (Tijuco e Aracê) • Abacate e outras frutas
	<p>6. PRODUTORES DE CAFÉ ARÁBICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fica na região • Mão de obra familiar • Propriedades menores • Cultura em queda (clima; custo da produção que aumentou, diminuição da mão de obra) • “Muito trabalho para pouca renda” 	<p>6. CAFEICULTORES (tudo)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estão perdendo área/importância • Custo-benefício diminui (mão de obra; tratos culturais; tecnologia; preço) • “Moeda”; “dinheiro vivo” • Lógica econômica (menor incentivo; menor preço) – mercado • Café envelhecido • Área propriedade (de 10 a 20 ha) • Menor produtividade • Menor qualidade, menor uso de tecnologia • Mão de obra familiar (na manutenção da lavoura) • Pagamento por saca (na colheita)
	<p>7. ASSENTADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Forte vínculo com órgãos públicos • São beneficiários de políticas públicas 	<p>7. AVICULTORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capitalizados (contratam para vender, arrendam) • Pequenos (galinha caipira)

	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificados (várias culturas) • Associação • Mão de obra familiar • Fazem mutirão • Café (carro-chefe) • Trabalhavam fora e não tinham atividades no assentamento • Início do trabalho do Incaper em 2012 (mais intensivo) 	<ul style="list-style-type: none"> • Integrados (contrato com porcentagem) • Início década de 1970. Iniciativa pessoal • Corte (abatedouros no município) e outros municípios • Pequenos (feira livre) • Ovos • Integração (contrato mais ou menos 15 anos) • Pequenos (maior autonomia) até 20 ha (têm DAP) • Capitalizados (muita granja, até 50 ha) • Integrados (têm DAP, outras atividades mais ou menos 20 ha)
		<p style="text-align: center;">8. APICULTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> • PNAE/PAA • Diversificação • SEBRAE
		<p style="text-align: center;">9. AQUICULTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> • PNAE/PAA (mais de 80 t) • Filetadeira • 250 a 500 toneladas/ano • Diversificação • Tradição/subsistência • Programa governamental (mais ou menos anos 2000)

ANEXO E – RENDIMENTOS MENSAIS POR COR OU RAÇA

Tabela 6404 – Rendimento médio nominal, habitualmente e efetivamente recebido, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por cor ou raça				
Unidade Territorial – Brasil				
Variável – Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais)				
Trimestre	Cor ou raça			
	Total	Branca	Preta	Parda
1º trimestre 2016	1914	2457	1380	1401
		<i>variação</i>	<i>-44%</i>	<i>-43%</i>
2º trimestre 2016	1920	2459	1385	1414
		<i>variação</i>	<i>-44%</i>	<i>-42%</i>
3º trimestre 2016	1964	2522	1426	1439
		<i>variação</i>	<i>-43%</i>	<i>-43%</i>
4º trimestre 2016	1985	2574	1430	1448
		<i>variação</i>	<i>-44%</i>	<i>-44%</i>
Fonte: IBGE – Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua trimestral				